

# OIKOS

Revista de Economia Política Internacional

Oikos volume 21, n. 3 • 2022  
Rio de Janeiro • Quadrimestral  
ISSN 1808-0235 | ISSN VIRTUAL 2236-0484  
1. Economia Política - Periódicos  
2. Economia brasileira - América Latina



# EXPEDIENTE

Volume 21, número 3 • 2022 ISSN 1808-0235 | ISSN VIRTUAL 2236-0484

## Editor | Editor

Raphael Padula (PEPI/UFRJ)

## Organizadores

Leonardo Ramos (PUC-Minas) | Raphael Padula (UFRJ) | Ana Garcia (PUC-Rio) | Thiago Rodrigues (UFF)

## Chefe da Equipe Editorial | Editorial Team Head

Fernanda Pacheco de Campos Brozowski

## Editores assistentes

Bruno Do Val | Francisco Luiz Marzinotto Junior

## Equipe Editorial | Editorial Team (PEPI-IE/UFRJ)

Alba Bruna Barbosa Boaventura | Ana Caroline de Sousa Sampaio | Bianca Martins | Dominique Marques de Souza | Ítalo Barreto Poty | Pedro José Aquino Martinez | Ricardo da Silva Gomes | Thiago Ferreira Moreira D'Amato.

## Conselho Editorial | Editorial Board

Andrés Rivarola Puntigliano (Universidade de Estocolmo) | Antônio Carlos Macedo e Silva (IE/UNICAMP) | Carlos Lessa (em memória) | Carlos Medeiros (PEPI-IE/UFRJ) | Carlota Perez (Tallinn University of Technology, Estonia) | Darc Costa (Instituto da Brasilidade) | Eric Helleiner (Universidade de Waterloo, Canadá) | Erik S. Reinert (Tallinn University of Technology, Estonia) | Franklin Serrano (PEPI-IE/UFRJ) | Ha-Joon Chang (Cambridge University, UK) | Jan Kregel (University of Missouri-Kansas City, USA) | José Luís Fiori (PEPI/UFRJ) | L. Randall Wray (University of Missouri-Kansas City, USA) | Marcos Costa Lima (em memória) | Maria da Conceição Tavares (PEPI-IE/UFRJ) | Nildo Ouriques (IELA/UFSC) | Ricardo Carneiro (IE/UNICAMP) | Theotônio dos Santos (em memória) | Thomas Palley (Economics for Democratic and Open Societies, USA) | Wilson Cano (em memória)

## Colaboradores nesta edição | Contributors in this issue

Alana Camoça Gonçalves de Oliveira | Aline Contti Castro | André Bojikian Calixtre | André Luiz Reis da Silva | Carlos Antônio Brandão | Célia Almeida | Chyara Sales Pereira | Diego Pautasso | Elias Marco Khalil Jabbour | Elsa Kraychete | Glauber Cardoso Carvalho | Henrique Zeferino Menezes | Ítalo Barreto Poty | Jéssica da Silva Correia de Oliveira | João Nackle Urt | Julia de Souza Borba Gonçalves | Leandro Couto | Leonardo Granato | Lorena Granja Hernández | Marcelo Pereira Fernandes | Milton Reyes Herrera | Pedro Antonio Vieira | Rafael Moura | Renan Holanda Montenegro | Ricardo Zortéa Vieira | Roberto Goulart Menezes | Tatiana Teixeira | Thiago Lima da Silva | Vinicius Tavares de Oliveira | Walter Antonio Desiderá Neto

## Produção editorial

Emotion Comunicação e Eventos

As posições expressas em artigos, ensaios ou qualquer outro trabalho assinado, são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

## DOSSIÊ: HOMENAGEM A MARCOS COSTA LIMA

<b>NOTA DOS ORGANIZADORES E EDITORES</b>	<b>5</b>
<b>ARTIGOS</b>	
<b>A evolução recente do pensamento de Marcos Costa Lima: um panorama entre 2011 e 2021</b> Joyce Helena Ferreira da Silva e Ana Carolina Costa	<b>6</b>
<b>A humanidade de Marcos Costa Lima</b> Deborah Fernanda Custódio Bento e Maria de Jesus de Britto Leite	<b>19</b>
<b>Celso Furtado, pensador do Nordeste e do mundo: leitura e memória de Marcos Costa Lima</b> Gustavo Louis Henrique Pinto e Rafael Gonçalves Gumiero	<b>31</b>
<b>O Desenvolvimento como lógica colonial: Celso Furtado e a construção de um pensamento alternativo a partir do Sul Global</b> Vico Melo	<b>40</b>
<b>O processo de democratização no Brasil hoje: uma abordagem marxista</b> Flávio Bezerra de Farias	<b>51</b>
<b>Investimentos e presença militar da China na África: considerações a partir da nova Rota da Seda</b> Renan Holanda Montenegro e Elsa Sousa Kraychete	<b>63</b>
<b>O passado está presente na “Nova China” – uma abordagem weberiana da natureza do Estado chinês</b> Giorgio Sinedino	<b>78</b>
<b>Poder e hegemonia nas abordagens teóricas de Relações Internacionais: uma análise das convergências e divergências entre teorias ocidentais e chinesas</b> Amanda Ribeiro Lopes, Gabriela Tamiris Rosa Corrêa e Bruno Hendler	<b>88</b>
<b>A segurança energética chinesa e o papel da América do Sul</b> Jacqueline A. Haffner e André Valente Maia	<b>103</b>
<b>Parceria estratégica Brasil-Argentina no século XXI: Cooperação bilateral e desdobramentos para a integração sul-Americana (2003-2014)</b> Jéssica Maria Grassi e Lucas Kerr Oliveira	<b>116</b>



# SUMMARY

Volume 21, número 3 • 2022 ISSN 1808-0235 | ISSN VIRTUAL 2236-0484

## SPECIAL EDITION: TRIBUTE TO MARCOS COSTA LIMA

### ORGANIZERS AND EDITORS' NOTE

5

### ARTICLES

#### **The Recent Evolution of Marcos Costa Lima's Thought: An Overview Between 2011 and 2021**

6

Joyce Helena Ferreira da Silva e Ana Carolina Costa

#### **The humanity of Marcos Costa Lima**

19

Debhora Fernanda Custódio Bento e Maria de Jesus de Britto Leite

#### **Celso Furtado, Thinker of the Northeast and the World: Reading and Memory of Marcos Costa Lima**

31

Gustavo Louis Henrique Pinto e Rafael Gonçalves Gumiero

#### **The Development as Colonial Logic: Celso Furtado and the Construction of an Alternative Thinking from the Global South**

40

Vico Melo

#### **The democratization process in Brazil today: a Marxist approach**

51

Flávio Bezerra de Farias

#### **China's Investments and Military Presence in Africa: Considerations from the New Silk Road**

63

Renan Holanda Montenegro e Elsa Sousa Kraychete

#### **The Past is Present in the "New China" – a Weberian Approach to the Nature of The Chinese Polity**

78

Giorgio Sinedino

#### **Power and Hegemony in Theoretical Approaches to International Relations: An Analysis of Convergences and Divergences between Western and Chinese Theories**

88

Amanda Ribeiro Lopes, Gabriela Tamiris Rosa Corrêa e Bruno Hendler

#### **Chinese energy security and the role of South America**

103

Jacqueline A. Haffner e André Valente Maia

#### **Brazil-Argentine Strategic Partnership in the 21st Century: Bilateral Cooperation and Developments for South American Integration (2003-2014)**

116

Jéssica Maria Grassi e Lucas Kerr Oliveira

Em 2022, ano em que a OIKOS – Revista de Economia Política Internacional completa 20 anos de existência, recebemos a triste notícia do falecimento do professor Marcos Costa Lima, membro de nosso Conselho Editorial. Sensibilizados por tão inestimável perda, buscamos homenagear esse importante professor, pesquisador e construtor de instituições, que tanto nos inspirou com sua brilhante e generosa atuação.

Marcos Costa Lima (1951-2022) era professor da Universidade Federal de Pernambuco e foi um dos responsáveis pela consolidação do campo acadêmico das Relações Internacionais no Brasil. Ao longo de sua carreira, assumiu árduas e múltiplas missões institucionais, participando da formação de cursos e universidades nas regiões Norte, Nordeste e Sul. Como presidente da ANPOCS, diretor da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), presidente do FOMERCO (Fórum Universitário Mercosul), membro do conselho deliberativo do Centro Celso Furtado e coordenador do Instituto de Estudos da Ásia (UFPE), contribuiu ativamente para o avanço da área de Economia Política Internacional em várias frentes de pesquisa no Brasil ao longo de sua jornada.

A chamada de artigos para esse dossiê, mesmo com pouco tempo de divulgação, teve pronta acolhida no meio acadêmico. Junto com as submissões, recebemos mensagens carregadas de comovido desejo de prestar homenagem e de dar repercussão à pesquisa interdisciplinar e humana de Marcos Costa Lima. Assim, reunimos no presente número tanto artigos que exploram temas tratados em sua trajetória intelectual, quanto trabalhos que abordam diretamente sua contribuição como pesquisador. As diversidades institucional e regional dos autores refletem a obra de Costa Lima.

Os artigos iniciais abordam o pensamento de Costa Lima. O primeiro texto de Joyce Helena Ferreira da Silva (UFPE) e Ana Carolina Costa (UFPE/UNICAMP), trata de sua evolução recente (2011-2021); já o segundo, de Debhora Fernanda Custódio Bento e Maria de Jesus de Britto Leite (ambas da UFPE), destaca sua dimensão de humanidade.

Os dois trabalhos posteriores exploram a questão do desenvolvimento, recuperando e relendo a obra de Celso Furtado – que foi uma das marcantes pesquisas de Costa Lima. No terceiro artigo, Gustavo Louis Henrique Pinto (IFG) e Rafael Gonçalves Gumiero (UNIFESSPA) se debruçam sobre o pensamento de Celso Furtado acerca do Nordeste e do mundo. Enquanto o quarto artigo, de Vico Melo (UFPB), aborda o desenvolvimento como lógica colonial e a alternativa na construção do Sul Global. No quinto texto, Flávio Bezerra de Farias (UFMA) apresenta uma abordagem marxista do processo de democratização do Brasil.

Privilegiando a pesquisa sobre a China, a Ásia e o Sul Global – na qual Costa Lima trouxe significantes contribuições intelectuais e institucionais –, temos três artigos. O sexto artigo da edição, de Renan Holanda Montenegro (UERJ) e Elsa Sousa Kraychete (UFBA), trata dos investimentos e da presença militar da China na África a partir da nova Rota da Seda. O artigo de Giorgio Sinedino (China Renmin University) realiza uma abordagem weberiana da natureza do Estado chinês. O texto de Amanda Ribeiro Lopes, Gabriela Tamiris Rosa Corrêa e Bruno Hendler (UFSM), o oitavo da edição, analisa as relações entre poder e hegemonia nas abordagens do Ocidente e da China.

O tema da América do Sul e da integração sul-americana, muito presentes na pesquisa de Costa Lima, aparecem nos dois últimos artigos da edição. O artigo de Jacqueline Haffner e André Valente Maia (ambos da UFRGS) aborda o papel da região na segurança energética chinesa. E o artigo final da edição, de Jéssica Maria Grassi (UFSC) e Lucas Kerr Oliveira (UNILA), analisa a parceria estratégica Brasil-Argentina no século XXI e seus desdobramentos para a integração sul-Americana.

Desejamos a todos uma ótima leitura deste singelo reconhecimento e esperamos que sua obra siga inspirando novos pensadores.

Leonardo Ramos (PUC-Minas), Raphael Padula (UFRJ),  
Ana Garcia (PUC-Rio), Thiago Rodrigues (UFF) e  
Fernanda Pacheco de Campos Brozoski (UFRJ)

## A EVOLUÇÃO RECENTE DO PENSAMENTO DE MARCOS COSTA LIMA: UM PANÓRAMA ENTRE 2011 E 2021

### THE RECENT EVOLUTION OF MARCOS COSTA LIMA'S THOUGHT: AN OVERVIEW BETWEEN 2011 AND 2021

**Joyce Helena Ferreira da Silva (UFPE)** | joyce.hfs87@gmail.com | Professora de Relações Internacionais, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pesquisadora associada da Coordenadoria de Estudos Asiáticos (Centro de Estudos Avançados - UFPE) <sup>1</sup>

**Ana Carolina Costa (UFPE/UNICAMP)** | scostacarolina@gmail.com | Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisadora associada da Coordenadoria de Estudos Asiáticos (Centro de Estudos Avançados – UFPE) <sup>2</sup>

**Recebimento do artigo** Agosto de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo colocar em evidência os principais e mais recentes tópicos de pesquisa do Professor Marcos Costa Lima. Será lançada luz em seus escritos mais relevantes dos últimos dez anos (2011-2021), bem como a pulverização destes temas em seminários, livros, debates e grupos de pesquisa. Ao final, salientar-se-á a complexa articulação entre todos os pontos de investigação, mostrando que faziam deste pesquisador um daqueles com maior capacidade de diálogo interdisciplinar. A análise de Costa Lima é rica em abrangência, profundidade e na estruturação do fato conjuntural em uma visão de longo prazo. Tal contribuição possui capilaridade ampla e uma envergadura difícil de ser atingida. Desde um ponto de vista metodológico, será procedida uma revisão de literatura de suas principais contribuições, por temas que vão desde desenvolvimento econômico, o desenrolar da conjuntura política brasileira, o papel da China, a questão agrária e o meio ambiente. Ao final, objetiva-se contribuir com a sistematização do pensamento recente deste autor, apresentando os pontos de convergência de suas análises.

**Palavras-chave:** Marcos Costa Lima; desenvolvimento econômico; China; Brasil; meio ambiente.

**Abstract:** This article aims to highlight the main recent research issues developed by Professor Marcos Costa Lima. It is intended to shed light on his most relevant writings of the last ten years (2011-2021), as well as the dissemination of these themes in seminars, books, debates and research groups. In the end, it will be highlighted the complex articulation between all the points of investigation, showing that its made this researcher one of those with the greatest capacity for interdisciplinary dialogue. Costa Lima's analysis is rich in scope, depth and in the structuring of the conjunctural fact in a long-term view. This contribution has wide capillarity and a scale whose stature is difficult to achieve. From a methodological point of view, a literature review of its main contributions will be carried out, covering topics ranging from economic development, the unfolding of the Brazilian political conjuncture, the role of China, the agrarian question and the environment. In the end, we aim to contribute to the systematization of this author's thinking, presenting the points of convergence of his analyses.

**Keywords:** Marcos Costa Lima; Economic Development; China; Brazil; Environment.

## 1. INTRODUÇÃO

Em 1878, Machado de Assis escrevia que, no Brasil, “a ciência política acha um limite na testa do capanga” (2021, p.10). De fato, as ciências sociais encontram uma série de limitações a partir da compartimentalização, acelerada ao longo do século XX, da sobreposição da substância pela primazia do método e de abstrato rigor científico – desacoplado da realidade. A mimetização dos procedimentos próprios das ciências naturais, a influência do fazer acadêmico norte-americano e do neoliberalismo, a ânsia em se comprovar ciência, fazem com que os vasos comunicantes sejam fechados e que a compreensão da totalidade, ainda que inatingível, não seja, sequer, aventurada.

Neste cenário, resistem alguns pensadores: aqueles que querem ir além “da testa do capanga” e, mais, que desejam colocá-lo em evidência, desvendá-lo, combatê-lo. Ao trabalhar com temas como economia política internacional, crise do sistema capitalista, crise ambiental, inserção chinesa na ordem global, para citar apenas alguns, Marcos Costa Lima contribui para uma ciência social crítica, humanista e propositiva, que vai além de avaliações estáticas. Sua análise convida a uma reflexão ampla e aponta para a necessidade urgente de mudanças, de transformação do mundo.

<sup>1</sup> No Centro de Estudos Avançados coordena a Curadoria “Política Industrial e Instituições” e trabalhou lado a lado com o Professor Marcos Costa Lima desde 2010.

<sup>2</sup> No Centro de Estudos Avançados coordena a Curadoria “Tecnologia em Inovação” e acompanhou com maior proximidade os últimos anos de trabalhos e pesquisa do Professor Marcos Costa Lima.

A produção de Marcos Costa Lima é vasta e se desdobra, também, em uma série de trabalhos sob sua supervisão. Como Professor, segundo a plataforma Lattes, orientou 19 teses de doutorado, 48 dissertações de mestrado, 32 monografias, 10 especializações e 4 pós-doutorados. Ao longo de sua carreira, de acordo com o seu acervo pessoal, foram mais de 400 artigos e 26 livros publicados enquanto editor, além de mais de 100 capítulos publicados em livros.

Neste artigo, objetiva-se traçar um panorama dos trabalhos recentes deste importante pesquisador brasileiro, que tanto auxiliou para a expansão do estudo da Ciência Política e das Relações Internacionais no país. Neste levantamento, serão apresentadas suas principais preocupações e temas de pesquisa dos últimos dez anos (2011-2021). Ao final, pretende-se articular toda esta agenda e demonstrar que a interdisciplinaridade é um atributo fundamental da obra deste pensador, capaz de encadear temas complexos – que possuem grandiosa capacidade de explicação da complexa realidade social.

Para isto, este artigo está dividido nas seguintes seções, além desta (i) introdução: (ii) a economia política do desenvolvimentismo: escritos de 2011 a 2014; (iii) questão agrária e estrangeirização de terras: escritos de 2018 e 2019; (iv) a preocupação com a ascensão chinesa e seu papel na economia mundial: escritos de 2015 a 2021; (v) a crise do capitalismo pela ótica ambiental: escritos de 2018 a 2021; (vi) considerações finais.

## 2. A ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTISMO: ESCRITOS DE 2011 A 2014

O ponto que inaugura esta análise, 2011, é marcado por uma agenda fortemente centrada na questão do desenvolvimento econômico, com enfoque no Brasil. Logo no início daquele ano, o Professor Marcos Costa Lima coordenou um trabalho, a partir do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, que traria como resultado final a publicação de um livro, por ele organizado. Trata-se do terceiro volume da série “Pensamento Crítico”, intitulado “Os Boêmios Cívicos: A Assessoria Econômico-Política de Vargas (1951-54)”. Esta investigação foi articulada junto a alunos de mestrado, sob sua orientação, na Universidade Federal de Pernambuco, também membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento (D&R<sup>3</sup> – UFPE).

Lançada apenas em 2013, a obra deriva de um relevante esforço de levantamento de documentação primária, entre 2011 e 2012, nos arquivos da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, e em arquivos de São Paulo. A coleta de informações se deu nos jornais Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio e O Estado de São Paulo. “Boêmios Cívicos” foi o termo utilizado por Getúlio Vargas para fazer referência à assessoria econômica do seu segundo mandato, sendo composta por: Rômulo de Almeida, Cleantho de Paiva Leite e Jesus Soares Pereira.

Este conselho tinha como responsabilidade a “consolidação e constituição de instituições estatais, muitas das quais ainda vivas, que foram, e ainda são, fundamentais para a consolidação de um Estado moderno no Brasil” (COSTA LIMA, 2013a, p. 175). Almeida, Leite e Pereira tinham destaque pelo alinhamento com os ideólogos “terceiro mundistas”, dadas “suas posturas pró-industrialização e pró-independência nacional, com incorporação das populações urbanas ao processo político” (Ibidem, p. 198).

A partir das supracitadas características da equipe varguista, é possível desvendar parte importante do programa de investigação do próprio Costa Lima, não só no recorte temporal que se faz neste limitado trabalho, mas ao longo de todo seu percurso como pesquisador. Havia naquele autor uma forte convergência com os atributos dos “boêmios cívicos”: a preocupação com a criação de um país moderno e independente, a incorporação das massas ao processo político-econômico e, especialmente, uma orientação internacional voltada para a solidariedade e a cooperação entre as nações do chamado Sul Global. Isto parece ficar evidente nas palavras de apresentação do livro:

Digo, sobretudo às novas gerações, que não se pode construir um país socialmente mais justo e com capacidade de ser sujeito de seu próprio destino, e com uma democracia que seja, de fato, emancipatória, se não conhecemos nossa História, se não nos tornarmos criadores de nossa própria modernidade. (COSTA LIMA, 2013a, p. 13, grifo nosso)

A criação desta “modernidade própria” é um ponto revisitado em vários escritos. Em artigo publicado em 2011, aparece uma crítica à matriz Ocidental, notadamente anglo-saxã, e à sua incapacidade de explicar a complexidade social dos países que estão na periferia do sistema internacional. Sob a égide do neoliberalismo, o próprio conceito de “desenvolvimento” seria, segundo ele, insuficiente para a resolução dos problemas mais urgentes da sociedade, como: “a destruição ambiental, a permanência da pobreza e dos privilégios em

<sup>3</sup> Grupo de pesquisa fundado em 1998 pelo Professor Marcos Costa Lima.

escala global, a vulnerabilidade dos direitos humanos e o acirramento da violência” (COSTA LIMA, 2011, p. 348). A deficiência dos modelos conceituais do Norte Global, em seus aspectos teórico e prático, deveria fazer avançarem “as formulações que acentuam as críticas à matriz teórica ocidental, centradas em várias posições dos estudos pós-coloniais, que têm reivindicações emancipatórias” (Ibidem, p. 348).

Neste artigo, onde Costa Lima (2011) traça desafios, mudanças e novas questões para o Brasil do século XXI, identifica-se, claramente, um método tipicamente alinhado à economia política. Observe-se a complexidade da reflexão levantada: o autor desenvolve mobilizações sociais que podem apontar para mudanças no sistema internacional, discorre sobre a crise financeira e seus desdobramentos como desafios para todos os países – em especial, para o mundo “em desenvolvimento” – e finaliza alinhando global e local, ao repercutir tais acontecimentos sobre o desenvolvimento socioeconômico brasileiro no início do século XXI.

Ali, é possível identificar o apelo à interdisciplinaridade, comum em seus escritos, e à necessidade de uma visão multifacetada para a observação mais apurada da realidade. Ele diz que “pensar o Brasil para os próximos dez anos em seus desafios, mudanças e oportunidades, antes de tudo, requer uma abordagem compreensiva e articulada dos fenômenos econômicos, políticos, culturais e ambientais que nos conformam” (Ibidem, p. 346).

Presente na agenda do pesquisador pernambucano está, ainda, a crítica ao neoliberalismo e suas decorrências para a América Latina e o Brasil. As políticas impostas aos países latino-americanos, mais fortemente a partir da década de 1980, produziram vultosos desgastes sociais, arranjo desmobilizado, em maior ou menor grau, a partir do avanço de governos de esquerda e centro-esquerda:

A América do Sul viveu um contexto característico, que intitulo 30 anos de hegemonia neoliberal (1980/2010). Nesse período a região sofreu efeitos muito fortes das políticas de liberalização econômica, dos ajustes monitorados pelo FMI, da desregulamentação financeira, da privatização e da flexibilização das relações de trabalho. A articulação dessas políticas gerou efeitos econômicos e sociais desagregadores, e a sua violência, sobretudo para os setores que vivem de salário, foi justamente o que provocou a mudança política desses governos, com tendências que, em maior ou menor medida, sinalizaram para a retomada de políticas sociais mais amplas, capazes de recompor o desmantelamento do Estado e mesmo de aprofundar o processo integracionista regional, quando não buscar ampliar as relações internacionais Sul-Sul, reduzindo os processos anteriores de subordinação às potências do Norte. (COSTA LIMA, 2011, p. 349)

O papel do Estado é o núcleo da análise nestes escritos, o que alinhava a crítica ao capitalismo neoliberal e a saída pela via desenvolvimentista. Recorrendo a Polanyi (2012), pensador de presença regular nas discussões realizadas por Lima, ele reporta que o neoliberalismo desmobiliza, esvazia e redireciona o termo “desenvolvimento”, tendo em vista a construção de uma falsa retórica que confere ao mercado autorregulado a força motora do processo. Costa Lima (2011) remove o mercado do centro analítico e reposiciona a política como campo próprio da transformação social. Neste contexto, ele indica a democracia, enquanto mecanismo de participação popular efetiva, como condição necessária para a consolidação de um projeto de desenvolvimento nacional:

É relevante que diferentes segmentos e organizações da sociedade possam participar da definição dessa agenda futura e da própria gestão pública, ampliando suas oportunidades de influir no direcionamento das ações do Estado. Ao se colocar a democracia no centro do debate sobre desenvolvimento, abre-se a possibilidade para reconsiderar essas relações e, no limite, para reconhecer na democracia um elemento catalisador do desenvolvimento. (COSTA LIMA, 2011, p. 353)

Esta problematização em torno da relação Estado-mercado aparece em várias análises, com forte adesão ao pensamento de Harvey (2005), Polanyi (2012) e Chesnais<sup>4</sup> (2011). Centrado nestes autores, Costa Lima (2014) entende que o Estado é um agente central na dinâmica do capitalismo, que pode operar como um facilitador e gerenciador do grande capital e que o neoliberalismo quer fazer crer, de modo falacioso, que o Estado é exterior ao mercado. Para ele, a ofensiva ao papel estatal, a partir do avanço neoliberal:

[...] consistiu precipuamente em quebrar o conjunto das instituições e das relações sociais que constriam o capital. Essas instituições e suas relações tinham capacidade para frear a liberdade de ação do capital, asseguravam aos assalariados os elementos de defesa contra seus empregadores, garantiam o pleno emprego no período chamado keynesiano e uma proteção social para a maior parte da população, ao menos no centro do sistema. (COSTA LIMA, 2014, p. 56)

<sup>4</sup> François Chesnais foi supervisor de pós-doutorado de Costa Lima na Universidade Paris XIII, sendo, mais do que isto, seu amigo pessoal.



A oposição à ortodoxia se dava não apenas no plano prático, como já demonstrado no início desta seção, mas também no desenvolvimento das teorias, no arranjo da estrutura acadêmica. Costa Lima era um intelectual que lutava pela inserção e consolidação do pensamento externo ao eixo anglo-saxão, no rechaço ao eurocentrismo, sendo um importante difusor da obra de autores como Celso Furtado, Caio Prado Jr, Franz Fanon, Edward Said, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak, Walter Mignolo, Amitav Acharya – para citar apenas alguns dentre diversos nomes indianos, africanos, asiáticos e latino-americanos.

Tais leituras aparecem de forma recorrente no período delineado neste trabalho. Em um texto em coautoria (ELÍBIO JR; ALMEIDA, COSTA LIMA, 2013, p. 451-452), ressalta-se a limitação das Relações Internacionais em dialogar com os estudos pós-coloniais, fenômeno que pode ter se processado dada a “recusa por parte do establishment das TRI de postura eminentemente protecionista e conservadora, em reconhecer uma abordagem que, epistêmica e politicamente, subverte a maior parte – ou por que não dizer a totalidade – de seus pressupostos centrais”. Desta forma, o Sul Global aparece como aspecto relevante no trabalho deste cientista social, especialmente a partir do seu olhar sobre Brasil, Índia e China, três realidades incessantemente estudadas a partir de leituras dos pensadores locais, da estreita cooperação com intelectuais daqueles países (no caso brasileiro, com pesquisadores de todas as regiões) e visitas.

Apesar do profundo conhecimento a respeito da realidade indiana, por exemplo, Costa Lima (2013) adverte sobre a prudência que é necessária ao se tratar de um país com o qual não se tem uma intrínseca experiência, algo que deve ser lição para os pesquisadores em geral:

É sempre difícil escrever sobre um país que não é o seu. Toda cautela é importante, mesmo se você já visitou o mesmo, acompanha suas notícias pelos jornais, tem um razoável conhecimento de determinada literatura específica e autores considerados relevantes no país. Falta o cotidiano, de como se enfrentam os graves problemas, pelo Estado, sociedade e grupos específicos. Por mais que estatísticas estejam disponíveis. É sempre uma percepção parcial, incompleta. (COSTA LIMA, 2013b, p. 186)

A preocupação com a questão do desenvolvimento socioeconômico, aquele que o autor atrela a uma concepção fundamental de democracia, reaparece nos seus escritos sobre a Índia. A este respeito, Costa Lima (2013) ressalta as debilidades criadas com um modelo de “modernização conservadora”, que faz com que aquela economia avance do ponto de vista produtivo sem, entretanto, produzir ganhos em termos de distribuição de renda.

Costa Lima (2013, p. 185) chama atenção para o fato de que a Índia, a partir desta plataforma de desenvolvimento concentrado, “reproduz a pobreza e a violência contra os despossuídos, através de um modelo predatório, concentrador de renda e inepto”. Além disso, enfatiza que “o desenvolvimento da política na democracia indiana tem sido reduzido a um cálculo efetuado para maximizar, para os ricos, os benefícios deste desenvolvimento, independente do que venha a ocorrer com a maioria pobre da população” (Ibidem, p. 198).

A partir destas leituras, é possível identificar uma interlocução entre os escritos do período 2011-2014, temas os quais, certamente, não se esgotam nesta demarcação temporal; sendo resultado de construções anteriores e transbordando para agendas futuras do pesquisador em tela. Em síntese, pode-se destacar, neste momento, o entrelaçamento entre (i) estudos desenvolvimentistas, com ênfase no papel do Estado e de uma democracia verdadeiramente inclusiva; (ii) a estruturação destas instâncias em estudos de caso, especialmente Brasil e Índia; (iii) a conexão destes tópicos com uma estruturação mais global a respeito do funcionamento do capitalismo, suas crises e efeitos sobre países em desenvolvimento; (iv) uma avaliação epistemológica que conduz ao questionamento das teorias “padrão” e a luta pela ruptura com o pensamento eurocêntrico, a partir do avanço de autores do Sul Global, em especial no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais.

A próxima seção faz um salto temporal, avançando para os anos de 2018 e 2019, a fim de recortar e conglobar assuntos correlatos. Justifica-se este recurso pela tentativa de classificar, juntamente com os marcos de tempo, os temas correspondentes, a fim de refletir maior clareza para o leitor. Para facilitar a distribuição dos temas e a organização metodológica deste trabalho, portanto, destacar-se-á, em seguida, a questão agrária no pensamento de Marcos Costa Lima. Posteriormente, serão retomados artigos e trabalhos anteriores, que versam sobre a China.

### 3. QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS: ESCRITOS DE 2018 E 2019

A obra de Lima, mesmo vasta e complexa, é marcada por profunda coerência entre os assuntos tratados. Conforme já definido no escopo deste artigo, observa-se uma capacidade ímpar de transitar por diversos tópicos de pesquisa sem, entretanto, perder a conexão entre todos eles. As diversas crises do capitalismo aparecem ao longo dos trabalhos, em suas variadas formatações: financeira, climática e, também, pelo olhar em relação ao problema da terra. Esta última agenda trouxe resultados em diversas frentes.

Através do Instituto de Estudos da Ásia<sup>5</sup> (UFPE), foi realizado o “I Seminário sobre Estrangeirização de Terras e Segurança Alimentar e Nutricional: Brasil e China em perspectiva”. Esta atividade foi organizada em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal de Pernambuco, e com o Grupo de Pesquisas sobre Fome e Relações Internacionais (FOMERI), da Universidade Federal da Paraíba. Além de pesquisadores dos campos do Direito e das Relações Internacionais, estiveram presentes profissionais do departamento de Nutrição da UFPE, selando o caráter complexo e interdisciplinar do encontro.

Este seminário resultou em um livro, em 2019, organizado pelo Professor Marcos Costa Lima e Eduardo Oliveira, obra que levaria o mesmo título do encontro. Revelando o caráter de expansão e de atuação também política, o livro seria lançado em uma roda de debates, aberta ao público, realizada no Armazém do Campo, no Recife. Esta conferência, para fora dos muros da universidade, contou com a presença do organizador do livro, bem como de autores e membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Conforme McMichael (2016), ancorado também em Polanyi (2012), referências presentes nos estudos de Costa Lima sobre os regimes alimentares, compreende-se que alimento, mão de obra e capital foram, sob a égide do capitalismo, submetidos à mercantilização. Deste prisma, concebe-se a questão agrária como sendo resultado de um entrelaçamento entre fundamentos político-econômicos institucionalizados, promotores do mecanismo de acumulação em escala global (MCMICHAEL, 2016). Assim, os regimes alimentares estariam diretamente ligados ao modo de acumulação capitalista em suas diversas configurações: a partir da hegemonia britânica, da consolidação do poder norte-americano e do crescimento do poder das grandes corporações (Ibidem, 2016).

Seguindo estes pontos de orientação, Costa Lima (2018a, p. 12) evidencia que “é incorreto destacar apenas as questões industrial, tecnológica e financeira como capazes e suficientes para estabelecer” uma compreensão global do capitalismo. Reforçando o complexo emaranhado de elementos, definido por McMichael (2016), o pesquisador pernambucano avalia que o problema da segurança alimentar não pode ser dissociado do papel danoso exercido pelas grandes corporações. Para ele:

O setor agrícola global, hoje regulado pelo grande capital, pelas grandes corporações do setor, representa uma imensa e complexa rede e cadeia, que articula o grande varejo como a Cargill (EUA); Tyson Foods (EUA); Green Giant (EUA); Archer Daniels Midland (EUA); Wal Mart (EUA); Tesco (Reino Unido); Ahold (Holanda) e Carrefour (França). (MCMICHAEL, p.12, 13)

E este modelo define uma ordem mundial capitalista dominada, hierarquizada e estruturada sobre a produção e o consumo de alimentos em escala mundial. É um regime que diz respeito à projeção de poder político e econômico do capitalismo mundial, que organiza a produção agrícola reduzindo os custos salariais e aumentando a lucratividade e estabelecendo o abastecimento com preço mundial administrado. (Ibidem, p.12-13)

A partir desta estrutura desigual, observa-se um duplo polo de hierarquização: (i) entre países, tendo em vista que o capitalismo central impõe aos periféricos um papel de exportadores de produtos primários, na Divisão Internacional do Trabalho e (ii) entre as grandes corporações e os pequenos produtores “que se transformam em trabalhadores informais das cidades, conformando um imenso exército mundial de reserva no Sul Global” (Ibidem, p. 13).

O fenômeno da estrangeirização de terras é um objeto de reflexão que também aparece, tendo um enfoque especial da questão no Brasil e na China. Aqui, é possível verificar que o autor corrobora a interação intrínseca entre a terra e a acumulação de capital, assim como em seus escritos anteriores. Em “Land grabbing, fome e meio rural: Brasil e China”, Lima e Oliveira (2019) reforçam a relação entre a estrutura de acumulação capitalista, em sua forma financista, e a compra de terras, como ativo “seguro”, tendo em vista menor volatilidade, atenuados riscos associados e uma materialidade efetiva, que faz frente ao universo da valorização fictícia. Para eles:

<sup>5</sup> Atualmente, Coordenadoria de Estudos da Ásia, estrutura ligada ao Centro de Estudos Avançados da UFPE.

É necessário destacar que a interconexão do mercado financeiro com produção global de alimentos aumentou o impacto na distribuição dos grãos e outros gêneros essenciais. Em face dos riscos apresentados pela volatilidade do mercado de derivativos, a compra de terras pode representar uma garantia real para os investimentos em caso de uma nova bolha financeira estourar, visto que a terra apresenta um caráter de materialidade. Portanto, especialmente a partir de 2007 a terra passou a ser alvo de especulação e corre o risco de se tornar mais uma commodity a ser transformada em ativo financeiro. (COSTA LIMA; OLIVEIRA, 2019, p. 24-25)

Em outros termos, ressalta-se o uso da terra como elemento especulativo, o que terá impactos reais nos preços dos alimentos e, conseqüentemente, na segurança alimentar da população mais vulnerável. Os autores demonstram as repercussões da migração dos especuladores, em momentos de crises, do mercado financeiro em direção ao mercado de bens reais, em especial, o de alimentos. Nesta transição, os preços dos produtos de primeira necessidade são forçados para cima, garantindo lucratividade exorbitante (COSTA LIMA; OLIVEIRA, 2019).

O Brasil, nesta leitura, é apresentado como um país que sofre do problema da estrangeirização de terras, tendo esta questão passado por processos recentes de desregulamentação, que facilitaram a aquisição daqueles ativos por estrangeiros. Nesta dinâmica, as recentes configurações políticas do país latino-americano apontam para ampliação do privilégio do agronegócio, maior acúmulo de poder por parte dos ruralistas e negligência das questões ambientais. Pelo lado chinês, apesar das contradições persistentes entre campo e cidade, em especial nas condições de bem-estar, Costa Lima e Oliveira avaliam que houve uma amplificação da capacidade de cultivo de grãos, refletindo maior autonomia produtiva, e uma trajetória de modernização da agricultura do país asiático (Ibidem, 2019).

Em consonância com suas preocupações desenvolvimentistas sobre o Brasil, o Professor Marcos Costa Lima se debruça sobre o problema agrário e o agravamento da questão na conjuntura política mais recente, especialmente sob os governos Temer e Bolsonaro. Ele argumenta que “o Cerrado vive hoje uma ofensiva de grandes capitais nacionais e internacionais, ligadas ao agronegócio, que tem produzido impactos econômicos, sociais e ambientais” e que este é um movimento que “também está relacionado à utilização das terras agrícolas sob a forma de ativos financeiros por grandes grupos nacionais e internacionais, como área de especulação agrícola e de expansão do agronegócio”. Tal sistema tem, ainda, “contado com incentivos fiscais e créditos subsidiados pelo Estado” (COSTA LIMA, 2018b, p. 20).

Esta agenda de pesquisa encontra fôlego ainda maior nas produções de Costa Lima sobre meio ambiente, sobre as quais o presente trabalho se debruçará mais à frente. A seção que segue retoma as produções de 2015, dando seguimento ao marco temporal encerrado no subtópico anterior a este. Em sequência, serão abordados os textos que apresentam enfoque na ascensão da China e seus impactos na economia internacional.

#### **4. A PREOCUPAÇÃO COM A ASCENSÃO CHINESA E SEU PAPEL NA ECONOMIA MUNDIAL: ESCRITOS DE 2015 A 2021**

Os estudos sobre a China foram os mais marcantes do período em análise, tangenciando virtualmente todos os outros tópicos aqui levantados. Costa Lima ajudou a consolidar a relevância deste tópico, tendo aberto canais de comunicação com importantes universidades chinesas, com pesquisadores de várias partes do globo e realizado seminários internacionais, os quais auxiliaram na estruturação de uma agenda de pesquisa, especialmente no Nordeste brasileiro, sobre o país asiático. Lima possuía profundo respeito pela história e pela cultura chinesa, tendo sido, ao longo de sua trajetória, bastante cauteloso ao tratar do assunto. Em suas palestras, ele sempre expressou este cuidado, sinalizando a necessidade de aprofundar os conhecimentos em várias frentes: economia, política, cultura, sociedade, realidade urbana e rural, etc. Ele procurou ampliar sua leitura particular de autores daquele país, bem como divulgá-los na academia e fora dela, tendo realizado quatro viagens até lá.

A produção acadêmica sobre a China foi abundante. Para além dos vários artigos científicos, entrevistas e seminários, foram organizados três livros, em cooperação com pesquisadores brasileiros e estrangeiros, muitos dos quais, chineses. Fazem parte deste acervo: da Série Pensamento Crítico, *Perspectivas Asiáticas*, de 2016; *Sobre a China*, de 2018, e *Brasil e China nas Relações Internacionais: Temas e Debates*, livro digital, de 2021. O livro “Sobre a China” foi um dos mais vendidos pela EDUFPE e “Brasil e China nas relações internacionais” está em preparação para o lançamento de sua segunda edição, em formato físico.

O ano de 2015 é marcado pela consolidação dos estudos asiáticos, com grande ênfase na questão do desenvolvimento chinês. Neste momento, enquanto parte do Centro de Estudos Internacionais, é inaugurado o Instituto de Estudos da Ásia (IEÁSIA-UFPE), sob coordenação do Professor Marcos Costa Lima. Já no ano de fundação, é organizado o Primeiro Seminário do IEÁSIA, intitulado “Conhecer a Ásia”. Em 2017, demarcando a relevância da pesquisa sobre Ásia em instituições nordestinas, é realizado o “1º Seminário Nordestino de Estudos da Ásia”, como colaboração entre as universidades federais de Pernambuco (UFPE), Bahia (UFBA), Sergipe (UFS), da Paraíba (UFPB), que também contribui com a sua universidade estadual (UEPB), além da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e instituições de ensino superior privadas de Pernambuco, como a ASCES e a Faculdade Damas. Atualmente, como parte do Centro de Estudos Avançados (CEA-UFPE), a Coordenadoria de Estudos da Ásia consolida-se como o maior grupo de pesquisas sobre Ásia no Norte-Nordeste, tendo uma importante projeção nacional e integração internacional.

Um dos aspectos de interesse nas investigações de Costa Lima era a questão urbana, como um desdobramento das suas pesquisas sobre desenvolvimento socioeconômico. O crescimento das cidades, a relação com as áreas rurais, o deslocamento interno de pessoas, as condições de infraestrutura, transportes, acesso a eletricidade, foram temas retratados em alguns textos. No que diz respeito à Ásia, destaca-se o artigo “Território, desenvolvimento e a economia das grandes cidades: perspectivas do Brasil e da China”, apresentado preliminarmente no Beijing Forum, em 2014, e publicado em periódico em 2015. Naquele trabalho, Costa Lima, Silva e Alves (2015) desenvolvem uma perspectiva histórica dos processos de crescimento e desenvolvimento das cidades no Brasil e na China, destacando que “o acúmulo de pobreza nas grandes cidades, mesmo em alguns países de renda elevada, apresenta uma série de impasses que fazem da questão urbana um tema proeminente e desafiador para pesquisadores de diversas áreas” (2015, p. 207).

Há, de acordo com os autores, um contraste entre o movimento de urbanização brasileiro – marcado por acumulação de população superexplorada nos grandes centros, ampliação do exército industrial de reserva de origem rural, articulação entre moderno e arcaico e ausência de planejamento (Ibidem, p. 207) – e o modelo chinês - caracterizado por um papel definitivo do governo:

Primeiro, com a ampliação da vitalidade econômica pela implantação de uma nova estratégia de desenvolvimento regional. Em segundo lugar, promovendo o desenvolvimento de cidades consideradas atrasadas ou em declínio pelas transferências governamentais, via políticas fiscais. Consequentemente, metrópoles e grandes cidades não cresceram anormalmente no processo de globalização da urbanização chinesa (COSTA LIMA; SILVA; ALVES; 2015, p. 213).

Em 2016, três escritos se sobressaíram em relação a análise de Costa Lima sobre o crescente papel da China no sistema internacional, são eles: Costa Lima e Silva (2016a; 2016b e 2016c) e Costa Lima (2016). Além dos três artigos supracitados também é nesta fase que Costa Lima lança o livro “Perspectivas Asiáticas”, fruto de sua articulação e cooperação com pesquisadores de destaque nesta área temática.

Marcos Costa Lima sempre reforçou a importância da historiografia internacional para compreensão das dinâmicas do século XXI. Hobsbawm (1995) e Arrighi (1996; 2008) eram leituras obrigatórias e importantíssimas em seus ensinamentos e orientações. Em suas análises de economia política internacional, Costa Lima (2016) defendia firmemente que a análise e compreensão de dois processos históricos e revolucionários precisavam estar presentes em qualquer análise de economia política internacional, eram eles as transformações técnico-produtivas e a revolução na informática e a ascensão chinesa, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980.

Vale salientar que a preocupação com a questão tecnológica permeia toda a sua obra de maneira tangencial, algo que gera repercussão em seus estudos sobre a China. A partir de 2019, ele retorna às pesquisas sobre as dinâmicas da inovação tecnológica, no que se pode rotular como sua tese geral sobre dinâmicas do capitalismo. Os últimos 5 anos de pesquisa de Costa Lima são voltados a compreender o que ele entendia como eixos propulsores da EPI: Desenvolvimento, Meio Ambiente, Inovação Tecnológica. Aqui, verifica-se a totalidade de seu pensamento, já que observa a Economia Política Internacional a partir destes vários eixos e relaciona-os em suas várias fases de trabalho, como é possível verificar a partir do presente artigo.

Em vários momentos, o autor pondera que o deslocamento de poder, que atualmente se observa com a ascensão chinesa, não se tratava de fato novo do século XXI. Para ele, havia “uma modificação geopolítica de deslocamento do poder tradicional, situado no entorno do Atlântico para o continente asiático, que havia sido desencadeado pelo Japão a partir de 1955 até a década de 1970” (Ibidem, p. 7). Esse processo, no entanto, foi desmantelado pela crise asiática de 1997, que gerou muitas dúvidas na comunidade científica sobre a

viabilidade dessa mudança geopolítica. O autor ainda reflete que “tal insucesso representou uma oportunidade para reduzir a “corrida para o desenvolvimento” e refletir coletivamente sobre o caminho de desenvolvimento que os países da Ásia deveriam seguir” (Ibidem, p.8).

O pesquisador analisa que a ascensão chinesa foi tida, em certo tempo, como uma força desagregadora para o crescimento econômico da região. Em 2002, China e ASEAN assinaram um Acordo de Livre Comércio, que exerceu uma grande pressão sobre o Japão e a República da Coreia, que tiveram de seguir o exemplo através da intensificação de seu comércio com o mesmo bloco, baixo o guarda-chuva intitulado “ASEAN+ 3”. Assim, com a China como um crescente poder regional econômico e político, sua iniciativa com o ASEAN acabou por produzir um novo momento na direção da chamada Nova Era da Integração Econômica na Ásia do Leste (COSTA LIMA, 2016). O professor então concluía que “buscar, pela via de um intenso pragmatismo, equilibrar os avanços dos tigres econômicos e do Japão é um desafio constante para a China, que centraliza e dá o ritmo da economia regional” (COSTA LIMA, 2016).

Ao explicar o “modelo chinês” de desenvolvimento e urbanização que os transformaram em gigantes do comércio internacional, Marcos Costa Lima defendia que tamanho sucesso estava ligado endogenamente a uma política urbana de grande intensidade, com intensa tutela estatal e amplo planejamento do desenvolvimento. Nesse modelo de desenvolvimento, as cidades são um elemento central para crescimento econômico. Segundo o autor, no “modelo chinês”, a densidade urbana fornece o caminho mais claro da pobreza à prosperidade, como a maior cidade das invenções, porque articula reduzir os custos através de economias de especialização e escala, proporcionando maior rapidez na disseminação de conhecimento e informação (COSTA LIMA, 2016). Ademais, Costa Lima também era um firme defensor de que o projeto de ascensão chinesa pacífica seria factível, muito embora, ele tenha se mostrado mais complexo na atualidade do que nas primeiras três décadas do pós-Reforma e Abertura. Para o autor:

[...] a China precisa pensar fortemente sobre ela mesmo, sobre suas questões internas e sobre a sociedade internacional na qual é hoje um dos maiores players. Estes processos, em meio a uma crise ainda sem descortino, criarão fortes tensões – por exemplo, com os Estados Unidos da América e com o Japão, sem que possa repetir a sua experiência de sucesso desde 1978. O país está melhor posicionado que a maioria das grandes potências para se sair bem e não poderá manter uma distância confortável dos problemas hoje enfrentados pelo Ocidente. Querendo ou não, a China será demandada para uma ação internacional capaz de estar à altura de suas atuais condições de uma grande potência. Neste sentido, a dimensão da paz e a afirmação categórica desta premissa podem representar um valor inestimável de superação da crise capitalista. (COSTA LIMA, 2016, p.10)

Ainda no escopo do lançamento do livro “Perspectivas Asiáticas” o estudo, de Marcos Costa Lima e Joyce Helena Ferreira da Silva, sobre o Banco dos BRICS, questionava se este marco poderia constituir-se como uma via alternativa às instituições de Bretton Woods. Os autores avaliaram as repercussões do golpe de Estado no Brasil em 2016 e os desdobramentos deste sobre os BRICS. Costa Lima e Silva (2016a) compreendiam que essa tentativa de criação do Banco BRICS constituía-se como uma alternativa capaz de enfrentar a hegemonia financeira do G7. Segundo o autor, esta ferramenta inaugurava uma nova etapa nos processos mundiais, que reforçava “a horizontalidade e a visibilidade às demandas do Sul global” (COSTA LIMA; SILVA, 2016a, p. 330).

O Banco dos BRICS, nesta perspectiva, criava novos horizontes, fora do escopo de “organizações historicamente ligadas aos interesses dos países centrais”. Costa Lima e Silva ressaltam, ainda, que esta estrutura precisaria de elementos de consolidação, tendo em vista que “o Banco dos BRICS surgiu como ponto marcante deste novo panorama, apesar de alguns elementos de insuficiência” (Ibidem, p.330).

No que concerne ao contexto de criação do Banco do BRICS, os autores entendiam que “os cinco países do grupo possuem um objetivo comum que os torna coesos, a saber, o esforço pela implementação de estruturas de governança mais democráticas”. O professor compreendia que os BRICS surgiam como um dos principais pontos de resistência, “cujo grande tema é a proposição de uma ordem global multipolar, menos assimétrica, mais democrática e sem condicionalidades sobre políticas internas” (Ibidem, p.336). Dessa maneira, Costa Lima defendia que o bloco, e naquela altura, a criação do banco, representavam, apesar de todas as suas insuficiências, um avanço institucional em consonância com as transformações internacionais, e sugeria que o Banco do BRICS poderia ser “uma alternativa real às instituições de Bretton Woods” para os periféricos e subalternos (Ibidem, p.336).

Ainda que ávido entusiasta da ascensão chinesa, Costa Lima também observava com cautela a inserção do Império do Meio na América Latina. Em outro escrito de 2016, ele comentava sobre os benefícios e desafios que a economia chinesa trazia para a nossa região.

No artigo “Da Modernidade Pós-Colonial e das Relações da América Latina com a China em um novo contexto mundial” ele coloca em questão a discussão sobre de qual forma a América Latina se insere nesse novo contexto de deslocamento de poder para Ásia. Costa Lima, via nesse momento, a oportunidade de a América Latina poder se colocar em oposição à estrutura política e econômica do imperialismo, e fazer frente às imposições do capitalismo central. Em uma associação com a economia chinesa, entretanto, havia ainda o desafio de manter com a China posicionamento incisivo, visto que a economia asiática possui maior poder de barganha. Este desafio exigiria – e ainda exige – um esforço político, econômico e teórico amplo (COSTA LIMA; SILVA, 2016c).

O professor defendia que a interação da região com o país asiático havia produzido resultados positivos, do ponto de vista conjuntural, porém, que exigia cautela e políticas incisivas no longo prazo, por reforçarem aspectos estruturais problemáticos na América Latina, como é o caso dos processos de reprimarização daquelas economias.

Faz-se necessário, aqui, constatar que o momento atual do Brasil e da América Latina revela que a região não agiu com cautela e que, portanto, as preocupações de Costa Lima em 2016, que mostravam uma tendência, tornaram-se realidade. A China se estabeleceu como principal parceiro comercial de países como Brasil e Argentina, representando uma larga fatia de aproximadamente 30% das exportações desses países. Esta pauta exportadora, conforme se conhece, é marcada, primordialmente, por commodities; tendo os dois países latino-americanos desmantelado suas indústrias nacionais, como consequência de crises políticas, econômicas e uma severa fase de decadência de seus projetos de desenvolvimento (G1, 2021; VALOR, 2022).

Ainda assim, Costa Lima e Silva (2016c) indicam que o principal motivo para a necessidade de cautela era em relação à “questão da elasticidade-renda dos produtos primários em comparação com a elasticidade-renda de produtos industrializados”. Os autores comentavam que “em muitos casos, as elasticidades-renda dos países são predominantemente determinadas pela detenção de recursos naturais e pelas características dos bens produzidos, que são um produto da História e independem do aumento da produção” (Ibidem, p.49). Lima e Silva apresentavam, também, como possível solução para este problema, a necessidade de um esforço “a partir de forte intervenção estatal, no sentido de quebrar com o circuito estrutural oriundo de processos históricos e de dotação prévia de recursos, sendo este o grande desafio para os países latino-americanos: a reinserção diferenciada na Divisão Internacional do Trabalho” (Ibidem, p.49).

Na mesma direção, também desmistificavam a necessidade de um receituário neoliberal e não-intervencionista das economias da América Latina, mostrando que “o mercado não esteve no papel de agente principal da trajetória de desenvolvimento destes países, nem no início do desenvolvimento capitalista, tampouco na contemporaneidade, e inclusive, o próprio mecanismo de livre-mercado só foi tornado possível a partir da ação deliberada do Estado nos países hoje desenvolvidos” (Ibidem, p.38).

Em 2018, na introdução do livro “Sobre a China”, Costa Lima (2018c) ressalta a consolidação do pensamento de Xi Jinping, colocado ombro a ombro com os grandes líderes da história contemporânea chinesa: Mao Zedong e Deng Xiaoping. O 19º Congresso do Partido Comunista Chinês acrescentava o pensamento de Xi Jinping sobre “o socialismo com características chinesas” na constituição. Nesta reflexão, Costa Lima (2018c) traz à tona alguns dos debates mais relevantes daquele momento: a planejada redução do ritmo de crescimento do PIB chinês, para um patamar de 6% e os aspectos iniciais do projeto da “nova rota da seda”, naquele tempo chamado de One Belt, One Road (OBOR); atualmente, Belt and Road Initiative (BRI).

Reforçando as preocupações com a América Latina, já presente nos escritos de 2016, Barbosa et al. (2018a) retratam a intensificação das relações entre o país asiático e os latino-americanos neste início de século XXI. Neste texto, os autores reforçam a questão da reprimarização, especialmente no caso brasileiro, apontando, a partir da apresentação de dados estatísticos, o baixo nível de dinamização da pauta exportadora da região em direção à China. Em relação ao investimento estrangeiro direto, revela-se uma concentração não apenas em termos setoriais, mas também em relação aos países receptores de IED chinês:

Além da concentração dos IED chineses na área de recursos naturais, percebe-se também que há uma centralização dos países que recebem esses investimentos. Dados da CEPAL mostram que entre 2005 e 2015 a metade dos financiamentos foram destinados a projetos no Brasil (30%) e no Peru (20%). O panorama apresentado elucida um pouco da dinâmica comercial entre a RPC e a América Latina, no entanto, não apresenta os diversos padrões de comércio tendo em vista que a região é composta por países que possuem suas estratégias internacionais e as ajusta aos seus condicionantes externos (BARBOSA, COSTA LIMA, FONSECA, GOMES, ALVES, 2018a, p. 240-241).

Esta análise, entretanto, não ficou restrita aos fenômenos econômicos. Colocando ênfase no Brasil, desde o ponto de vista da política externa, os autores destacaram alguns desafios, impostos pela ampliação da influência chinesa na região. Segundo eles:

Esse aumento na influência da RPC é fruto do vácuo de poder deixado ao final da Guerra Fria tanto pela Rússia, quanto pelos Estados Unidos. Além do desempenho econômico do Brasil, que foi “abalado pela trajetória declinante da taxa de crescimento de sua economia ao longo do governo Dilma Rousseff” (PINI, 2015, p.27). Esse declínio é observado na retração da participação brasileiro nos projetos de infraestrutura da região, que, conseqüentemente, receberam investimentos chineses, como por exemplo as represas “Nestor Kirchner” e “Jorge Capernic” na Argentina (PINI, 2015).

O último livro organizado por Marcos Costa Lima, lançado em 2021, traz, na apresentação, considerações sobre a formação do moderno sistema-mundo e a consolidação do sistema interestatal capitalista. Comprovando, mais uma vez, a argumentação do presente artigo – em favor da característica holística do pensamento de Lima – o autor reforça que Brasil e China

não tiveram qualquer participação na criação do “sistema interestatal capitalista”, mas sim foram integrados a ele de maneira forçada, e como se sabe, a um altíssimo custo. China e Brasil tornaram-se membros de fato desse sistema de forma tardia, quando as potências europeias, os Estados Unidos e o Japão já gozavam de avançados aparatos militares, econômicos e tecnológicos. É sob esse contexto holístico que devemos analisar o espaço ocupado pela China e pelo Brasil nas relações internacionais hodiernamente. (COSTA LIMA, 2021, p. 8)

Já no capítulo que compõe sua contribuição para o mesmo livro, Costa Lima e Montenegro (2021) trazem uma análise sobre a China e suas relações com a África e o Oceano Índico, a partir dos eixos econômico e de segurança. Para eles, o continente africano constitui parte fundamenta da política externa da China, sendo “um espaço geoestratégico fundamental para as ambições internacionais” daquele país (COSTA LIMA; MONTENEGRO, 2021, p. 145). No que diz respeito ao Oceano Índico, “águas Índicas são parte fundamental da Iniciativa Cinturão e Rota, principal projeto de política externa da RPC, e naturalmente se transformaram em um locus privilegiado da expansão econômica e militar do gigante asiático”. Comprova a análise o fato de que

A assertividade chinesa nos litígios territoriais no Mar do Sul, o envolvimento em empreendimentos portuários variados, a realização de exercícios antipirataria e a abertura de sua primeira base militar no exterior são traços de evidências que apontam de forma incontestante que, cada vez mais, a jornada de projeção internacional da China deve robustecer-se rumo ao teatro marítimo (COSTA LIMA; MONTENEGRO, 2021, p. 145).

Como se tentou comprovar nesta seção, os estudos sobre a China marcaram profundamente os escritos mais recentes de Marcos Costa Lima, com grande produção, nos últimos sete anos. Várias foram as facetas investigadas e a pluralidade da produção: tratando desde os impactos da ascensão chinesa no sistema internacional até as avaliações de suas relações com países do sul Global. A questão urbana, a reformulação das instituições internacionais, as assimetrias nas relações com a América Latina e a África, aspectos econômicos, políticos, geopolíticos e de segurança internacional marcaram a difusão de temas em torno da Ásia. Como é possível verificar em outras seções deste trabalho, o problema agrário e do meio ambiente também foram perpassados pela China.

Encaminhando para a finalização deste artigo, a última parte será dedicada a algumas formulações de Lima a respeito do meio ambiente; este que foi um dos seus últimos, mais preciosos e defendidos objetos de pesquisa. A questão ambiental aprofundou a inter-relação entre os sujeitos pesquisador e político, entre o homem acadêmico e militante. Costa Lima aproximou-se bastante dos movimentos sociais, em especial, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), modificando também sua vida pessoal, seu trato com os recursos e a alimentação. Com este mote, o pesquisador revela a profunda interconexão entre toda sua agenda, alinhavando capitalismo, acumulação, crise, desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Dado o escopo deste trabalho e seu limite de espaço, serão traçadas algumas diretrizes mais recorrentes.

## 5. A CRISE DO CAPITALISMO PELA ÓTICA AMBIENTAL: ESCRITOS DE 2018 A 2021

A questão ambiental tem se tornado incontornável, especialmente quando se procura compreender a dinâmica, os efeitos e as possibilidades de mudança social, dadas as diversas crises geradas pelo capitalismo. Marcos Costa Lima tinha esta interpretação e vinha se tornando cada vez mais crítico às leituras que se faziam restritas às interpretações daquele sistema econômico pela via de um

economicismo estreito. Temas como indústria, inovação, tecnologia e finanças passaram a compor um arcabouço intimamente entrelaçado às investigações sobre meio ambiente.

Em um texto de 2018, Costa Lima apresenta a conexão entre (i) o processo de oligopolização – tendência predominante no modo de acumulação de capital, especialmente pós-financeirização – e (ii) a ampliação do que ele chama de “tirania da dieta alimentar, homogeneizada e manipulada, em busca apenas de altos lucros para as grandes corporações agroindustriais”. Compatibilizando seus estudos de economia política internacional, segurança alimentar e meio ambiente, o autor mostra, com grande enfoque ao caso brasileiro, que o país é um dos maiores mercados de agrotóxicos do mundo, representando cerca de 20% do total global (2018d, p. 22).

Tal posição repercute em contaminação direta dos trabalhadores rurais, dos lençóis freáticos, da fauna brasileira e de todos aqueles que consomem os produtos expostos a este tipo de tratamento. Os latifúndios brasileiros corresponderiam, segundo dados apresentados pelo pesquisador, ao 12º território do planeta, caso representassem, somados os estes geográficos, um país soberano (COSTA LIMA, 2018b). Estas “formações predatórias”, extremamente concentradas em configurações oligopolizadas, geram “violência, expulsões, doenças, contaminação das águas, destruição ambiental e pobreza” (Ibidem, p. 20).

Apesar das fortes críticas ao imobilismo das autoridades nacionais e internacionais diante da crise ambiental, uma marca constante na obra de Marcos Costa Lima é a presença de possibilidades concretas de mudança. Em 2019, no texto “O colapso ambiental que se pronuncia”, ele argumenta que “as principais lideranças políticas falharam em reconhecer que o impacto humano sobre o meio ambiente atingiu um estágio crítico, que erode a estabilidade socioeconômica dos lugares” (COSTA LIMA, 2019, p. 18). Ao citar Polanyi (2012) e Lowy (2019), indica que a acumulação ilimitada e a mercantilização de tudo, inclusive seres humanos e recursos naturais, foram processos que permitiram a acelerada degradação que se assiste no momento atual. Apesar do quadro preocupante, Costa Lima (2019) aponta para o ecossocialismo como uma janela de mudança. O núcleo do conceito seria o planejamento democrático ecológico gerenciado pela própria população, colocando as necessidades humanas e ecológicas em primazia e não o lucro e os ganhos privados.

Costa Lima observa que esta excessiva mercantilização é fruto, também, de uma “visão antropocêntrica” do mundo, em que “a cultura humana foi sempre vista como criativa e imutável, além de inesgotável, enquanto tudo mais no planeta era entendido como passivo e fixo – simples recursos naturais ou matérias-primas, também a serem exploradas infinitamente” (COSTA LIMA, 2019, p. 4). Na mesma direção propositiva que faz do ecossocialismo, argumenta que a China apresenta importantes revisões em sua postura, sendo o líder Xi Jinping um exemplo para as autoridades, especialmente do mundo Ocidental:

[...] são poucos os líderes mundiais a afirmar categoricamente o quão comprometidos estão nesta luta para reduzir os efeitos do aquecimento global. O presidente da China, Xi Jinping, tem não apenas se posicionado em seus pronunciamentos sobre o problema ambiental, mas estabelecido uma agenda assertiva ampla que vem se consolidando no país e, mais do que isso, tem tratado a questão como uma esperançosa civilização ecológica (COSTA LIMA, 2021, p. 6).

Como síntese dessas leituras, pode-se verificar o relacionamento profundo entre capitalismo, desenvolvimento, finanças, segurança alimentar, Brasil, China e crise ambiental. As agendas se apresentam, portanto, como vasos comunicantes. É sobre isto que trata a próxima parte, que traz em tela as considerações finais deste artigo-homenagem.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se revisitar os mais relevantes tópicos de pesquisa de Marcos Costa Lima, no período compreendido entre 2011 e 2021. Desde tal perspectiva, foram colocados em evidência quatro temas de maior destaque: (i) desenvolvimentismo e as possibilidades de superação das condições de subdesenvolvimento; (ii) a questão agrária e o problema da estrangeirização de terras; (iii) a China e sua inserção no complexo sistema político-econômico internacional; (iv) meio ambiente e a crise ecológica. Ao desenrolar da revisão de literatura, apresentadas as visões do autor a partir de vários textos de sua autoria e em colaboração com outros, foi possível reconhecer o íntimo entrelaçamento em sua agenda de pesquisa: vasta, complexa e intrinsecamente coerente.

Costa Lima foi um pensador crítico e persistentemente otimista. Em seus escritos, observa-se um profundo inconformismo em



relação ao sistema capitalista, especialmente na sua configuração neoliberal-financista, à gestão da política brasileira no período recente, ao mau uso dos recursos naturais; e, desde um ponto de vista epistemológico, uma profunda insatisfação com as teorias eurocêntricas. Suas contestações, entretanto, apareciam seguidas de propostas, possibilidades, exemplos e formulações sobre como seria possível modificar a realidade, transformando a sociedade de forma democrática e humanista.

Ao longo do artigo, procurou-se lançar luz sobre elementos persistentes na análise de Lima, como a observação das constantes crises do capitalismo, em suas diferentes dimensões, a ênfase no Sul Global – em especial, Brasil, Índia e China, a conexão entre local e global – para citar alguns aspectos. Reconhecem-se, no entanto, as dificuldades e lacunas do presente texto, diante do volume e da complexidade da produção do pesquisador pernambucano. Dado o restrito espaço que representa um artigo científico, procurou-se, aqui, entusiasmar a curiosidade de jovens pesquisadores, que porventura não sejam familiarizados com esta produção, ampliar os horizontes daqueles que já são leitores deste pensador e, mais importante, prestar homenagem a este que foi mestre, referência e amigo.

É possível detectar, a partir das seções apresentadas, uma agenda que se faz resistência: na crítica contundente ao modo de acumulação capitalista – produtor de assimetrias entre os países, de degradação ambiental e de marginalização das camadas menos favorecidas; e no debate epistemológico e na inclusão do pensamento subalterno e periférico – para que o Sul Global seja explicado “por ele mesmo”. Para atingir esta profundidade, Costa Lima recorre, frequentemente, ao artifício da interdisciplinaridade, o que é aferido em sua obra e nas articulações que executou a partir de grupos de pesquisa, seminários, organização de livros e debates públicos. Em sua trajetória, dialogou com sociólogos, economistas, internacionalistas, cientistas políticos, arquitetos, juristas, nutrólogos; aproximou-se de movimentos sociais, de organizações públicas e privadas, de professores, pesquisadores e trabalhadores de dentro e de fora do Brasil.

Finaliza-se esta reflexão convocando para a tarefa de se seguir este itinerário plural, de se erguer, a partir do arcabouço deixado por Marcos Costa Lima, uma universidade inclusiva, aberta às interlocuções e atenta para as questões reais e mais urgentes da sociedade. A ciência precisa estar conectada com a vida social, garantindo propostas de modificação do mundo para melhor.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni (2008). Adam Smith em Pequim: **origens e fundamentos do século XXI**. Boitempo editorial.
- \_\_\_\_\_. (1996). **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Editora Unesp.
- BALANÇA comercial: **veja ranking dos principais parceiros do Brasil em 2021**. G1, 04 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/01/04/balanca-comercial-veja-ranking-dos-principais-parceiros-do-brasil-em-2021.ghtml>>. Acesso em: 14/07/2022
- BARBOSA, M. P., Lima, M. C., FONSECA, P. A. A., GOMES JÚNIOR, R. A. M.; ALVES, V. L. (2018a). **A Nova Rota da Seda e a Ascensão Pacífica Chinesa**. Século XXI: Revista de Relações Internacionais, v. 7, p. 62-77.
- CHINA **ocupa espaço que era do Brasil na Argentina**. Valor, 28 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/01/28/china-ocupa-espaco-que-era-do-brasil-na-argentina.ghtml>>. Acesso em: 14/07/2022
- CHESNAIS, François (2011). **Aux racines de la crise économique mondiale**. In: Carré Rouge, n.46, dec, pp. 7-17.
- COSTA LIMA, Marcos (2021). **Um sopro de esperança: Xi Jinping e a civilização ecológica**”. Revista Jornalismo e Cidadania, n. 43, outubro.
- \_\_\_\_\_. (2020). **O Brasil na contramão: fogo, queimadas e negligência estatal**. Revista Jornalismo e Cidadania, n. 38, setembro.
- \_\_\_\_\_. (2019). **O colapso ambiental que se pronuncia**. Revista Jornalismo e Cidadania, n. 30, jul.
- \_\_\_\_\_. (2018a). **Segurança Alimentar e as Sistemáticas Contradições do Capitalismo**. Revista Jornalismo e Cidadania, n. 20, mar.
- \_\_\_\_\_. (2018b). **Vocês conhecem o termo MATOPIBA?** Revista Jornalismo e Cidadania, n. 24, jun.
- \_\_\_\_\_. (2018c). **Sobre a China**. Recife: Edufpe.
- \_\_\_\_\_. (2018d). **Os pesticidas: poderosa cadeia mundial de venenos**. Revista Jornalismo e Cidadania, n. 27, dez.
- \_\_\_\_\_. (2016). **Introdução**. In: **COSTA LIMA, Marcos (org). Perspectivas Asiáticas**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Folio Digital.
- \_\_\_\_\_. (2014). **Crise sistêmica, desordem mundial, financeirização e Estado: desafios e oportunidades para os países emergentes**. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 23, n. 1.

- \_\_\_\_\_. (org.) (2013a). **Os Boêmios Cívicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-54)**. Série Pensamento Crítico, volume 3. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado para o Desenvolvimento.
- \_\_\_\_\_. (2013b). **A experiência indiana: crescimento predatório e manutenção da pobreza**. Estudos Internacionais, v. 1 n. 2 jul-dez, p. 185-203.
- \_\_\_\_\_. (2011). **O Brasil na segunda década do século XXI: desafios, mudanças e novas questões**. Cadernos do Desenvolvimento, v. 6, n. 9, p. 345-354.
- \_\_\_\_\_. COSTA LIMA, Marcos; SILVA, Joyce Helena Ferreira (2016a). **“Banco dos BRICS: Uma via alternativa às instituições de Bretton Woods?”** In: COSTA LIMA, Marcos (org). *Perspectivas Asiáticas*. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Folio Digital.
- \_\_\_\_\_. (2016b). **As relações da América Latina com a China em um novo contexto mundial**. Revista Densidades (Online), v. 19, p. 11-32.
- \_\_\_\_\_. (2016c). **Da Modernidade Pós-Colonial e das Relações da América Latina com a China em um novo Contexto Mundial**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 5, p. 26-53.
- \_\_\_\_\_. COSTA LIMA, Marcos Costa; SILVA, Joyce Helena Ferreira; ALVES, João Ricardo Cumarú (2015). **Território, desenvolvimento e a economia das grandes cidades: perspectivas do Brasil e da China**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 12, n. 24, p. 205-230.
- COSTA LIMA, Marcos; OLIVEIRA, Eduardo Matos (2019). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva**. Recife: Editora Fasa.
- \_\_\_\_\_. ELÍBIO JR, Antônio Manoel; ALMEIDA, Carolina Soccio Di Manno de; COSTA LIMA, Marcos (2013). **Edward Said e o Pós-Colonialismo**. Saeculum Revista de História, Universidade Federal da Paraíba—Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes—Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História.
- HARVEY, David (2005). **The New Imperialism**. Oxford University Press. pp. 91-93.
- HOBSBAWM, Eric (1995). **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras.
- MCMICHAEL, Philip (2016). **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução de Sonia Midori. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp e UFRGS.
- PINI, André Mendes (2015). **Acrescente presença chinesa na América Latina: desafios ao Brasil**. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 21, set-dez.
- POLANYI, Karl (2012). **A grande transformação: As origens da nossa época**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier.

## A HUMANIDADE DE MARCOS COSTA LIMA

### THE HUMANITY OF MARCOS COSTA LIMA

**Debhora Fernanda Custódio Bento** | debhorafernandabento@gmail.com | Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e curadora da Coordenadoria de Estudos da Ásia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

**Maria de Jesus de Britto Leite** | maria.bleite@ufpe.br | Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo/ Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano-MDU-UFPE e coordenadora do Centro de Estudos Avançados (CEA) da UFPE

**Recebimento do artigo** Setembro de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo revelar o olhar humanizado e o desejo por justiça social como os elementos que permaneceram constantes nas reflexões e ações de Marcos Costa Lima na sua atuação como docente e pesquisador. As vivências, que possibilitaram a construção de seu olhar, e as múltiplas linguagens que utilizou para expressar sua sede por equidade social são discutidas no texto. Alguns dos trabalhos e temas, no campo da economia política do desenvolvimento, são aqui abordados, como forma de acompanhar a trajetória de seu olhar. Ao tratar do senso de justiça social de Costa Lima, o artigo tenta demonstrar como esses valores, nele presentes, contribuíram para um fazer pesquisa de forte cunho social.

**Palavras-chave:** justiça social; Costa Lima; economia política do desenvolvimento; equidade social.

**Abstract:** This article aims to reveal the humanist perspective and the desire for social justice as the elements that remained constant in Marcos Costa Lima's reflections and actions in his work as a teacher and researcher. The experiences that enabled the construction of his view and the multiple languages he used to express his thirst for social equity are discussed in the text. Some of the works and themes in the field of political economy of development are addressed here, as a way of following the trajectory of his view. By dealing with Costa Lima's sense of social justice, the article aims to demonstrate how these values present in him, contributed to research with a strong social nature.

**Keywords:** Social justice; Costa Lima; political economy development; social equity.

## 1. INTRODUÇÃO

A nossa existência ganha muito mais sentido quando nos permitimos experienciar o mundo a partir do entendimento de que nossas ações não se encerram em nós mesmos. Somos seres coletivos e a possibilidade da partilha, do contato com o outro nos permite desenvolver nossa humanidade. A consciência de que é preciso desviar do egoísmo e de se perceber como parte de um todo se fez presente em Marcos Costa Lima ao longo de sua caminhada – no jovem Marcos que lutou pela democracia contra a ditadura militar, no professor que estimulava o livre pensar, no pesquisador que tinha como prática um fazer pesquisa de forte cunho social que envolvia o exercício do diálogo para além dos “muros” da universidade, como o contato com as bases, com os movimentos sociais. Assim, pensamos que falar sobre o olhar que Costa Lima imprimiu ao mundo através de seus trabalhos é antes de mais nada um convite a nos reconectarmos com nossa humanidade.

Vivemos num sistema que insiste em nos reduzir ao que consumimos, ao que temos em detrimento daquilo que somos, que insiste em tratar pessoas, terra e água como mercadorias – movimento feito pelo grande capital que muitas vezes encontra apoio em elites políticas locais em países periféricos como o Brasil – expulsando pessoas de seus territórios como os ataques às populações quilombolas, aos povos indígenas sob um discurso de ódio. Sobretudo nesses tempos, se faz necessário o resgate da gentileza, da generosidade, da disposição à luta social, do compromisso social, características tão presentes em Costa Lima, que faz com que sua ausência física seja ainda mais sentida e que seus trabalhos sigam tão relevantes.

Ao longo de sua trajetória como pesquisador e docente atuou em diversos projetos, ministrou cursos na graduação e pós-

graduação, foi consultor, esteve à frente e/ou foi membro de Associações, Centros de pesquisa e Redes ligadas não só à Ciência Política, mas às Ciências Sociais como um todo – uma vez que, entendia que as Ciências Sociais se justificavam no exercício de compreensão e compromisso com o real. Marcos se distanciava, portanto, da especialização do pensamento. E a amplitude de seu olhar, curiosidade intelectual e consciência permitiu que trabalhasse em diversos temas: Teorias do Desenvolvimento/Subdesenvolvimento, Desenvolvimento latino-americano, a Questão Regional Brasileira, Tecnologia sob a luz de projetos de desenvolvimento, BRICS, Questão Asiática, Desenvolvimento Chinês, Questão Ambiental, Estrangeirização de Terras, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, dentre outros. Diante da pluralidade de trabalhos desenvolvidos, levantamos as seguintes questões: há um fio condutor no pensamento de Costa Lima? É possível observarmos uma constante em seu pensamento diante de tantos trabalhos nos mais variados temas?

Nessas breves linhas já sinalizamos a atuação de Costa Lima em áreas distintas do saber, mas é importante ressaltar que essa pluralidade não o levou para um lugar comum ou de superficialidade nos temas abordados. Pelo contrário, ela pode ser lida como efeito da curiosidade e amadurecimento intelectual, sendo acompanhada do comprometimento e seriedade com a realidade, que lhe era de costume e, conseqüentemente, com os trabalhos que se propunha a desenvolver – não por acaso a robustez de sua obra. Além disso, ele apreciava a democratização do conhecimento e era habilidoso no estabelecimento de pontes, unindo pesquisadores diversos em prol de um fazer pesquisa com forte compromisso social.

O presente artigo não tem a pretensão de passar por todos os temas trabalhados por Costa Lima ou de fazer uma revisão de literatura apurada de toda sua obra, que como vimos, é extensa e profunda. Decerto, neste documento abordaremos trabalhos por ele produzidos e transitaremos por algumas de suas obras, mas faremos esse movimento com o objetivo de lançar luz a pergunta que fizemos acima sobre o fio condutor de seu pensamento. Entendemos que as questões que aqui foram colocadas encontram respostas no olhar que Costa Lima lançava para o mundo: de inquietação diante de tantas desigualdades e do desejo vivo por justiça social. Mas a construção desse olhar e a busca por justiça social não são questões tautológicas, ou seja, elas não pairam no seu imaginário sem razão como poderá ser observado ao longo deste artigo.

Diante do exposto, num primeiro momento falaremos das vivências e interesses que estão diretamente atrelados a construção desse olhar humanizado e comprometido com as causas sociais. Posteriormente, visitaremos algumas de suas obras que têm relação com a questão do desenvolvimento – pensado para além dos aspectos econômicos – na tentativa de revelar a justiça social como a constante do seu pensamento e ação. Por fim, as considerações finais, que é antes de tudo um convite ao leitor para re(visitar) os trabalhos de um pensador que se dedicou e valorizou profundamente o conhecimento, mas sem perder de vista que os saberes têm que estar a serviço da transformação social para que seja possível prospectar e construir uma realidade mais democrática, humana e justa.

## 2. A CONSTRUÇÃO DO OLHAR

De acordo com Brym et al (2008), a constituição do nosso sentido de self, ou seja, da nossa identidade, ocorre em paralelo ao processo de interação social e de internalização de nossa cultura. A ideia de quem somos, nossa personalidade, se constrói à medida que interagimos com o outro. É no processo de socialização, portanto, que vamos nos constituindo como seres capazes de desenvolver nossas potencialidades humanas. A contribuição sociológica mais relevante de Freud, ainda de acordo com Brym et al (2008), foi enfatizar que “O self emerge a partir das interações sociais na primeira infância e que as experiências da primeira infância exercem um impacto duradouro no desenvolvimento da personalidade” (BRYM et al, 2008, p.110). Sabemos que há outros importantes agentes de socialização que exercem forte influência no desenvolvimento da personalidade, e aqui não é nosso objetivo mensurar o efeito ou o grau de importância de cada um desses agentes na constituição do senso de identidade. Mas reconhecemos que a formação do self passa por relações face a face possíveis já no núcleo familiar, na socialização primária – ainda que não exclusivamente – que exerce forte impacto na constituição da personalidade do indivíduo. O núcleo familiar de Costa Lima nos dá pistas interessantes para compreender traços de sua identidade e de sua forma de ser, estar e agir no mundo.

Sua vida e obra nos revela um homem que respeitou e lutou pela democracia, por justiça social, pelo respeito ao bem comum e pela valorização da terra que devia ser entendida como fonte de vida. Fazemos parte de um todo. Portanto, nossas ações devem ser pensadas a partir dessa consciência. Nesse sentido e em tantos outros, ele defendia a necessidade de uma melhor distribuição de renda

que passava, dentre outros aspectos, pela necessidade de investimentos em educação – não só nas faculdades públicas, mas desde a base, na educação primária pública – pela necessidade da desconcentração de terra, bem como por um projeto de desenvolvimento que elencasse objetivos nacionais capazes de priorizar o conjunto da população. As ideias progressistas de Costa Lima encontram referência em Oswaldo Lima Filho, seu pai, e homem público, a quem ele dedica sua tese de doutoramento definindo-o como

... um político brasileiro com espírito público, que exerceu a política com dignidade no sentido que atribui Hannan Arendt. Se considerava um socialista - Fabiano; e dedicou grande parte de sua vida, de sua energia, a combater as injustiças sociais, a intolerância, a prepotência, a impunidade, ainda tão presente entre nós. Lutou por um país, onde todos pudessem usufruir dos frutos do trabalho e da criatividade humana. (COSTA LIMA, 1998, p. xii)

Oswaldo Lima Filho era advogado formado pela Faculdade de Direito do Recife, onde bacharelou-se em 1943. Atuou na política brasileira como deputado estadual na Assembleia Legislativa de Pernambuco, no Congresso Nacional com algumas legislaturas como deputado federal e foi ministro da agricultura no governo Jango assumindo a pasta em 1963. Ao longo da sua trajetória política atuou na defesa da soberania nacional em temas como “‘O petróleo é nosso’, a ‘Reforma agrária’ o ‘Nacionalismo’, a ‘Autodeterminação dos Povos’ e a ‘Não intervenção em países estrangeiros’” (MONTEIRO FILHO, 2001, p. 9).

Em 1947, já como Deputado estadual de Pernambuco pela legenda PSD, Lima Filho participou da elaboração da constituição estadual. No ano anterior chegou a acompanhar seu pai Oswaldo Lima – Deputado federal e constituinte – nos debates da constituinte de 1946. Nas palavras de Lima Filho “assisti durante os meses de maio a julho de 1946 os trabalhos e fui assíduo frequentador das galerias da constituinte, ora no plenário, ora na Grande Comissão Constituinte” (LIMA FILHO, 1993, p. 57). Oswaldo Lima Filho esteve desde cedo atento às questões políticas do país e imbuído de espírito público atuou na defesa dos interesses nacionais.

Em seu mandato na Assembleia Legislativa de Pernambuco atuou nas diretrizes da Constituição Pernambucana de 1947 ao lado de deputados como José Francisco Cavalcanti do PCB e outros deputados como Luiz Magalhães Melo, Paulo Germano de Magalhães e Torres Galvão do (PSD) e dos deputados Mário Lira e Carlos Rios da UDN. As diretrizes de cunho social ali estabelecidas foram possibilitadas pelo espírito progressistas dos parlamentares do PSD ora citados, da aliança com o PCB e do apoio dos parlamentares da UDN, já mencionados, segundo Lima Filho (1993). É válido ressaltar que na constituição Pernambucana de 1947 iniciativas frente a reforma agrária foram realizadas e algumas diretrizes em vista da desconcentração de terras foram estabelecidas como

A previsão da desapropriação de terras para venda de lotes a pequenos agricultores (art.102) e das terras inexploradas ao longo das rodovias e ferrovias e a desapropriação prévia das terras beneficiadas com açudes, a promoção do reflorestamento, combate à monocultura, o zelo pelo direito dos trabalhadores, estabelecendo ainda a exclusividade para brasileiros na colonização da margem do rio São Francisco. (LIMA FILHO, 1993, p.67)

As ações de Oswaldo Lima Filho diante da questão fundiária não se encerram na sua participação na constituição Pernambucana de 1947. Em sua atuação como ministro da agricultura no governo Jango, em 1963, estabeleceu iniciativas em benefício do trabalhador rural, como o estímulo à produção do pequeno e médio agricultor. Além disso, a criação de espaços pilotos de democratização de conhecimento e formação de consciência política a exemplo dos centros pilotos implantados em três cidades brasileiras em que camponeses tiveram acesso a debates sobre reforma agrária e aulas realizadas por professores e técnicos. Essas e outras ações de combate às desigualdades no campo foram interrompidas e inviabilizadas com a instauração do golpe militar em 1964 (LIMA FILHO, 1993).

Oswaldo Lima Filho, como visto, foi ministro da agricultura no governo João Goulart, assumindo a pasta em 1963 até 1964, quando do golpe militar no Brasil. No dia 3 de abril de 1964, fez um discurso<sup>1</sup> na Câmara Federal demonstrando seu repúdio às forças do atraso que se instalaram naquele momento histórico. Em mais um momento de sua vida política se coloca a favor da democracia, sendo contrário, portanto, ao regime militar. Fez oposição ao regime militar, e na instauração do bipartidarismo se filiou ao MDB. Ele teve seu mandato parlamentar cassado em 1969 devido ao Ato Institucional nº5 (AI- 5). Após o bipartidarismo, ele se filiou ao PMDB e seguiu com a vida pública até 1991.

A dedicação e energia de Costa Lima frente a uma sociedade mais justa encontra em seu pai e em seu avô referências não só do ponto de vista cognitivo – quando do exercício reflexivo sobre as causas da desigualdade –, mas também do ponto de vista prático, do

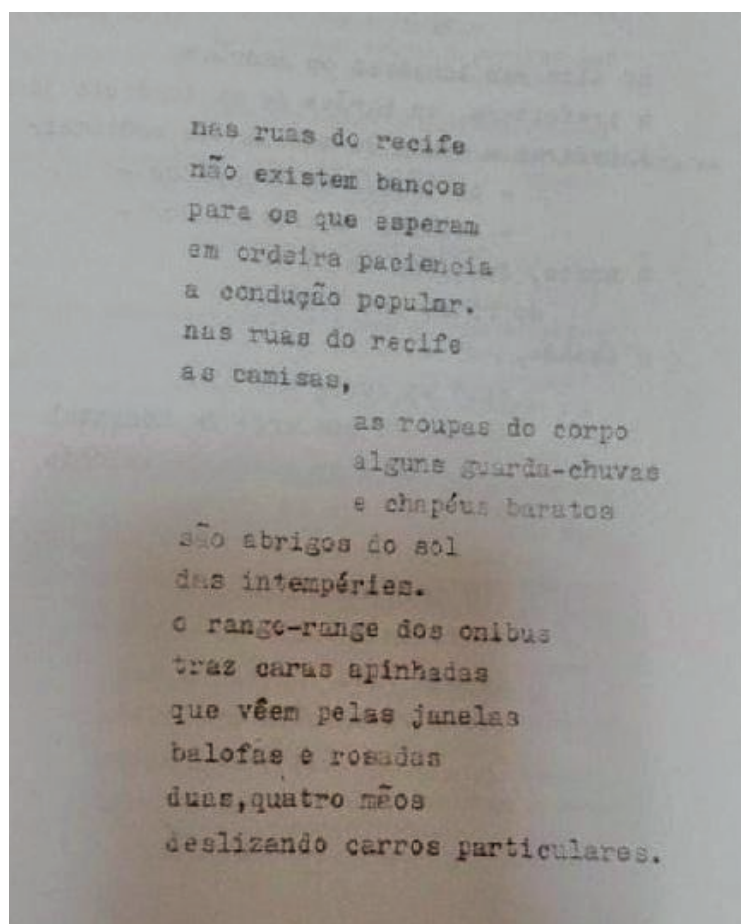
<sup>1</sup> É possível conferir o discurso no livro Política Brasileira 1945-1990 uma visão nacionalista de autoria de Oswaldo Lima Filho.

agir no mundo em defesa da democracia e de vivências mais humanas para o conjunto da população. O olhar e desejo por justiça social que o acompanhou e seus antecessores passava pela necessidade de lutar, cada um à sua maneira, por um território mais democrático, por soberania nacional, por um projeto de desenvolvimento que garantisse uma vida mais digna às pessoas. O entendimento de que é necessário lutar por um projeto de nação que assuma o compromisso no combate às desigualdades sociais provocadas, em grande medida, pela concentração fundiária estava tanto em Lima Filho quanto em Costa Lima e a ação de ambos caminharam por este enfrentamento.

O conhecimento e democratização também é uma forma de fazer política e de contribuir para que outra realidade seja possível. Os cerca de 400 artigos em periódicos e em capítulos de livros, os livros por ele organizados, as pesquisas e projetos desenvolvidos nos mostram uma trajetória de dedicação a temas caros para pensarmos e agirmos na construção de um território mais democrático. Nos últimos anos, Costa Lima estava cada vez mais interessado nas questões ambientais, crise climática e ecologia. Trabalhou ainda com temas como Estrangeirização de Terras, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Após trabalhar com uma pluralidade de temas, volta à questão da terra como se retomasse as preocupações de quem o antecedeu.

O imaginário de Costa Lima foi permeado, desde cedo, pela busca por equidade social e isso o levou a um caminho muito próprio de temas estudados e trabalhados de pesquisa. A sua sensibilidade às questões sociais lhe foi acompanhada por uma multiplicidade de linguagens que ele experimentou com liberdade consciente, criando poemas, editando revistas, escrevendo textos científicos. Suas vivências representam um estilo de vida que incluía gosto pela arte, filosofia, literatura, pelo debate de ideias, pelas lutas sociais e de emancipação, como afirmou seu irmão Gustavo Lima, em homenagem póstuma.

Na poesia expressa suas emoções e inquietações, como no trecho de seu poema Cidade de Sítio 1977/78 em que ele trata do cotidiano das pessoas, das desigualdades sociais de um Recife da década de 1970, mas que ainda nos diz muito do Recife de hoje.



Do mesmo modo como Costa Lima transitou da poesia às ciências sociais, ele também transitou nos estudiosos da História e nos filósofos, assim como na Mitologia. Importa muito nesse esforço de resgatar sua construção do olhar, a atenção e cuidado para com o mundo socialmente e sensivelmente justo como ponto de iluminação do caminho. Isso é possível perceber até nas suas últimas leituras de cabeceira: lá encontramos “Orações de Cícero”<sup>2</sup> convivendo pacificamente com “A essência do Sutra do Coração”<sup>3</sup> do Dalai Lama, por exemplo. E, sendo o Budismo aquela filosofia que prega a atenção plena a todos os seres sencientes, que prega a garantia de bem-estar a todos, a construção do olhar, em Marcos, novamente afirma a coerência aqui já registrada de ter como norte a vida digna, a superação das desigualdades. Isso desde o esforço tão difícil, dentro da Academia, de superar o perigo do orgulho, ao adotar o entendimento de que se deve reverenciar o ensinamento e não o professor<sup>4</sup>, até sua disposição de estar sempre envolvido com os movimentos sociais.

Seja na poesia, nos trabalhos acadêmicos, nas conversas ou nos gestos gravados em quem com ele conviveu, há o cuidado e a sensibilidade de quem experienciou o mundo com o olhar atento e respeitoso ao outro, às questões sociais, ao debate de ideias, aos valores democráticos e humanos. Era algo que fazia parte dele, na vida cotidiana, nos momentos de lazer, nas preocupações com sua responsabilidade como professor.

Costa Lima era um professor com sensibilidade aguçada e interesse genuíno no desenvolvimento de cada um de seus alunos. De uma enorme capacidade de escuta e aberto ao diálogo, ele entendeu de maneira singular o papel do verdadeiro formador que é de estimular a imaginação, a capacidade crítica e as potencialidades – não só técnicas, sobretudo humanas – de seus alunos, contribuindo para que cada um deles pudesse compreender seu papel de agente transformador rumo a uma sociedade mais justa. Costa Lima era um grande incentivador e essa é uma das suas louváveis características que lhe acompanhou independentemente do papel social que assumisse, seja como professor, pesquisador ou amigo.

Nas relações respeitadas de partilha e escuta sincera com seus alunos – ao lançar luz às potencialidades de cada aluno, estimulava um a um a imprimir o seu melhor para o mundo ao mesmo tempo em que os fazia entender que o conhecimento deve estar a serviço da transformação social. Ao fazer esse movimento, Costa Lima demonstrava o cuidado e o respeito ao outro, fortalecendo através de sua generosidade, cada um que estava à sua volta. Além disso, demonstrava, através do exemplo, a necessidade de desviar do ego – que infelizmente ainda se faz presente em espaços de poder como na academia – para que o conhecimento possa ser, de fato, libertador.

Como pesquisador incentivava o fazer pesquisa com forte compromisso social e era habilidoso no estabelecimento de pontes entre pesquisadores e pesquisas que assumem essa perspectiva. Não por acaso estabeleceu parcerias diversas em temas de pesquisa e projetos trabalhados. As parcerias aconteciam de maneira orgânica sendo possível, em boa medida, pelas já referidas características marcantes de Costa Lima: a boa capacidade para o diálogo, a gentileza e o interesse genuíno por justiça social.

Adiante trataremos de alguns dos temas e/ou trabalhos desenvolvidos por Costa Lima como forma de acompanhar a trajetória do seu olhar e suas preocupações em relação às questões sociais.

### 3. A TRAJETÓRIA DO OLHAR

O olhar atento de Costa Lima às questões sociais e sua inquietação frente às desigualdades de toda ordem fazia com que ele estivesse do lado oposto dos discursos deterministas e de manutenção do status quo. Suas ações na pesquisa e no ensino eram impulsionadas pelo desejo de prospectar e agir em prol de uma realidade mais inclusiva e isso pode ser percebido nos livros, nos artigos e projetos de pesquisa por ele desenvolvidos. A preocupação em aproximar os movimentos sociais, a sociedade civil da academia – e com isso impulsionar a democratização do conhecimento, bem como ouvir e aprender com esses movimentos, humanizando, dessa forma, o espaço acadêmico – foram sua prática cotidiana. O alinhamento entre suas palavras e ações fascinava pela força e verdade no que se propunha a desenvolver.

Costa Lima se dedicou com afinco ao estudo sobre Região e Desenvolvimento. Como professor da Universidade Federal de Pernambuco coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Região & Desenvolvimento (D&R) no departamento de Ciência Política da UFPE – o D&R, em atividade desde 1999, se constituindo num espaço de democratização do conhecimento contribuindo na formação de

<sup>2</sup> Editora: WMW.JACKSON, 1949

<sup>3</sup> Pode ser encontrado pela editora Gaia.

<sup>4</sup> O Budismo prega isso. Mas, bem antes de sua incursão nessa filosofia, o que se percebe é que Marcos sempre botou o conhecimento à frente do conhecedor.

diversos alunos, professores e pesquisadores que viam nele uma referência no estudo de Desenvolvimento/Subdesenvolvimento pensados a partir de uma análise mais ampla e crítica dos termos, logo, a partir da perspectiva de autores como Celso Furtado, por quem Costa Lima sempre revelou admiração, respeito e importância na sua formação e para o pensamento social brasileiro.

As atividades no âmbito do D&R resultaram no desenvolvimento de uma série de projetos, seminários, artigos e livros em parceria com alunos e pesquisadores das mais diversas áreas e programas de pós-graduação. Sua gentileza e generosidade é enfatizada e reconhecida por seus alunos. Marcos era um formador que entendia a Universidade pública como um espaço em que o diálogo, o debate de ideias, têm que ser garantidos. E nesse espaço de respeito ao outro, ele estimulava o livre pensar e a produção de seus alunos fazendo-os entender que o papel do formador e pesquisador está para além dos debates em seus “círculos” tem que estar, portanto, além dos “muros” da universidade, sendo preciso que haja contribuição social.

As reflexões sobre os caminhos de saída para as desigualdades estavam no seu imaginário desde cedo e foram expressas, como vimos, em linguagens diversas. No âmbito acadêmico, o olhar humanizado e a busca por justiça social permanecem constantes ao longo de sua trajetória profissional, podendo ser evidenciado seja nos seus primeiros trabalhos sobre O Nordeste e a questão Regional Brasileira – o debate sobre as assimetrias regionais brasileira e discussão sobre o atraso social e econômico do Nordeste – até nos estudos mais recentes sobre a questão asiática e o desenvolvimento Chinês – em que Costa Lima assumia a curiosidade intelectual em compreender como a China resgatou da pobreza milhares de pessoas num relativo curto espaço de tempo. Ao longo do texto, pretendemos acentuar esse olhar em cada um dos temas e/ou trabalhos aqui mencionados.

O olhar atento e sensível às questões sociais lhe foi acompanhado de um agir no mundo de forma assertiva e contrária ao determinismo e aos discursos fatalistas que insistem em colocar economias subdesenvolvidas num local de subalternidade. Um país ou região subdesenvolvida, para Costa Lima, pode ser muito mais do que apresenta, portanto, é preciso contestar posições e ideias que queiram nos limitar. Não por acaso, ele era contrário às ideias e conceito de David Ricardo que tratava de uma suposta “vocação natural” das economias – conceito esse que reforçava um lugar de subalternidade aos territórios subdesenvolvidos. De acordo com Costa Lima (2018 a), “uma nação pode querer ser mais do que ela apresenta, mas ela precisa ter uma série de pré-requisitos: uma nação precisa ter projeto, precisa ter uma comunidade que abrace esse projeto e queira levar adiante esse projeto”<sup>5</sup>. O professor Costa Lima demonstra que não devemos nos contentar com o que está posto. A desigualdade ou a condição de subdesenvolvimento não são porque são. É preciso contestar as concepções tautológicas e alimentar a consciência crítica questionando o estado das coisas.

Que desenvolvimento queremos? Quais as causas do subdesenvolvimento e quais os caminhos de sua superação? Ao analisar os trabalhos de Costa Lima, podemos perceber como essas questões estavam presentes nas suas reflexões: seja nos trabalhos sobre o aprofundamento das desigualdades na América Latina do final do século XX – com o pacote neoliberal estabelecido para região e todo cenário de aumento de nossa dependência e das limitações da soberania nacional dos países da região frente ao cenário de crise; seja quando ele tratou da globalização, dos processos tecnológicos, em que resgata a necessidade de refletir sobre o tipo e a qualidade do desenvolvimento em países periféricos; ou mesmo quando, mais recentemente, escreveu sobre o processo de estrangeirização de terras, sobre as violências no campo diante da expulsão de minorias sociais, como quilombolas e indígenas, devido ao movimento do grande capital que entra em conformidade com as elites políticas locais. Costa Lima, em qualquer um desses enfoques, nos chama a refletir sobre que tipo de desenvolvimento queremos, sobre o projeto de nação que desejamos e nos alerta, ainda, sobre a necessidade da luta pela soberania nacional e o dever de agir em defesa dos interesses nacionais que passam pela garantia de uma vida digna para o conjunto da população.

Em suas reflexões, reconhece a relevância da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), dos trabalhos de Prebisch, de Celso Furtado para os estudos do Desenvolvimento/Subdesenvolvimento e afirma que a incorporação de contribuições de autores como Hirschmann e Myrdal foram importantes para a temática (COSTA LIMA, 2011a).   a partir da contribuição de pensadores, como os autores ora citados, que propõem refletir sobre o desenvolvimento para além da questão econômica e que não aceitam as posições conservadoras, que Costa Lima traz à tona seu pensamento sobre o processo de subdesenvolvimento.

No entendimento de que o subdesenvolvimento é um processo histórico aut nomo, ou seja, que não se constitui numa etapa

<sup>5</sup> Fala de Marcos Costa Lima em entrevista ao programa Opinião Pernambuco em outubro de 2018, que teve como tema América Latina: Continente em Conflito. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WpO3wiTa8nU>>



necessária até chegar a uma fase superior de desenvolvimento, Costa Lima resgata a obra de Celso Furtado. Portanto, ambos se afastam das concepções de autores neoclássicos – uma vez que, os neoclássicos entendiam o desenvolvimento como um processo uniforme. As discussões sobre Desenvolvimento/Subdesenvolvimento, a compreensão que o desenvolvimento não pode ser reduzido a ideia de crescimento econômico, tendo em vista que crescimento da renda não garante necessariamente que haja melhoria nas condições de vida do conjunto da população, estiveram presentes nas análises de Furtado e que Costa Lima traz à tona em suas reflexões sobre que tipo de desenvolvimento queremos para nosso País e/ou Região.

Em suas análises sobre o processo de Desenvolvimento/Subdesenvolvimento de uma nação ou região, ele falava da importância da história, assumindo referência em Furtado. Refletir sobre as desigualdades sociais em territórios periféricos como Brasil passa por reconhecer os processos históricos que nos mostram um país que teve como características de sua formação social e econômica o tripé monocultura, mão de obra escrava e latifúndio, refletindo em desigualdades sociais que se colocam como desafios a serem superados. Essas reflexões e a importância que atribui a história em suas análises podem ser observadas em seus escritos – como demonstraremos adiante – e/ou nos cursos que ministrou – e se aqui não temos como falar um a um, exemplificaremos com o curso de História do pensamento político brasileiro. Essa disciplina, ofertada aos alunos da graduação de Ciência Política da UFPE, quando ministrada por Costa Lima, ele nos<sup>6</sup> apresentava o pensamento político brasileiro e estimulava as reflexões sociais, políticas e econômicas a partir da análise de momentos e características históricas do nosso país que iam desde o processo de formação social brasileira, passando pela criação do Estado moderno e dos modelos de desenvolvimento do século XX. As aulas eram tocantes e fascinavam a todos que tivessem sensibilidade social. Costa Lima apresentava para jovens estudantes das Ciências Sociais o Brasil profundo, as potencialidades de nosso povo – ainda que não deixasse de sinalizar nossos entraves econômicos, sociais, culturais e políticos.

O olhar e o desejo por uma sociedade mais justa estavam em seus escritos, em suas pesquisas, mas também nas relações face a face com seus alunos, durante suas aulas, em que ele nos fazia visualizar um Brasil que pode ser. E esse movimento soava para muitos de seus alunos como um convite a se enxergarem como agentes transformadores, uma vez que o ensino, a pesquisa, a educação, a ciência são elementos e instrumentos fundamentais rumo a uma sociedade mais democrática. E isso, ao nosso entender, é por si uma atitude potente e transformadora e que nos diz muito sobre o olhar e agir de Costa Lima no mundo.

Em seus escritos, a questão da luta pela soberania nacional e o desejo por um projeto de nação que levasse em conta a dimensão não só econômica, mas também social, ambiental e cultural do desenvolvimento estavam presentes em suas análises sobre os modelos de desenvolvimento brasileiro. O Estado moderno brasileiro, o nacional-desenvolvimentismo, o pensamento social e político brasileiro, a política de industrialização e o planejamento regional foram temas trabalhados por Costa Lima. O governo Vargas e sua política industrial e de modernização brasileira foi abordado por Costa Lima e aqui deixamos como referência ao leitor o livro por ele organizado: *Os boêmios cívicos. A Assessoria econômica - política de Vargas (1951-1954)*<sup>7</sup>.

Nas análises sobre as assimetrias regionais brasileiras e as desigualdades em nosso território, Costa Lima se mostrou atento aos estudos sobre planejamento regional. O Planejamento Regional, de acordo com Costa Lima (2011a), é uma temática diretamente ligada às teorias do desenvolvimento/subdesenvolvimento. As primeiras experiências de planejamento na América Latina aconteceram no pós-Segunda Guerra Mundial. No Brasil, ainda de acordo com Costa Lima (2011a), é a partir de 1959, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que podemos falar de iniciativas/ políticas de planejamento regional, puxadas pelo Estado Brasileiro, no intuito de dinamizar a região nordeste através de investimentos em infraestrutura e de uma política industrial ativa.

Consideramos que as reflexões sobre a questão regional brasileira são realizadas em paralelo ao entendimento do projeto de desenvolvimento encabeçado no país, portanto, as políticas regionais, ao longo da história, sofreram variações. Costa Lima esteve atento ao debate sobre a questão regional, tendo dedicado esforços já em sua dissertação de mestrado, defendida no ano de 1985, intitulada: *Nordeste Brasileiro: Tempos Modernos? Ideologia e Política na SUDENE*. O estudo sobre planejamento regional feito por Costa Lima foi realizado a partir da relação local, nacional e global e da compreensão da necessidade de pensarmos sobre o tipo e a qualidade do desenvolvimento que queremos para, então, poder almejarmos uma realidade mais inclusiva e democrática.

Suas análises sobre as regiões que estudou ao longo de sua caminhada acadêmica – seja o Nordeste Brasileiro, a América Latina

<sup>6</sup> Uma das autoras do presente artigo possui graduação em Ciências Sociais e mestrado em Sociologia. O relato no corpo do texto sobre as disciplinas ofertadas por Marcos Costa Lima parte da vivência da referida autora como sua aluna e orientanda.

<sup>7</sup> Livro organizado por Costa Lima (E-Papers/Centro Internacional Celso Furtado).

ou a Ásia – foram realizadas a partir da relação local versus global. As transformações do capitalismo e suas consequências do ponto de vista nacional, regional e mundial foram temas de seu interesse. Os estudos sobre a crise do Keynesianismo, as transformações do capitalismo na década de 1970 após o fim do padrão ouro e do choque de petróleo; bem como a crescente da ideologia neoliberal nos anos 1980, tendo como marco os governos de Reagan e de Margaret Thatcher; o Brasil e as consequências da modernização conservadora, a estagnação da década perdida, as consequências do Consenso de Washington e os efeitos perversos do neoliberalismo para países da América Latina como o Brasil, a globalização e seus efeitos em países periféricos, também foram temas trabalhados por Costa Lima. E aqui deixamos como referência para o leitor o livro seu intitulado *Região & Desenvolvimento no capitalismo contemporâneo*.

A análise do aprofundamento da desigualdade e pobreza na América Latina em tempos de globalização e de políticas neoliberais também foram evidenciados por Costa Lima. A sua inquietação diante da constatação do aprofundamento das desigualdades na região fez com que seu olhar e suas ações se voltassem para os efeitos da globalização em territórios periféricos. Em seu artigo *Desenvolvimento e Globalização na Periferia: o elo perdido*, Costa Lima (2007a) tratou, dentre outras questões, dos ataques sofridos pela América Latina nos anos 1980 com as diretrizes estabelecidas pelo Consenso de Washington – receituário com medidas econômicas estabelecido como forma de superar a crise na região. Aquelas diretrizes tiveram o aval de instituições como Banco Mundial e FMI, que, sob a luz da corrente neoliberal, propagou, por um lado, a concepção de que a atuação do Estado na esfera econômica se constituía num problema e, por outro, fez crescer as propostas de privatizações, liberalização interna e ajuste para região.

Costa Lima (2011a), em suas análises, entendia como problemática esse conjunto de medidas e fez duras críticas às diretrizes propostas pelo Consenso de Washington. Aqui destacaremos duas delas:

A primeira crítica ao Consenso de Washington, e talvez a mais gritante, é a completa omissão do problema da dívida externa como força motriz do déficit público nos países da região. (...) A segunda crítica ao consenso é a completa visão a-histórica, igualando países heterogêneos em termos de dimensão territorial, população, estrutura político-social e industrial, de sua base de recursos. (COSTA LIMA, 2011a, p. 159 -160)

Ao olharmos para a citação acima percebemos, na segunda crítica ao Consenso de Washington, à importância atribuída à história. Costa Lima tem assumida influência de Celso Furtado com quem compartilha a relevância da história e dos aspectos culturais nas reflexões sobre o desenvolvimento de uma nação ou região. Ele define Furtado como “um dos grandes pensadores brasileiros. Intelectual criativo, inquieto e radicalmente preocupado com os destinos do País, sua obra ultrapassa, vai além de seu campo específico de trabalho, a Economia” (COSTA LIMA, 2011a, p.109). Uma vez que tratamos ao longo do texto sobre a construção e trajetória do olhar de Costa Lima, pensamos que cabe pontuar nessas breves linhas que a aproximação dele com as ideias do economista Paraibano aconteceu na biblioteca do Dr. Oswaldo Lima Filho, pai de Marcos, que também era um leitor contumaz de Celso Furtado.

Em seu artigo *Cultura e pós-colonialidade: afinidades intelectuais entre Celso Furtado, Leopoldo Zea e os Subaltern Studies*, Costa Lima (2013) demonstra a importância da Cultura, do resgate da nossa identidade para então pensarmos no projeto de desenvolvimento que queremos para a região. Para tal, ele faz um paralelo entre os trabalhos do filósofo Zea, do economista Celso Furtado e de pensadores indianos que fundaram *Subaltern Studies* como Dipesh Chakrabarty, Partha Chatterjee e Ranajit Guha,

Todos eles falam de uma modernização ocidentalizada, do abandono da satisfação das massas, da forma autoritária de neutralizar a resistência dos excluídos, do desprezo pelas culturas locais, da dependência dos padrões econômicos e sociológicos estabelecidos. (...). (COSTA LIMA, 2013, p.202)

No exercício de vislumbrar um projeto de desenvolvimento mais democrático que contemple o conjunto da população e não só um grupo social restrito, Costa Lima (2013) assume a referência em Furtado, que trabalhou a dimensão cultural do desenvolvimento, e acrescenta que, assim como Furtado, o filósofo Zea, e pensadores indianos que fundaram *Subaltern Studies* trouxeram contribuições relevantes nesse sentido. Ao fazer referência a esses autores, Costa Lima demonstra compartilhar a ideia de que o resgate de nossa identidade, da nossa cultura faz-se necessário para, a partir daí, trilharmos caminhos contrários ao mimetismo cultural e à dependência de toda ordem.

As questões históricas e culturais também foram levadas em consideração nas análises de Costa Lima sobre as transformações

tecnológicas em tempos de globalização. Para o pensador, a questão tecnológica é um aspecto essencial nos estudos sobre o desenvolvimento. Os investimentos nessa área são importantes, sobretudo em tempos de globalização, que abre vantagens para quem lidera os processos de inovação e produção tecnológica. Entretanto, para Costa Lima (2007b), a questão tecnológica não deve ser reduzida à incorporação de alta tecnologia. “É uma ilusão acreditar que basta buscar informação, sem ter capacidade para aprender e dominar seu conteúdo e de transformá-lo no sentido da melhoria social e técnica da sociedade como um todo” (COSTA LIMA, 2007b, p. 5). A inovação e produção tecnológica devem ter como premissa melhorar a condição de vida do conjunto da população e não aprofundar desigualdades. Para tal, Costa Lima entende que o debate sobre a inserção de tecnologia de ponta em países periféricos como o Brasil e a Índia não podem ser pensados distantes do entendimento de que é fundamental que se invista em setores-chaves como educação e ciência.

A política internacional comparada era uma das temáticas de interesse de Costa Lima. O estudo comparado entre países e/ou regiões permitia a Marcos Costa Lima estabelecer pontos de contato ou distanciamento entre as regiões, além de visualizar caminhos alternativos para os territórios analisados. No estudo sobre Sistema Nacional de Inovação, Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), deixamos como referência para o leitor os trabalhos: Índia e Brasil: entre o sono e o despertar. Será o crescimento desigual a única via? Suas análises e estudos sobre tecnologia e inovação eram feitos através da relação local/global, ao mesmo tempo em que não perdia de vista a dimensão cultural, social e as características históricas de cada país ou região analisada, como podemos observar em seus textos ou pesquisas realizadas.

No âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Região e Desenvolvimento (D&R), foi desenvolvido no período de 2009-2011, através do financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), o projeto intitulado: Inclusão digital em Pernambuco: políticas em perspectiva comparada, em que um estudo comparado sobre o estado da arte das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em alguns municípios de Pernambuco foi realizado. Ainda que o projeto focasse na realidade local, ele tocou na realidade da inovação em outros países, pois, como de costume, Costa Lima utilizava estudos comparados. Dois seminários aproximando pesquisadores e sociedade civil foram realizados como fruto do projeto.

O aprofundamento das desigualdades na América Latina, no contexto da mundialização, da globalização, fez Costa Lima direcionar seu olhar e reflexões para a região. O processo de integração regional, o Mercosul, foi tratado e por ele abordado na sua tese de doutorado intitulada: O MERCOSUL no Contexto da Nova Ordem Mundial. Em DEMOCRATIZAR PARA INTEGRAR: os impasses e as possibilidades de participação social no MERCOSUL, Costa Lima (2011b), de início, já nos apresenta indicadores sociais que demonstram o aumento do nível de pobreza na região no recorte temporal de 1980 a 2001, que ele atribui em grande medida as políticas neoliberais do Consenso de Washington. E nos chama a atenção que as reflexões sobre um processo de integração devem acontecer levando em consideração as questões sociais que operam na região e na compreensão de que os países envolvidos no processo de integração regional têm diferenças no patamar do desenvolvimento.

As políticas de privatizações, ajustes, todo o pacote neoliberal que em seu trabalho Costa Lima (2011b) chama de 30 anos de hegemonia neoliberal, fez com que as sociedades latino-americanas reagissem, fazendo a opção por governos que estivessem mais atentos e abertos a investir nas relações Sul-Sul, na retomada das políticas sociais e de tocar com mais interesse o processo de integração regional (COSTA LIMA, 2011b). No Brasil, a eleição de Lula representa um exemplo desse movimento que refletiu também uma amplitude na visão sobre a integração regional pensada para além dos aspectos econômicos. Ainda de acordo com Costa Lima (2011b) – que foi presidente do Fomercosul –, a criação da Unila seria um exemplo nesse sentido, incentivada sobretudo pelo governo brasileiro. Neste trabalho sobre o Mercosul, ele toca na necessidade de uma maior participação social, de uma agenda social que estivesse em destaque para uma melhor efetivação de uma política de integração regional.

A crise financeira global de 2008 demonstrou mais uma vez as falhas de mercado e os limites do capitalismo. Iniciada nos Estados Unidos, a crise vai impactar de forma diferente os países do globo. De acordo com Costa Lima (2013), a crise teria afetado diretamente os países centrais, provocando o aumento de desigualdades e desemprego estrutural, mas em países emergentes, como a China e o Brasil, seus efeitos teriam sido distintos.

No século XXI, a China torna-se uma importante compradora de commodities brasileiras. Segundo Costa Lima (2015), em 2005,

a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil superando os Estados Unidos. Em seu artigo, Um dragão nos trópicos, Costa Lima trata das trocas entre Brasil e China mostrando que o Brasil tem exportado mais commodities e importado produtos de maior valor agregado. Além disso, ele nos mostra que a presença Chinesa na América do Sul também altera a dinâmica das relações comerciais do Brasil na Região, tendo em vista que na América do Sul é onde se destina as manufaturas brasileiras de maior valor agregado. Por outro lado, ainda de acordo com Costa Lima, se o Brasil se colocasse de maneira mais assertiva, poderia ter maiores benefícios na sua relação com a China

Nós poderíamos aproveitar da China a vantagem e expertise que construíram nas infraestruturas portuárias, mas também rodoviárias e, sobretudo, ferroviárias. Eles têm capacidade de investimento, e nós temos reserva em petróleo, o que lhes interessa fortemente. (...) (COSTA LIMA, 2015, p.258)

Costa Lima (2015) entende que o Brasil, assim como os demais países da América Latina, pode e deve aprender com o desenvolvimento Chinês, pois, se o Brasil não implementou uma regulação efetiva quando da abertura ao capital internacional – tornando-se em grande medida dependente dele –, no caso da China, a regulação do Estado nos processos econômicos acarretou em um desenvolvimento mais propositivo. E o olhar atento às questões sociais fez com que Costa Lima despertasse seu interesse para o desenvolvimento Chinês que, em um curto espaço de tempo, diminuiu a taxa nacional de pobreza de “84,0% em 1981, para 13,1%, em 2008, retirando mais de meio bilhão de pessoas da extrema pobreza” (COSTA LIMA, 2015, p. 247).

Os avanços nos indicadores de educação e saúde também chamaram a atenção de Costa Lima, para o desenvolvimento chinês, bem como a questão ambiental – o que para ele se constituía em uma temática de extrema relevância. Em seu artigo Um Sopro de Esperança: Xi Jinping e a Civilização Ecológica, Costa Lima (2021) demonstra sua preocupação com a crise ambiental e a necessidade de um maior comprometimento dos líderes mundiais nesse sentido, mas alerta que, na prática, poucos são os que efetivamente incluem nas agendas diretrizes assertivas frente à questão ambiental. Assim, Costa Lima via com esperança as iniciativas da China com Xi Jinping a colocar na agenda e planos a questão ecoambiental rumo a uma civilização ecológica.

O aquecimento global, a falta de iniciativas propositivas dos governos frente a essa questão ambiental, bem como as consequências do consumo desenfreado – dentro da lógica capitalista e os impactos ao meio ambiente –, as desigualdades sociais e sua relação com a crise ambiental foram temas que Costa Lima se dedicou com afinco. E aqui deixamos como referência para o leitor os artigos:<sup>8</sup> A Incapacidade Humana de Lidar com a Crise Ambiental; Fome, Crise do Aquecimento Global e desigualdades no campo.

Em 2016, ele assumiu a coordenação do Instituto de Estudos da Ásia da UFPE<sup>9</sup>. No âmbito do então IEASIA, foi realizado o seminário sobre Estrangeirização de Terras e Segurança Alimentar e Nutricional e, como fruto desses debates, foi publicado um livro sobre a temática, envolvendo, como de costume no trabalho de Costa Lima, a parceria com pesquisadores de programas diversos de pós-graduação.

Costa Lima dedicou-se a temas que merecem nossa atenção dado a sua gravidade, como a estrangeirização de terras, a grilagem e sua relação com a crise ambiental e a expulsão de povos que têm uma relação respeitosa com a terra, como os povos originários. Além disso, Costa Lima e Oliveira (2019) nos mostram que, em um contexto de crescentes desigualdades sociais, os impactos da crise ambiental recaem de maneira mais incisiva nas populações mais pobres, culminando em fome e insegurança alimentar. Deixamos como referência ao leitor o livro Estrangeirização de Terras e Segurança Alimentar e Nutricional. Brasil e China em Perspectiva, no qual Costa Lima escreve em parceria com Oliveira a apresentação e o capítulo intitulado Land Grabbing, Fome e Meio Rural: Brasil e China e o artigo Vocês conhecem o termo MATOPIBA?. Neste último, Costa Lima (2018b), mais uma vez mostra os ataques à soberania nacional com o processo de financeirização de terras no cerrado brasileiro e ainda alerta para os efeitos perversos da monocultura de commodities, ligada ao agronegócio na região, além da violência contra os povos tradicionais da área.

Nesses trabalhos, Costa Lima seguiu direcionando seus esforços e ações para a defesa das minorias sociais, de uma política que atue no combate às desigualdades sociais – que em boa medida é causada e alimentada pela concentração de terras. Além das preocupações com a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, a defesa das águas e terras como fonte de vida e não como mercadorias, a defesa de uma vida digna, do direito ao desenvolvimento das potencialidades humanas sem que se perdesse de vista a coletividade, a terra, nossa

<sup>8</sup> Marcos Costa Lima publicou esses e tantos outros artigos sobre a questão ambiental na Revista Jornalismo e Cidadania em que era um dos editores. Link: <https://issuu.com/revistajornalismoecidadania>

<sup>9</sup> O IEASIA, junto com mais três outros institutos, atualmente faz parte do Centro de Estudos Avançados da UFPE, como a coordenadoria de Estudos da Ásia

casa comum.

Em suas preocupações mais recentes, entrelaçadas às preocupações com a temática da Ecologia e dos Ecossistemas, visitou os pensamentos de Ailton Krenac, indicando a possibilidade de construir reflexões sobre “nossa casa comum”, em diálogo com o pensamento de Fritjof Capra, que, ainda dos Anos 70 e 80 do século XX, escrevera os livros *A visão sistêmica da vida* uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas; e *A Teia da Vida*. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.<sup>10</sup>

Os temas e trabalhos desenvolvidos por Costa Lima que tratamos ao longo deste capítulo demonstram seu interesse legítimo em agir e refletir sobre a superação das desigualdades sociais. Em nós permanece o desejo de que tenhamos conseguido evidenciar que o olhar humanizado de Costa Lima se potencializou ao longo da sua trajetória profissional e de vida, no exercício de cada tema pesquisado e nas relações interpessoais através de características tão suas como a gentileza, boa capacidade para o diálogo e o respeito ao outro e ao livre pensar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sensibilidade e o interesse nas questões sociais presentes em Marcos Costa Lima o impulsionaram a refletir e a agir no enfrentamento das desigualdades sociais de toda ordem. O respeito à “nossa casa comum”, a defesa aos direitos humanos e de uma vida digna às pessoas são exemplos disso. A construção desse olhar, como vimos, se deu já em suas vivências no âmbito familiar, uma vez que Costa Lima tinha em seu pai, Dr. Oswaldo Lima Filho, referência na busca por soberania nacional, pela defesa da democracia, pela desconcentração fundiária e pela redução das desigualdades.

O ensino e a pesquisa foram os instrumentos escolhidos por Costa Lima no enfrentamento às desigualdades sociais. Os temas pesquisados, os cursos ministrados, os artigos publicados, os livros escritos e/ou por ele organizados, nos revelam a sua dedicação nesse sentido. Ao longo do texto, tentamos evidenciar esse olhar em seus trabalhos como professor e/ou pesquisador. E aqui é válido ressaltar, o entendimento dele de que a Universidade Pública deve estar a serviço da sociedade. Ela deve ser pensada como um espaço de construção, de debate de ideias e de democratização de conhecimento. Essa compreensão fez com que Costa Lima se distanciasse do ego que assola os espaços de poder. A via escolhida por ele na sua atuação na Academia era de abertura ao diálogo, de respeito ao livre pensar, de escuta sincera, fazendo com que o espaço de construção coletivo de conhecimento fosse saudável e propositivo.

A vida de Costa Lima nos revela um ser que experienciou o mundo com sensibilidade social, capacidade criativa e respeito aos valores humanos “Até a última sílaba do tempo” – título de um de seus poemas. A ausência física de Costa Lima torna-se ainda mais sentida quando lembramos da sua sensibilidade assumida na maneira de ser e estar no mundo. Mas, pensamos que as suas ações seguem ressoando e o seu entendimento de mundo, expresso no seu olhar, segue como referência a quem, como ele, acredita que uma realidade mais justa e humana seja possível.

## REFERÊNCIAS

BRYM, Robert; LIE, John; HAMLIN, Cynthia Lins; MUTZENBERG, Remo; SOARES, Eliane Veras; SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa (2008).

**Sociologia sua bússola para um novo mundo.** São Paulo: Cengage learning.

COSTA LIMA, Marcos (2021). **Um Sopro de Esperança: Xi Jinping e a Civilização Ecológica.** *Jornalismo & cidadania*, Recife, nº 43, p.13-14. Disponível em: <<https://issuu.com/revistajornalismoecidadania/docs/jornalismoecidadaniaago21-compactado>>.

Acesso em: 15/08/2022

\_\_\_\_\_. (2018a). **Opinião Pernambuco - “América Latina: Continente em Conflito.** You tube, 17/10/ 2018. Disponível em : <<https://www.youtube.com/watch?v=Wp03wITa8nU>>. Acesso em: 22/08/2022

\_\_\_\_\_. (2018b). **Vocês Conhecem o Termo MATOPIBA?.** *Jornalismo & Cidadania*, Recife, nº 24, p. 20-21. Disponível em:<<https://issuu.com/revistajornalismoecidadania/docs/n24jc>>. Acesso em 22/08/ 2022

\_\_\_\_\_. (2015). **Um dragão nos trópicos.** In: SOUZA, Pedro de. (org) *Brasil, sociedade em movimento.* São Paulo: Paz e terra. p.247-261

<sup>10</sup> Os livros podem ser encontrados pela editora Cultrix.

- \_\_\_\_\_ (2011a). **Região & desenvolvimento no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Unesp.
- \_\_\_\_\_ (2011b). **Democratizar para integrar: os impasses e as possibilidades de participação social no MERCOSUL**. In: AVILA, Carlos Frederico Domínguez; ROSA, Renata de Melo (Orgs). América Latina no labirinto global : economia, política e segurança. Curitiba: CRV. p. 51-74.
- \_\_\_\_\_ (2013). **Cultura e pós – colonialidade: afinidades intelectuais entre Celso Furtado, Leopoldo Zea e os Subaltern Studies**. In: D' AGUIAR, Rosa Freire. (Orgs). Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado.p. 191-213.
- \_\_\_\_\_ (2007a). **Desenvolvimento e globalização na periferia: o elo perdido**. Perspectivas, São Paulo, v. 32, p. 15-46. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/978/841>>. Acesso em: 16/ 09/ 2022
- \_\_\_\_\_ (2007b). **Índia e Brasil: entre o sono e o despertar. Será o crescimento desigual a única via?**. In: 1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Brasília. Anais do 1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais Transformações na Ordem Internacional na 1ª década do Século XXI. Brasília: ABRI. v. CD ROM.
- \_\_\_\_\_ (1998). **O MERCOSUL no Contexto da Nova Ordem Mundial**. Tese ( Doutorado em Ciências Sociais). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- \_\_\_\_\_ (1985). **Nordeste Brasileiro: Tempos Modernos? Ideologia e Política na SUDENE**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.
- \_\_\_\_\_ (1981). Cidade de Sítio 1977/1978. **Revista Trimestral Vidas Secas: realidade, cultura e o escambau**, Recife, ano 1, nº3, p. 47-50.
- COSTA LIMA, Marcos; OLIVEIRA, Eduardo Matos (2019) (orgs). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva**. Recife: FASA, 2019. E-book. Disponível em: <<http://www.centrocelfurtado.org.br/arquivos/image/201906171241040.Estrangeiriza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Terras%20e%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20e%20Nutricional.pdf>> Acesso em: 21/08/2022
- LIMA FILHO, Oswaldo (1993). **Política Brasileira 1945-1990: uma visão nacionalista**. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- MONTEIRO FILHO, Armando (2001). Prefácio. In: SILVEIRA, Sérgio Augusto. Oswaldo Lima Filho: **ação política na trincheira nacionalista**. Recife: Assembléia Legislativa.

## CELSO FURTADO, PENSADOR DO NORDESTE E DO MUNDO: LEITURA E MEMÓRIA DE MARCOS COSTA LIMA

### CELSO FURTADO, THINKER OF THE NORTHEAST AND THE WORLD: READING AND MEMORY OF MARCOS COSTA LIMA

**Gustavo Louis Henrique Pinto** | gulhpinto@gmail.com | Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Uruaçu. Pós-doutorando em Economia pela Universidade de São Paulo (USP)

**Rafael Gonçalves Gumiero** | gumiero84@gmail.com | Professor Adjunto do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

**Recebimento do artigo** Setembro de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

**Resumo:** Marcos Costa Lima (1951-2022) foi um dos mais destacados intelectuais da geração furtadiana e sua trajetória está marcada pela difusão do pensamento político de Celso Furtado, orientando a agenda de pesquisa de Lima sobre o Nordeste. Este trabalho tem o objetivo de analisar a reflexão e a ação de Lima sobre o pensamento de Furtado a partir de dois aspectos: a reivindicação de Furtado como teórico das Relações Internacionais e a atuação de Lima em relação à região Nordeste, principalmente através do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF). Identificamos nas reflexões de Lima a mobilização de Furtado a partir do campo das Ciências Sociais, mais especificamente da Ciência Política, e uma atuação pela preservação da memória da Sudene, do seu Conselho Deliberativo, de profundo impacto nos estudos sobre o desenvolvimento e memória das experiências desenvolvimentistas no Nordeste.

**Palavras-chave:** Celso Furtado; Marcos Costa Lima; Política Internacional; Sudene.

**Abstract:** Marcos Costa Lima (1951-2022) was one of the most prominent intellectuals of the furtadian generation and his trajectory is marked by the diffusion of Celso Furtado's political thought, guiding Lima's research agenda on Brazil's Northeast. This work aims to analyze Lima's reflections and action on Furtado's thought from two aspects: Furtado's claim as a theorist of International Relations and Lima's performance in relation to the Northeast region, mainly through the Celso Furtado International Center for Development Policies (CICEF). We identify in Lima's reflections the mobilization of Furtado from the field of Social Sciences, more specifically from Political Science, and an action to preserve the memory of Sudene, of its Deliberative Council, with a profound impact on studies on development and memory of developmental experiences in the Northeast.

**Keywords:** Celso Furtado; Marcos Costa Lima; International Politics; Sudene.

## INTRODUÇÃO

A teoria do desenvolvimento de Celso Furtado foi uma das principais formulações do nacional-desenvolvimentismo brasileiro e latino-americano. Formou no decorrer da segunda metade do século XX uma geração de intelectuais identificados com sua interpretação e seu projeto político nos mais diversos campos do conhecimento. Após o falecimento de Furtado, em 2004, houve um esforço sistemático na preservação da memória deste pensador e na difusão de suas ideias para pensar o mundo contemporâneo. O Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF) proposto ainda em 2004 pelo então presidente Lula, quando Furtado ainda estava vivo, e oficializado no ano seguinte, constituiu uma importante rede de integração da geração furtadiana em torno da produção de conhecimento sobre o desenvolvimento e sobre o pensamento de Furtado, missão empenhada com força por Rosa Freire D'Aguiar. O vigor do centenário de Celso Furtado (1920-2020), com diversas atividades acadêmicas, livros, dossiês, são elementos que demonstram a vitalidade do pensamento de Furtado. Marcos Costa Lima (1951-2022) foi seguramente um dos responsáveis pela difusão do pensamento de Celso Furtado, constituindo-se em referência furtadiana no Brasil e, principalmente, no Nordeste, mediante a sua atuação acadêmica, produção científica e ações tomadas à frente do Centro Celso Furtado.

Nos trabalhos de Lima, podemos constatar duas motivações que animaram a profusão das ideias de Furtado: primeiro, o posicionamento de Furtado como um pesquisador das Relações Internacionais, área de atuação de Lima; segundo, a retomada de Furtado como pensador do Nordeste, de renovação e avivamento no século XXI de uma nova geração de furtadianos, tarefa cumprida por Lima, junto a outros/as nordestinos/as, como Tânia Bacelar de Araújo, Otamar Carvalho, Clóvis Cavalcanti e Francisco de Oliveira.

O objetivo deste artigo é pôr em face a atuação do professor Marcos Costa Lima dentro da área de conhecimento referenciado pela teoria de Celso Furtado, evidenciando duas importantes dimensões: 1) a interpretação de Marcos Costa Lima sobre o pensamento furtadiano, que tinha o intento de trazer à tona questões abertas por Furtado, reivindicando a atualidade do pensamento furtadiano para as Relações Internacionais e para pensar o Nordeste; 2) a atuação de Marcos Costa Lima em relação à região Nordeste, principalmente através do CICEF, ampliando o escopo para a região, subjacente à atuação profícua em relação aos projetos que foram coordenados sob sua supervisão e integrados às atividades do CICEF.

O artigo está dividido, além desta introdução e considerações finais, em duas seções. A primeira é a leitura de Marcos Costa Lima em relação à teoria de Celso Furtado, com enfoque para a dimensão política na produção bibliográfica do referido autor. A segunda se refere à atuação de Marcos Costa Lima no CICEF, ampliando o espaço do centro na agenda do Nordeste e principalmente cumprindo a função furtadiana de democratizar a educação e pesquisa para outras localidades, por intermédio da interiorização.

## 1. MARCOS COSTA LIMA LEITOR DE CELSO FURTADO

No campo da Ciência Política brasileira, quando comparado com outras áreas como a Sociologia, História Econômica e Desenvolvimento Econômico, identificamos poucos pesquisadores que se dedicaram ao pensamento de Celso Furtado, recordando aqui os trabalhos de Reginaldo Moraes, Vera Alves Cepêda, Ricardo Ismael e do próprio Marcos Costa Lima. Em um esforço de identificar as reflexões políticas presentes nos trabalhos de Lima sobre o pensamento de Furtado, reunimos três argumentos da leitura deste furtadiano para realizar esta difusão: 1) a percepção da ampla dimensão da obra de Furtado, que extrapola a visão do economista, e que estabelece as determinações estruturais da política, da cultura e dos processos sociais sobre o fenômeno econômico; 2) Furtado como um teórico das Relações Internacionais, na posição de um internacionalista, principalmente a partir da tese furtadiana sobre a dinâmica tecnológica do desenvolvimento no contexto do capitalismo periférico; 3) e o lugar da política enquanto projeto e defesa de Furtado, que detinha engajamento político, sempre se direcionando à juventude.

Percebemos que esses três argumentos de Lima são algumas das principais ideias-força que marcaram a percepção sobre Furtado, de modo que foram capturados também nas mesas-redondas e palestras em que ele participou, e que estão em acervo virtual<sup>1</sup>. Com a reserva de não substituir as referências bibliográficas, fruto do trabalho sistemático, a exposição oral é uma forma de se aproximar das motivações, da temperatura, do ambiente de produção dessas ideias, inclusive com a utilização de outra classe de argumentos, pertinentes à retórica. Interessa somar às análises presentes nos trabalhos de Lima algumas expressões daquilo que anima o investigador. Trata-se de apreender a atitude testamentária de Lima, enquanto um furtadiano no empenho de difusão desse conhecimento, que atuou pelo reconhecimento do estatuto teórico deste autor.

Observando o primeiro argumento, Lima aponta para a maneira como Furtado não se restringe aos padrões limitantes da sua disciplina, a economia, e avança sobre os determinantes da política. Lima chamou a atenção, em uma de suas exposições orais aqui mencionadas (de agosto de 2014), para a trajetória holística de Furtado na percepção e articulação dos processos sociais, em direção à uma dinâmica que considerasse esses processos sociais (LIMA, 2009b). A crítica que Furtado (1974) realizou à economia, ao compreender essa ciência enquanto uma economia positiva, era apontar para o fato das teorias clássicas e neoclássicas, com base no equilíbrio geral, desconsiderarem os problemas da dinâmica social. Segundo Lima, a crítica de Furtado ganha maior dimensão quando a economia positiva se depara com a análise macroeconômica, “a qual pretende explicar o comportamento de um determinado sistema econômico”, então nesse momento os condicionantes da vida social são estabelecidos na interpretação desse economista, momento que os processos sociais se tornam evidentes. Lima afirma a esse respeito:

É que para Furtado as definições, os conceitos e as categorias básicas de análise estão diretamente influenciados pela visão inicial que o economista tem do projeto implícito na vida social. Essa percepção global do processo social, obtida principalmente mediante observação dos agentes que controlam os principais centros de decisão de poder – concentração do poder econômico (grandes empresas), manipulação da informação (grandes cadeias de jornais, mídia etc.) –, era muito evidente nele [em Furtado] (LIMA, 2009b, p. 115).

A dinâmica social na interpretação de Furtado, em outro trabalho de Lima (2008, p. 30), tem raízes no pensamento integrado

<sup>1</sup> Duas exposições de Lima foram aqui utilizadas: no 37º Encontro Anual da ANPOCS, em setembro de 2013, na Mesa redonda 24 “Desenvolvimento: técnicos e economistas” (Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=p\\_Vjob50Vfg&list=PLp6VT-kihN-bF4UzW5lcd30jyx8wjfNJ-&index=8](https://www.youtube.com/watch?v=p_Vjob50Vfg&list=PLp6VT-kihN-bF4UzW5lcd30jyx8wjfNJ-&index=8)>. Acesso em: 24/11/2022), e no 2º Congresso Internacional do Centro Celso Furtado, em agosto de 2014, na Mesa redonda “2004-2014: a atualidade de Celso Furtado dez anos após sua morte” (Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=UxON6yC2mgo&iist=PL92Kj3YWJR\\_m4w1wryvjhefGCdeMfOMMe&index=13](https://www.youtube.com/watch?v=UxON6yC2mgo&iist=PL92Kj3YWJR_m4w1wryvjhefGCdeMfOMMe&index=13)>. Acesso em: 24/11/2022).



systemicamente, herança do pensamento de Karl Mannheim. “As lições de Mannheim estão permeadas por toda a obra de Celso Furtado, nas preocupações com as condições sociais efetivas em que surgem a inteligência e o pensamento” (LIMA, 2008, p. 32). Importante recordar que o apontamento sobre a construção sistêmica na obra de Furtado foi identificado por Lima a partir do registro das Ciências Sociais, e esses trabalhos de Lima podem ser identificados em sequência com as análises do pensamento político brasileiro, de recepção e circulação de escolas e autores no pensamento brasileiro<sup>2</sup>.

Nesta mesma dimensão de um pensamento sistêmico e que extrapola a economia, Lima (2013), lançou algumas pistas de pesquisa que buscaram aproximar o pensamento de Furtado sobre a cultura e a política com outros pensadores que possuem em comum a experiência do colonialismo, como o mexicano Leopoldo Zea e os indianos do Subaltern Studies, como Ranajit Guha, Dipesh Chakrabarty e Partha Chatterjee. Lima aponta o que esses autores têm em comum:

Todos eles falam de uma modernização ocidentalizada, do abandono da satisfação das necessidades das massas, da forma autoritária de neutralizar as resistências dos excluídos, do desprezo pelas culturas locais, da dependência dos padrões econômicos e sociológicos estabelecidos. Todos eles denunciam tanto o colonialismo e a dependência estabelecida quanto as visões mais coetâneas de um sistema político e econômico dominante que trata, de forma disfarçada, tanto países quanto populações pobres, iletradas e periféricas como se fossem crianças, ou ainda, como diria Lévi-Strauss, como selvagens, entidades da natureza, e não da cultura (LIMA, 2013, p. 202).

Partindo da análise de Furtado (2012) presente na conferência “Que somos?”, em que realiza reflexões sobre a cultura brasileira, Lima assinala que o vínculo desses autores (Zea e os Subaltern Studies) com Furtado está nas experiências culturais se referirem à países colonizados, em que a modernização capitalista ocidentalizada nestes países periféricos devem ser decididamente analisadas pelo sistema de poder, através da política e da cultura, como a consideração de Furtado (2012) sobre a dimensão cultural e da identidade dos setores populares que necessitam ser resgatados para a reflexão sobre a modernização brasileira.

A comparação com os Subaltern Studies está em continuidade com o segundo argumento de Lima a ser aqui analisado, que posiciona Furtado como um teórico da Economia Política Internacional. Ao comparar as contribuições teóricas de Furtado com autores internacionais, Lima deseja ancorar Furtado também ao campo das Relações Internacionais, e o faz em diferentes ocasiões, tanto na referida exposição oral de 2013 como em Lima (2020), questionando o porquê de Furtado não ter sido alçado com o devido reconhecimento ao grupo desses teóricos. O predomínio dos especialistas das Relações Internacionais de origem estadunidense e anglo-saxão explica em grande medida essa exclusão de Furtado, inclusive na produção brasileira.

Duas perspectivas teóricas de Furtado poderiam oferecer importante contribuição às Relações Internacionais na visão de Lima: a dinâmica tecnológica no capitalismo periférico e a teoria do subdesenvolvimento. Furtado estabelece uma dinâmica tecnológica que diferencia os contextos de modernização, considerando uma forma específica de expansão da tecnologia no subdesenvolvimento (LIMA, 2009b; 2010b; 2020), fato que posiciona Furtado entre os autores internacionalistas, apesar do não reconhecimento deste autor no contexto nacional da área, assim como a ausência de autores brasileiros e latino-americanos no debate das Relações Internacionais, fato identificado por Lima nas duas exposições orais aqui mencionadas e em Lima (2020). Castro e Menezes (2021, p. 147) também identificam a presença lateral de Furtado na área de Economia Política Internacional, assim como nos cursos de Relações Internacionais e Economia Política no Brasil e no mundo.

A baixa circulação de Furtado e do estruturalismo cepalino nessas áreas contrasta com o profundo escopo de análise ofertado por esses autores. Castro e Menezes (Ibidem) apontam, por exemplo, que a ideia de poder estrutural presente nos trabalhos de Susan Strange, pioneira da Economia Política Internacional, acena para o estruturalismo latino-americano como um precursor nessa abordagem. Alexandre de Freitas Barbosa (2021) é outro exemplo de análise realizada a partir do pensamento de Furtado sobre um contexto internacional distinto do Brasil e da América Latina, mas que se refere ao desenvolvimento da China, analisado a partir dos textos de Furtado da década de 1970. Barbosa posiciona Furtado em diálogo com autores de circulação internacional, como Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Boianovsky (2015) também estabeleceu comparações entre o método histórico-estrutural de Furtado e o estruturalismo francês, em Claude Lévi-Strauss e Braudel, e entre Furtado e Douglas North (BOIANOVSKY, 2021). A trajetória de Formação econômica do Brasil (1959) é outro exemplo, obra de Furtado de maior recepção e circulação nacional e internacional, estabeleceu diálogos com pesquisadores estrangeiros desde a década de 1960, conforme apontam Saes e Manzatto (2021), sendo das primeiras obras latino-

<sup>2</sup>A relação de Mannheim com a obra de Furtado pode ser identificada nos trabalhos oriundos principalmente da área das Ciências Sociais, como Rezende (2004) e Cepêda (2014).

americanas a ganharem projeção internacional.

Todos esses diálogos aqui apontados localizam Furtado como portador de estatuto teórico passível de disputas no campo científico da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais, tanto na reflexão sobre os métodos quanto na teorização do capitalismo. Lima (2009b) afirma que apesar do conceito de subdesenvolvimento estar em desuso, ainda é uma realidade muito presente no contexto brasileiro do século XXI, principalmente na permanência de relações econômicas entre a importação de bens duráveis e a exportação de commodities. Na referida exposição oral de 2013, Lima relata que o mote da sua tese de doutorado, O MERCOSUL no contexto da nova ordem mundial (Unicamp, 1998), foi extraído da obra de Furtado, que anuncia as transformações técnico produtivas do capitalismo a partir de 1980 em relação ao Brasil e à América Latina.

A abrangência da obra de Furtado foi reivindicada por Lima, ao considerar suas reflexões importantes não apenas para a periferia, mas para toda a humanidade.

(...) a leitura de Celso Furtado, de sua obra, de sua contribuição, não precisa ser vista ou compreendida de modo “envergonhado” por brasileiros, mas ao contrário, trata-se de uma reflexão diferenciada, que traz contribuições originais de um longo percurso histórico, com densidade analítica e teórica não apenas para aqueles da periferia, mas para toda humanidade. Na análise de muitos livros de Celso podemos observar sua riqueza de interpretação, ancorada em um lastro e bagagem histórica invejável, sua dimensão crítica, sua antecipação fenomenológica, sua abrangência multidisciplinar – História, Economia, Teoria do desenvolvimento e do Subdesenvolvimento, Epistemologia da Ciência, dinâmica do Capitalismo, Ecologia e mais do que nunca as ferramentas que utiliza no campo da Política Econômica Internacional (LIMA, 2020, p. 67).

Se trata do empenho de uma geração de furtadianos em considerar o estatuto teórico do seu mestre. A própria ideia de uma geração mobilizada a partir do pensamento de Furtado estabelece vínculos ideológicos, através da formação de uma rede intelectual de furtadianos. No caso deste autor, travam espaço na arena política em torno do projeto político de Furtado. Lima recorda de forma testamentária, em sua exposição oral de 2014, que Furtado percebe a economia como um instrumento da política, então a economia se constituía uma disciplina auxiliar da política, o que conferia um engajamento político consistente, que marcou a geração desenvolvimentista da economia heterodoxa. Francisco de Oliveira (2003), outro furtadiano e nordestino, que detém uma interpretação incontornável sobre o pensamento de Furtado, ao analisar a orientação de uma obra voltada para a ação, reafirma a natureza ideológica desta obra, e que impactou de sobremaneira a trajetória de Lima:

Como qualquer produção científica, ela é socialmente determinada, e essa determinação é perceptível. Mas dizer que ela é socialmente determinada não é dizer tudo: todas as suas contemporâneas também o foram, no entanto poucas chegaram ao nível da obra furtadiana e nenhuma teve a sua importância ideológico-prática. (OLIVEIRA, 2003, p. 35)

As reflexões do Prof. Marcos Costa Lima foram muito profícuas e não caberia delimitar nessas páginas, mas o que foi ponderado até aqui é um dos enfoques da sua contribuição, que apresenta importantes pistas analíticas para que os(as) pesquisadores(as) desta geração e de novas gerações possam dar continuidade, dando dimensão, longitude e enquadramentos influenciados pelo prestígio professor, a partir das influências e aplicação do cabedal teórico furtadiano.

## 2. AS FRENTES DE AÇÃO DE UM FURTADIANO: MARCOS COSTA LIMA E A SUA AÇÃO NO CICEF PARA O NORDESTE

A práxis não está descolada do pensar, ou seja, da organização das ideias que perpassaram importantes clivagens na trajetória de Marcos Costa Lima. O reconhecimento teórico de Furtado também foi seguido pela ação de divulgação propalada por Lima, um estímulo à reflexão contemporânea realizadas no Nordeste e a respeito do Nordeste, mobilizados em torno das ideias de Furtado. Por conta disso, dois projetos coordenados por Lima foram aqui analisados, sendo “Celso Furtado: vocação Nordeste 1958-1964”; e o projeto PROCONDEL Sudene, momentos que estiveram fortemente alicerçados pela reflexão da teoria furtadiana que instrumentalizou o modus operandi da interpretação de Marcos Costa Lima sobre o patrono do desenvolvimento e pelo Nordeste, tão presente nas páginas dos livros e artigos de Celso Furtado.

A trajetória de surgimento e atuação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas de Desenvolvimento (CICEF) se soma a trajetória profissional de Lima. Inicialmente o projeto do CICEF foi encaminhado como uma proposta pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2004, durante a sessão de abertura da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad XI). O surgimento deste centro de pesquisa prestigiou e homenageou a trajetória acadêmica e pública de Celso Furtado, e mais do que isso, buscou aproximar redes de pesquisadores(as) de diferentes instituições de ensino superior (IES) no Brasil e internacionalmente combinadas com as instituições de desenvolvimento, como a Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), propondo uma atuação na formulação de agendas de pesquisa para o desenvolvimento do Brasil, com interface de atuação na sociedade por intermédio da aplicação do inventário intelectual do seu patrono, do qual leva o seu nome, o professor Celso Furtado, em forma de políticas e projetos para o desenvolvimento (CICEF)<sup>3</sup>.

Dentre as frentes de atuação estabelecidas desde a fundação do CICEF foi proposto a circulação de ideias geradas pelos debates e pesquisas da rede de seus sócios e a sociedade, por meio de debates realizados bianualmente pelo CICEF ao longo da sua trajetória no formato de Congresso Internacional, do qual historicamente tivemos 5 importantes experiências: 1º Congresso, 2012; 2º Congresso, 2014; 3º Congresso, 2016; 4º Congresso, 2018; 5º Congresso 2022. Excepcionalmente em 2020 não houve o Congresso em razão da pandemia da covid-19.

Em cada um dos eventos científicos referidos foi designado um tema para aglutinar o conjunto de reflexões dos sócios(as) e convidados(as) em torno de um leitmotiv. Os eventos ocorreram de forma itinerante pelo Brasil, sendo realizado em diferentes regiões, desde a sua sede na cidade do Rio de Janeiro até em Manaus, na região Norte, abrangendo a equação federalista, atendendo as diferentes regiões do Brasil.

Dentre os importantes nomes que compuseram o CICEF como sócios desde a sua inauguração, Lima integrou este grupo ao ser designado como membro do Conselho Deliberativo em 2009, e sendo reeleito em 2012. No processo eleitoral da diretoria do CICEF, em 2015, Lima foi eleito como parte dos diretores. O vínculo deste com o CICEF se manteve até o momento do seu falecimento, deixando um importante legado da sua incessante atuação e como ponto de destaque a coordenação do projeto da Pesquisa Documental intitulado “Celso Furtado: vocação Nordeste”. Nas palavras de Rosa D’Aguiar Freire, “Marcos levou o CICEF para o Nordeste”. A aproximação de Lima com o CICEF se deu por ocasião da organização do livro *A atualidade do pensamento de Celso Furtado* (LIMA; DAVID, 2008), conforme Rosa Freire D’Aguiar relata em mesa-redonda de homenagem a Lima<sup>4</sup>. A primeira atividade do CICEF realizada no Nordeste foi o ciclo de seminários “O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje”, em Recife, Fortaleza e João Pessoa, sendo este o primeiro registro de atividade de Lima no CICEF, momentos que resultaram na publicação do livro sobre Furtado e o Nordeste (FURTADO et al., 2009; CICEF<sup>5</sup>).

A participação de Lima no CICEF pode ser descrita por diferentes prismas de atuação. A extensão da atuação do CICEF se deve à ampliação da reverberação do acervo de conhecimento da teoria de Celso Furtado. A realização do primeiro Congresso do CICEF foi em 2012, entre os dias 15 e 17 de agosto, no Rio de Janeiro, em sua sede. A temática do referido evento foi “A crise e os desafios para um novo ciclo de desenvolvimento”. O evento reuniu importantes frações da sociedade civil brasileira, como intelectuais, docentes e políticos, destacando a atuação de órgãos de fomento ao desenvolvimento como o BNDES, Caixa Econômica Federal, Eletrobrás, Petrobrás e Banco do Nordeste do Brasil. O objetivo desse evento foi realizar debates e discussões acerca do tema crise da globalização financeira e os seus impactos na América do Sul, especificamente sobre o seu déficit social histórico e estrutural, a fim de perceber os novos desafios no horizonte para o Brasil nesse cenário (CICEF<sup>6</sup>).

A comissão organizadora foi realizada pelos docentes Carmém Feijó (UFF), Marcos Costa Lima (UFPE) e Ricardo Ismael (PUC-Rio). O evento contou com 20 mesas divididas em uma palestra inaugural, 17 painéis e 1 conferência, que foram ministrados sobre diferentes dimensões do desenvolvimento, sabendo que os temas abordaram o novo desenvolvimentismo, a dimensão territorial do planejamento, a integração e energia sul-americana, a equidade, o desenvolvimento sustentável, a política industrial, a dimensão política do desenvolvimento, Amazônia, o estruturalismo latino-americano, os movimentos sociais, as transformação do Nordeste, as novas abordagens sobre o pensamento de Celso Furtado, a política social, a crise internacional, comunicação, bancos de desenvolvimento e os desafios para o enfrentamento à crise pelo Brasil.

<sup>3</sup> Consultado no site: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID\\_S=53](http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=53)>. Acesso em: 24/11/2022.

<sup>4</sup> Realizada no 46º Encontro Anual da ANPOCS, a mesa-redonda intitulada “SH03. Homenagem a Marcos Costa Lima”. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_uW9z5wJWE](https://www.youtube.com/watch?v=_uW9z5wJWE)>. Acesso em: 24/11/2022.

<sup>5</sup> Consultado no site: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID\\_S=53](http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=53)>. Acesso em: 24/11/2022.

<sup>6</sup> Consultado no site: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID\\_S=165](http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=165)>. Acesso em: 24/11/2022.

O 1º Congresso Internacional do CICEF contou com palestrantes representantes de diferentes regiões do Brasil, sendo 40 representantes da região Sudeste, filiados às instituições de ensino: Fundação Getúlio Vargas (FGV); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Católica (PUC); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Estadual Paulista (Unesp); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); BNDES (CICEF<sup>7</sup>).

Na região Nordeste tivemos a representação de 12 palestrantes da região Nordeste, filiados às seguintes instituições de ensino superior e de pesquisa: Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Fundação Joaquim Nabuco. Da região Centro-Oeste participaram 10 palestrantes das seguintes instituições de ensino e órgãos do governo federal: Universidade Federal de Brasília (UNB); Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA); Ministério dos Transportes. E na região Norte tivemos a participação de 1 palestrante, pertencente à Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Os palestrantes internacionais podem ser contabilizados por representantes de diferentes países, da França, Argentina, México e Índia, totalizando 10 palestrantes estrangeiros (Ibidem).

Outra importante frente de atuação do professor Marcos Costa Lima foi em relação a coordenação do projeto “Preservação e disponibilização do acervo do Conselho Deliberativo da Sudene”, no qual foi dividido em 5 partes. A primeira parte foi a recuperação do acervo de jornais sobre a Sudene (1959-1971). Posteriormente, a microfilmagem e limpeza das atas do Conselho Deliberativo da Sudene exposto pelo site da Sudene. As entrevistas com o corpo técnico e intelectuais que compuseram a Sudene ou estudaram sobre ela. E finalmente a realização de um seminário internacional, acompanhado posteriormente pela elaboração de um livro sobre o Nordeste Hoje (Ibidem).

O projeto “Celso Furtado: vocação Nordeste 1958-1964”, foi realizado a partir de 2009 sob a tutela de Lima e constituiu peça fundamental para o desenvolvimento e ampliação do escopo de atuação do CICEF para o Nordeste. Essa pesquisa resultou da análise documental realizada pelo Núcleo de Estudos de Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento (D&R), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), financiada pelo CICEF.

Os resultados da pesquisa supracitada foi publicizada em uma edição especial do periódico do CICEF, Cadernos do Desenvolvimento, em maio de 2011. A pesquisa constituiu em resgatar e organizar os jornais que foram responsáveis por divulgar reportagens sobre a atuação da Sudene e de Celso Furtado no Nordeste, de 1958 até 1964. A pesquisa abrangeu dois jornais regionais, o Jornal do Commercio e o Diário de Pernambuco, e dois de abrangência nacional, o Última Hora e o Estado de São Paulo (LIMA, 2010a).

A pesquisa documental teve como objetivo organizar os documentos e testemunhos relacionados à inauguração e atuação da Sudene no Nordeste, nos anos 1958-1964, combinados com documentos a respeito do contexto político, social e econômico relacionados a essa região. E, a formulação de uma cronologia dos principais eventos e decisões ao longo da atuação da Sudene no Nordeste (LIMA, 2011).

Por intermédio da atuação da equipe de pesquisadores(as)<sup>8</sup> foi possível ter como resultados: 1) acréscimos de documentos ao acervo do CICEF; 2) apresentação dos dados coletados pelo site do CICEF; 3) a exposição serviria como fundamental para divulgação dos itens do acervo pessoal de Celso Furtado, como as fotografias, em conjunto com as suas obras e atuação no Nordeste; 4) compor parte das publicações que viriam a ser realizadas na coleção Arquivos Celso Furtado e em publicação comemorativa dos 50 anos da fundação da Sudene (LIMA, 2011).

A pesquisa foi organizada em algumas etapas das quais buscou reunir informações na biblioteca da Sudene e na Biblioteca Celso Furtado, anteriormente instalada na sede do Centro no Rio de Janeiro. A pesquisa focou na análise dos jornais Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, O Estado de São Paulo e Última Hora, filtrada por dia. Os temas centrais procurados no acervo de jornais foram; Celso Furtado e Sudene. Os termos radiais procurados foram: Conselho Deliberativo da Sudene, Nordeste, Ligas Camponesas, secas, reforma agrária, desenvolvimento, políticos nordestinos, governo Arraes, fome, pobreza, migração, industrialização do Nordeste (Ibidem).

Outro importante avanço na pesquisa referida foi a criação da exposição intitulada “Celso Furtado: vocação Nordeste”, composto

<sup>7</sup> Consultado em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/vocacaonordeste/index2.php#sobre>. Acesso em: 24/11/2022.

<sup>8</sup> Coordenação do professor Marcos Costa Lima (UFPE), o professor Gildo Marçal Brandão (USP) consultor e Denis Mendonça Bernardes (UFPE). Os pesquisadores estudantes foram Antonio Henrique Lucena Silva (mestrando), Augusto Menezes (mestrando), Anderson Matias Cardozo (graduação), Diogo Cabral (graduação), Renan Cabral (graduação) e Rodrigo Santiago (graduação).

pela seleção das matérias de jornais e fotografias sob a curadoria de Marcos Costa Lima e Rosa Freire d'Aguiar, inaugurada na exposição do seminário internacional "O desenvolvimento regional do Nordeste", organizado pelo CICEF, em 2009.

Ainda, no bojo da ampliação da abrangência de atuação mais concisa do CICEF, o professor Marcos Costa Lima teve participação fundamental ao encampar como organizador na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2009, o Seminário Desenvolvimento Regional do Nordeste, fugindo da convencional relação entre os estados que compõem nas palavras do professor supracitado, o "Triângulo das Bermudas", expandindo-se para o Nordeste. Nesta ocasião foi inaugurada a exposição "Celso Furtado: vocação Nordeste (1958-64)" (LIMA, 2010a).

Em síntese, os produtos resultantes da pesquisa "Vocação Nordeste" foram: banco de dados fotografados com matérias de jornais de Pernambuco e São Paulo, nos anos 1958 e 1964; a exposição "Celso Furtado: vocação Nordeste"; coletânea de livros e artigos que podem ser utilizados como fonte de pesquisa para outras publicações (LIMA, 2011).

Outra importante contribuição de Lima para avançar nos estudos acercados pelas temáticas Celso Furtado, Nordeste e a Sudene, foi a criação em 2013 do Procondel, projeto responsável pela preservação e disponibilização para o público do acervo de atas do Conselho Deliberativo da Sudene no período de 1959 até 2000. A importância deste projeto além do referido objetivo, está em estabelecer a documentação que orientará possíveis pesquisas com intuito de compreender os posicionamentos políticos partidários e que reverberaram em decisões para o planejamento econômico por intermédio da Sudene do "Parlamento Nordestino" (PROCONDEL<sup>9</sup>).

O desenvolvimento do Nordeste foi posicionado como uma peça-chave prioritária nas contribuições de Lima<sup>10</sup>, e podemos apontar como uma terceira importante contribuição na seara de projetos que foram tutelados pelo CICEF, a Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias (RedBCM). A rede sob a coordenação de Marcos Costa Lima e ligada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento – D&R, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), buscou como objetivo realizar pesquisas sobre as cidades denominadas como médias e as suas reverberações para os territórios que compõe os estados da União. Dentre as ações da RedBCM, foi organizado o Seminário "Cidades de porte médio no Brasil: espaços em transição", em 2011, na Universidade Federal de Alagoas, em Maceió, com o apoio do CICEF. Este evento acadêmico reuniu importantes nomes sobre as pesquisas de desenvolvimento regional e urbano (CICEF<sup>11</sup>).

A atuação de Marcos Costa Lima como furtadiano fortaleceu a presença do Centro Internacional de Políticas de Desenvolvimento Celso Furtado (CICEF) no Nordeste, combinado com a recuperação e preservação do acervo da Sudene e dos documentos do Conselho Deliberativo através do projeto PROCONDEL. A propagação do legado furtadiano no Nordeste perpassou pelas mãos e mente de Marcos Costa Lima, permitindo que a agenda de pesquisa se voltasse para o Nordeste sob a inspiração teórica furtadiana, e que concomitantemente favorecesse a influência nas futuras gerações de jovens pesquisadores(as).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência de Celso Furtado na formação e aplicação nas pesquisas de Marcos Costa Lima pode ser identificada na crítica furtadiana aos economistas, que balizaram os parâmetros do desenvolvimento em instrumentos iminentemente da ciência econômica, e que não permitia incorporar outras dimensões analíticas no campo de estudos. Furtado avança em sua teoria para buscar alternativas de superação à armadilha do subdesenvolvimento, principalmente em relação a aqueles que detêm as formas de dominação, de modo a modificar as bases de sustentação social do poder. Para Lima, a atualidade de Furtado está na garantia da participação popular dos vitimados pela racionalidade econômica. Nenhum avanço real é exequível sem desenvolvimento político, sem democratização e sem a presença organizada na esfera política de amplos segmentos sociais. As lições de Furtado na concepção de Lima deveriam trafegar para além da academia, de forma a extrapolar para a sociedade civil e, principalmente, para a garantia de direitos sociais e econômicos básicos para a população.

Evidentemente Lima, por intermédio das suas frentes de atuação, seja pela docência e pesquisa ao divulgar a teoria de Celso

<sup>9</sup> Consultado no site: <<http://procondel.sudene.gov.br/sobre.aspx>>. Acesso em: 24/11/2022

<sup>10</sup> A dissertação de mestrado em Sociologia de Lima, "Nordeste brasileiro: tempos modernos? As políticas do governo federal para o Nordeste brasileiro" (UFPE, 1985) já continha importante análise sobre o Conselho Deliberativo da Sudene e as disputas político partidárias.

<sup>11</sup> Consultado em: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID\\_M=496](http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_M=496)>. Acesso em: 24/11/2022

Furtado via pesquisas, bem como pela frente da atuação em projetos que recuperaram importante acervo fotográfico, jornalístico e as atas do Condel da Sudene, foi um propagador e mais do que isso, manteve vivo o espírito furtadiano. Trouxe para o centro do debate e do conhecimento a agenda furtadiana, sem se privar de estabelecer novos campos analíticos, como o das Relações Internacionais. Pensar Furtado como um internacionalista, que deve ser tomado como os grandes intérpretes da periferia, fez parte da tarefa de profusão empenhada por Lima ao longo de sua trajetória. Ainda mais, permite estabelecer pontes transnacionais do pensamento furtadiano com grandes correntes de interpretação do capitalismo.

Marcos Costa Lima deixa importante pesquisa acerca da sua interpretação furtadiana e os projetos que se desenvolveram sob sua tutela no CICEF, quais sejam, “Celso Furtado: vocação Nordeste 1958-1964”, o Procondel e a Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias (RedBCM). Nas palavras de Rosa D’Aguiar Freire, no V Seminário Internacional Celso Furtado, foi realizada uma homenagem pela sua trajetória, ocasião que ressaltou a contribuição de Marcos Costa Lima ao ampliar a atuação do CICEF para o Nordeste, deslocando do eixo Rio–São Paulo, ao qual acrescentamos a trajetória de Lima dedicada ao pensamento de Furtado. Furtado e Lima, nordestinos e intelectuais periféricos, e que permanecerão de forma vigorosa no pensamento brasileiro e nos ares do mundo. Viva Marcos Costa Lima!

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. F. (2021). **Celso Furtado, a Ascensão Chinesa e a Complexificação do Sistema Centro-Periferia**. História Econômica & História de Empresas, v. 24, n. 1, p. 196-215.
- BOIANOVSKY, M. (2021). **Celso Furtado, Douglass North e a Nova História Econômica**. In: BARBOSA, A. F.; SAES, A. M. Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Edições Sesc, p. 197-221.
- \_\_\_\_\_. (2015). **Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy**. Journal of Economic Methodology, v. 22, n. 4, p. 413-438.
- \_\_\_\_\_. CASTRO, A. C; MENEZES, H. Z. (2021). **As contribuições de Celso Furtado para a Economia Política Internacional e a análise do desenvolvimento latino-americano**. In: MANGUEIRA, C. P; PAIXÃO, M. C. S. (Org.) Celso Furtado 100 anos: coletânea de ensaios em sua homenagem. João Pessoa: Editora UFPB, p. 145-157.
- CEPÊDA, V. A. (2014). **A Sociologia do Conhecimento em Karl Mannheim**. In: HAYASHI, M. C. P. I.; RIGOLIN, C. D.; KERBAUY, M. T. M. (Org.) Sociologia da Ciência: contribuições ao campo CTS. Campinas: Alínea, p. 59-90.
- CICEF. **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID\\_S=45](http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=45)>. Acesso em: 24/11/2022.
- FURTADO, C. (2012). Que somos? In: D’AGUIAR, R. F. (Org.) **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, p. 29-41.
- \_\_\_\_\_. (1974). **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, C. et al. (2009b). **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado: Banco do Nordeste do Brasil.
- LIMA, M. C. (2020). **A dimensão internacional da obra de Celso Furtado**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 51, n. 1, p. 45-73.
- \_\_\_\_\_. (2013). **Cultura e pós-colonialidade: afinidades intelectuais entre Celso Furtado, Leopoldo Zea e os Subaltern Studies**. In: D’AGUIAR, R. F. Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, p. 191-213.
- \_\_\_\_\_. (2012). **A propósito de “O golpe de 1964 e o Nordeste”, de Celso Furtado**. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, p. 216-219.
- \_\_\_\_\_. (2011). **Relatório Final. Cadernos do Desenvolvimento**. Maio 2011, Ano 6, n.8. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.
- \_\_\_\_\_. (2010a). **Editorial. Cadernos do Desenvolvimento**. Outubro de 2010, Ano 5, n.7. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.
- \_\_\_\_\_. (2010b). **Repensando as teorias do desenvolvimento na América Latina e na Índia. Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, n. 7, p. 137-152.
- \_\_\_\_\_. (2009a). **O Conselho Deliberativo da Sudene**. In: FURTADO, C. et al., O Nordeste e a saga da Sudene. 1958-1964. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, p. 223-265.

- \_\_\_\_\_ (2009b). **Revisitando a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado.** In: FURTADO, C. et al. O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado: Banco do Nordeste do Brasil, p. 113-130.
- \_\_\_\_\_ (2008). **Uma concepção de mundo em Celso Furtado: ciência e perplexidade.** In: LIMA, M. C.; DAVID, M. D. A atualidade do pensamento de Celso Furtado. São Paulo: Francis, p. 27-41.
- LIMA, M. C.; DAVID, M. D. (2008). **A atualidade do pensamento de Celso Furtado.** São Paulo: Francis.
- OLIVEIRA, F. (2003). A navegação venturosa. In: OLIVEIRA, F. **A navegação venturosa. Ensaio sobre Celso Furtado.** São Paulo: Boitempo, p. 11-38.
- REZENDE, M. J. (2004). **Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social.** Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 26, n. 2, p. 239-250.
- SAES, A. M.; MANZATTO, R. (2021). **Os 60 anos de Formação Econômica do Brasil: pensamento, história e historiografia.** In: BARBOSA, A. F.; SAES, A. M. Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Edições Sesc, p. 83-118.

## O DESENVOLVIMENTO COMO LÓGICA COLONIAL: CELSO FURTADO E A CONSTRUÇÃO DE UM PENSAMENTO ALTERNATIVO A PARTIR DO SUL GLOBAL<sup>1 2</sup>

### THE DEVELOPMENT AS COLONIAL LOGIC: CELSO FURTADO AND THE CONSTRUCTION OF AN ALTERNATIVE THINKING FROM THE GLOBAL SOUTH

**Vico Melo** | vico.melo@academico.ufpb.br | Professor do Departamento de Gestão Pública e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba (DGP/PGPCI-UFPB). Doutor em Pós-Colonialismos e Cidadania Global pela Universidade de Coimbra, mestre em Ciência Política pela UFPE e bacharel em Relações Internacionais pela UEPB

**Recebimento do artigo** Setembro de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

**Resumo:** Esse artigo parte de uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento, das contribuições epistemológicas produzidas por diversos autores do Sul global, tendo como destaque o paraibano Celso Furtado. Para esses autores e principalmente para Furtado, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram partes inerentes e inevitáveis do próprio desenvolvimento do capitalismo/colonialismo imposto pelas potências do Norte global. Dessa forma, o processo de descolonização pós-Segunda Guerra Mundial nos contextos afro-asiáticos e caribenhos produziu uma intensa solidariedade de luta e pensamento, identificando o colonialismo como parte dos problemas econômicos-sociais nas sociedades do Sul global. Portanto, faz-se necessário trazer à luz do debate acadêmico tais autores, com destaque ao paraibano Celso Furtado, que traduziu em suas obras as desigualdades e possibilidades de rompimento com o modelo dominante de pensar nas ciências sociais.

**Palavras-chave:** Colonialismo; desenvolvimento; Sul Global; Celso Furtado.

**Abstract:** This paper does a critical reflection about development and the epistemological contributions produced by several authors of the global South, especially Celso Furtado from Paraíba-Brazil. According to these authors and mainly for Furtado, the development and underdevelopment were inherent and inevitable parts of the development of capitalism/colonialism imposed by the great powers of global North. Thus, the process of decolonization of post-second world war in the Afro-Asian and Caribbean contexts produced an intense solidarity of struggle and thoughts, identifying colonialism as part of economic and social problems in the global South societies. Therefore, highlighting these authors is necessary to the academic debate, particularly on Celso Furtado that translated in his work the inequalities and possibilities of disruption with the hegemonic model of thinking on the social science.

**Keywords:** Colonialism; Development; Global South; Celso Furtado.

### BREVES COMENTÁRIOS INICIAIS

Uma questão me parece inaceitável, é que tantos estudiosos e estudantes da periferia do capitalismo, sobretudo aqueles do campo das Relações Internacionais, não incorporem Celso Furtado como um autor desse campo. Uma larga maioria prefere reproduzir os autores canônicos da disciplina, mormente dos Estados Unidos da América, que são, no mais das vezes, funcionários do Estado, assessores do Pentágono, do Sistema de Defesa, ou de Think-tanks que lidam com segurança internacional; guerras e conflitos militares; economia; estratégias e tecnologias, entre outras (COSTA LIMA, 2020, p. 56-57).

Se desejamos transformar a África numa nova Europa, a América numa nova Europa, então confiemos aos europeus o destino de nosso país. Eles saberão fazê-lo melhor do que os mais bem dotados dentre nós. Mas, se queremos que a humanidade avance um furo, se queremos levar a humanidade a um nível diferente daquele onde a Europa a expôs, então temos de inventar, temos de descobrir (FANON, 1968, p. 275).

Esse artigo foi resultado de um convite que havia recebido, no passado, de meu antigo orientador e amigo Marcos Costa Lima, destinado a um livro que ele iria organizar e publicar sobre a vida e obra de Celso Furtado. Infelizmente, por cortes orçamentários em diversos programas de incentivo à pesquisa no Brasil, com maior profundidade desde os anos 2019, o livro acabou por não ser lançado. Antes de adentrar sobre o pensador Celso Furtado, não poderia deixar de homenagear essa grande figura que foi Marcos, como orientador, tutor e, tendo a vida os seus caminhos não-lineares, vi-o tornando-se um grande amigo, com o qual sempre pude compartilhar anseios e expectativas acadêmicas e da vida no seu dia a dia. A sua partida, de forma abrupta, deixou um vazio em quem sempre esteve perto e o tinha como um farol que iluminava com seu sorriso e sagacidade intelectual.

<sup>1</sup> Em memória ao grande amigo, Marcos Costa Lima. Acima de tudo, um grande ser humano!

<sup>2</sup> Agradeço à leitura atenciosa de Glenda Dantas, quem contribuiu enormemente com sugestões para a conclusão deste artigo.



É nesse ponto que chego em Celso Furtado, a quem sempre admirei pesquisar, desde a graduação até o doutorado. E foi através de Marcos que obtive um grande incentivo em transformá-lo como parte integrante de minhas agendas de pesquisa, dada a centralidade da sua preocupação social em suas obras. Todavia, não é uma tarefa fácil escrever e fazer jus ao pensamento desse ilustre pensador paraibano e sertanejo de Pombal-PB, devido à magnitude para o pensamento econômico e às ciências sociais, além da responsabilidade em discutir um pensamento profundo sobre as realidades econômicas, sociais e culturais dos países da periferia do sistema-mundo moderno, principalmente daqueles da América Latina.

Uma das primeiras afirmações de Furtado que me conduzem no mundo acadêmico e na vida, é a tomada de decisão do pesquisador em interferir no processo histórico, tendo como princípio norteador a ética (FURTADO, 1998). Celso Furtado expunha de forma nítida que o discurso da ciência moderna (positivista), que colocava o pesquisador como um observador neutro e imparcial, sem se deixar influenciar pelo “mundo externo”, não dava respostas satisfatórias aos problemas econômicos-sociais existentes na sociedade. Muito disso se devia ao processo de cooptação do Estado e dos poderes econômicos, mas que não se explicitava na ordem do dia. Nas palavras de Furtado (1998, p. 11),

As ciências sociais ajudam os homens a solucionar problemas práticos de várias ordens, mas também contribuem para conformar a imagem do mundo que prevalece em certa sociedade. Por esse lado, elas servem de cimento a um sistema de dominação social que legitimam. Portanto, é natural que as estruturas de poder procurem cooptar os homens de ciência, e que o controle da orientação da pesquisa seja objeto de tantas controvérsias.

Ou seja, Furtado entendia que um trabalho acadêmico/intelectual só poderia ser realmente ético, a partir do interesse do pesquisador em observar, analisar e assumir uma posição de transformação da realidade na qual está inserido. Foi dessa forma que o autor aqui analisado tanto se debruçou sobre a questão do desenvolvimento (e subdesenvolvimento) na sociedade brasileira, especificamente, e latino americana, de modo mais abrangente, devido a sua própria vivência, nascido no sertão da Paraíba, na cidade de Pombal, observando de perto a questão do desenvolvimento capitalista e suas lógicas de subdesenvolvimento na periferia.

E é seguindo essa concepção de mundo que me vi imbuído a trabalhar com essa temática, mesmo que na área das Relações Internacionais, devido ao meu percurso de vida, vindo de uma família do sertão paraibano, onde pude perceber, através da vivência e da prática de vida, a lógica do desenvolvimento capitalista nessa região do Nordeste. Essa observação nunca esteve desligada das peculiaridades políticas, sociais, culturais e econômicas dessa região, levando o mantra de que não existe pesquisador ou teoria desligado do contexto em que se fala ou de interesses pessoais – a máxima de Robert Cox (1986), de que toda teoria é feita por alguém e com algum interesse.

Dessa forma, esse artigo se propôs a analisar, primeiramente, a questão do desenvolvimento e suas complexidades, entre o discurso e a prática implementada pelos países do Norte global nos países do Sul global. Posteriormente, buscou-se trabalhar com a crítica ao discurso do desenvolvimento e suas lógicas de subdesenvolvimento das sociedades periféricas, se utilizando da análise histórico-social da relação de centro-periferia no sistema mundo moderno, em que autores latino americanos e africanos como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Gunder Frank, Kwame Nkrumah e Walter Rodney começaram a expor tais problemáticas. Por fim, intenta-se um aprofundamento crítico do pensamento de Furtado sobre o desenvolvimento, assim como outras possibilidades para além do conceito de desenvolvimento eurocentrado.

## O DESENVOLVIMENTO E SUA LÓGICA COLONIAL: O DISCURSO DA COOPERAÇÃO COMO IMPOSIÇÃO

A concepção de desenvolvimento há muito está atrelada aos desígnios do pensamento moderno ocidental, como um trem que segue o seu caminho em marcha contínua, linear e progressiva. Ao que concerne à cooperação internacional, a característica principal das literaturas e das ações nessa área – entre meados e fins do século XX – era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas, de comportamentos, atitudes e valores identificados com a ciência política, social e econômica moderna, sendo a sua finalidade baseada em um destino único, inexorável e universal a toda a humanidade (TUCKER, 1999).

As teorias do desenvolvimento<sup>3</sup>, elaboradas nos contextos anglo-saxônico e europeu, buscavam localizar e analisar os obstáculos existentes à implantação da modernidade ocidental nas sociedades periféricas. Para isso, procuravam instrumentalizar formas de atuação capazes de almejar os resultados desejados dentro da perspectiva do desenvolvimento, no intuito de aproximar cada sociedade existente, independente de seus contextos, em “sociedades de consumo em massa”<sup>4</sup> imaginadas como fim em si mesmas.

A própria lógica colonial traz em seu escopo o discurso de que os projetos coloniais são a transposição dos avanços alcançados pelas sociedades coloniais àquelas em um estágio de inferioridade civilizacional, na concepção ocidental de progresso/desenvolvimento/civilização. No processo de partilha da África, ocorrida na Conferência de Berlim (1884-1885), projetava-se nos discursos oficiais das potências coloniais o “suporte” missionário e institucional visando à educação dos nativos e a “compreensão e apreciação para os benefícios da civilização” (TUCKER, 1999, p.7).

Norman Angell (2002 [1909]) demonstra o quão presente é o pensamento que afirmava que o processo colonial nada mais era que uma cooperação firmada entre o colonizador e o colonizado. Angell (2002, p. 214) escrevia à época que “a Inglaterra tem empregado a força para fins, sobretudo policiais, enquanto a Espanha a usou para os objetivos formulados pelos seus diplomatas”. A Inglaterra tendia à cooperação”. O termo “fins policiais” se referia à crença de que a potência externa tinha como incumbência o apaziguamento do estado de natureza vivenciada pelas sociedades tidas como “selvagens” ou “semi-selvagens”, as quais poderiam, após o processo de pacificação, estabelecer cooperações mútuas.

A potência colonial ficava encarregada, segundo o discurso hegemônico da época, de manter a paz social e o progresso – econômico, político, social e cultural – no território colonizado, enquanto a nação colonizada garantiria facilidades econômicas e comerciais ao colonizador. Isso se pôde notar claramente no pacto constitutivo da Liga das Nações, em 1919, após a Grande Guerra, em que o continente europeu foi o grande palco do conflito. No artigo 22, do pacto constitutivo da Liga das Nações, afirma-se

Os princípios seguintes aplicam-se às colônias e territórios que, em consequência da guerra, cessaram de estar sob a soberania dos Estados que precedentemente os governavam e são habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno. O bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma missão sagrada de civilização e convém incorporar no presente Pacto garantias para o cumprimento dessa missão.

O melhor método de realizar praticamente esse princípio é confiar a tutela desses povos às nações desenvolvidas que, em razão de seus recursos, de sua experiência ou de sua posição geográfica, estão em situação de bem assumir essa responsabilidade e que consistam em aceitá-la: elas exerceriam a tutela na qualidade de mandatários e em nome da Sociedade.

O caráter do mandato deve ser diferente conforme o grau de desenvolvimento do povo, a situação geográfica do território, suas condições econômicas e todas as outras circunstâncias análogas.<sup>5</sup>

Mesmo após a Primeira e Segunda Guerra Mundial (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), que envolveu praticamente todos os países da Europa e que interiorizou toda a barbárie no seu próprio cerne, até então usadas somente contra os povos não-ocidentais<sup>6</sup> – baseada nos próprios avanços da ciência e da técnica que eram diuturnamente exaltados pelo ocidente – ainda perdurava a visão de que a Europa vivia o estágio civilizacional mais avançado. Essa concepção da necessidade do colonizador em “tutelar” outros povos se sustentava no conceito de progresso, desenvolvido no cerne do pensamento iluminista e reforçada a partir das revoluções liberais do século XVIII e XIX, partindo da ideia de que

os seres humanos, as sociedades, as ciências, as artes e as técnicas melhoram com o passar do tempo, acumulam conhecimento e práticas, aperfeiçoando-se cada vez mais, de modo que o presente é melhor e superior, se comparado ao passado, e o futuro será melhor e superior, se comparado ao presente (CHAUÍ, 2000, p. 59).

<sup>3</sup> O debate mais intenso sobre a “teoria do desenvolvimento” se deu entre as décadas de 1950 e 1970, principalmente ligadas aos teóricos da escola liberal – representando maior impacto as teorias de Walt Rostow – e aqueles teóricos críticos da ideia hegemônica sobre desenvolvimento, representados pelas escolas cepalina, da dependência e pós/descoloniais.

<sup>4</sup> Termo cunhado por Walt Rostow acerca do último estágio das sociedades desenvolvidas, seguindo um percurso linear de sociedades tradicionais, seguindo por um “take-off” até a sociedade de consumo em massa.

<sup>5</sup> O pacto constitutivo pode ser encontrado tanto em versão inglesa quanto portuguesa. Disponíveis em: < [http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/leagcov.asp#art22](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/leagcov.asp#art22)> e < <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/his1919.htm>>. Acesso: em 26/03/2015.

<sup>6</sup> Cesaire (2006) expôs tal problemática em sua obra “Discurso sobre el Colonialismo”, do qual demonstrava que o choque dos europeus com o nazismo em seus próprios contextos nada mais seria que o fruto de uma hipocrisia seletiva, pois os crimes eram até então direcionados aos povos não europeus. Relata Cesaire (2006, p. 15): “E então, um belo dia, a burguesia foi acordada por um choque terrível: as gestapos em plena atividade, as prisões cheias, os torturadores inventando, refinando, discutindo ao redor dos cavaletes [...] As pessoas se espantaram, ficaram indignadas. Diziam: ‘Que coisa estranha! Bah! É o nazismo, isso não vai durar!’ E esperaram, alimentaram expectativas; e esconderam de si próprios a verdade, ou seja, que é mesmo uma barbárie, mas a barbárie suprema, aquela que coroa, que resume o cotidiano de todas as barbáries; sim, é apenas o nazismo, mas antes de sermos as suas vítimas, fomos os seus cúmplices; este nazismo aí, nós o apoiamos antes de sofrer o seu peso, nós o absolvemos, fechamos o olho, o legitimamos, porque, até então, ele só tinha sido aplicado a povos não europeus; este nazismo, nós o cultivamos, somos responsáveis por ele, por seus disfarces, por sua penetração, sua infiltração, antes de absorvê-lo pelas águas avermelhadas de todas as fissuras da civilização cristã e ocidental”.

Ou seja, a constituição da ideia de desenvolvimento esteve atrelada ao pensamento moderno ocidental, em que uma entidade exterior garantiria os benefícios das sociedades “avançadas” aos povos subjugados, considerados inferiores na escala do “desenvolvimento humano”. Para Milani (2012, p. 212), “as noções de ‘cooperação internacional’ e ‘desenvolvimento’ acompanham a própria história do sistema econômico capitalista, do projeto universalizante de modernização das sociedades e do liberalismo multilateral nas relações internacionais”, enquanto Arturo Escobar (1995, p. 26) afirma que o discurso oficial do desenvolvimento foi elaborado “no período entre guerras, [em que] a base foi preparada por instituições de desenvolvimento como uma estratégia para converter o mundo colonial e reestruturar as relações entre colônias e metrópoles”.

Com o fim da segunda guerra mundial e o advento da guerra fria, surgiu, no discurso da política internacional, a ideia da cooperação para o desenvolvimento, assim as nações “menos avançadas” deveriam receber a cooperação para a “decolagem” – a marcha inevitável para o progresso. As ações para a implementação de tais políticas visavam aproximar os países que passavam pelo processo de libertação do jugo colonial para um dos blocos de poder que ascendeu no período da guerra fria – de um lado o bloco capitalista, tendo os Estados Unidos como grande potência, e do outro o bloco socialista, tendo a União Soviética como grande potência. A guerra fria acabou por institucionalizar e legitimar a cooperação para o desenvolvimento, através de Políticas de Estado e por meio das organizações internacionais – Banco Mundial, FMI e ONU (MILANI, 2012). Nesse sentido, Furtado (2000, p. 25-26) afirmava

A superestrutura institucional então criada (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, GATT) destinou-se a assegurar, mediante uma tutela indireta, que as políticas econômicas nacionais levassem na devida conta o objetivo maior da estabilidade internacional. Reviveu-se, assim, sob a tutela dos Estados Unidos, o projeto de estruturação de um sistema econômico mundial, a partir de um centro nacional dominante, ensaiado um século antes pela Inglaterra.

Em 20 de janeiro de 1949, após o discurso de Harry Truman<sup>7</sup> – presidente dos EUA à época – foi-se delimitando o escopo do que viria a ser cooperação para o desenvolvimento nas relações internacionais. Estabeleceu-se a divisão no contexto internacional entre nações “desenvolvidas” (ricas) e “subdesenvolvidas” (pobres)<sup>8</sup>, das quais as primeiras seriam detentoras do progresso científico-tecnológico e fruto de uma sociedade do consumo, enquanto a segunda estaria representada pelo “atraso” econômico, cultural e pela desigualdade social (ABRAHAMSEN, 2000). O fardo civilizatório, inerente às nações avançadas, passava, nesse momento, dos projetos coloniais para a assistência ao desenvolvimento.

O programa de assistência internacional para o desenvolvimento, criado em 1950 por Truman, baseava-se principalmente em dois pontos, de acordo com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, sigla em inglês): “criar mercados para os Estados Unidos, pela redução da pobreza e pelo aumento da produção nos países em desenvolvimento; e diminuindo a ameaça do comunismo, ajudando os países a prosperarem sob o capitalismo”<sup>9</sup>. O comunismo era o grande “mal” que os EUA visavam combater e impedir a sua expansão pelo mundo, por isso a ideia de que a pobreza seria uma das grandes portas para a entrada da ideologia comunista, sendo um problema a ser combatido com todos os recursos e as forças disponíveis pelo ocidente.

Para além do embate entre os dois blocos centrais de poder, o discurso sobre desenvolvimento tornava-se um discurso moralista e suas ações práticas se envolviam em mecanismos para manutenção do status quo pós-guerra. Dentre os discursos moralistas – colocando em evidência que as palavras mudam, mas os seus sentidos não –, John Kennedy em mensagem ao Congresso dos Estados Unidos, declarou, em 1961:

Não há escapatória para as nossas obrigações: nossa obrigação moral como sábio líder e bom vizinho na comunidade interdependente de nações livres – nossas obrigações econômicas como povo mais rico do mundo, em um mundo de povos pobres, em sua maioria, como uma nação que já não depende de empréstimos do exterior que uma vez nos ajudou a desenvolver nossa própria economia – é nossa obrigação política como maior contragolpe aqueles adversários da liberdade.<sup>10</sup>

<sup>7</sup> Os pontos levantados por Truman foram diversas medidas adotadas como forma de barrar o avanço do comunismo no mundo e aumentar a zona de influência do poder estadunidense nos países recém-independentes e na periferia do sistema mundo moderno.

<sup>8</sup> Tal polarização entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, foi referenciado por Truman no seu discurso em 20 de janeiro de 1949, relativo ao “ponto quatro” em que afirmou: “Faz-se necessário lançar um novo programa que seja audacioso e que ponha as vantagens de nosso avanço científico e de nosso progresso industrial a serviço da melhoria e do crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas em todo o mundo vive em condições vizinhas a da miséria. Não têm muito o que comer. São vítimas de enfermidades. Sua pobreza constitui uma desvantagem e uma ameaça, tanto para elas quanto para as regiões mais prósperas”. Ou seja, as nações modernas tinham a responsabilidade em interferir e levar os progressos que a sociedade ocidental experimentou ao longo dos séculos, estando o intuito civilizatório implícito nas propostas de cooperação para o desenvolvimento, entre o Norte global e a periferia. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/33527/hoje+na+historia+1949+-+surge+a+expressao+subdesenvolvimento.shtml>>. Acesso em 31/03/2015.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.usaid.gov/who-we-are/usaid-history>>. Acesso em 31/03/2015.

<sup>10</sup> Discurso do presidente dos EUA, John F. Kennedy, em 22 de março de 1961, ao congresso dos Estados Unidos. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=8545>>. Acesso em 31/03/2015.

Foi nessa perspectiva que a teoria do desenvolvimento alcançou o seu auge político e epistemológico com Walt Whitman Rostow (1916-2003), que foi um dos grandes nomes do liberalismo, estabelecendo a concepção de desenvolvimento como uma problemática estritamente econômica, em fins dos anos 1950. As ideias de Rostow tiveram grande aceitação nos desígnios da política externa estadunidense, sendo Kennedy um dos grandes admiradores de suas obras desde o período em que era senador até a sua ascensão à presidência dos EUA, resultando em encontros e proximidade entre os dois (MELLO, 2009).

Rostow concebia que todas as sociedades “subdesenvolvidas” – ou seja, aquelas que ainda se encontravam no nível “pré-capitalista” – eram econômica, política, cultural e socialmente tradicionais. Reproduzia e ressaltava, dessa forma, a concepção de que o caminho para o nível das sociedades desenvolvidas só poderia ser alcançado através da consecução de estágios ou fases pré-determinadas para o desenvolvimento das sociedades. Tal pensamento teve grande impacto na teoria econômica ocidental e nas políticas de cooperação, levando diversas nações não ocidentais a formularem suas políticas domésticas – impositivamente por acordos de cooperação com os países de renda alta ou por organismos internacionais – em acordo com as teorias de Rostow.

O autor lançou bases e condicionantes para o verdadeiro desenvolvimento econômico necessário para alcançar o nível das sociedades industrializadas. Rostow destacou cinco estágios essenciais para a concretização desses pressupostos: “i) a sociedade tradicional; ii) as condições para ‘decolagem’; iii) a decolagem; iv) o caminho para maturidade, e; v) a era do grande consumo de massa” (ROSTOW, 1959, p. 1). O subdesenvolvimento, de acordo com seu pensamento, era uma etapa anterior àquelas que os países industrializados já alcançaram através do desenvolvimento capitalista. As cinco etapas descritas em suas obras consistiriam em metas a serem almejadas pelos Estados como condição sine qua non para a “decolagem” rumo ao seletivo grupo de países com “alto grau de desenvolvimento”.

O início do processo só poderia ocorrer com o que Rostow chamava de take-off, ou seja, por uma “decolagem”. Para embasar sua tese, o autor buscou exemplificar a partir apresentação/exposição dos acontecimentos econômicos e produtivos ocorridos na Inglaterra à época da Revolução Industrial, nos Estados Unidos no período de pós-Guerra Civil Americana, na Alemanha com a ascensão de Bismarck e no Japão na era da Restauração Meiji. Rostow afirmava que

Tinha sugerido em um artigo anterior que a decolagem consiste, em essência, de uma realização de um rápido crescimento em um limitado grupo de setores, onde as modernas técnicas industriais eram aplicadas. Historicamente, os principais setores da decolagem têm variado dos têxteis (Grã-Bretanha e Nova Inglaterra); das ferrovias (Estados Unidos, França, Alemanha, Canadá, Rússia); das serrarias modernas e ferrovias (Suécia). Em adição, do processamento agrícola, do petróleo, da substituição de importações industriais, da indústria naval e da rápida expansão em produção militar que tem ajudado a prover o surgimento industrial inicial (ROSTOW, 1959, p. 07).

O desenvolvimento pelas vias do pensamento moderno ocidental passou a ser o modelo ideal para a evolução das situações econômicas, sociais e políticas em qualquer sociedade. Os setores imaginados pelos autores liberais existiriam em qualquer sociedade ao redor da terra e essas forças endógenas levariam, de forma natural, ao processo de decolagem a partir da ajuda oferecida pelas nações desenvolvidas. O caminho para o desenvolvimento era único, linear e universal, de tal modo que algumas nações se encontrariam em estágios “atrasados” e outras em escalas “avançadas”. Foi nesse momento histórico que nasceram diversas organizações de desenvolvimento, como o BID, a AID – pertencentes ao Banco Mundial – a USAID, o FMI, assim como inúmeros cursos universitários e especialistas dedicados ao tema da cooperação para o desenvolvimento, vindo a caracterizar-se como a “era do desenvolvimento” (ABRAHAMSEN, 2000, p. 16).

O “Terceiro Mundo” se tornava uma região apta às intervenções das mais variadas formas pelos países desenvolvidos, devido à construção de uma hierarquia institucionalizada na política internacional pelas ex-potências coloniais. O Terceiro Mundo consistia, dessa forma, em deficiências sociais, políticas e econômicas, ou melhor, era constituído como um todo homogêneo que precisava ser completamente reformado e modificado<sup>11</sup>. Todavia, tais reformas sempre foram pensadas e aplicadas segundo a lógica ocidental de desenvolvimento, progresso, universalidade e eficiência (ABRAHAMSEN, 2000), ou naquilo que Furtado (2000, p. 09) afirmava sobre as raízes da ideia de progresso baseada em correntes do pensamento europeu, onde “a expansão geográfica da influência europeia significa para os demais povos da Terra, implicitamente considerados ‘retardados’, o acesso a uma forma superior de civilização”.

De acordo com Pureza (2011, p. 16), tais imposições se baseavam na

<sup>11</sup> Para Rostow, sua teoria tinha a possibilidade de ser aplicada a qualquer contexto no globo, tomando por base que todo o Sul global seria um mundo homogêneo, além de que sua teoria tinha um cunho universalista. Nada mais era do que a reprodução das lógicas do pensamento moderno ocidental: etnocêntrico, universal e reducionista.

insistência na implantação de formas de regulação padronizadas, tomadas como avesso da bad governance das elites endemicamente corruptas das periferias, a insistência na despolitização da economia e na dogmatização do racionalismo capitalista como fórmula única, e a insistência na compreensão do desenvolvimento como convergência com um padrão liberal adotado pelo centro e, mais que tudo, a insistência na representação das periferias como sofrendo de incapacidades patológicas só superáveis por formas de governação terapêutica exogenamente determinadas são os seus traços mais marcantes.

Nas décadas seguintes, o Norte global continuou a se utilizar do discurso sobre o desenvolvimento, mas modificando os interesses e a semântica. Da ideia de cooperação somente por via econômica – ainda hoje tida como mantra do desenvolvimento e do crescimento econômico –, modificou-se para a necessidade de democratização como meio de alcançar o desenvolvimento e, nos dias atuais, a ideia de boa governação como método de desenvolvimento social, econômico e político para os países em desenvolvimento. O conceito de democratização para o desenvolvimento – sustentada nos ideais da democracia liberal representativa – surgiu em fins da década de 1970 e durante toda a década de 1980 pelos EUA, como forma de pressão aos governos ditatoriais na América Latina e África, até então financiados e suportados pelos mesmos.

Já o conceito de boa governação apareceu de forma mais contundente nos anos 1990, com os processos de ajustes neoliberais nos países do Sul global, impostos através do “Consenso de Washington”. A boa governança se fundamenta na ideia de que os governos que recebem ajuda internacional devem adotar uma série de medidas e reformas econômicas, políticas e administrativas em suas estruturas domésticas, que representariam formas de accountability e responsiveness para as sociedades civis dos países recipiendários, assim como para os contribuintes dos países doadores. Todavia, a lógica permanece a mesma, em que o desenvolvimento é tido como uma receita concluída e os princípios inerentes para o alcance da tão sonhada “sociedade avançada” – como o Norte global se afirma como um espelho que representa o futuro do Sul global – estão predeterminadas por outras sociedades “iluminadas”. De acordo com Grosfoguel (2008, p. 140)

Nos últimos 510 anos do ‘sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno europeu/euro-americano’, passámos do ‘cristianiza-te ou dou-te um tiro’ do século XVI, para o ‘civiliza-te ou dou-te um tiro’ do século XIX, para o ‘desenvolve-te ou dou-te um tiro’ do século XX, para o recente ‘neoliberaliza-te ou dou-te um tiro’ dos finais do século XX e para o ‘democratiza-te ou dou-te um tiro’ do início do século XXI.

É a partir da ebulição dos acontecimentos em fins da segunda guerra, a exemplo do avanço do socialismo, a ascensão dos EUA e URSS – como grandes blocos de poder – e do processo de descolonização das antigas colônias no Sul global, que possibilitou um intenso debate e embate de posições, pensamentos, ações e alternativas à questão do desenvolvimento nas relações internacionais, nas políticas domésticas e na economia internacional. O Sul global começava a dar mostras de que não aceitava mais a invisibilização de suas práticas e conhecimentos no sistema internacional, propondo e contrapondo epistemologias voltadas ao discurso do desenvolvimento, com intuito de tomar em suas próprias mãos as rédeas da História (PRASHAD, 2007).

## DISCORDÂNCIAS EPISTEMOLÓGICAS NO SUL GLOBAL: O DEBATE DESENVOLVIMENTO/SUBDESENVOLVIMENTO

Em princípios dos anos de 1950, as concepções acerca do desenvolvimento, produzidas no Norte global, começaram a receber fortes críticas de pensadores advindos do Sul global, com destaque para os Cepalinos. Para os autores da periferia havia uma falta de problematização sobre as temáticas do desenvolvimento e subdesenvolvimento, levantados no discurso hegemônico e produzido nas academias eurocentradas. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento não seriam estágios distintos, como propunham os autores ocidentais, mas processos intrínsecos do próprio sistema capitalista, ou seja, se fazendo “necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial” (FURTADO, 2000, p. 28).

O processo de contestação que começava a tomar corpo nos países periféricos, só pôde ser colocado na ordem do debate devido a três fatores principais: primeiro, aos movimentos de libertação ocorridos nas sociedades africanas e asiáticas do jugo colonial; segundo, com o processo de solidariedade e troca de experiências entre o Sul global, em contraposição ao embate entre os blocos capitalistas e

comunistas, Leste-Oeste; por último, a possibilidade da periferia em produzir e assegurar por vias próprias os desígnios de suas sociedades. Entendia-se, nesse momento histórico, que os países periféricos não poderiam aplicar o mesmo receituário dos países centrais, em vista das diferenças de contextos, não havendo a possibilidade de reprodução das experiências ocorridas nos países centrais.

Pode-se tentar afirmar que o contexto latino americano se distinguia daqueles que vinham se desenvolvendo no sul asiático e africano, devido ao processo de independência ocorrido um século antes na América Latina, pois é bastante conhecido que os países latino americanos promoviam suas políticas econômicas a partir de seus próprios interesses, sem estarem atrelados diretamente a uma potência colonizadora, como nos outros dois contextos<sup>12</sup>. Para além disso, alguns países da América Latina passavam por um processo de grande crescimento econômico, sustentado principalmente na exportação de produtos primários e/ou pela industrialização por substituição de importações. Apesar de não estarem sob o jugo colonial, esses países encontravam-se em elevada dependência econômica e política em relação aos países centrais, devido às trocas desiguais no mercado internacional e as características coloniais de suas elites nacionais.

Autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Andre Gunder Frank, Kwame Nkrumah e Walter Rodney começavam a pôr em xeque os receituários político-econômicos do Norte global, contestando os princípios do desenvolvimento por estágios e o consequente processo de modernização nas sociedades que aplicassem tais regras. Apesar de todo o processo de alargamento e de contestação dos debates teórico-práticos ocorridos no contexto da periferia, no período referenciado, destaco que tais autores não fugiam completamente à influência dos cânones eurocêntricos em suas análises da economia política internacional<sup>13</sup>.

Para melhor exemplificar tal afirmação é preciso observar que autores como Rodney, Nkrumah e Frank tinham uma grande influência do marxismo ocidental em seus arcabouços teóricos, assim como Furtado teve uma influência dos princípios keynesianos – sem esquecer sua proximidade com o marxismo e a sociologia norte-americana, advinda de Gilberto Freyre (FURTADO, 1998). O impacto das ideologias do sistema-mundo moderno nas sociedades foi tão profundo e abrangente, que acabou reverberando no próprio pensamento contestatório marxista surgido na luta de classes. Mesmo estando orientado numa concepção de destruição da ordem capitalista, o marxismo incorporou em seu pensamento a lógica do progresso e do tempo linear, fazendo-o migrar dos ideais do “socialismo utópico” para aqueles aplicados no século XX, tidos como “científicos”.

Ressalta-se ainda que, mesmo recebendo uma forte carga de influência das correntes de pensamento eurocêntricas – a exemplo da corrente contestatória marxista ou da corrente reformista keynesiana – esses autores promoveram uma mudança de paradigma nos debates políticos e econômicos da época, introduzindo um leve, mas saboroso tempero do Sul global e visibilizando as realidades políticas, econômicas, sociais e culturais de seus próprios contextos, com intuito de romper a dependência a partir das realidades sociais existentes. Essa alta produção intelectual acabou sendo capitaneada por diversos países latino americanos, aplicando programas de industrialização baseado nos ideais produzidos na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a exemplo dos programas de industrialização através da substituição de importações e, posteriormente, pela substituição de exportações. A periferia passava a ser, nesse momento, não mais como um ator político vazio e sem voz, mas sim um ator político atuante, contestador e promotor de seus próprios desígnios.

Walter Rodney, em sua memorável obra “Como a Europa Subdesenvolveu a África”, afirmava que “o subdesenvolvimento com o qual o mundo está agora preocupado é um produto da exploração capitalista, imperialista e colonial” (RODNEY, 1975, p. 14). Dessa forma, Rodney deixava claro que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento seriam parte do mesmo processo de expansão do capitalismo, ou seja, o subdesenvolvimento não poderia ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista, como Rostow afirmava a partir da “decolagem”. Rodney vai para além em sua investida contra a ideia de desenvolvimento/subdesenvolvimento, de forma ácida, em que afirmava

se ‘subdesenvolvimento’ fosse relatado para qualquer outra coisa que à comparação econômica, então o país mais subdesenvolvido do mundo seriam os EUA, dos quais externamente pratica a opressão em uma escala massiva, enquanto internamente há uma mistura de exploração, brutalidade e desordem psiquiátrica” (Rodney, 1975, p. 14).

O subdesenvolvimento e a dependência política e econômica não se manifestavam só por fenômenos externos, mas também sob as mais variadas formas nas estruturas domésticas das sociedades periféricas (DOS SANTOS, 2000). Foi nessa perspectiva que Kwame Nkrumah (1967) criticou o processo de desenvolvimento exportado pelas potências ocidentais como um capitalismo neocolonial, do qual

<sup>12</sup> O fato dos países latino americanos não terem estado atrelados formalmente a uma potência colonizadora, a partir da metade do século XIX, não fez desaparecer o problema do imperialismo e do colonialismo interno – agora promovido por suas elites – em seus contextos domésticos. O que pretendo demonstrar nessa passagem é a possibilidade das nações recém-independentes na América Latina em poderem ditar seus interesses, mesmo que sejam os interesses das elites atrelados aos interesses do capital internacional.

<sup>13</sup> Ou seja, tais autores não negavam as contribuições produzidas epistemologicamente no Norte global, assim como não tinham como interesse uma “refundação civilizacional”

o desenvolvimento econômico estaria organizado por uma economia de tipo colonial – não mais o colonialismo formal por administração direta, mas por um novo modo de atuação, através do poder econômico das multinacionais e a imposição de seus interesses nas políticas domésticas dos países da periferia. Para além de todas essas análises, Celso Furtado viria contribuir diretamente no adensamento e no aprofundamento acerca da análise do desenvolvimento nas sociedades periféricas, levando sempre em consideração as particularidades históricas, sociais e culturais.

## **CELSO FURTADO E O DESENVOLVIMENTO PARA ALÉM DO DETERMINISMO ECONÔMICO: A DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL**

Para compreender bem o debate trazido por Celso Furtado sobre o discurso e o debate do desenvolvimento conduzido pelos pensadores ocidentais, é necessário resgatar a discussão levantada por ele mesmo em sua obra “Criatividade e Dependência”. Com o processo de ascensão do sistema mundo capitalista europeu através do processo colonial e a exploração da América, davam-se recursos para o desenvolvimento de um conhecimento que se impunha em detrimento das experiências e saberes ao redor do globo. Constituiu-se o pensamento moderno ocidental, calcado na racionalidade do ser e na concepção de progresso, substituindo uma visão orgânica do mundo por um controle sobre a natureza e tudo aquilo que fosse correlacionado, negando toda e qualquer forma de deslumbramento do desconhecido. (FURTADO, 1974 e 1978; ADORNO; HORKHEIMER, 1986; CASTRO-GÓMEZ, 2005 e 2007). A partir de meados do século XVIII e XIX, que o cogito, ergo sum (penso, logo existo) será alçado à categoria da providência divina, com fins de acabar com os mitos e o desconhecido, mas tornando-se ele mesmo uma fábula, que paira sobre todos os pontos de vista de forma analítica, imparcial e neutra (FURTADO, 1974 e 1978; ADORNO; HORKHEIMER, 1986; CASTRO-GÓMEZ, 2005 e 2007).

O pensamento furtadiano promoveu uma análise crítica à concepção de progresso e desenvolvimento, expondo que os dois conceitos sempre caminhavam juntos no processo de aprofundamento do capitalismo. De acordo com Furtado (1978, p. 76), “a ideia de progresso transformou-se em alavanca ideológica para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos”, enquanto “a ideia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro de dependência”. Ou seja, o discurso utilizado do progresso e do desenvolvimento era uma forma “racional” de eliminar o retardamento na diversificação do consumo, voltado a uma conformação das sociedades periféricas na especialização econômica-produtiva de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1978).

Dessa forma, o processo de desenvolvimento estritamente técnico e econômico, figurado na concepção do progresso tecnológico como a única possibilidade de “decolar”, seria ele mesmo um mito. Furtado apresentava uma concepção diferenciada daquela levantada pelos teóricos do Norte global, acerca da problemática do desenvolvimento, pois, para ele, o desenvolvimento imposto era uma transplantação de um modelo de vida baseado nos países capitalistas do Norte para o Sul, da qual se apresentaria

dissociada das estruturas sociais, simples expressão que é de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação. Portanto, tem um conteúdo estritamente economicista. Ignorando as aspirações – conflitantes ou não – dos grupos constitutivos da sociedade, ela aponta para o simples transplante da civilização industrial, concebida esta como um estilo material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão (FURTADO, 1978, p. 78).

Nesse sentido, o desenvolvimento imposto pelos países do capitalismo central aos do Sul global, desprezava completamente as realidades sociais e culturais existentes em tais sociedades, o que levava, conseqüentemente, ao aprofundamento do desenvolvimento do subdesenvolvimento – termo que havia se entranhado na política internacional e nos discursos para a cooperação Norte-Sul. Nas palavras de Furtado (1998, p. 48),

A teoria do subdesenvolvimento traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial. (...) A acumulação, que nas economias cêntricas havia levado à escassez de mão-de-obra, criando as condições para que emergissem pressões sociais que conduziram à elevação dos salários reais e à homogeneização social, produziu nas regiões periféricas efeitos totalmente diversos: engendrou a marginalização social e reforçou as estruturas tradicionais de dominação ou as substituiu por similares. Em verdade, a acumulação periférica esteve de preferência a serviço da internacionalização dos mercados que acompanhou a difusão da civilização industrial.

Ou seja, Furtado entendia plenamente que o processo de desenvolvimento de uma sociedade, principalmente de tipo periférica – formatada através do colonialismo – não poderia seguir os mesmos passos daqueles implementados no Norte global. Nas palavras de Marcos Costa Lima (2020, p. 56), “[tornava-se] supérflua a assertiva de que os países mais adiantados só fazem mostrar aos mais atrasados o seu futuro”. Não se podia desassociar a questão da dependência ou do próprio processo de subdesenvolvimento daquilo que é inerente ao capitalismo: acumulação de capital, exploração e colonialismo. O discurso do desenvolvimento sempre invisibilizou tal discussão, na qual se colocava sempre como uma questão de performance, onde a história se torna uma arena de competição entre diversos povos, mas tendo como modelo maior o processo histórico eurocêntrico (FURTADO, 1978).

O subdesenvolvimento, portanto, representava o processo de acumulação de capital aplicado pelos países centrais na periferia, onde o progresso tecnológico é parte desse impulso e do problema. Ou seja, o subdesenvolvimento

não pode ser estudado como uma ‘fase’ do processo de desenvolvimento, fase que tenderia a ser superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo que são coetâneas das economias desenvolvidas, das quais, de uma ou de outra forma, dependem, as economias subdesenvolvidas não podem reproduzir a experiência daquelas. Em síntese: desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna (FURTADO, 2003, p. 88).

O subdesenvolvimento é uma consequência direta do desenvolvimento e do impacto da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), das trocas desiguais nas relações internacionais e da exploração dos recursos naturais e da mão de obra, assim como da imposição de um modo de pensar fundado nos princípios da modernidade ocidental – do progresso científico-tecnológico como modelo universal (PREBISCH, 1949; NKRUMAH, 1967; RODNEY, 1975; FURTADO, 1978; 2002).

A enorme desigualdade das forças produtivas, assim como da divisão internacional do trabalho, era uma das grandes responsáveis pela manutenção do status quo entre as nações ditas “desenvolvidas” e as “subdesenvolvidas” nas relações internacionais. Mesmo no período posterior às independências das nações afro-asiáticas, essas nações continuavam a reproduzir as lógicas das estruturas coloniais, assim como das trocas desiguais no mercado internacional, necessitando, nas palavras de Nkrumah (1967, p. 25) “algo da natureza de uma revolução econômica” como meio de modificar as estruturas globais de poder.

Praticamente não é dada qualquer atenção acerca do discurso do desenvolvimento como a possibilidade das nações “menos avançadas” alcançarem os níveis de “bem-estar” e consumo das sociedades “desenvolvidas”. O alto nível de exploração dos recursos naturais exigidos para a manutenção do modelo de desenvolvimento capitalista, que leva conseqüentemente a um aumento exponencial do nível de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) na atmosfera, no número de doenças e internações hospitalares, está condenando o planeta e as futuras gerações a chegar num ponto sem volta.

## À GUIA DE CONCLUSÃO: ALTERNATIVAS AO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE CELSO FURTADO

A ideia de desenvolvimento continua, ainda no século XXI, fortemente ligada à concepção de crescimento econômico infinito, ou seja, de um progresso incessante e sempre virtuoso e de um futuro de grandes expectativas, único e homogêneo. A história dos povos ao longo de sua trajetória era (e ainda é) vista como uma competição entre elas, da qual o desenvolvimento é uma linha e a locomotiva seria o objetivo a ser alcançado, de uma forma linear e homogênea por todos. Subdesenvolvimento como estágio histórico é uma criação do pensamento moderno ocidental, com fins de hierarquização das relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

O que Celso Furtado nos demonstra, ao longo das suas inúmeras obras, é que o subdesenvolvimento seria o produto das lógicas de exclusão e exploração existentes no próprio capitalismo, das diversas sociedades ao redor do globo. Por outro lado, desenvolvimento ocorrido em dada sociedade pode dar-se de forma distinta daquelas ocorridas no Norte global, a partir de outros princípios, outras formas de relacionamento entre homem e natureza, da cultura, das relações de trabalho ou de produção. Isso não pode se caracterizar num entendimento de um desenvolvimento “errado”, mas simplesmente como um outro tipo de produzir/fazer, ser e estar no mundo. As sociedades são heterogêneas, assim como as alternativas surgem de modo heterogêneo (FURTADO, 1974; 1978; 1998; 2003; RADOMSKY, 2011).



A possibilidade de encontrar novas formas de desenvolvimento só poderá se dar através da percepção de nossa própria sociedade de que os instrumentos tecnológicos não são o fim, mas parte do processo, e que os valores sociais e culturais podem ter grande relevância nesse intento. De acordo com Furtado (1998, p. 72),

Esse é o círculo maior que deve abarcar a política de desenvolvimento, tanto econômica como social. Somente uma clara percepção da identidade pode instilar sentido e direção a nosso esforço permanente de renovação do presente e construção do futuro. Sem isso, estaremos submetidos à lógica dos instrumentos, que se torna tanto mais peremptória quanto tende a nela prevalecer a dimensão tecnológica.

Por outro lado, Furtado nos conclama a tomarmos as rédeas de nossa própria história, como possibilidade de fazer frente ao processo de acumulação incessante de capital, essência do próprio capitalismo, em que “o sentido do desenvolvimento decorrerá do projeto de autotransformação que se crie na coletividade (...). O fator dinâmico externo não será jamais condição suficiente para o desenvolvimento”<sup>14</sup> (FURTADO, 2003, p. 103). Para isso, é necessário a pressão das forças sociais como meio de limitar a intensidade do projeto capitalista, pois “se o mundo se houvesse desenvolvido dentro das normas de um capitalismo puro, a renda seria ainda mais concentrada do que é hoje” (FURTADO, 1998, p. 76). A criação de sociedades de bem-estar social no Norte global foi, em parte, fruto das intensas lutas sociais contra a exploração incessante da força de trabalho e da desigualdade social.

No momento atual que estamos vivendo, de globalização neoliberal, em que se observa cada vez mais o aumento do desemprego, travestido no discurso de produtividade, desigualdade social e concentração excessiva de renda, se coloca como essencial a ação social como meio de pressão e controle do Estado e do Mercado em suas políticas de desenvolvimento, tanto no Brasil quanto nos demais países da periferia do sistema mundo. Nos interpela Furtado (1998, p. 21) a seguinte questão:

Qual teria sido a evolução das sociedades modernas sem a emergência do poder sindical que assumiu sua forma mais sofisticada na social democracia? Caber pensar que a sociedade democrática e aberta à iniciativa pessoal não teria o papel exemplar que hoje lhe atribuímos sem os sacrifícios realizados por mais de um século de lutas sociais.

Se pretendemos levar a sério o processo de transformação real de nossas sociedades, é necessário que não aceitemos, sem uma análise crítica, os fatores dinâmicos externos e o discurso de um progresso único, universal e linear do capitalismo. A transformação que poderá abarcar toda a potencialidade das sociedades periféricas tem que vir de uma contextualização social, histórica e cultural, além de uma real democratização dos processos de consulta e de tomadas de decisões políticas, através de organizações da sociedade civil, sindicatos e movimentos sociais, levando em consideração a diversidade social e de saberes existentes em cada sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSEN, Rita (2009). **Disciplining Democracy: Development Discourse and Good Governance in Africa**. London: Zed Books Ltd.
- ADORNO, Theodore; HORKHEIMER, Max (1985). **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- ANGELL, Norman (2002). **A Grande Ilusão**. Brasília: Ed. UnB.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2007). **Decolonizar la universidad: La hybris del punto cero y el diálogo de saberes**. In: \_\_\_\_\_ CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- \_\_\_\_\_ (2005). **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- CÉSAIRE, Aimé (2006). **Discurso Sobre el Colonialismo**. Madrid: Ediciones Akal.
- CHAUÍ, Marilena (2000). **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática.
- COSTA LIMA, Marcos (2020). **“A dimensão internacional de Celso Furtado”**. Revista de Ciências Sociais, v. 51, n. 1, p. 45–73.
- COX, Robert (2002). **The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization**. London/New York: Routledge.
- DOS SANTOS, Theotônio (2000). **Teoria da Dependência: balanço e perspectiva**. São Paulo: Civilização Brasileira.

<sup>14</sup> Grifo nosso.

- ESCOBAR, Arturo (1995). **Encountering Development: the making and unmaking of the Third World**. New Jersey: Princeton University Press.
- FANON, Frantz (1968). **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- FRANK, Andre Gunder (1996). **The Development of Underdevelopment**. *Monthly Review*, 18(4), pp. 17-31.
- FURTADO, Celso (2003). **Raízes do Subdesenvolvimento**. São Paulo: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (2000). **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1998). **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1978). **Criatividade e Dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1974). **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra.
- GROSFUGUEL, Ramón (2008). **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. *Revista Crítica de Ciências Sociais, Epistemologias do Sul*, n. 80, março: 115-147. Tradução de Inês Martins Ferreira.
- MELLO, Natália Nóbrega de (2009). **Do Desenvolvimento Global ao Paradigma da Ordem e da Estabilidade: representações dos países pobres na teoria do desenvolvimento político norte-americana**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP.
- MILANI, Carlos (2012). **Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul**. *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, p. 211-231.
- NKRUMAH, Kwame (1967). **Neocolonialismo: O Último Estágio do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PRASHAD, Vijay (2007). **The Darker Nations: A People's History of the Third World**. London/New York: The New Press.
- PREBISCH, Raul (1949). **"O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas"**. *Revista Brasileira de Economia*, ano 03, n° 03, pp. 47-111, 1949.
- PUREZA, José Manuel (2011). **O desafio crítico dos Estudos para a Paz**. *Relações Internacionais*, n. 32, pp. 5-22.
- RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (2011). **Desenvolvimento, Pós-Estruturalismo e Pós-Desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de 'modernidades alternativas'**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 75.
- RODNEY, Walter (1975). **Como a Europa Subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova.
- ROSTOW, Walter W (1959). **The Stages of Economic Growth**. *The Economic History Review*, Vol. 12, No. 1, pp. 1-16.
- TUCKER, Vincent (1999). **The Myth of Development: A Critique of a Eurocentric Discourse**. Em: MUNCK, Ronaldo; O'HEARN, Denis. *Critical Development Theory: Contributions to a new paradigm*. London: Zed Books.

## O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL HOJE: UMA ABORDAGEM MARXISTA

### THE DEMOCRATIZATION PROCESS IN BRAZIL TODAY: A MARXIST APPROACH

**Flávio Bezerra de Farias** | flaviobezerradefarias@gmail.com | Professor Titular Aposentado do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão

**Recebimento do artigo** Setembro de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

**Resumo:** Na abordagem crítica e revolucionária marxista, a democracia é um fenômeno situado no tempo e no espaço, relacionado dialeticamente com a luta de classes, tendo por eixo objetivo a divisão capitalista do trabalho. Por isso, o processo de democratização não deve ser abordado numa perspectiva positivista, podendo ocorrer regressão importante, como ilustra o caso brasileiro recente, em que o proletariado sofreu perdas na correlação de forças entre as classes sociais. No combate à exploração, à dominação e à humilhação do homem pelo homem, em vez de cair na reificação de um pêndulo oscilando entre autoritarismo e democratização, dentro da ordem, urge atualizar o processo de democratização socialista, contra a ordem.

**Palavras-chave:** Democratização; marxismo; crise; revolução.

**Abstract:** In the Marxist critical and revolutionary approach, democracy is a phenomenon situated in time and space. Therefore, the democratization process should not be approached from a positivist perspective, as an important regression may occur, as illustrated by the recent Brazilian case, in which the proletariat suffered losses in the correlation of forces between social classes. In the fight against exploitation, domination and humiliation of man by man, instead of falling into the reification of a pendulum oscillating between authoritarianism and democratization, within the order, it is urgent to update the process of socialist democratization, against the order.

**Keywords:** Democratization; Marxism; Crisis; Revolution.

## 1. INTRODUÇÃO

Na abordagem crítica e revolucionária marxista, que se utiliza aqui como referencial teórico-metodológico, a democracia não é um estado, conservado pelo respeito às regras formais da legitimação estatal (constitucional), um modelo ideal ou uma estrutura reificada (naturalizada e eternizada), mas uma experiência historicamente determinada. Trata-se de um processo de democratização (LUKÁCS, 1989, p. 13 et seq.), que corresponde à dinâmica da luta de classes, cujo eixo objetivo é a divisão capitalista do trabalho, enquanto essência socioeconômica dos aparelhos estatais. Por isso, engajadas na tentativa burguesa de resolução da crise estrutural, as contrarreformas do aparelho estatal e da constituição são elementos de um mesmo processo histórico de regressão do governo brasileiro<sup>1</sup>, como forma fenomênica do Estado propriamente dito (essência), marcado pela reestruturação capitalista neoliberal (objetivamente), e pela nova correlação de forças entre as classes sociais desfavorável ao proletariado (subjetivamente). Além de ser estruturado, o Estado capitalista como um todo serve de premissa e mediação na totalização dos capitais numerosos, que se exprime como um silogismo (universalidade, particularidade e singularidade / homogeneidade, diferenciação e hierarquização), como segue:

Quadro 1 – Luta econômica horizontal

Luta econômica intercapitalista			
Capital industrial	Capital comercial	Capital financeiro	Exuberância financeira
Singularidade	Particularidade	Universalidade	
Essência			Aparência

Fonte: FARIAS (2020, p. 24), baseado em Marx (1976, L.III)

<sup>1</sup>Regressão em termos de manutenção de empresas públicas, serviços públicos, direitos constitucionais etc. Longe de ser linear e repetitiva da história, como na adoção da metáfora mecanicista do pêndulo, a visão dialética e histórica busca as raízes do presente capitalista no passado e retorna ao presente como situação aberta para a experiência socialista do futuro.

Quadro 2 – Luta econômica vertical

Luta econômica de classes	Concorrência dos capitais	Homogeneidade	Essência
	Pluralidade dos capitais	Diferenciação	
	Fontes dos rendimentos	Hierarquização	
Desigualdade de renda			Aparência

Fonte: FARIAS (2020, p. 25), baseado em Marx (1976, L.III)

Atualmente, no Brasil, no contexto das lutas econômicas (vertical e horizontal), a retomada de experiências capitalistas neofascistas não significa um movimento histórico repetitivo pendular entre situações burguesas de autoritarismo e democratização, como dois polos de uma mesma reificação<sup>2</sup>, que traz no seu bojo a ideologia da ausência de alternativa ao capitalismo (com suas crises periódicas), que se tornou a ideologia dominante no Brasil da Nova República.

Potencialmente, como classe para si, o proletariado é o principal antagonista tanto do neofascismo, quanto do imperialismo global (FARIAS, 2013a; 2013b; 2015), que implica formas autoritárias seja no centro, seja na periferia do sistema. No Brasil, as contrarreformas do aparelho estatal e da constituição, sobretudo depois do golpe de Estado de 2016, correspondem à configuração de exploração ultraliberal e predatória da natureza, bem como de dominação política e humilhação social neofascistas (marcadas pelo pinochetismo bolsonarista), própria à nova inserção agroexportadora e entreguista do país periférico no capitalismo neoliberal e globalizado. Portanto, vinculada à resolução da crise do capital como um todo e, portanto, com as lutas econômicas (intercapitalista e de classes) uma nova tendência ao fascismo, em vez de repetição histórica, tem especificidades temporais e espaciais (POULANTZAS, 1975; MACCIOCCHI, 1977; MANDEL, 1974).

O marxismo crítico e revolucionário sublinhou não ser contrário às reformas que melhorem as condições de vida do proletariado dentro da ordem burguesa. Embora isto não signifique aderir ao reformismo e abandonar a luta contra a ordem burguesa (LUXEMBURG, 1972). Mostra-se, abaixo, que esta posição marxista resta atual e pode perfeitamente ser aplicada na abordagem da transição do pinochetismo bolsonarista ao social-liberalismo lulista.

Ao abordar a democratização como um processo temporal e espacial, seja para manter (dentro da ordem), seja para superar o capitalismo (contra a ordem), o texto abaixo passa tanto por um momento teórico de atualização da análise concreta, quanto por um momento de abordagem da experiência atual, na situação concreta do Brasil. Neste artigo, as categorias da análise concreta, como o Estado, o capital e o fascismo, que trazem a marca da história, são aplicadas à situação concreta deste país periférico, enquanto especificação histórica e não como repetição da história.

Ao se buscar totalizar dialeticamente a teoria e a práxis revolucionária, diante da experiência brasileira recente de retrocesso no processo de democratização capitalista, como barbárie do presente e não como espectro do passado, cabe uma atualização das contribuições de Luxemburg e Lenine sobre a ditadura do proletariado, enquanto experiência de democratização que leva ao comunismo.

## 2 A ATUALIZAÇÃO DOS DILEMAS DE LUXEMBURG

Em recusa ao ecletismo, ao fatalismo e ao conformismo, vale a pena retomar hoje certos dilemas capitais atinentes à hipótese da

<sup>2</sup> Este artigo não se refere a uma grande transformação sem frases, mas a uma grande transformação social e histórica. Vários autores, como Karl Polanyi (1980) e Giovanni Arrighi (1996), caíram na reificação do pêndulo, que oscilaria entre as primazias do Estado e do mercado. O mesmo raciocínio mecanicista foi aplicado ao Brasil, em termos de autoritarismo e democratização por Fernando Henrique Cardoso (1975). Em geral, nas lutas econômicas horizontais e verticais o intelectual orgânico da burguesia civilizada não visa as causas, mas as consequências fenomênicas atinentes à exuberância financeira e à desigualdade de renda. Por isso mesmo resta preso ao subconsumismo e louva a Santa Trindade, uma reificação desvendada pela crítica da economia política, a saber: Terra, Trabalho e Capital (MARX, 1976). Para certos marxistas (CHESNAIS, 2016), as fases do capitalismo industrial oscilam entre as primazias do capital-função (industrial e comercial) e do capital-propriedade (financeiro). Por sua vez, uma macroeconomia superficial, marcada pela reificação numérica, presa na aparência imediata da crise do capitalismo na fase de financeirização, retoma a bandeira do combate ao rentismo e à má distribuição de renda (PIKETTY, 2013).

luta de classes como motor da história, formulados de modo materialista e dialético, inseridos no quadro do capitalismo imperialista há mais de um século, por Luxemburg (1984; 1971; 1972; 2009). Destacam-se as questões seguintes: Reforma social ou revolução? Vitória ou derrota militar? Democracia burguesa ou socialista? Socialismo ou barbárie? Em cada caso,

o fato de ter colocado a questão representa por si mesmo um grande passo à frente. Nisso reside toda a originalidade e o mérito de Rosa, que ela não se tenha contentado com fórmulas gerais sobre as contradições inerentes ao modo de produção capitalista [...] Que as respostas que ela deu a essas questões sejam insuficientes e, em parte, errôneas, é, em definitivo, menos importante do que o fato de que ela tenha compreendido que havia ali efetivamente questões para as quais o próprio Marx não havia dado respostas. (LUXEMBURG, 1971, Prefácio de Ernest Mandel, p. XXVI).

Demonstrando uma ampla e efetiva capacidade de pensar por si mesma, a marxista judia-polonesa-alemã explicitou estes dilemas, clara e objetivamente, em pouco mais de duas décadas que antecederam o seu assassinato<sup>3</sup>. Ela abordou de modo crítico e revolucionário o antagonismo entre as potências europeias (após a guerra franco-alemã de 1870) e os eventos do capitalismo imperialista (desde o último quarto de século XIX), que levaram à 1ª Grande Guerra Mundial – à acumulação de capital e à sua violenta expansão planetária, com ocupação de áreas não capitalistas e conquistas coloniais. Ela participou ativamente tanto das experiências revolucionárias centrais e periféricas, quanto do debate histórico no seio da ideologia social-democrata que vinculava a questão da guerra à questão social, em que importava decidir se as organizações proletárias seriam simples instrumentos de reforma dentro da ordem burguesa nacional ou se seriam organismos de revolução internacional contra a ordem do capitalismo imperialista. Neste quadro, conforme as necessidades e os interesses de classe da burguesia, o Estado nacional se torna premissa e mediação da opressão do proletariado numa situação concreta<sup>4</sup>. Portanto, “a igualdade civil das nacionalidades e a organização política que assegura o desenvolvimento da cultura nacional, este é [...] o programa classista natural do proletariado, o qual emana de suas posições de classe diferenciadas das do nacionalismo burguês.” (LUXEMBURG, 1988, p. 72). Além disso, a opressão nacional se combina com a injustiça social, de modo que há uma “estreita relação entre as guerras imperialistas e as guerras de libertação nacional e a revolução” (MANDEL, 1989, p. 20), como guerra de classes em situação de crise global. Como relatou Trotsky (1967), sem a grande crise do capitalismo imperialista que levou à 1ª Grande Guerra Mundial, bem como a sua transformação pelo partido bolchevique, de modo consciente e democrático, em guerra entre as classes fundamentais, a Revolução Russa não seria vitoriosa. Com efeito, “um partido revolucionário tem necessidade de uma democracia interna: a vontade de luta não se insere em fórmulas frias e não é ditada pelo alto, a cada ocasião, é preciso renová-la e revigorá-la” (Ibid., Tomo 2, p. 538), através da absorção das demais práxis conscientes que integram o movimento revolucionário. Sob a direção de Lenine,

a forte absorção do partido bolchevique se manifestava não na ausência de dissentimentos, de hesitações e mesmo de abalos, mas no sentido de que, nas circunstâncias das mais difíceis, ele saía no tempo requerido das crises internas e se assegurava a possibilidade de uma intervenção decisiva no evento. Isto significa, também, que o partido, no seu conjunto, era um instrumento perfeitamente adequado para a revolução (Ibid., Tomo 2, p. 539).

Como é próprio ao marxismo herdeiro da filosofia clássica alemã, que pensa concreta e dialeticamente por si mesmo os fenômenos objetivos, “toda tentativa de estudar num nível sério a história de um problema conduz necessariamente o pesquisador a colocar, para a época que o interessa, o problema da história no seu conjunto” (GOLDMANN, 1970, p. 17). Atinente à realidade e à possibilidade, à subjetividade e à objetividade, à causa e ao efeito, ao avançado e ao atrasado etc. numa totalização concreta que envolve a gênese, o desenvolvimento e a superação. Assim, a 1ª Grande Guerra Mundial entre potências imperialistas, “reduzida a sua significação histórica objetiva, no seu conjunto, é uma competição do capitalismo em pleno florescimento para a hegemonia mundial, para a exploração dos últimos restos das zonas não capitalistas do globo” (LUXEMBURG, 2009, p. 239-240). As obras de Luxemburg (1984; 1971) sobre as relações dialéticas entre economias mercantis simples ou desenvolvidas e comunidades primitivas

ganham uma relevância renovada hoje, quando se assiste, em várias regiões do mundo, mas especialmente na América Latina - México, Equador, Bolívia, Peru, entre outros - na luta das comunidades camponesas e indígenas, com as tradições pré-capitalistas ainda vivas, pela defesa de suas florestas, suas terras e seus rios, contra as empresas multinacionais de petróleo e mineração, o agronegócio capitalista e as políticas neoliberais dos governos, responsáveis por desastres sociais e ecológicos cada vez mais graves (LÖWY, 2010, p. 32).

Adota-se aqui a abordagem dos marxistas que “refletem sobre um evento real”, de modo algum para “recuarem” por temperamento

<sup>3</sup> Em 15 de janeiro de 1919, em Berlim, paramilitares assassinaram Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, a mando de Gustav Noske, dirigente do partido socialdemocrata alemão, que estava no poder (cf. matéria publicada no Jornal L'Humanité, Paris, em 17/01/1995. Disponível em: <http://comprendre-avec-rosa-luxemburg.over-blog.com/article-32413963.html> Acesso em: 19 out. 2016).

<sup>4</sup> Para abordar a situação concreta do proletariado como uma totalidade expressa por um silogismo, considera-se que a classe capitalista exerce sobre aquela classe subalterna a opressão (sentido amplo), sob as formas da universalidade da exploração econômica e da especificidade da opressão (sentido estrito) que envolve tanto a particularidade da dominação política, quanto a singularidade da humilhação social.

oportuno, cauteloso ou nostálgico, como “também não se refugiam no passado, mas começam a compreender seu próprio presente” (KOSIK, 2003, p. 241). Com efeito, “o aspecto fundamental do evento é que ele não se resolve jamais numa questão resolvida, mas que a cada geração ele abre suas possibilidades ocultas e que cada época encontra nele o que vai incitá-lo a resolver seus problemas” (KOSIK, 2003, p. 241). Por exemplo, na questão da crise da social-democracia europeia, decorrente de seus equívocos diante da crise capitalista mundial que desembocou na barbárie guerreira imperialista, no início do século XX, “o socialismo só estaria perdido se o proletariado internacional não quisesse, de maneira alguma, avaliar a profundidade de sua queda, nada aprender com isso” (LUXEMBURG, 2009, p. 9)<sup>5</sup>. De fato,

o proletariado moderno sai de outro modo das provações históricas. Gigantescas como suas tarefas são também suas faltas. Nenhum esquema traçado por antecipação, válido uma vez por todas, nenhum chefe infalível, lhe indica a via a ser seguida. A experiência histórica é sua única instrutora, o caminho espinhoso de sua liberação não é somente pavimentado de sofrimentos desmedidos, mas também de inúmeros erros. Alcançar o fim de seu trajeto, a sua liberação, depende da aptidão do proletariado de tirar a lição de suas próprias faltas. A autocrítica sem complacência, cruel, a autocrítica indo até o fundo das coisas, é o ar vital e a luz vital do movimento proletário (Ibid.).

Ao contrário do que dizem certos populistas neo-gramscianos, como Laclau e Mouffe (2009, p. 35), ainda é pertinente uma análise concreta da questão social e da questão ecológica, – no sentido crítico e revolucionário esboçado por Luxemburg no início do século XX –, na situação concreta do capitalismo industrial pós-moderno, em que “o desenvolvimento material da produção e sua forma social entram em conflito” (MARX, 1976, L. III, p. 795), de modo cada vez mais agudo. Em geral, a “filosofia da práxis” aborda os seres naturais e sociais enquanto “totalidade concreta”, a saber, “como unidade do homem e do mundo em devir, na medida em que esta unidade não implique nem que o homem seja absorvido pelo mundo, nem que o mundo se dissolva na subjetividade humana” (KOSIK, 2003, p. 93). Enquanto “a ecologia pensa que é suficiente preservar o meio ambiente. A filosofia julga que é preciso salvar o mundo” (KOSIK, 2003, p. 88). Especificamente, “falta a essa tendência ecológica uma teoria geral da relação entre o espaço e a sociedade” (LEFEBVRE, 2000, p. XX). Na abstração racional que separa os espaços social e natural,

Reduzir, é um procedimento científico, diante da complexidade e do caos das constatações imediatas. É preciso simplificar inicialmente, mas em seguida e rapidamente restituir progressivamente aquilo que a análise separou. Sem isso, a exigência metodológica se transforma em servidão e da redução legítima se passa ao reducionismo. (LEFEBVRE, 2000, p. 126).

Na situação cultural pós-moderna do capitalismo industrial, no momento atual da revolução burguesa conservadora (desencadeada há 40 anos), marcada pela primazia imperialista do mercado livre e eterno, marxistas e neo-gramscianos são críticos do neoliberalismo (globalização e reestruturação do capitalismo), mas são distintos quanto à estratégia lógica e histórica de luta contra a destruição do homem e da natureza <sup>6</sup>. A diferença decorre do fato de que “a relação entre a consciência e o ser se articula para o proletariado de outra maneira relativamente a qualquer outra classe que já apareceu na sociedade; que a função ativa da consciência de classe do proletariado encontra em período de revolução uma nova significação” (LUKÁCS, 2001, p. 30). Trata-se de uma luta social e ecológica que concerne naturalmente seja a multidão concreta (isto é, o proletariado) na perspectiva marxista, seja a multidão abstrata (isto é, o povo) na perspectiva neo-gramsciana <sup>7</sup>. Este debate interessa às experiências mundiais de luta anticapitalista, em nova situação de grande crise global, como no caso do movimento francês dos Coletes Amarelos, que denunciam desde a “queda da biodiversidade e o perigo nuclear”, até a mercantilização dos “bens comuns” e “a taxa carbono” enquanto “falsa ecologia punitiva”, especificamente; e, geralmente, afirmam lutar contra a “mesma lógica de exploração infinita do capitalismo que destrói os seres humanos e a vida sobre a terra”, através de “um novo movimento social, ecológico e popular”, que exige um processo de democratização atinente à sociedade e à ecologia (Apelo em favor da convergência ecológica, Saint-Nazaire, 7/4/2019). <sup>8</sup> A grande crise atual implica novas formas de destruição do homem e da natureza:

Juntamente com as suas expressões estritamente econômicas, incluindo a estagnação da taxa de crescimento mundial do PIB per capita, as alterações climáticas, a perda da biodiversidade, ou mais precisamente à escala planetária, a extinção das espécies animais e vegetais, e o esgotamento de muitos recursos não muito ou muito lentamente renováveis, estão em ritmos diferentes em diferentes pontos do globo solapando as condições ecossistêmicas necessárias à reprodução social e criando os contextos de confronto políticos e sociais, nacionais e internacionais, de guerras de classes e de guerras entre povos e entre

<sup>5</sup> Para ela, “sem liberdades democráticas é impossível a práxis revolucionária das massas, a autoeducação popular pela experiência prática, a autoemancipação revolucionária dos oprimidos e o próprio exercício do poder pela classe trabalhadora” (LÖWY, 2013, p. 1). Sobre o princípio democratização socialista, no apoio crítico de Luxemburg (1978, tomo II, p. 65 et seq.) aos bolcheviques: Farias (2018).

<sup>6</sup> “Se as análises marxistas são justas e se – como elas nos ensinam – a vida intelectual está estreitamente ligada à vida econômica, social e política dos homens, é evidente que esta afirmação também é válida para a própria história do pensamento marxista, que não pode escapar à influência da realidade social no seio da qual se desenvolve” (GOLDMANN, 1984, p. 75-76). Assim, “na discussão entre Lenine e Rosa Luxemburg, o primeiro reflete, mais frequentemente, a experiência russa, ao passo que Rosa Luxemburg desenvolve suas teorias à luz da experiência alemã” (GOLDMANN, 2014, p. 66).

<sup>7</sup> Teixeira (2017) fez uma crítica do uso da categoria spinoziana multidão pelos pós-marxistas Michael Hardt e Antonio Negri. Sobre o uso da mesma categoria na abordagem marxiana do proletariado, ver Farias (2015, p. 53).

<sup>8</sup> Disponível em: [https://www.syllepse.net/syllepse\\_images/articles/gilets-jaunes--tome-2.pdf](https://www.syllepse.net/syllepse_images/articles/gilets-jaunes--tome-2.pdf) Acesso em: 13 abr. 2019.

Estados (CHESNAIS, 2018, p. 12-13).

Porém, na pax imperialis do início do século XXI, como na pax britannica do capitalismo imperialista do início do século XX, os proletários não morrerão sempre calmamente (KEYNES, 2002). Portanto, as questões formuladas por Luxemburg não serão retomadas hoje para afirmar a existência objetiva de um impasse econômico no quadro do imperialismo global, mas para destacar a tarefa histórica de sua superação socialista pelo proletariado, como sujeito coletivo revolucionário, de modo que “esta tarefa exige uma transformação total do Estado e uma mudança completa dos fundamentos econômicos e sociais da sociedade” (LUXEMBURG, 1969, p. 228). Assim,

a luta pelo socialismo é a guerra civil mais fantástica que a história do mundo já experimentou, a revolução proletária deve se dotar dos meios necessários, ela deve aprender a utilizá-los para lutar e vencer. Dotar, desse modo, a massa compacta da população trabalhadora da totalidade do poder político para que ela realize as tarefas revolucionárias é aquilo que se chama a ditadura do proletariado: a democracia verdadeira (LUXEMBURG, 1969, p. 233).

Portanto, sob o pretexto socialista conservador (pequeno burguês) de defender a democracia sem frases, não é correto construir um luxemburguismo oposto ao leninismo, sobre a autêntica ditadura do proletariado (para superar o capital e extinguir o Estado burguês), a partir dos pontos de vista expressos por esta autora sobre a construção do socialismo como um processo de democratização, em que as relações entre reforma e revolução são dialéticas e historicamente determinadas.

### 3 A ATUALIZAÇÃO DA DIALÉTICA DE LENINE

O marxismo crítico e revolucionário de Lenine (1973) sublinhou a herança hegeliana tanto na categoria central da totalidade (que se exprime como um silogismo), quanto na categoria fundamental da contradição, na própria essência dos fenômenos do capitalismo. Assim, o processo de democratização para a extinção da estrutura do Estado capitalista implica a superação das condições objetivas de divisão do trabalho (incluindo as bases econômicas do Estado) que fazem com que a luta de classes continue existindo. Não deve ser ideologicamente absolutizada ou reificada a experiência histórica do “socialismo real”, que fracassou na implementação deste princípio de democratização socialista (FARIAS, 2018). Resta atual o fato de que a emancipação da exploração, da dominação e da humilhação do homem pelo homem passa pelo processo de democratização, nos domínios econômico, social e político, enquanto tarefa do próprio proletariado, com suas organizações e seus intelectuais orgânicos.

Segundo Lenine (1975, vol. 1, p. 458), “o proletariado, que combate pela democracia na frente e na cabeça de todos, não deve esquecer um instante as novas contradições inerentes à democracia burguesa, como também a nova luta” por sua superação, através de uma democracia proletária. Neste caso, para Lenine (1975, vol. 3, p. 370), “a ditadura é exercida pelo proletariado organizado nos sovietes e dirigido pelo partido comunista...”<sup>9</sup> Também, para Luxemburg (1969, p. 228), somente “quando as massas dos milhões de proletários empunham com suas mãos calejadas a totalidade do poder do Estado, como o deus Thor erguendo seu martelo, para abatê-lo sobre a cabeça das classes dominantes, aí então existe uma democracia que não seja um engodo”. Embora preferindo a concepção leninista do partido, enquanto “elemento consciente e ativo”, no fim das contas, Lukács (1972, p. 44) apreendeu a proximidade metodológica entre Lenine e Luxemburg, especialmente sobre a importância crítica da *consciência de classe*,<sup>10</sup> na superação histórica do capitalismo (LUKÁCS, 1976, p. 56), no fazer e no agir revolucionário do proletariado, que implica um processo de democratização socialista<sup>11</sup> capaz de realizar a extinção do Estado burguês. Um e a outra estão centrados na totalização dialética de fins e meios, em que o resultado seria reacionário e absurdo se este processo de transição socialista não fosse uma emancipação proletária da exploração, da dominação e da humilhação burguesas, construída por intermédio da democracia política. Por isso mesmo, a ditadura do proletariado é sinônimo de democracia proletária. Nada mais é do que um falso debate, polarizar um contra a outra, como se eles considerassem as formas envolvidas na mesma

<sup>9</sup> Cujas “disciplina” é “sustentada”, “cimentada” e “controlada” de maneira engajada, não-sectária e democrática, a saber: “Em primeiro lugar, pela consciência da vanguarda do proletariado, sua dedicação à revolução, sua firmeza, seu espírito de sacrifício, seu heroísmo. Em segundo lugar, por sua aptidão em se vincular, se aproximar e, se quiser, se fundir até certo ponto com a massa mais ampla dos trabalhadores, sobretudo com a massa proletária, mas também a massa dos trabalhadores não proletária. Em terceiro lugar, pela justeza da direção política realizada por esta vanguarda, pela justeza de sua estratégia e de sua tática políticas, sob a condição de que as enormes massas se convençam desta justeza por sua própria experiência” (LENINE, 1975, vol. 3, p. 352).

<sup>10</sup> Isto é, “o conjunto das consciências individuais e de suas tendências tais que elas resultam da influência mútua dos homens uns sobre os outros e de suas ações sobre a natureza” (GOLDMANN, 2014, p. 108). Caso o proletariado se integre ao capitalismo imperialista, uma vez abstraída a sua consciência de classe, “a inteligência e o caráter das massas são incomparavelmente inferiores à inteligência e ao caráter dos poucos que produzem algo de valioso para a comunidade” (EINSTEIN, 2017, p. 21). Em compensação, “jamais a massa popular pode se mostrar um criador tão ativo da nova ordem social do que durante a revolução. Nessas épocas, o povo é capaz de fazer milagres, se a gente se coloca na perspectiva estreita, pequeno-burguesa, do progresso gradual. Mas, é preciso, ainda, que os dirigentes dos partidos revolucionários, nesses momentos, saibam formular suas tarefas com mais amplitude e perspicácia...” (LENINE, 1975, vol. 1, p. 527).

<sup>11</sup> As grandes transformações políticas democráticas “não podem jamais, em nenhum caso, quaisquer que sejam as condições, nem atropelar, nem enfraquecer a palavra de ordem da revolução socialista” (LENINE, 1975, vol. 1, p. 648).

totalização dialética, a saber, o partido e a consciência de classe em relação de exterioridade estrutural, priorizando unilateralmente seja a determinação formal, seja a determinação funcional de uma categoria pela outra. Na realidade, são os polos da mesma relação dialética de causa e efeito, de modo que separado por abstração da consciência de classe, o partido torna-se um efeito da atuação da consciência de classe, enquanto separada por abstração do partido, a consciência de classe torna-se um efeito da atuação do partido. Portanto, “o partido que tem por função preparar a revolução torna-se ao mesmo tempo – e no mesmo grau de intensidade – produtor e produto, pré-requisito e fruto dos movimentos revolucionários de massa” (LUKÁCS, 1972, p. 43-44). Em suas elaborações decisivas para a emancipação proletária, tanto Luxemburg (1978), quanto Lenine (1975) se posicionaram de maneira clara e evidente sobre o fato de que a totalização entre o partido e a consciência de classe envolve os polos de uma mesma relação dialética. No capitalismo imperialista das primeiras décadas do século XX, a “classe dominante”, que personificava a totalidade do capital industrial (na produção e na circulação, no país e no mundo), estava implicada numa “guerra imperialista de rapina”, estava “pronta para defender seu monopólio, seus privilégios e seus lucros pela violência, quaisquer que sejam os meios” (1975, vol. 1, p. 768). Assim, ao realizar o balanço da 1ª revolução russa de 1905 e a antecipação concreta do processo revolucionário vitorioso de fevereiro e outubro de 1917, no contexto do capitalismo imperialista em guerra mundial, Lenine (1975, p. 781) constatou que a revolução proletária teria significado e porte bem mais amplo do que a revolução burguesa, por evidenciar dois aspectos, a saber: “por um lado, que somente combates implacáveis, a saber, guerras civis, podem liberar a humanidade do jugo do capital e, por outro lado, que somente os proletários tendo uma consciência de classe desenvolvida podem intervir e intervirão na qualidade de chefes da imensa maioria dos explorados” Na consolidação da práxis consciente dos proletários, “sua educação se faz quando eles passam à ação. No começo era a Ação, eis aqui a divisa; e a ação é que os conselhos de operários e de soldados se sintam convocados para se tornarem a única potência pública no Império e aprendam a sê-lo” (LUXEMBURG, 1978, tomo II, p. 127).

Para Lenine (1975, vol. 1, p. 771), uma autêntica “educação das massas”, do mesmo modo, “não pode jamais ser separada de uma luta política independente e, sobretudo, da luta revolucionária das massas elas mesmas. Só a ação educa a classe explorada, só ela lhe dá a medida de suas forças, amplia seu horizonte, acresce sua capacidade, ilumina sua inteligência e aduna sua vontade”. No posfácio da primeira edição do seu livro sobre O Estado e a revolução, em que a ditadura do proletariado é abordada enquanto democracia proletária, na busca da superação das condições objetivas que fazem com a luta de classes continue existindo, Lenine (1975, vol. 2, p. 376) disse que fora “impedido” de concluir esta obra porque “é mais agradável e mais útil de fazer a experiência de uma revolução do que escrever sobre o assunto”. Isto não é surpreendente para um filósofo da práxis que dizia: “para aprender a nadar, é preciso se lançar na água” (LENINE, 1973, p. 195). No capitalismo imperialista, ocorrem relações historicamente determinadas dos homens com a natureza e no domínio do ser social, em que

a prática revolucionária é o produto do ser social. Mas, ela não nasce por si só, espontaneamente, neste terreno: é preciso, primeiramente, que os trabalhadores tomem consciência das condições sócio-históricas de sua atividade, das tendências objetivas da evolução histórica que suscitam esta atividade e apontam para formas sociais novas; é preciso, em seguida, que eles portem esta consciência (compreensão da prática; consciência de classe) até o nível de uma prática revolucionária (LUKÁCS, 2001, p. 112).

Além de recusar o oxímoro socialista conservador (ontem proudhoniano, hoje social-democrata), a abordagem crítica e revolucionária se posiciona contra “a tendência a conceber o marxismo exclusivamente como uma doutrina social, uma filosofia social, ignorando ou rejeitando com isso a tomada de posição que ele contém em relação à natureza” (LUKÁCS, 2001, 1976, posfácio, p. 392). O materialismo dialético que lhes é comum não admite um dualismo real entre a natureza e a sociedade (MARX; ENGELS, 1976, p. 14, nota 3), que são formas de existência articuladas que só se separaram em abstrações racionais, bem distintas dos isolamentos irracionais.

Em síntese, de acordo com o marxismo crítico e revolucionário, o homem, ao vivenciar uma experiência feita com o mundo natural e social, totaliza concretamente o ser social e a consciência social, a práxis revolucionária e a teoria revolucionária, sob o critério da primazia ontológica do primeiro sobre o segundo dos elementos que formam a unidade real, especialmente da questão ecológica e da questão social.

#### 4 O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Na regulação da crise do capital como uma totalidade (ver Quadros 1 e 2, acima), através do processo de mutação reformista da estratégia burguesa diante do mercado livre e eterno, ocorre o risco de desembocar numa nova ordem estatista autoritária, diante da qual o dilema classista de base resta a ruptura proletária ou a sua integração, em que



o Estado fascista seria, então, o revelador do Estado intervencionista, no qual existem em estado latente tendências opressivas que se manifestam em caso de crise política [...] Neste caso, pode-se dizer que ocorre a liquidação da classe operária como sujeito político, e submissão ao Estado por meios dos aparelhos corporativos da força de trabalho como objeto político. (BRUNHOFF, 1976, p. 57).

Para além das experiências estatais e contratuais, corporativistas e positivistas providenciais, portanto, convém não esquecer os casos de socialização intervencionista burguesa, em que as acomodações (antinômicas, holísticas, estruturalistas, etc.) do Estado e do grande capital foram se tornando, em casos de grande transformação social e histórica, uma reviravolta totalitária (SCHIMITT, 1988, p. 151 et seq.), cujos regimes políticos periféricos e colaboracionistas “sistematicamente favoreceram a implantação do capitalismo imperialista estrangeiro” (POULANTZAS, 1975, p. 25).<sup>12</sup>

No Brasil de hoje, considerando o vínculo militarista do neofascismo que adveio do golpe de 1964 com o neofascismo advindo do golpe de 2016, constata-se que a montanha pariu um rato. Dentre as alternativas abertas pela grande crise atual, considera-se aqui os seus prolongamentos em termos de catastróficas soluções socioeconômicas ultraliberais e políticas neofascistas, cujo enfrentamento pelo proletariado como um todo não deve enveredar através de isolamentos estruturalistas e sociológicos burgueses, em que a luta de classes determinada por razões de exploração econômica é isolada das lutas sociais determinadas por razões de dominação política e humilhação social.

Na atual conjuntura importa examinar a relação dialética entre a reprodução equilibrada e coerente do capital e do seu Estado para a qual tendia o antigo processo de totalização agora em vias de ser superado numa grande crise global, de um lado; e, do outro lado, a configuração para a qual tende o capitalismo imperialista global atualmente em curso. O proletariado como seu antagonista de classe deve totalizar tanto a luta contra a exploração econômica, a dominação política e a humilhação social, quanto a dialética entre luta de classe e consciência de classe (real e possível). Em vez de adotar uma posição antinômica, holística, estruturalista, positivista, etc., para escolher entre a reforma (real) ou a revolução (ideal), o intelectual orgânico do proletariado assume o materialismo dialético, para a questão estratégica sobre “quais são as forças reais de transformação, qual é a maneira de encontrar na realidade, no objeto, na sociedade, o sujeito da transformação, para tentar falar na sua perspectiva e assegurar, sabendo perfeitamente quais são os riscos de fracasso, o caminho para o socialismo” (GOLDMANN, 1975, p. 181).

No Brasil, a possibilidade de retrocesso contrarrevolucionário se viabilizou, a partir de 2016, com golpe de Estado e eleições manipuladas (em 2018), que estrangularam a autonomia proletária e a soberania nacional. Sob este ponto de vista, após o fracasso da experiência social-liberal (uma variante do socialismo conservador), a potência sub-imperialista brasileira neofascista do século XXI restou fiel ao velho militarismo neofascista entreguista do século XX (evidentemente, a categoria neofascismo está sendo usada aqui para distintas situações concretas), como ilustram os casos específicos das grandes empreiteiras da construção civil, da Embraer, da Base de Alcântara, da Petrobrás, da Eletrobrás e dos Correios. Na conjuntura latino-americana, o liberalismo keynesiano assumido pelo socialismo pequeno-burguês se insere no leque das alternativas, pois

os países da América Latina são vítimas de uma “desindustrialização precoce” que se acelera. Tal é o preço de uma inserção na mundialização repousando sobre a renda das matérias-primas. As consequências sobre o emprego, o meio ambiente e as desigualdades são dramáticas. Somente políticas de modernização da indústria e uma dinamização do mercado interno através da redistribuição são suscetíveis de barrar aquela dinâmica (SALAMA, 2019, p. 1).

No sentido próprio, a nova ordem brasileira, depois do golpe de Estado de 2016, evoluiu rapidamente, para além do mito de repetição sub-imperialista do capitalismo financeiro e totalitário neofascista, para uma configuração capitalista periférica ultraliberal de desindustrialização e reprimarização neocolonialista, sustentada pela violência do militarismo entreguista da riqueza (social e natural) e da soberania nacional ao imperialismo global, sob a hegemonia estadunidense. Portanto, nas patriotadas atuais das classes dirigentes brasileiras, “os interesses nacionais só servem de pretexto para colocar as massas trabalhadoras do povo a serviço de seu inimigo mortal, o imperialismo” (LUXEMBURG, 2009, p. 268). Em compensação, na passagem dialética do programa mínimo ao programa máximo, na medida em que, para além da necessidade de eleger um novo governo legítimo do ponto de vista da soberania nacional e da autonomia proletária,

bem mais, deve-se expor o programa de ação deste governo, programa conforme à situação histórica objetiva e às tarefas da democracia proletária. Trata-se, então, do... programa das transformações políticas e econômicas imediatas, necessárias e perfeitamente realizáveis, no terreno das relações econômicas e sociais atuais, de um lado; e, do outro, para dar um novo passo à frente, para realizar o socialismo (LENINE, 1975, p. 458).

<sup>12</sup> Basta lembrar que, em 1871, na época da Comuna de Paris, “a burguesia francesa, para massacrar o movimento proletário, não hesitou um segundo em fazer mercado com o inimigo nacional, com o exército estrangeiro, que acabara de arruinar sua pátria” (LENINE, 1975, vol. 1, p. 68). Na década passada, a famigerada Operação Lava Jato, conduzida pelo juiz Sérgio Moro atacou as principais empresas brasileiras, numa guerra híbrida manipulada pelos Estados Unidos.

Na atual conjuntura brasileira, a consciência de classe necessária ao desempenho desta tarefa de passagem dialética do programa mínimo ao programa máximo (que exige efetiva propaganda, agitação e organização) é dificultada pelo fato de que a guerra entre classes encontra-se oculta em reificações como a guerra ao coronavírus, todos no mesmo naufrágio, salvação do trabalho e do capital, etc. implicando seja o confinamento generalizado por falta de teste, vacina, material e equipamento adequados à situação de crise sanitária, seja a superação irracional da mesma por métodos autoritários e negacionistas da ciência. Por outro lado, conforme a realpolitik reformista (otimista da razão e pessimista da vontade), em que a consciência de classe real tem primazia sobre a consciência de classe possível, o programa da frente ampla (liderada pelo lulismo) se limita ao combate institucional, defensivo e paliativo – obnubilado pela exuberância financeira e pela desigualdade de rendimentos (ver os Quadros 1 e 2, acima), que lhe incita certa retomada do reformismo keynesiano, temperado com desenvolvimentismo e populismo de esquerda.

No movimento de um grupo popular amplo contra a barbárie para o retorno à estabilidade da civilização capitalista, se é certo que

o político que se contenta em querer obter um sucesso eleitoral ou em conservar um lugar dirigente pode limitar-se a um conhecimento intuitivo ou científico da consciência real do grupo, qualquer tentativa para transformar a estrutura deste último coloca o problema do grau de solidez dessa consciência real e dos limites em que ela pode ser modificada, antes que a própria estrutura atual do grupo tenha sido transformada de maneira radical (GOLDMANN, 1984, p. 33).

O historicismo tem uma razão dualista, limitada entre o passado e o presente, que ignora a questão da consciência possível, isto é, não coloca a questão da democratização socialista, voltada para a utopia concreta de superação do capitalismo em seu momento de crise estrutural. Assim, a realpolitik reformista (encabeçada pelo lulismo em frente ampla), implementando um governo democrático e popular (populista de esquerda), em substituição ao governo bolsonarista (populista de direita), não vai conter e neutralizar a luta de classe do proletariado, cuja emancipação tornou-se urgente na situação concreta da crise dos tempos pós-modernos (FARIAS, 2020), em que a resolução burguesa desencadeou uma guerra de classes, de modo que “a consequência que decorre hoje do materialismo histórico e que antigamente decorria de Rousseau ou da Bíblia, a saber o julgamento segundo o qual: « é agora ou jamais » que o horror acaba, era a cada instante de atualidade” (HORKHEIMER, 1978, p. 341).

Esse tipo de urgência existe na conjuntura brasileira, em que a barbárie se impôs à civilização, tanto pela malsucedida regulação social-liberal (socialismo conservador), quanto pela desastrosa desregulação ultraliberal (de direita ou de extrema-direita), o que explica, mas não justifica (como necessidade e suficiência) a alternativa de uma frente ampla referenciada na antinomia entre democracia (lulista) e ditadura (bolsonarista), no contexto reificado do capitalismo. O neofascismo se fortaleceu no Brasil, no quadro da democracia burguesa formal. Nas eleições recentes,<sup>13</sup> os neofascistas foram eficientes, sobretudo na Região Sudeste, utilizando a manipulação no preço da gasolina e do gás, na ajuda aos pobres, na violência paramilitar, no orçamento secreto, na contrainformação, no assédio eleitoral direto, na compra de voto etc. Isto lhes garantiu ampla presença no poder legislativo. A Frente Ampla Democrática apostou muito na repetição do oxímoro no qual Lula é pai dos pobres e mãe dos ricos, um modelo de cima para baixo, sem recorrer à mobilização potente do proletariado enquanto classe para si. Nem o Deus do mundo sobrenatural, nem a vitória “milagrosa” de Lula livrará o país da instabilidade e da ameaça de golpe de Estado. A vitória “demoníaca” de Bolsonaro levaria à implementação do fascismo puro e duro. No final das contas, o direito à civilização e o direito à barbárie estão muito bem instalados nas instituições brasileiras no seu conjunto. Os marxistas sabem que entre direitos iguais é a força que ganha. Por enquanto, o proletariado como classe para si não colocou seu peso na balança, na medida em que sua luta e sua consciência de classe não caem do céu.

Diante dos efeitos da grande crise atual, resta a tarefa do marxismo crítico e revolucionário de construir uma frente única de esquerda capaz de se consolidar numa práxis consciente, sem medo de fracasso, articulada com o proletariado como um todo (população ativa e superpopulação relativa), em que suas diversas forças componentes se orientem para a superação da opressão (exploração econômica, humilhação social e dominação política) no país como um todo (campo e cidade), num processo de democratização socialista, em cada manifestação do ser social e histórico do proletariado, buscando sua autonomia de classe para si, de um lado; e, do outro, a soberania nacional diante do imperialismo global – esta frente única de esquerda triunfará seguramente, implementando o processo de transição socialista.

<sup>13</sup> Para um breve balanço e perspectivas, ver MATTOS (2022).

## 5 CONCLUSÃO

Na grande transformação social e histórica, capaz superar a crise dos tempos pós-modernos, em vez de restar uma forma burocrática e passadista (stalinista ou social-democrata), a forma partido de esquerda deve se relacionar dialeticamente com a consciência de classe do proletariado no quadro do capitalismo neoliberal e globalizado, uma totalização concreta à altura da tarefa emancipatória em que “o partido é ao mesmo tempo o produtor e o produto da consciência de classe” (JAKUBOWSKY, 1971, p. 193), como foi sublinhado pelo marxismo crítico e revolucionário há mais de um século.

Deixa-se para outra ocasião uma exposição detalhada sobre o fato de que a consciência de classe do proletariado corresponde ao seu ser social, que, por sua vez, implica tanto o fazer no trabalho alienado, quanto o agir no tempo livre, em que tanto se erigem entraves pela natureza da vida cotidiana, quanto se realiza uma práxis, situada no espaço e no tempo, aberta para a utopia concreta de um mundo melhor, com transição socialista ao comunismo, através de criações culturais e ações políticas estratégicas e históricas para superar a exploração econômica, a dominação política e a humilhação social do homem pelo homem (FARIAS, 2022).

Recentemente, a regulação social-liberal da crise das relações de produção capitalistas nos tempos pós-modernos busca dourar a pílula da perpetuação da contradição entre a socialização objetiva das forças produtivas e a apropriação privada da riqueza (social e natural), descartando uma alternativa emancipatória radical, realmente revolucionária, ecossocialista, sob a hegemonia do proletariado. Aquela evolução reformista, em última instância, corresponde aos interesses geopolíticos do imperialismo global, em que o socialismo só é admitido como um fim em si mesmo, isto é, como um processo de socialização capitalista, desprovido da antecipação concreta de um mundo melhor comunista, através de um processo de democratização socialista, para alcançar a emancipação humana, tendo por divisa a cada um conforme suas necessidades e de cada um conforme suas possibilidades (MARX, 1975). Como solução da crise estrutural, em termos de sua causa imediata, sua causa mais profunda e sua causa última, conforme os interesses do proletariado em luta contra a destruição do homem e da natureza, trata-se do movimento real de superação do capital como uma totalidade que envolve produção e circulação, essência e aparência, objetividade e subjetividade, espaço e sociedade.

Posto que, especialmente em momento de crise estrutural, o capital como um todo (reificado como Terra, Trabalho e Capital) tende ao fascismo (reificado como Deus, Pátria e Propriedade), não se deve enfrentar um isolando-o do outro. Do mesmo modo que a exploração econômica, a dominação política e a humilhação social formam um todo, que se exprime como um silogismo (universalidade, particularidade e singularidade). Portanto, no processo de democratização, é equivocado o isolamento burocrático entre pautas econômicas, políticas, sociais (inclusive artísticas e culturais). Por outro lado, “a eleição de Lula”, com uma pauta de frente ampla democrática contra o neofascismo bolsonarista, é “uma grande vitória, mas só um primeiro passo” (MATTOS, 2022, p. 1). Ou melhor, acordou-se de um pesadelo, para dar um salto mortal primordial para a transição governamental do pinochetismo bolsonarista ao social-liberalismo lulista, que implica uma modificação na divisão capitalista do trabalho (nas bases econômicas do Estado propriamente dito), para melhorar a posição do proletariado na correlação de forças entre as classes sociais fundamentais.

Quanto ao pesadelo acordado do capital, na via inversa do processo de democratização socialista e, portanto, de acordo com o princípio privatista e mercantil da valorização capitalista de assegurar a cada um e de cada um o mesmo, o Estado pós-moderno (neoliberal) se intromete cada vez mais nas funcionalidades (em termos de premissa e mediação), nos domínios da produção de massa e do consumo de massa, necessárias à manutenção da configuração capitalista industrial neoliberal, geralmente marcada pela primazia da financeirização sobre a industrialização e a comercialização. Com a nova regulação burguesa da crise dos tempos pós-modernos desmoronou-se o mito do mercado livre e eterno, em que a expansão do capitalismo seria realizada natural e pacificamente, – ignorando a luta de classes –, através da economia pura e da recusa ao estatismo. Com a crise, também ocorreu no Brasil uma intromissão estatal abertamente voltada para a

vitória burguesa na guerra de classes em curso, que reafirma tanto o despotismo empresarial do capital-função (real), reestruturado para ampliar e aprofundar a exploração do trabalho alienado e da natureza, quanto a especulação financeira e o capital fictício, para socializar os prejuízos privados e privatizar os patrimônios públicos, a tal ponto que coloca em causa a própria subsistência (fisco-financeira) estatal e a sua capacidade de prestar serviços públicos de saúde, educação, segurança etc., conforme a Constituição.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry (1992). **O fim da história**. Rio de Janeiro: Zahar.
- ARRIGHI, Giovanni (1996). **O longo século XX**. Rio de Janeiro / São Paulo: Contraponto / Unesp.
- BIHR, Alain et al (2018). **Gilets Jaunes: Pourquoi et comment en être**. Paris: Syllepse. Disponível em: <[https://www.syllepse.net/syllepse\\_images/gilets-jaunes--des-cles-pour-comprendre.pdf](https://www.syllepse.net/syllepse_images/gilets-jaunes--des-cles-pour-comprendre.pdf)> Acesso em: 06/04/2019
- BRUNHOFF, Suzanne de (1976). **État et capital**. Paris: Maspero.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1975). **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CHESNAIS, François (2018). **La crise économique mondiale sans fin, l'interprétation et les conséquences**. Revista Fitos. Rio de Janeiro. (Ed. especial): pp. 11-28. Disponível em: <<http://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/578>>. Acesso em: 27/05/2019
- \_\_\_\_\_. (2016). **Finance Capital Today**. Leiden/Boston: Brill.
- CLOUSCARD, Michel (2008). **Néo-fascisme et idéologie du désir**. Paris: Delga.
- EINSTEIN, Albert (2017). **Meus últimos anos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FARIAS, Flávio Bezerra de (2022). **A consciência de classe na crise dos tempos pós-modernos**. Revista de Políticas Públicas, UFMA, 26 (Especial), 13-45, São Luís, 2022. Disponível em: <<https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20259>> Acesso em: 08/11/2022
- \_\_\_\_\_. (2020). **A luta de classes na crise dos tempos pós-modernos**. Revista de Políticas Públicas. UFMA. Vol. 24, p. 11-33, São Luís. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15088>>. Acesso em: 25/02/2021
- \_\_\_\_\_. (2018). **A Revolução Russa e o marxismo do século XX**. Revista de Políticas Públicas. Vol. 22, Especial. p. 87-128, São Luís. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/9777/5720>>. Acesso em: 12/05/2019
- \_\_\_\_\_. (2015). **Crise Global**. São Paulo: Xamã.
- \_\_\_\_\_. (2013a). **O modo estatal global**. São Paulo: Xamã.
- \_\_\_\_\_. (2013b). **O imperialismo global**. São Paulo: Cortez.
- FOSTER, John Bellamy (2002). **Ecology Against Capitalism**. Nova York: Monthly Review Press.
- GALBRAITH, John Kenneth (1982). **O Novo Estado Industrial**. São Paulo: Abril Cultural.
- GOLDMANN, Lucien (2014). **Sciences humaines et philosophie**. Paris: Delga.
- \_\_\_\_\_. (1984). **Epistemologia e filosofia política**. Lisboa: Presença.
- \_\_\_\_\_. (1975). **La création culturelle dans la société moderne**. Paris: Denoël.
- \_\_\_\_\_. (1970). **Marxisme et sciences humaines**. Paris: Gallimard.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio (2004). **Multitude**. Paris: La Découverte.
- \_\_\_\_\_. (2000). **Empire**. Paris: Exils.
- HORKHEIMER, Max (1978). **Théorie critique**. Paris: Payot.
- HUSSON, Michel. **"Biden: mirage ou miracle?"** Blog entreleslignesentrelesmots. Disponível em: <<https://entreleslignesentrelesmots.blog/2021/07/07/biden-mirage-ou-mirage/>> Acesso em: 01/07/2021
- JAKUBOWSKY, Franz (1971). **Les superstructures idéologiques dans la conception matérialiste de l'histoire**. Paris: EDI.
- JAMESON, Fredric (2010). **Valences of the Dialectic**. Londres / Nova York: Verso.
- \_\_\_\_\_. (1997). **As sementes do tempo**. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. (1996). **Pós-Modernismo**. São Paulo: Ática.
- KATZ, Claudio. **Um detonador da crise potencializado pelo lucro**. Lahaine.org. Disponível em: <<https://katz.lahaine.org/b2-img/Umdetonadordacrisepotencializadopelolucr.pdf>>. Acesso em: 22/03/2020.
- KEYNES, John Maynard (2002). **As consequências econômicas da paz**. Brasília: UnB.
- KOSIK, Karel (2003). **La crise des temps modernes**. Paris : Les Éditions de la passion.

- LACLAU, Ernesto (2015). **La guerre des identités**. Paris : La Découverte.
- LACLAU, Ernesto ; MOUFFE, Chantal (2009). **Hégémonie et stratégie socialiste**. Besançon: Solitaires Intempestifs.
- LEFEBVRE, Henri (2000). **La production de l'espace**. Paris: Anthropos.
- LENINE, Vladimir I. (1975). **Œuvres choisies. 3 volumes**. Moscou: Éditions du Progrès.
- \_\_\_\_\_ (1973). **Cahiers philosophiques**. Paris: Sociales.
- LÖWY, Michael (2010). **Rosa Luxemburg et le communisme, Actuel Marx, 2 (n° 48), p. 22-32**. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-actuel-marx-2010-2-page-22.htm>>. Acesso em: 07/05/2019
- LÖWY, Michael (2013). **O humanismo revolucionário de Rosa Luxemburgo**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2 abr.. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-humanismo-revolucionario-de-rosa-luxemburgo/>>. Acesso em: 17/05/2019
- LUKÁCS, Georges (2020). **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács.
- \_\_\_\_\_ (2001). **Dialectique et spontanéité**. Paris: Les Éditions de la Passion.
- \_\_\_\_\_ (1989). **Socialisme et démocratisation**. Paris: Messidor / Sociales.
- \_\_\_\_\_ (1976). **Histoire et conscience de classe**. Paris: Minuit.
- \_\_\_\_\_ (1972). **La pensée de Lénine**. Paris : Denöel.
- LUXEMBURG, Rosa (2009). **La crise de la social-démocratie**. Paris : L'Altiplano.
- \_\_\_\_\_ (1988). **A questão nacional e a autonomia**. Belo Horizonte: Oficina de Livros.
- \_\_\_\_\_ (1984). **A acumulação do capital. 2 tomos**. São Paulo: Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_ (1978). **Œuvres. Tomos I e II**. Paris: Maspero.
- \_\_\_\_\_ (1972). **Réforme ou révolution?** Paris: Spartacus.
- \_\_\_\_\_ (1971). **Introduction à l'économie politique**. Paris: Anthropos.
- \_\_\_\_\_ (1969). **Textes**. Paris: Sociales.
- LYOTARD, Jean-François. **Le postmoderne expliqué aux enfants**. Paris: Galilée, 1988.
- MACCIOCCHI, Maria Antonietta (1977). **Elementos para uma análise do fascismo**. Lisboa: Bertrand.
- MANDEL, Ernest. **Power and Money**. Londres / Nova York: Verso, 1992.
- \_\_\_\_\_ (1991). **Socialismo versus mercado**. São Paulo: Ensaio.
- \_\_\_\_\_ (1989). **O significado da segunda guerra mundial**. São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1982). **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_ (1974). **Du fascisme**. Paris: Maspero.
- MARX, Karl (1977). **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Sociales.
- \_\_\_\_\_ (1976). **Le Capital. Livros I, II e III**. Paris: Sociales.
- \_\_\_\_\_ (1975). **Critique du Programme de Gotha**. Pékin: Langues Étrangères.
- \_\_\_\_\_ (1972a). **Misère de la philosophie**. Paris: Sociales.
- \_\_\_\_\_ (1972b). **Lettres sur "Le Capital"**. Paris : Sociales.
- MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich (1976). **L'idéologie allemande**. Paris : Sociales.
- \_\_\_\_\_ (1975). **Manifeste du Parti communiste**. Paris : Sociales, 1975.
- \_\_\_\_\_ (1969). **La Sainte Famille**. Paris : Sociales, 1969, p. 48.
- MATTICK, Paul (1975). **MARX Y KEYNES**. México: Era.
- MATTOS, Marcelo Badaró (2022). **A eleição de Lula: uma grande vitória, mas só um primeiro passo**. Esquerdaonline. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2022/11/02/a-eleicao-de-lula-uma-grande-vitoria-mas-so-o-primeiro-passo/>>. Acesso em: 06/11/2022
- MÉLENCHON, Jean-Luc (2019). **La semaine où rien n'a pu démobiliser**. Paris: L'Ère du Peuple : le Blog de Jean-Luc Mélenchon. 26 mar. Disponível em: <<https://melenchon.fr/2019/03/26/la-semaine-ou-rien-na-pu-demobiliser/>>. Acesso em: 06/04/2019
- MERCHET, Jean-Dominique (2016). **Opération Sentinelle : ce que dit le rapport confidentiel remis à Manuel Valls**. Paris: L'Opinion, 21 mar Disponível em: <<https://www.lopinion.fr/blog/secret-defense/operation-sentinelle-que-dit-rapport-confidentiel-remis-a-manuel-valls-99284>>. Acesso em: 21/05/2019
- NAVILLE, Pierre (2016). **Vers l'automatisme social?** Paris: Syllepse.
- PIKETTY, Thomas (2013). **Le capital au XXIe siècle**. Paris: Seuil.
- POLANYI, Karl (1980). **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus.
- POULANTZAS, Nicos (1975). **La crise des dictatures**. Paris: Seuil.

- SALAMA, Pierre (2019). **Amérique latine : goodbye industrie, hello stagnation. Alternatives Sud : Quêtes d'industrialisation au Sud.** Paris / Louvain-La-Neuve (Belgique): Éditions Syllepse / CentreTricontinenta, 174 p. Disponível em: <[https://www.syllepse.net/quetes-d-industrialisation-au-sud-\\_r\\_24\\_i\\_784.html](https://www.syllepse.net/quetes-d-industrialisation-au-sud-_r_24_i_784.html)>. Acesso em: 30/06/2019
- SARTRE, Jean-Paul (2005). **Questions de méthode.** Paris: Gallimard.
- SCHIMITT, Carl (1988). **Parlementarisme et démocratie.** Paris: Seuil.
- SERFATI, Claude (2017). **Le Militaire: une histoire française.** Paris: Amsterdam.
- TEIXEIRA, Juliana Carvalho Miranda (2017). **La multitude et le prolétariat depuis les Forums Sociaux Mondiaux de 2001 à 2016.** 589 f. Tese (Doutorado em Sociologia / Políticas Públicas) – École Doctorale Sciences Sociales, Université Paris 8 Vincennes – Saint-Denis, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFMA, São Luís / Saint-Denis.
- TOMBAZOS, Starosky (2020). **Crise mondiale et reproduction du capital.** Syllepse: Paris.
- TROTSKY, Léon (1977). **Littérature et révolution.** Paris: UGE, 10/18.
- \_\_\_\_\_ (1976). **De la révolution.** Paris: Minuit.
- \_\_\_\_\_ (1967). **Historie de la révolution russe. 2 tomos.** Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_ (1938). **Programme de transition. Bulletin de l'Opposition,** No 66-67, maio-junho. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/francais/trotsky/livres/trans/tran.pdf>> Acesso em: 15/04/2021
- VATTIMO, Gianni (1996). **O fim da modernidade.** São Paulo: Martins Fontes.
- WEBER, Max (1985). **Éthique protestante et l'esprit du capitalismo.** Paris: Plon.

## INVESTIMENTOS E PRESENÇA MILITAR DA CHINA NA ÁFRICA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA NOVA ROTA DA SEDA

### CHINA'S INVESTMENTS AND MILITARY PRESENCE IN AFRICA: CONSIDERATIONS FROM THE NEW SILK ROAD

**Renan Holanda Montenegro** | renanholandamontenegro@gmail.com | Professor adjunto no Departamento de Relações Internacionais da UERJ. Pós-doutorado e doutorado em Ciência Política pela UFPE e mestrado em Relações Internacionais pela UERJ

**Elsa Sousa Krachete** | ekrachete@gmail.com | Professora Associada do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua nos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) e Administração (NPGA)

**Recebimento do artigo** Setembro de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

**Resumo:** O presente artigo tenciona investigar o lugar estratégico ocupado pela África nos marcos da política externa chinesa na contemporaneidade. Para tanto, tem o objetivo de analisar as eventuais sobreposições entre as dinâmicas concernentes ao estreitamento dos laços econômicos – em particular, o avanço dos investimentos – e à crescente presença militar chinesa no continente, sobretudo nas cercanias do Mar Vermelho, do Chifre da Somália e da costa banhada pelo Oceano Índico. A região é parte do braço marítimo da Iniciativa Cinturão e Rota, mais conhecida como a Nova Rota da Seda, lançada em 2013. A abordagem metodológica do trabalho lança mão de dados estatísticos primários e secundários, extraídos de fontes como China Global Investment Tracker, Organização das Nações Unidas (ONU) e governo chinês. Especificamente, sete países são priorizados em nossa análise: Egito, Sudão, Sudão do Sul, Djibuti, Eritreia, Etiópia e Quênia. **Palavras-chave:** China; África; Iniciativa Cinturão e Rota; investimentos; segurança.

**Abstract:** This article intends to investigate the strategic place occupied by Africa in contemporary Chinese foreign policy. To this end, it aims to analyze eventual overlaps between the dynamics concerning the strengthening of economic ties – in particular, the advance of investments – and the growing Chinese military presence on the continent, especially in the vicinity of the Red Sea, the Horn of Somalia and the Indian Ocean coast. The region is part of the maritime route of the Belt and Road Initiative, better known as the New Silk Road, launched in 2013. Our methodological approach makes use of primary and secondary statistical data, extracted from sources such as China Global Investment Tracker, United Nations (UN) and Chinese government. Specifically, seven countries are prioritized in our analysis: Egypt, Sudan, South Sudan, Djibouti, Eritrea, Ethiopia and Kenya. **Keywords:** China; Africa; Belt and Road Initiative; Investments; Security.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde 1956, quando a República Popular da China (RPC) estabeleceu relações diplomáticas com o primeiro país africano, o Egito, a interlocução com o continente evoluiu consideravelmente, tangenciando as mais variadas frentes de contato, entre as quais: comércio, investimento, diplomacia, cultura, segurança, etc. Duas dessas frentes de contato são colocadas em perspectiva pelo presente artigo, que tenciona investigar o lugar estratégico ocupado pela África nos marcos da política externa chinesa na contemporaneidade. Em suma, buscamos analisar as eventuais sobreposições entre as dinâmicas concernentes, por um lado, ao estreitamento dos laços econômicos – em particular, o avanço dos investimentos – e, por outro, à crescente presença militar chinesa na região, especialmente a partir do lançamento da Iniciativa Cinturão e Rota, mais conhecida como a Nova Rota da Seda, em 2013.

Composta de um Cinturão Econômico terrestre que conecta a Eurásia através de diferentes modais de infraestrutura e uma Rota Marítima que abrange boa parte do Oceano Índico, a Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative) é tida por muitos como o principal elemento da projeção internacional chinesa no século XXI<sup>1</sup>. Nesse diapasão, o continente africano desempenha um papel fundamental. Longe de exaurir o assunto, o artigo orienta a ribalta na direção de alguns Estados estrategicamente localizados na costa oriental da África, no litoral do Mar Vermelho e na vizinhança imediatamente próxima. Especificamente, sete países são priorizados em nossa análise: Egito, Sudão, Sudão do Sul, Djibuti, Eritreia, Etiópia e Quênia.

<sup>1</sup>Robert Kaplan predicts that the new Silk Road will propel China's return to dominance. Tom Miller also paints a picture of a future world in which global power shifts from Anglo-Saxon capitals to Beijing. In Central, South, and Southeast Asia, strategic observers have been concerned about China's expansion at the expense of the existing order. From a regional perspective, Nadege Rolland examines the BRI's political and strategic implications in Eurasia. China specialist Elizabeth Economy describes the BRI as a 'significant projection of power' in China's ongoing 'Third Revolution.' Even China itself has been unusually outspoken in promoting the BRI as a global vision, as it never did with any preceding foreign policy" (YE, 2020, pp. 115-116).

A abordagem metodológica repousa na utilização de dados estatísticos descritivos. Quanto aos investimentos, utilizamos os dados do conjunto mantido pelo China Global Investment Tracker (2022). No tocante à questão militar, lançamos mão de informações publicadas pelo Departamento de Peacekeeping da Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo próprio governo chinês, bem como de outras fontes secundárias.

Parte significativa das pesquisas que precederam este trabalho, julgamos mister salientar, foi realizada durante o pós-doutorado dos autores no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCP-UFPE), sob supervisão do professor Marcos Costa Lima, que nos deixou em junho de 2022. Questões diversas relacionadas à China e suas relações internacionais vinham ocupando a agenda de reflexões do professor ao longo dos últimos anos, algo refletido em muitas das suas últimas publicações em vida. Ademais, o instigante ambiente intelectual da Coordenadoria de Estudos da Ásia (CEÁSIA), por ele liderada, funcionou como um locus privilegiado para a apresentação preliminar dos argumentos aqui elaborados. Há, portanto, um quê de Marcos neste artigo. Os erros e omissões cometidos, obviamente, são de nossa inteira responsabilidade.

Além desta introdução, o texto conta com outras quatro seções. A seguir, apresentamos uma breve síntese da evolução das relações sino-africanas. Depois, o trabalho se debruça nos dados de investimentos chineses em países localizados ao longo do traçado da Nova Rota da Seda Marítima – e nas suas cercanias. Na sequência, trazemos uma discussão sobre a crescente presença militar da China na região. Por fim, alguns comentários à guisa de conclusão são elaborados.

## 2. BREVE HISTÓRICO

O continente africano teve, historicamente, um lugar de destaque na estratégia internacional da RPC. Há diversas evidências nesse sentido já nos anos que se seguiram à fundação oficial do país, em decorrência da Revolução de 1949. Logo em 1955, na Conferência de Bandung, que reuniu líderes do mundo afro-asiático, é posta adiante uma retórica de solidariedade anticolonialista e anti-imperialista. No final de 1963 e início de 1964, o conhecido tour diplomático do premier Zhou Enlai pelo continente – quando visita dez países<sup>2</sup> e insere o eixo sino-africano nos marcos da coexistência pacífica<sup>3</sup> – não deixa margem para dúvidas quanto à centralidade atribuída por Pequim a esse relacionamento.

Entre o final da década de 1960 e início da de 1970, a China forneceu grande volume de ajuda externa aos países do continente, em especial através de investimentos na área de infraestrutura, com a construção de hospitais, estádios e aeroportos. De acordo com Li Anshan (2007), para além de meras obras de engenharia, muitas dessas construções representavam “símbolos nacionais de independência”. Por exemplo, um empreendimento importante foi a ferrovia Tanzânia-Zâmbia (TAZARA), construída entre 1970 e 1975, a primeira conexão nesse modal entre os dois países.

O processo de abertura econômica iniciado no final da década de 1970 e aprofundado no decorrer dos anos 1980 caracterizou-se por uma transição do caráter ideológico do período pós-revolucionário para uma aproximação de corte mais pragmático e diversificado com o continente. Pouco a pouco, ampliou-se a quantidade de temas tangenciados pelo relacionamento sino-africano e houve uma maior complexificação dos esquemas institucionais em que esse eixo opera, além do aumento do número de atores envolvidos de lado a lado. Explica-se. Nos anos 1990, enquanto o mundo vislumbrava o crepúsculo da bipolaridade característica da Guerra Fria, mudanças decisivas também ocorriam no interior da China. Por um lado, consolidava-se uma trajetória de crescimento sem precedentes, com médias de 9,3% e 11,1% nas décadas de 1980 e 1990, respectivamente, abrindo margem para ambições internacionais mais robustas. Por outro, ficava patente a necessidade de assegurar as matérias-primas vitais para a sustentação da modernização acelerada pela qual passava o país. Uma dessas matérias-primas, o petróleo, desempenhou papel fundamental no estreitamento recente das relações entre China e África, haja vista que a RPC perdeu a autossuficiência em 1993, tornando-se importadora líquida.

A iniciativa de internacionalizar o capital chinês (Going Global ou Go Out Policy), portanto, foi um corolário natural da acumulação doméstica, como também um esforço no sentido de garantir suprimentos essenciais à continuação do processo. Nesse contexto, uma das primeiras empreitadas internacionais da China National Petroleum Corporation (CNPC), gigante estatal petrolífera da China, aconteceu no

<sup>2</sup> Egito, Argélia, Marrocos, Tunísia, Gana, Mali, Guiné, Sudão, Etiópia e Somália.

<sup>3</sup> Os Cinco Princípios são: respeito mútuo acerca da soberania e integridade territorial; não-agressão mútua; não-interferência nos assuntos internos; igualdade ou benefício mútuo; e coexistência pacífica.



Sudão, em 1995. No fito de contribuir para as operações da empresa no país, o ExIm Bank chinês, criado no ano anterior, desembolsou o primeiro empréstimo concessional da sua história. A primeira refinaria sudanesa, na capital Cartum, também contou com o suporte dos chineses, tanto na garantia do financiamento como na execução do serviço.

Os números expõem o adensamento da parceria sino-africana. No século XXI, o comércio aumentou constantemente no decorrer de duas décadas, muito embora a queda nos preços das commodities desde 2014 tenha impactado o valor das exportações africanas para a China. O pico no fluxo total chegou à casa dos US\$ 200 bilhões em 2015. Devido à interrupção da cadeia de suprimentos ocasionada pela pandemia da COVID-19, esse valor em 2020 foi de US\$ 176 bilhões, abaixo dos US\$ 192 bilhões do ano anterior.

Cenário similar também se observa na seara do investimento. Os fluxos de Investimento Externo Direto (IED) da China para o continente passaram de US\$ 75 milhões em 2003 para US\$ 4,2 bilhões em 2020, um impressionante aumento de mais de 5.000% em menos de duas décadas. O pico foi registrado em 2008 (US\$ 5,5 bilhões), basicamente devido à compra de 20% das ações do Standard Bank of South Africa pelo Banco Industrial e Comercial da China (ICBC)<sup>4</sup>.

Além disso, o marco institucional do relacionamento sino-africano já conta, há mais de 20 anos, com um espaço fundamental de concertação. Trata-se do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), criado em 2000. De três em três anos, alternando entre Pequim e alguma cidade africana, chefes de Estado e governo da China e das mais de 50 nações da África se encontram em Conferências Ministeriais para tratar de assuntos de interesse. Temas como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, perdão de dívidas, isenção tarifária, empréstimos preferenciais, cooperação acadêmica e cultural etc., estão entre os tópicos abordados nas reuniões do Fórum de Cooperação.

Por exemplo, a construção da nova sede da União Africana (UA), na capital da Etiópia, Adis Abeba, foi acertada na III Conferência Ministerial, realizada em Pequim. O edifício, inaugurado em 2012, teve o custo de US\$ 200 milhões e foi erguido pelos chineses (BBC, 2012). Mais recentemente, em 2020, o presidente Xi Jinping anunciou que a China também vai construir o prédio do Centro para a Prevenção e Controle de Doenças da União Africana na mesma Adis Abeba (RTP, 2020). Com a paulatina operacionalização do projeto da Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative), cuja Rota Marítima margeia a costa oriental africana e adentra o Mar Vermelho em direção ao Mediterrâneo, é de se esperar que a aproximação sino-africana se robusteça ainda mais no decorrer deste século.

### 3. INVESTIMENTOS EM PAÍSES AFRICANOS EM TORNO DA ROTA DA SEDA

Ao tocar a África, o traçado da Belt and Road Initiative (BRI) estabelece relações específicas da região entre o Quênia e o Egito com a China. Esta porção do continente se integra em um ambiente geopolítico e geoeconômico que extrapola antigas relações, baseadas, majoritariamente, na exploração de petróleo e recursos minerais. Se entrelaça em outras esferas das amplas relações estratégicas chinesas de fortalecer laços com países no seu entorno e ocupar o lugar de principal arquiteto da reconstrução do universo eurasiático. A estratégia chinesa de adquirir recursos energéticos em todo o mundo e desenvolver alternativas de corredores de transporte, infraestrutura e energia tem na BRI um exemplo para conectar o mundo à China.

A consecução de tal estratégia envolve recursos financeiros como também políticos. Nessa direção, a China estimulou amplo apoio institucional para melhorar os mecanismos de cooperação política, de segurança e materiais. Diversas estruturas multilaterais e bilaterais foram mobilizadas para fortalecer a comunicação com países relevantes para a BRI: Organização para Cooperação de Xangai (SCO); ASEAN Plus China (10 + 1); Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC); Reunião Ásia-Europa (ASEM); Diálogo de Cooperação na Ásia (ACD); Conferência sobre Interação e Medidas de Fortalecimento da Confiança na Ásia (CICA); Fórum de Cooperação China-Estados Árabes (CASCF); Diálogo Estratégico China-Conselho de Cooperação do Golfo (QIN, 2019).

Em 2017, o Belt and Road Forum for International Cooperation atualizou o sentido da cooperação entre os países participantes, quando o presidente chinês anunciou: o incremento de 100 bilhões de yuans complementares para o Fundo da Rota da Seda; 250 bilhões de yuans em empréstimos do Banco de Desenvolvimento da China; 130 bilhões de yuans em empréstimos do Banco de Exportação e

<sup>4</sup>Dados compilados pelo China-Africa Research Initiative, da Universidade Johns Hopkins. Disponíveis no seguinte endereço: <<http://www.sais-jhu.org>>.

Importação da China. Anunciou, ainda, 60 bilhões de yuans em ajuda aos países em desenvolvimento e instituições internacionais em novos países integrantes da Rota da Seda (URIQ, 2019, p. 258).

O Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportação e Importação da China, assim como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Banco dos Brics (New Development Bank), também desenvolveram linhas de créditos voltadas para financiamentos nessa direção (QIN, 2019).

O traçado original da Nova Rota da Seda definiu cinco rotas para o projeto: três correspondem ao Cinturão Terrestre (Silk Road Economic Belt) e duas à Rota Marítima (21st Century Maritime Silk Road). No Cinturão Terrestre, a primeira rota vai do Noroeste e Nordeste da China para a Europa e o Mar Báltico através da Ásia Central e Rússia; a segunda vai do Noroeste da China ao Golfo Pérsico e ao Mar Mediterrâneo, passando pela Ásia Central e Ásia Ocidental; e a terceira, do Sudoeste da China através do Península da Indochina ao Oceano Índico. A Rota Marítima tem seu ponto inicial na costa da China, atravessa o Mar da China Meridional, passa pelo Estreito de Malaca e atinge o Oceano Índico, seguindo até a Europa; e a segunda começa nos portos costeiros da China, cruza o Mar do Sul da China e estende-se ao sul do Pacífico (URIQ, 2019). É na Rota Marítima que a BRI encontra o continente africano.

Os países africanos no entorno da BRI – Egito, Djibuti, Eritreia, Sudão, Sudão do Sul Etiópia e Quênia –, a partir de dados sobre projetos de investimentos e construção organizados pelo China Global Investment Tracker, veem a entrada de recursos ser intensificada a partir do início de implementação da Iniciativa. Do total de US\$ 81.710 bilhões de recursos chineses que chegaram à região entre 2005 e 2022, 66% correspondem a projetos implementados a partir de 2013, ano do anúncio da construção da BRI.

A Tabela 1 revela que, dentre os países situados no entorno da Nova Rota da Seda, o Egito, a Etiópia e o Quênia receberam 83% do total dos recursos que entraram na região no período. Ao Egito e à Etiópia, a cada um corresponde 31%, e ao Quênia, 21%. A entrada de recursos no Sudão e no Sudão do Sul soma 14% do total. A Eritreia e o Djibuti, correspondem 1% e 3%, respectivamente. Na região, apenas a Somália não registrou entrada de recursos chineses no período.

A distribuição dos valores é concentrada na infraestrutura, correspondendo a 77% do total dos recursos chineses na região. Em termos setoriais, 33% correspondem a energia, 30% a transporte e 14% a obras públicas.

Tabela 1. Investimentos da China em países africanos no entorno da Nova Rota da Seda, 2005-2022 (US\$ bilhões)

País	Agric.	Energia	Logist.	Obras			Transporte	Outros	Total	%
				púb.	Quím.	Tecnol.				
EGI	400	9.300	650	7.690	1.690	0	2.510	2.550	24.790	31
SUD	1.270	2.790	100	110	0	0	2.470	0	6.740	8
S.SUL	100	1.780	0	0	0	0	2470	220	4.570	6
ERI	0	100	0	0	0	0	400	0	500	1
DJI	0	0	370	0	0	0	2.230	0	2.600	3
ETI	2.300	7.420	110	2.140	700	3.200	7.190	1.840	24.900	31
QUE	0	5.500	0	1.060	0	170	7.320	2.560	16.610	21
<b>Total</b>	<b>4.070</b>	<b>26.890</b>	<b>1.230</b>	<b>11.000</b>	<b>2.390</b>	<b>3.370</b>	<b>24.590</b>	<b>7.170</b>	<b>80.710</b>	<b>100</b>
<b>%</b>	<b>5</b>	<b>33</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>30</b>	<b>9</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: China Global Investment Tracker (2022)

O Quênia, maior economia da África Oriental, ganha relevância na atração de capital chinês a partir da sua definição como ponto

nodal da BRI, que lhe reserva papel no espraiamento dos investimentos da RPC em direção ao interior do continente. A partir do tradicional porto de Mombasa e do recém-construído, com capital chinês, porto de Lamu, o país se torna importante receptor de produtos importados da China e entreposto de produtos com destino ao mercado chinês. O planejado para o porto construído com capital chinês é que ele integre o corredor de transporte Porto de Lamu-Sudão do Sul-Etiópia (MERWE, 2019).

A infraestrutura portuária, dessa forma, articularia o Sudão do Sul, país no qual a China mantém investimentos no setor de petróleo, e a Etiópia, com diversificada produção agropecuária destinada aos mercados externos, à China especialmente. De acordo com os dados revelados na Tabela 1, correspondem ao Quênia e à Etiópia, US\$ 14.510 bilhões, representando 59% do total dos recursos chineses aplicados no setor de transporte. A recepção de capital chinês pela Etiópia também está associada à construção da ferrovia Etiópia-Djibuti, ligando a capital Adis-Abeba ao porto do Djibuti, que permite o acesso ao Mar Vermelho, constituindo logística moderna que conecta áreas de produção e de distribuição. Segundo Merwe (2019), os portos do Quênia podem ainda sediar bases de segurança na instável região do Chifre da África.

O governo da Etiópia, nas últimas décadas, promoveu políticas de desenvolvimento industrial que envolveram oferta de créditos orientados, proteção do mercado interno e modernização institucional, contribuindo para diversificar sua produção. No setor industrial, tem destaque a indústria de cimento. Também tem se destacado a construção civil em ascensão, impulsionada por obras públicas. Recentemente, o governo tem se empenhado no incentivo ao beneficiamento de couro de gado. Outro setor importante, desde 2004, é o da floricultura, que tornou o país um dos maiores produtores e exportadores de flores de corte (OQUBAY, 2015). Coube à Etiópia 58% do capital chinês destinado ao setor agrícola, como revelado na Tabela 1.

O Egito, por sua situação geográfica na proximidade do Canal de Suez, passagem necessária desde o Mar Vermelho para alcançar o Mediterrâneo, com amplas possibilidades de mercado, também tem se constituído em importante receptor de capital chinês. O Djibuti, embora tenha recebido apenas 3% dos recursos chineses no período, é estratégico por sua posição geográfica, entre o Golfo de Áden e o Mar Vermelho, ponto crucial do trajeto marítimo da Nova Rota da Seda. Trata-se do país escolhido pela China para instalar a sua primeira base naval ultramarina. Discutiremos mais a esse respeito na seção seguinte.

A criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) também tem sido estimulada, como meio de diversificar a produção. A implantação de tais Zonas resulta de demandas expressas por governos africanos na edição do FOCAC de 2006. No Egito, foi criada por meio da associação entre a Tianjin Economic-Technological Development Area (Tianjin TEDA) e o China-Africa Development Fund, respectivamente detentores de 60% e 40% do capital. Fica junto ao porto de águas profundas de Sokhna, a 120 km do Cairo e na entrada Sul do Canal do Suez. Em 2015, a Tianjin TEDA contava com 32 manufaturas e 33 empresas de serviços, atuando nos setores têxtil e vestuário, equipamentos de petróleo, aparelhos elétricos de alta/baixa tensão, materiais de construção e química. Mais de 50% da produção têm como destino o mercado externo (ANTÓNIO; MA, 2015).

No Quênia, foi implantada, em 2018, uma ZEE especializada em logística, embalagens, grãos, negócios e finanças, na qual 20 empresas encontravam-se em operação em 2021. Trata-se de uma associação entre a China Merchants Group, Dalian Port Authority e o IZP Group.

Na tentativa de diversificar a produção interna, foi criada na Etiópia, em 2007, com investimento chinês, a Zona Industrial Oriental (EIZ), para a produção têxtil, de couro, processamento de produtos agrícolas, metalurgia, materiais de construção e o setor eletromecânico. Neste empreendimento, estão em operação 118 empresas chinesas. As empresas que exportam mais de 80% da sua produção recebem incentivos via alargamento do prazo de isenção de impostos (ANTÓNIO; MA, 2015).

#### 4. PRESENÇA MILITAR

O incremento da atuação econômica da China na África tem sido acompanhado por acontecimentos inéditos no campo da segurança, que atestam a ampliação das relações sino-africanas ao, também, incorporar este aspecto. Pelo menos três conjuntos de

evidências podem ser mencionados: a internacionalização da marinha chinesa; o uso da força em missões de paz das Nações Unidas; a abertura da primeira base militar da China no exterior. Todos esses exemplos parecem demonstrar uma intersecção em potencial entre interesses econômicos e prerrogativas de segurança. Antes de melhor elaborar tal entrelace, vamos aos fatos.

A primeira incursão internacional da Marinha chinesa, uma operação conjunta antipirataria, aconteceu nas proximidades do Chifre da Somália (também chamado de Chifre da África), em 2008. Dois acontecimentos ocorridos nos últimos meses daquele ano precipitaram o ocorrido.

Em 14 de novembro, uma embarcação pesqueira (Tian Yu 8) de propriedade da estatal Tianjin Ocean Fishing Corp, com 25 tripulantes – 17 chineses e oito estrangeiros – foi sequestrada nas águas territoriais do Quênia. A Marinha dos Estados Unidos chegou a divulgar uma foto dos marinheiros sob a mira de piratas fortemente armados (LI, 2008). O fim do cativo em alto mar só ocorreu três meses depois (EXPRESS, 2009).

Já no dia 17 de dezembro de 2008, nove piratas tentaram atacar o cargueiro Zhenhua 4 usando lançadores de foguetes improvisados e fuzis AK-47. A tripulação tentou se defender com coquetéis molotov e canhões de água, chegando mesmo a se trancar nos cômodos internos da embarcação, mas foi um helicóptero militar da Malásia que forçou o recuo dos criminosos. Fotos do incidente foram divulgadas pela imprensa chinesa (XINHUA, 2008b). A embarcação era de propriedade da gigante estatal China Communications Construction Company e havia acabado de deixar o Porto do Sudão, nas margens do Mar Vermelho.

Foi em 26 de dezembro daquele ano, então, que a China colocou em operação uma pioneira força-tarefa de escolta (FTE) com fins de combater a pirataria na região do Golfo de Áden – que foi a primeira incursão internacional da marinha chinesa (People's Liberation Army Navy, PLAN). O fluxo de embarcações e os riscos envolvidos naquele entorno são notáveis: um quinto dos 1.265 navios chineses que transitaram por águas somalis foram alvo de pirataria em 2008, e sete foram diretamente atacados (ERICKSON, 2010). A missão lançada um dia após o Natal se encerrou em 28 de abril de 2009, portanto, tendo 124 dias de duração. Nesse intervalo, 212 embarcações, todas chinesas, foram escoltadas.

Desde então, a despeito da diminuição das atividades de piratas na região, não houve recuo da parte da marinha chinesa. Somente entre 2010 e 2016, foram despachadas 20 FTEs, cada uma composta por dois navios de combate e o apoio de um navio de reabastecimento. Mais de 15 mil marinheiros chineses passaram entre 120 e 220 dias em missão durante o período (HENRY, 2016).

Analogamente, as primeiras experiências do Exército Popular de Libertação (EPL) com uso da força em missões de paz das Nações Unidas se deram na África, continente que concentra, de longe, a maior parte dos peacekeepers chineses de capacete azul. Esses movimentos tiveram início primeiro no Sudão do Sul, que recebeu um pequeno pelotão de infantaria no início de 2012 (USCC, 2012). Um ano depois, tropas de combate seguiram para o Mali (HILLE, 2013). Em janeiro de 2015, Pequim declarou que um batalhão completo de infantaria, com 700 soldados, seria deslocado para o Sudão do Sul (UNMISS, 2015).

Entre 1990 e 2019, cerca de 70% de todo o pessoal enviado pela China para operações de manutenção da paz tiveram algum país africano como destino. Para fins de comparação, a contribuição média de pessoal para a África fornecida por todos os membros da ONU (incluindo a China) foi de cerca de 46% no mesmo intervalo (MONTENEGRO, 2021).

Somente para a Missão da ONU no Sudão do Sul (UNMISS), a contribuição média da China desde 2011 é de 754 peacekeepers, o que corresponde a 6,4% do contingente total da operação. O Sudão do Sul é, de longe, o país que mais recebeu pessoal chinês nas operações de paz das Nações Unidas. A contribuição para a Missão no Sudão (UNMIS) é a quarta maior, compreendendo uma média de quase 400 peacekeepers entre 2005 e 2011, período em que a China destacou pessoal para a operação, compondo 4,3% do contingente total. Na operação específica na região de Darfur (UNAMID), a média de pessoal chinês deslocado desde 2007 foi de 282, perto de 2% do contingente total. As participações na UNMIS e na UNAMID são, respectivamente, a 4ª e a 6ª maiores da China no regime de peacekeeping da ONU. A Tabela 2 sumariza esses dados.

Tabela 2. Principais destinos do pessoal chinês em missões de paz da ONU (1990-2019)<sup>5</sup>

País	Missão	Contingente total	Pessoal chinês	Tempo de participação
Sudão do Sul	UNMISS (2011-presente)	Min: 5457 (2011) Max: 16761 (2019) Média: 11728,11	Min: 359 (2013-14) Max: 1080 (2019) Média: 754,66 (6,4%)	Jul 2011 – presente
Libéria	UNMIL (2003-2017)	Min: 734 (2017) Max: 16112 (2004) Média: 9403,06	Min: 77 (2004) Max: 729 (2013) Média: 525,2 (5,6%)	Out 2003 – Dez 2017
Camboja	UNTAC (1992-1993)	Min: – Max 18907 (1992) Média: 18907	Min: – Max 448 (1992) Média: 448	Mar 1992 – Set 1993
Sudão	UNMIS (2015-2011)	Min: 4765 (2005) Max: 10416 (2010) Média: 9251,83	Min: 35 (2005) Max: 478 (2010) Média: 398,5 (4,3%)	Abr 2005 – Jul 2011
Mali	MINUSMA (2013-presente)	Min: 6439 (2013) Max: 14572 (2018) Média: 11621	Min: 157 (2013) Max: 426 (2019) Média: 369,43 (3,2%)	Out 2013 – presente
Sudão	UNAMID (2007-presente)	Min: 1629 (2007) Max: 22990 (2011) Média: 15541,77	Min: 3 (2007) Max: 375 (2017) Média: 282,23 (1,8%)	Nov 2007 – presente
RD Congo	MONUSCO (2010-presente)	Min: 15346 (2019) Max: 21198 (2013) Média: 18667,9	Min: 229 (2017) Max: 234 (2010-11; 2013) Média: 231,9 (1,2%)	Jul 2010 – presente
Libano	UNIFIL (1990-presente)	Min: 1989 (2005) Max: 13264 (2007) Média: 7479,73	Min: 0 (1990-2005) Max: 419 (2019) Média: 163,36 (2,2%)	Mar 2006 – presente
RD Congo	MONUC (1999-2010)	Min: 78 (1999) Max: 20509 (2009) Média: 11253,36	Min: 0 (1999-2000) Max: 234 (2007-09) Média: 149,27 (1,3%)	Abr 2001 – Jun 2010

Fonte: Departamento de Operações de Paz da ONU e State Council (2020)

Não à toa, das 16 mortes de peacekeepers chineses em serviço desde 1990, 11 ocorreram na África. Oito dessas ocorrências fatais se deram a partir de 2010, e todas foram no continente, sendo duas no Sudão e quatro no Sudão do Sul (as outras duas foram registradas na Libéria e no Mali). Como mencionado, o Sudão do Sul, sozinho, abriga um batalhão completo de infantaria – o primeiro e até hoje único do tipo em ação fora da China – desde 2015, recebendo cerca de mil peacekeepers chineses em seu território a cada ano<sup>6</sup>. O recém-independente país africano recebe mais de 40% de todos os destacamentos chineses desde 2016. Em termos relativos, o contingente total da UNMISS em 2015 e 2016 chegou a contar com 8% de soldados chineses (MONTENEGRO, 2021).

Tendo em vista a escolha do Sudão do Sul como palco das primeiras experiências envolvendo batalhões de infantaria da China no exterior, pelo menos três pontos devem ser levados em consideração: (i) a grande quantidade de reservas comprovadas de petróleo; (ii) a diversificação e magnitude dos investimentos feitos pela China no setor; (iii) e a pressão internacional para uma atuação mais proativa no país, como explicaremos adiante (LIN-GREENBERG, 2009). O Sudão do Sul seria, portanto, uma espécie de “experimento” no âmbito da política externa chinesa hodierna. É o que aponta um relatório do International Crisis Group (2017):

À medida que os investimentos chineses no exterior e os vínculos comerciais crescem em escopo e profundidade, Pequim enfrenta ameaças crescentes a seus cidadãos, interesses econômicos e reputação internacional. [...] A forma como responde ao longo do tempo terá um impacto profundo no papel internacional de Pequim. O caso mais proeminente parece ser a África e, dentro do continente, o Sudão do Sul, onde as medidas chinesas para proteger seus cidadãos e interesses econômicos, juntamente com seu apoio ao fim da guerra e à busca de objetivos humanitários, parecem um teste calculado para um papel global mais proativo (ICG, 2017, p. i, tradução própria).

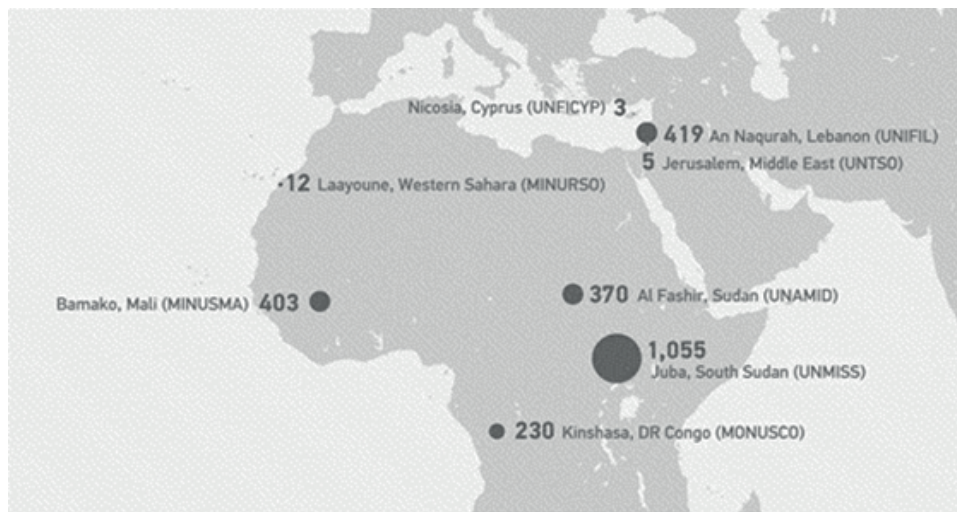
A Figura 1 exhibe as localizações das missões de paz da ONU que contam com tropas chinesas (de combate ou não). Eram oito

<sup>5</sup> Valores com base nos dados de dezembro de cada ano. No caso da UNTAC, houve apenas uma observação para dezembro, em 1992. O tempo de participação se refere ao intervalo entre 1990 e 2019. Na segunda e na última coluna, missões que aparecem como “presente” são aquelas que estavam em funcionamento e com envolvimento chinês até dezembro de 2019. A UNAMID foi encerrada em 2020.

<sup>6</sup> A rotação da tropa costuma ocorrer no final de cada ano. Em dezembro de 2021, o oitavo lote começou a substituir o sétimo, que havia sido despachado exatamente um ano antes.

em agosto de 2019. Nota-se, com clareza, a relativa concentração, à exceção do Mali e do Saara Ocidental, na região delimitada para o presente artigo – ou em seus arredores.

Figura 1. Peacekeepers chineses em serviço em missões de paz da ONU (agosto de 2019)



Fonte: <https://news.cgtn.com/news/3d3d414d7863544f34457a6333566d54/index.html>

Ante o exposto, não soou exatamente como surpresa o anúncio feito pela China, em 2016, de que iria inaugurar na África a sua primeira base militar no exterior. O país escolhido foi o Djibuti, localizado no estreito de Bab-el-Mandeb, conexão entre o Mar Vermelho e o Oceano Índico, por onde se estima passar cerca de 20% do comércio global anual (CFR, 2018). Segundo o governo, “[...] dar apoio logístico aos contingentes chineses que participam de várias missões das Nações Unidas na região, principalmente as tropas que fazem parte dos capacetes azuis no Mali e no Sudão do Sul, e as que realizam operações contra a pirataria” são as principais finalidades por trás da instalação dessa base, inaugurada em 2017 (FONTDEGLÒRIA, 2017). Devido à posição geográfica estratégica, Estados Unidos, Reino Unido e França também possuem instalações do tipo no Djibuti.

A presença militar da China naquelas cercanias não é de todo nova se adicionarmos as vendas de armas a essa equação. Um relatório publicado pela RAND Corporation, que registrou todas as vendas de armas por parte da China entre 1980 e 1999, mostra o Egito e o Sudão entre os 23 importadores da indústria bélica chinesa no período. Para o primeiro, foram vendidos 80 jatos F-7 entre 1982 e 1986; 96 mísseis anti-navio HY-2 em 1984; sete navios de assalto (Hainan) em 1983-84; seis navios de assalto (Huangfen) em 1984; três fragatas em 1984-85; e seis submarinos entre 1982 e 1985. Já para o Sudão, a China exportou dois cargueiros Y-8 em 1991 e seis caças J-7 em 1996 (BYMAN; CLIFF, 1999).

De acordo com dados do SIPRI (2022), a China respondeu por 10% de todas as importações de armas do continente africano no intervalo entre 2017 e 2021, ficando atrás dos Estados Unidos (17%) e da Rússia (44%), que lidera este ranking há muito<sup>7</sup>. No período, em comparação com 2012-2016, a queda nessas importações por parte dos países africanos foi de 34%, muito devido à diminuição nas compras feitas por Argélia e Marrocos, principais importadores do continente. A Argélia, aliás, é a terceira maior compradora geral dos chineses, atrás somente do Paquistão e de Bangladesh.

Especificamente na África Subsaariana, os cinco maiores importadores da região em 2017-2021 foram Angola, Nigéria, Etiópia, Mali e Botsuana. Para a Etiópia, onde há relevantes investimentos chineses (vide o descrito na seção anterior), a despeito de a maioria das armas importadas serem de fabricação russa ou ucraniana, a China vendeu vários lançadores de mísseis (SIPRI, 2022). Em 2005, China e Etiópia já haviam firmado um acordo de defesa sobre treinamento conjunto, intercâmbio de tecnologia e peacekeeping. Oficiais etíopes chegaram a realizar treinamento na China (EISENMAN; KURLANTZICK, 2006).

No conflito que se iniciou na região do Tigray no final de 2020, indícios apontavam que as forças do governo também estariam

<sup>7</sup> Na comparação feita para os intervalos de 2008-12 e 2013-17, as vendas de armas chinesas para a África cresceram 55%, fazendo com o que a participação do país no total de armas importadas pelos africanos saísse de 8,4% para 17% naquele período – a participação dos Estados Unidos foi de 11% (SIPRI, 2018).

usando, além dos equipamentos de artilharia (lançadores modelo AR2, transportados em caminhões 8x8) comprados em 2021, drones fornecidos pela China (ROBLIN, 2021). Em visita oficial a Pequim em abril de 2019, o primeiro-ministro Abiy Ahmed descreveu a China como “o amigo mais confiável e o parceiro mais querido da Etiópia” (MFA, 2019).

#### 4.1. BREVES CONJECTURAS SOBRE O LUGAR DA SEGURANÇA NAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS

O que tem impulsionado tal incorporação da segurança no escopo do engajamento chinês na África? Pelo menos três fatores podem ser listados.

Em primeiro lugar, tendo em conta o incremento da presença econômica da China no continente, vem crescendo a pressão junto ao governo em Pequim para dar garantias de proteção a cidadãos e ativos econômicos situados em zonas de conflito ou próximos a elas. Em segundo lugar, numa dimensão menos tangível, pode-se enquadrar o envolvimento chinês em questões de segurança na África como um esforço no sentido de se apresentar ao mundo como uma “potência responsável”, disposta a contribuir para a paz e a segurança internacional. Por fim, há também um interesse da parte dos próprios Estados e organizações africanas, sob a liderança da União Africana (UA), em aumentar a cooperação de segurança com os chineses (BENABDALLAH; LARGE, 2019).

Quanto ao primeiro fator listado (a necessidade de proteger cidadãos e ativos econômicos), alguns acontecimentos são ilustrativos. Nota-se, por exemplo, o empenho diplomático da China para que a Resolução 2155 do Conselho de Segurança da ONU mencionasse a necessidade de “proteção das instalações petrolíferas” – o que ocorre em duas passagens do documento – no Sudão do Sul (BROSIG, 2019). Foi somente depois da aprovação de tal Resolução que o envio do batalhão de infantaria foi aprovado pela Comissão Militar Central da RPC.

A pressão para conter perdas na exploração de petróleo é muito saliente. Entre a segunda metade dos anos 1990, início das operações, e 2007, estima-se que a CNPC já havia investido US\$ 7 bilhões no Sudão, àquela altura o terceiro maior produtor (cerca de 470 kb/d) e detentor da terceira maior reserva (6,7 bilhões de barris) de petróleo na África Subsaariana. Com efeito, o Sudão foi responsável por mais de 40% da produção internacional da CNPC entre 2003 e 2007, algo em torno de 7% da produção total da empresa (PATEY, 2014).

Se em 2010 a CNPC conseguia produzir 210 kb/d no Sudão, no ano seguinte esse número caiu para 59 kb/d. No Sudão do Sul, a produção da estatal chinesa foi de 152 kb/d no ano da independência (2011). No final de 2013, com a eclosão da Guerra Civil, caiu para 84 kb/d<sup>8</sup>(IEA, 2014). Nas três primeiras semanas de janeiro de 2014, a produção já havia caído 20% e mais de 300 trabalhadores chineses precisaram ser evacuados.

As incursões da marinha chinesa nas cercanias do Chifre da África também indicam a recente assertividade de Pequim em resguardar interesses no exterior. Dois pontos merecem atenção: (i) a diversificação da atuação das forças-tarefas de escolta; (ii) e a permanência do patrulhamento na região mesmo após a flagrante queda nos registros de ataques piratas.

Quanto ao primeiro ponto, os oficiais da Marinha da China já realizaram a escolta de uma balsa utilizada na evacuação de cidadãos da Líbia e também dos navios encarregados de transportar armas químicas sírias no Mediterrâneo, além de terem contribuído para as buscas do voo 370 da Malaysian Airlines. Isso revela uma ampliação do escopo operacional das forças-tarefas, originalmente destacadas unicamente para fins de ações antipirataria. No que tange ao segundo ponto, é mister salientar que os registros de ataques piratas na região do Golfo de Áden despencaram a partir de 2012. No limite, a continuidade das FTEs denota que a antipirataria deixou de ser o leitmotiv do envolvimento da marinha chinesa naquele entorno.

A segurança das linhas marítimas de comunicação (SLOC) ao redor do Chifre da África é particularmente crítica para os principais interesses econômicos chineses, em especial por conta do fluxo de recursos energéticos e outros insumos estratégicos para a manufatura. Ademais, China e União Europeia são importantíssimos parceiros comerciais entre si e grande parte dos bens que compõem esse fluxo transita pelo Mar Vermelho e pelo Oceano Índico por meio de navios porta-contêineres (ERICKSON, 2010). Nesse diapasão, ao menos

<sup>8</sup> Mil barris por dia.

quatro objetivos parecem justificar a permanência das forças tarefas de escolta da marinha chinesa nas proximidades do Golfo de Áden: aprimorar as capacidades de projeção de poder; adquirir experiência operacional em ambientes reais; melhorar a imagem da China na cena internacional; e, claro, proteger os interesses chineses no exterior (HENRY, 2016).

Já no tocante ao esforço chinês em se apresentar ao mundo como uma “potência responsável”, convém notar que menções nesse sentido têm sido recorrentes na retórica oficial do Partido Comunista da China (PCCh). Foi ainda em 1999, ano em que a China ultrapassou o Japão como a segunda maior economia global (em Paridade do Poder de Compra), que o então primeiro-ministro Zhu Rongji cunhou pela primeira vez o lema “país responsável” (PANG, 2005). A partir de então, a narrativa da “responsabilidade” tornou-se oficial.

Na Cúpula do Milênio da ONU, o presidente Jiang Zemin (2000) afirmou que “os grandes países têm uma importante responsabilidade pela manutenção da paz mundial e regional”. Já o Livro Branco “Caminho para o Desenvolvimento Pacífico da China”, de 2005, afirma que, sendo um país ativo “na solução de sérios problemas internacionais e regionais”, a China “assume amplas obrigações internacionais, e desempenha um papel responsável e construtivo” (STATE COUNCIL, 2005). O Livro Branco sobre “Desenvolvimento Pacífico”, lançado seis anos depois, aponta na mesma direção (STATE COUNCIL, 2011).

Similarmente, na mensagem de ano novo em 1 de janeiro de 2018, o presidente Xi Jinping reforçou a retórica de defesa do multilateralismo onusiano e das obrigações da China enquanto uma grande potência responsável, destacando que seu país “permanecerá comprometido no combate às mudanças climáticas, pressionará ativamente pela Iniciativa do Cinturão e Rota e sempre será um construtor da paz mundial, contribuinte do desenvolvimento global e guardião da ordem internacional” (XINHUA, 2018).

Nesse contexto, tanto o envolvimento em operações de peacekeeping como os esforços antipirataria são apontados pelas lideranças em Pequim como exemplos da provisão de bens públicos por parte da China, uma potência responsável e atenta às normas. Em 2021, a China chegou a organizar em seu território dois exercícios conjuntos orientados especificamente ao treinamento de peacekeepers, uma “demonstração de boa fé e responsabilidade do lado chinês na proteção da paz mundial”, afirmou o General Wei Fenghe (2021), conselheiro de Estado e ministro da Defesa Nacional. O general ainda asseverou que os militares chineses “desempenharam um papel positivo em ajudar os países a melhorar as capacidades de suas unidades de manutenção da paz” (ibid.).

Numa veia análoga, autoridades chinesas alegam que a participação em operações antipirataria vai ao encontro das obrigações internacionais do país. De fato, a China anunciou sua intenção de implantar uma força antipirataria na costa africana poucos dias depois de o Conselho de Segurança da ONU aprovar a Resolução 1851, de dezembro de 2008, que encorajou os Estados membros a assumir um papel mais ativo na luta contra os piratas somalis (LIN-GREENBERG, 2010)<sup>9</sup>.

A atuação de militares do EPL também tem sido frequente em desastres internacionais, como o terremoto do Haiti em 2010, o tufão filipino Haiyan em 2013, o colapso da barragem do Laos em 2018 e a epidemia de Ebola na África Ocidental. Ainda tem ganhado força na retórica diplomática chinesa a atuação do seu navio hospital “Arca da Paz” (Peace Ark), em ação desde 2008, que já realizou dezenas de missões humanitárias, beneficiando mais de 230 mil pessoas, além de participar de exercícios conjuntos, como aquele realizado na Orla do Pacífico (Rim of the Pacific, RIMPAC) – organizado pelos Estados Unidos, trata-se do maior exercício naval do mundo (HU, 2019). Finalmente, é relevante ressaltar a crescente interlocução diplomática entre os chineses e as organizações africanas com vistas à ampliação da cooperação em temas de segurança e defesa. No limite, pode-se dizer que o engajamento das partes nesses assuntos é relativamente antigo, remontando ao suporte da China aos movimentos independentistas na África.

Em 1955, quando era realizada a Conferência de Bandung, a China recebia combatentes africanos na Academia Militar de Nanjing e em outras escolas. Em 1958, o EPL treinou mais de 3 mil combatentes, recebeu mais de 400 delegações africanas em busca de armamento e colocou centenas de instrutores militares no continente. Entre 1958 e 1961, a China participou das Conferências Pan-Africanas (All-Africa Peoples Congress) em Gana, na Tunísia e no Egito, precursoras da Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963. Quando a Organização estabeleceu, na Tanzânia, um Comitê de Libertação naquele mesmo ano para coordenar a luta armada, a China era o principal fornecedor de armas e treinamento militar. Essa parceria percorreu três décadas, até a queda do apartheid em 1994 (JOHNSON, 2015; NANTULYA, 2021a).

<sup>9</sup> O documento contendo o texto completo da Resolução pode ser acessado no seguinte endereço: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/655/01/PDF/N0865501.pdf?OpenElement>.



Uma das principais razões por trás do lançamento formal da União Africana em 2002 foi a incapacidade de sua antecessora, a OUA, em “institucionalizar satisfatoriamente um mecanismo de segurança para resolver os múltiplos problemas de segurança da África e garantir a segurança básica dos cidadãos africanos” (BADMUS, 2015, p. 84). A nova moldura normativa proporcionada pela UA firma o direito de intervenção já no Ato Constitutivo da organização. O artigo 4º estabelece “o direito da União de intervir num Estado-Membro” e “o direito dos Estados-Membros de solicitar a intervenção da União para restabelecer a paz e a segurança”.

Foi sob esse escopo institucional que ocorreu a maior aproximação entre China e União Africana ao longo dos anos 2000, sobretudo devido ao decisivo papel dos diplomatas chineses na solução da crise em Darfur, no Sudão, que levou à aprovação de uma missão de paz híbrida ONU-AU (XINHUA, 2008a; AHMED, 2010). As trocas frequentes realizadas no âmbito do FOCAC também se revelaram fundamentais. Em junho de 2018, ocorreu por duas semanas o primeiro Fórum China-África de Segurança e Defesa, realizado em Pequim – em setembro, a capital chinesa sediou a Cúpula do FOCAC. Questões como *peacekeeping*, ajuda humanitária e missões de escolta estiveram na pauta (ZHENG, 2018).

Pouco tempo depois, em fevereiro de 2019, na Etiópia, ocorreu a implementação da Iniciativa China-África para Paz e Segurança, mais uma expressão multilateral da institucionalização da segurança enquanto temática de interesse para o eixo sino-africano. Na ocasião, a Comissária da União Africana para Assuntos Políticos, Aisha Abdullahi, destacou o envio de US\$ 100 milhões por parte da China para a Força Africana de Prontidão (Stand-by Force) e para o fundo de Resposta Imediata à Crise (ACIRC). Destacando a atuação recente da China, a diplomata ainda levantou outras possibilidades de cooperação no campo da segurança:

Chinese support to the AU’s peace and security agenda has, to date, been focused almost exclusively on military support in the development of the African Standby Force. This has been based on 2 considerations – firstly, China’s deep-seated and longstanding refusal to get involved in internal affairs of other countries, which entails that conflict prevention and issues of governance, etc., are not eligible; and secondly, the priorities and needs of the AU, which identified the ASF as an initiative to be supported. While the AU respects and appreciates China’s position on non-interference, we would like to explore ways in which China can increase its support to conflict mediation effort in the future, making use of the extensive leverage that it brings to the table. The support over the years to the AU’s mediation efforts between Sudan and South Sudan, and in South Sudan itself, and in particular the support given to the African Union High-Level Implementation Panel for Sudan (AUHIP) is a case in point. China played a critical role in bringing the parties to the negotiating table and to sign the peace agreements negotiated. The AU would like to see more support in this vein in other mediation efforts, since the ultimate objective is to reduce the need for the deployment of peace support operations (AFRICAN UNION, 2019, online).

Há, portanto, condicionantes econômicas, político-diplomáticas e mesmo de identidade por trás do crescente engajamento militar da China na África. Essas condicionantes, por sua vez, estão associadas a dinâmicas históricas cuja análise não pode ser ignorada, entre elas: o passado de solidariedade anticolonialista; o aumento dos fluxos de comércio, dos investimentos e da quantidade de empresas chinesas operando na África; a conseqüente migração de muitos chineses para o continente; o esforço da China em se posicionar como uma potência responsável, atenta ao status quo e sem intenções hegemônicas; o aprimoramento da interlocução diplomática chinesa com organizações regionais como a União Africana.

Com efeito, todos os recentes Livros Brancos de defesa chineses indicam uma “postura de segurança globalizada” consistente com o ressurgimento do país enquanto grande potência. Naturalmente, a ampliação dos interesses nacionais a partir da massiva presença econômica mundo afora converte o componente securitário em peça-chave da política externa da RPC.

Em um relatório voltado à avaliação de risco global da Nova Rota da Seda, a Academia Chinesa de Ciências Sociais apontou que 84% dos investimentos da Iniciativa estão em países de risco médio a alto, muitos dos quais localizados na África (DEVONSHIRE-ELLIS, 2020). Some-se a isso o fato de que mais de 10 mil empresas chinesas operam no continente. Desde 2000, um milhão de chineses se estabeleceram permanentemente na África e mais 200 mil para lá viajam a trabalho anualmente (NANTULYA, 2021a).

Ainda mais recentemente, uma nova “camada” foi acrescida à dinâmica militar da China na África: o aumento das companhias privadas de segurança operando no continente. Empresas como a Chinese Overseas Security Group (COSG), Weldon Security e Dewei Security vêm ganhando vantagem sobre as multinacionais que também prestam esses serviços (como a americana Blackwater), pois as

empresas estatais preferem contratar firmas chinesas para lidar com projetos sensíveis. No Quênia, por exemplo, a Dewei tem treinado centenas de guardas locais para auxiliarem na proteção de projetos tocados por empresas como a Sinopec e a China Road and Bridge (GOH; MARTINA; SHEPHERD, 2017).

A bem da verdade, a Iniciativa Cinturão e Rota oferece oportunidades para serviços de segurança não apenas para as companhias chinesas, mas igualmente para as suas concorrentes globais, haja vista a gigantesca extensão do Cinturão Terrestre e da Rota Marítima (ZHAO, 2017). Por questões de espaço e escopo, contudo, este artigo não aprofunda tal temática<sup>10</sup>.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, longe de querer soar exaustivo, tencionou investigar os entrelaces entre o robustecimento da presença econômica e a crescente presença militar da China na África, particularmente no entorno do Mar Vermelho, do Chifre da Somália e da costa banhada pelo Oceano Índico. Em especial, esse entorno ganhou muita centralidade estratégica para os objetivos da China no século XXI após o lançamento do projeto da Nova Rota da Seda em 2013. Após trazer um brevíssimo histórico das relações sino-africanas contemporâneas, este artigo apresentou alguns dados de investimento em países selecionados, situados no entorno supracitado, e também discutiu a evolução das preocupações de segurança no eixo sino-africano.

À guisa de conclusão, para além das questões abordadas ao longo das últimas páginas, levantamos outros dois pontos de interesse a permanecerem no radar dos(as) analistas: (i) a trajetória de incremento de uma postura assertiva (e pragmática) nos marcos da política externa chinesa sob Xi Jinping; (ii) a paulatina transformação da África em zona de disputa geopolítica entre a China e a Rússia, de um lado, e as antigas potências coloniais e os Estados Unidos, de outro.

É praticamente consensual a percepção de que a China está no meio de um processo de reforma de sua estratégia de política externa sob a liderança de Xi Jinping. Embora seja verdade que essa nova estratégia não abandone por completo algumas diretrizes previamente estabelecidas, como a retórica da “ascensão pacífica” e o engajamento ativo em arranjos multilaterais, muitos analistas apontam que Pequim se tornou mais assertiva<sup>11</sup> e confiante nos assuntos internacionais (ZHANG, 2015; CHANG-LIAO, 2016; POH; LI, 2017).

Foi no rescaldo do incidente na Praça Tiananmen, em 1989, que Deng Xiaoping projetou os pilares de uma estratégia de “baixo perfil”, baseada em “esconder capacidades” e “nunca reivindicar liderança” (BROWN, 2017). Tal abordagem não enfrentou desafios até o início dos anos 2000, quando alguns estudiosos chineses passaram a argumentar que ela já não era mais adequada para a China no século XXI.

Apesar de a abordagem do “baixo perfil” ainda ter apoio tanto em nível doméstico quanto externo, Xi Jinping apresentou formalmente uma nova estratégia de “lutar por conquistas” (fenfayouwei ou, em inglês, Striving for Achievement) no início de seu mandato, sinalizando claramente uma transformação da política externa chinesa. Basicamente, essa marca foi projetada para valorizar a moralidade política (YAN, 2014). Em suma, a diplomacia de Pequim agora adota uma postura mais “assertiva, emocional e muscular”, mostrando “uma animosidade crescente a qualquer possível violação de seu orgulho, interesses e soberania nacionais” (PASSERI, 2020, p. 40). Os recorrentes esforços diplomáticos de mediação de conflitos ao longo do trajeto da Iniciativa Cinturão e Rota são evidências incontestes nessa direção (LEGARDA, 2018).

Como era de se esperar, as potências interessadas na manutenção do status quo reagiram ao acercamento chinês ao continente africano. As propostas de programas globais de infraestrutura no escopo do G7 são apenas uma das tentativas de contenção da China coordenadas pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais (e o Japão), como a Build Back Better World (B3W). Há nos Estados Unidos, contudo, uma flagrante falta de consenso sobre a melhor forma de executar tal contenção. Do rebalanceamento estratégico de Obama (o famoso “pivô”), passando pela guerra comercial de Trump até chegar ao governo Biden, permanece a certeza da necessidade de conter a China. Falta decidir como.

<sup>10</sup> Para outras leituras de interesse, ver Legarda e Nowens (2018) e Nantulya (2021b).

<sup>11</sup> Para uma discussão aprofundada sobre o conceito de “assertividade” e as implicações para a análise da política externa da China, ver Johnston (2013) e Chen e Pu (2014).

Uma estratégia de política externa para a África foi lançada pelo governo Trump no final de 2018. Em discurso na Heritage Foundation, o então assessor de Segurança Nacional, John Bolton, elencou os três principais interesses dos Estados Unidos no continente: incrementar relações comerciais; conter a ameaça terrorista de grupos islâmicos radicais e auxiliar nos conflitos regionais; e garantir que os “dólares dos contribuintes dos EUA” destinados à ajuda externa sejam usados de forma eficiente e eficaz. Para o *New York Times*, meras platitudes. O objetivo da estratégia era um só: conter a China (LANDER; WONG, 2018). Em 2022, já sob a gestão Biden, o secretário de Estado Anthony Blinken esteve na África e lançou uma nova estratégia, alegando que países do continente são “critical geographic players”. Já o Serviço de Pesquisa do Parlamento Europeu publicou um relatório em 2019 apontando para o crescente papel da China como ator de segurança na África. Eis apenas alguns exemplos de uma lista muito maior.

Trata-se de uma agenda tanto ampla quanto complexa, principalmente por envolver fenômenos que estão se processando no momento em que escrevemos essas linhas. Uma pena não contarmos com a perspicácia das reflexões do professor Marcos Costa Lima para auxiliar na interpretação desse momento das relações internacionais. Suas obras, seu legado como grande intelectual e ser humano, entretanto, nos auxiliam na empreitada.

## REFERÊNCIAS

- AFRICAN UNION (2019). Statement pronounced by the African Union Commissioner for Political affairs on behalf of H.E. Amb. Smail Chergui. **Dialogue on the implementation of China-Africa Peace and Security Initiative**, February 6, Addis Ababa. Disponível em: <<https://www.peaceau.org/uploads/statement-he-cps-to-au-dialogue-040119.pdf>>. Acesso em: 14/09/22
- AHMED, G. K. (2010). **The Chinese Stance on the Darfur Conflict. Occasional Paper No 67**, China in Africa Project. South African Institute of International Affairs.
- ANTÓNIO, N. S.; MA, S. (2015). **China’s Special Economic Zone in Africa: Context, Motivations and Progress**. *Euro Asia Journal of Management*, Issue 44, v. 25, n. 1/2.
- BADMUS, I. A. (2015). **The African Union’s Role in Peacekeeping: Building on Lessons Learned from Security Operations**. New York: Palgrave Macmillan.
- BBC (2012). **African Union opens Chinese-funded HQ in Ethiopia**. January 28. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-16770932>>. Acesso em: 14/09/22.
- BENABDALLAH, L.; LARGE, D. (2019). **China and African Security**. In: ALDEN, C.; LARGE, D. (eds.). *New Directions in Africa-China Studies*. Abingdon: Routledge.
- BROSIG, M. (2019). **The Role of BRICS in Large-Scale Armed Conflict: Building a Multipolar World Order**. London: Palgrave Macmillan.
- BROWN, K. (2017). **China’s World: What Does China Want?** London: I.B. Tauris.
- BYMAN, D. L.; CLIFF, R. (1999). **China’s Arms Sales: Motivations and Implications**. Santa Monica, CA; Washington, DC: RAND.
- CFR (Council on Foreign Relations) (2018). **China’s Strategy in Djibouti: Mixing Commercial and Military Interests**. April 13. Disponível em: <<https://www.cfr.org/blog/chinasstrategy-djibouti-mixing-commercial-and-military-interests>>. Acesso em: 14/09/22.
- CHINA Global Investment Tracker (2022). **American Enterprise Institute**. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: 20/08/22.
- CHANG-LIAO, N. (2016). **China’s New Foreign Policy under Xi Jinping**. *Asian Security*, v. 12, n. 2.
- CHEN, D.; PU, X. (2014). **Correspondence: Debating China’s Assertiveness**. *International Security*, v. 38, n. 3.
- DEVONSHIRE-ELLIS, C. (2020). **84% Of China’s BRI Investments Are In Medium-High Risk Countries**. *Silk Road Briefing*, July 02. Disponível em: <<https://www.silkroadbriefing.com/news/2020/07/02/84-chinas-bri-investments-medium-high-risk-countries/>>. Acesso em: 14/09/22
- EISENMAN, J.; KURLANTZICK, J. (2006). **China’s Africa Strategy**. *Current History*, May.
- ERICKSON, A. S. (2010). **Chinese Sea Power in Action: The Counterpiracy Mission in the Gulf of Aden and Beyond**. In: KAMPHAUSEN, R.; LAI, D.; SCOBELL, A. *The PLA at Home and Abroad: Assessing the Operational Capabilities of China’s Military*. Pennsylvania: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.

- EXPRESS (2009). **Somali pirates release Chinese boat**. February 8. Disponível em: <[www.express.co.uk/news/world/83947/Somali-pirates-release-Chinese-boat](http://www.express.co.uk/news/world/83947/Somali-pirates-release-Chinese-boat)>. Acesso em: 14/09/22
- FONTDEGLÒRIA, X. (2017). **China inaugura primeira base militar no exterior**. El País, 02 de agosto. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/01/internacional/1501589492\\_007630.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/01/internacional/1501589492_007630.html)>. Acesso em: 14/09/22
- GOH, B.; M., M.; S., C. (2017). **Local, global security firms in race along China's 'Silk Road'**. Reuters, April 23. Disponível em: <[www.reuters.com/article/us-china-silkroad-security-analysis-idUSKBN17P10Y](http://www.reuters.com/article/us-china-silkroad-security-analysis-idUSKBN17P10Y)>. Acesso em: 14/09/22
- HENRY, J. (2016). **China's Military Deployments in the Gulf of Aden: Anti-Piracy and Beyond**. *Asie.Visions*, No. 89, Institut français de relation internationales (Ifri), November
- HILLE, K. (2013). **China commits combat troops to Mali**. Financial Times, June 27. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/e46f3e42-defe-11e2-881f-00144feab7de>>. Acesso em: 07/04/22.
- HU, Y. (2019). Graphics: **China's role in world's peacekeeping cause**. CGTN, August 13. Disponível em: <[news.cgtn.com/news/3d3d414d7863544f34457a6333566d54/index.html](http://news.cgtn.com/news/3d3d414d7863544f34457a6333566d54/index.html)>. Acesso em: 14/09/22
- ICG (International Crisis Group) (2017). **China's Foreign Policy Experiment in South Sudan**. Report N° 288, Africa.
- IEA (International Energy Agency) (2014). **Update on Overseas Investments by China's National Oil Companies: Achievements and Challenges since 2011**. Report by Julie Jiang and Chen Ding. Paris: OECD/IEA.
- JIANG, Z. (2000). **Statement by President Jiang Zemin of the People's Republic of China at the Millenium Summit of the United Nations 6 September 2000**. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjdt\\_665385/zyjh\\_665391/t24962.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/t24962.shtml)>. Acesso em: 14/09/22
- JOHNSON, P. (2015). **China-Africa and China-Zimbabwe: Past, Present and Future**. Southern African Research and Documentation Centre (SARDC), November 24. Disponível em: <[www.sardc.net/en/southern-african-news-features/china-africa-and-china-zimbabwe-past-present-and-future/](http://www.sardc.net/en/southern-african-news-features/china-africa-and-china-zimbabwe-past-present-and-future/)>. Acesso em: 14/09/22
- JOHNSTON, A. I. (2013). **How New and Assertive Is China's New Assertiveness?** *International Security*, v. 37, n. 4.
- LANDER, M.; WONG, E. (2018). **Bolton Outlines a Strategy for Africa That's Really About Countering China**. The New York Times, December 13. Disponível em: <[www.nytimes.com/2018/12/13/us/politics/john-bolton-africa-china.html](http://www.nytimes.com/2018/12/13/us/politics/john-bolton-africa-china.html)>. Acesso em: 26/04/22.
- LEGARDA, H. (2018). **China as a conflict mediator: Maintaining stability along the Belt and Road**. MERICS, August 22.
- LEGARDA, H. ; NOUWENS, M. (2018). **Guardians of the Belt and Road: The internationalization of China's private security companies**. MERICS, August 16.
- LI, A. (2007). **China and Africa: policy and challenges**. *China Security*, v. 3, n. 3.
- LI, X. (2008). **Beijing ready to combat pirates**. China Daily, November 20. Disponível em: <[www.chinadaily.com.cn/china/2008-11/20/content\\_7223359.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2008-11/20/content_7223359.htm)>. Acesso em: 14/09/22.
- LIN-GREENBERG, E. (2009). **Blue-Helmeted Dragons: Explaining China's Participation in United Nations Peace Operations**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Massachusetts Institute of Technology, Estados Unidos.
- \_\_\_\_\_. (2010). **Dragon Boats: Assessing China's Anti-Piracy Operations in the Gulf of Aden**. *Defense & Security Analysis*, v. 26, n. 2.
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, People's Republic of China) (2019). **Xi Jinping Meets with Prime Minister Abiy Ahmed Ali of Ethiopia**. April 24. Disponível em: <<https://www.mfa.gov.cn/ce/ceom//eng/zgyw/t1658169.htm>>. Acesso em: 14/09/22.
- MERWE, J. v. d. (2019). **The One Belt One Road Initiative: Reintegrating Africa and the Middle East into China's System of Accumulation**. In: XING, Li (ed.). *Mapping China's 'One Belt One Road' Initiative*. Cham: Palgrave Macmillan.
- MONTENEGRO, R. H. (2021). **China in UN Peacekeeping Operations: A 30-Year Assessment (1990-2019)**. *Contexto Internacional*, v. 43, n. 2.
- NANTULYA, P. (2021a). **China's Blended Approach to Security in Africa**. ISPI (Italian Institute for International Political Studies), July 29. Disponível em: <<https://www.ispionline.it/en/publicazione/chinas-blended-approach-security-africa-31216>>. Acesso em: 14/09/22
- \_\_\_\_\_. (2021b). **Chinese Security Firms Spread along the African Belt and Road**. Africa Center for Strategic Studies, June 15.
- PANG, Z. (2005). **China's Changing Attitude to UN Peacekeeping**. *International Peacekeeping*, v. 12, n. 1.
- PASSERI, Andrea (2020). **Towards the 'Great Rejuvenation': State Nationalism, Shifting Identities, and Foreign Policy Choices in Contemporary China**. In: BIANCHINI, S.; FIORI, A. (eds.). *Rekindling the Strong State in Russia and China*. Leiden: Brill.
- PATEY, L. (2014). **The New Kings of Crude: China, India, and the Global Struggle for Oil in Sudan and South Sudan**. London: C.

Hurst & Co.

POH, A.; LI, M. (2017). **A China in Transition: The Rhetoric and Substance of Chinese Foreign Policy under Xi Jinping**. Asian Security, v. 13, n. 2.

QIN, S. (2019) Policy Coordination. In: FANG, C.; NOLAN, P. (eds.). **Belt and Road Routledge Handbook**. New York: Routledge.

ROBLIN, S. (2021). **Ethiopia's Civil War in Tigray Saw the Use of Chinese and Iranian Weapons**. The National Interest, November 1.

RTP Notícias (2020). **China antecipa início da construção de sede do África CDC - Presidente**. 17 de junho. Disponível em: <[https://www.rtp.pt/noticias/mundo/china-antecipa-inicio-da-construcao-de-sede-do-africa-cdc-presidente\\_n1237852](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/china-antecipa-inicio-da-construcao-de-sede-do-africa-cdc-presidente_n1237852)>. Acesso em: 14/09/22

SAIS-CARI. Data: **Chinese investment in Africa**. China Africa Research Initiative (CARI), Johns Hopkins University, Washington/DC, s.d.. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/chinese-investment-in-africa>. Acesso em: 29/04/22

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute) (2022). **Trends in International Arms Transfers, 2021**. Report by Pieter D. Wezeman, Alexandra Kuimova and Siemon T. Wezeman. SIPRI Fact Sheet, March. Disponível em: <[https://www.sipri.org/sites/default/files/2022-03/fs\\_2203\\_at\\_2021.pdf](https://www.sipri.org/sites/default/files/2022-03/fs_2203_at_2021.pdf)>. Acesso em: 14/09/22.

\_\_\_\_\_. (2018). **Trends in World Military Expenditure, 2017**. Report by Nan Tian, Aude Fleurant, Alexandra Kuimova, Pieter D. Wezeman and Siemon T. Wezeman. SIPRI Fact Sheet, May. Disponível em: <[https://www.sipri.org/sites/default/files/2018-04/sipri\\_fs\\_1805\\_milex\\_2017.pdf](https://www.sipri.org/sites/default/files/2018-04/sipri_fs_1805_milex_2017.pdf)>. Acesso em: 14/09/22

STATE COUNCIL (People's Republic of China) (2020). **China's Armed Forces: 30 Years of UN Peacekeeping Operations**. Beijing, September 18. Disponível em: <[http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202009/18/content\\_WS5f6449a8c6d0f7257693c323.html](http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202009/18/content_WS5f6449a8c6d0f7257693c323.html)>. Acesso em: 14/09/22

\_\_\_\_\_. (2011). **China's Peaceful Development**. Beijing, March 31. Disponível em: <[http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/2014/09/09/content\\_281474986284646.htm](http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/2014/09/09/content_281474986284646.htm)>. Acesso em: 14/09/22

\_\_\_\_\_. (2005). **China' Peaceful Development Road**. Beijing, Dec 22. Disponível em: <[https://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-12/22/content\\_505678.htm](https://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-12/22/content_505678.htm)>. Acesso em: 14/09/22

UNMISS (United Nations Mission in South Sudan) (2015). **Chinese Infantry Battalion Inaugurates Headquarters Camp at UNMISS**. May 28. Disponível em: <<https://unmiss.unmissions.org/chinese-infantry-battalion-inaugurates-headquarters-camp-unmiss>>. Acesso em: 07/04/22

URIO, P. (2019). **China 1949-2019: From Poverty to World Power**. Singapore: Springer.

USCC (U.S.-China Economic and Security Review Commission) (2012). **China's First Deployment of Combat Forces to a UN Peacekeeping Mission** — South Sudan. Staff memo by Daniel M. Hartnett, March 13.

WEI, F. (2021) **Speech at the 4th UN Peacekeeping Ministerial**. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/china.pdf>>. Acesso em: 14/09/22

XINHUA (2018). **Commentary: Xi demonstrates China's role as responsible country in New Year address**. January 01. Disponível em: <[www.xinhuanet.com/english/2018-01/01/c\\_136865307.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2018-01/01/c_136865307.htm)>. Acesso em: 14/09/22

\_\_\_\_\_. (2008a). **China makes 'unremitting efforts' to resolve crisis in Darfur**. February 16. Disponível em: <[http://www.chinadaily.com.cn/china/2008-02/16/content\\_6460400.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2008-02/16/content_6460400.htm)>. Acesso em: 07/04/22

\_\_\_\_\_. (2008b). **Chinese ship rescued in Gulf of Aden, pirates retreat**. December 17. Disponível em: <[www.chinadaily.com.cn/china/2008-12/17/content\\_7315328.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2008-12/17/content_7315328.htm)>. Acesso em: 14/09/22

YAN, X. (2014). **From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement**. The Chinese Journal of International Politics, v. 7, n. 2.

YE, M. (2020). **The Belt Road and Beyond. State-Mobilized Globalization in China: 1998-2018**. Cambridge: Cambridge University Press.

ZHAO, H. (2017). **Chinese and global security firms see big opportunities in Belt and Road Initiative**. CGTN, April 24. Disponível em: <[news.cgtn.com/news/3d41444f35557a4d/share\\_p.html](http://news.cgtn.com/news/3d41444f35557a4d/share_p.html)>. Acesso em: 14/09/22

ZHANG, J. (2015). **China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'?** Global Change, Peace & Security, v. 27, n. 1.

ZHENG, Y. (2018). **First China-Africa Defense & Security Forum concludes**. CGTN, July 10. Disponível em: <[news.cgtn.com/news/3d3d514f31457a4e78457a6333566d54/share\\_p.html](http://news.cgtn.com/news/3d3d514f31457a4e78457a6333566d54/share_p.html)>. Acesso em: 14/09/22

## O PASSADO ESTÁ PRESENTE NA “NOVA CHINA” – UMA ABORDAGEM WEBERIANA DA NATUREZA DO ESTADO CHINÊS

### THE PAST IS PRESENT IN THE “NEW CHINA” – A WEBERIAN APPROACH TO THE NATURE OF THE CHINESE POLITY

**Giorgio Sinedino** | giorgiosinedino@gmail.com | Doutor pela Academia de Filosofia e Religião da China Renmin University

**Recebimento do artigo** Setembro de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

**Resumo:** Como discurso legitimador, a RPC chama-se de “Nova China”, acentuando a quebra promovida pelo sistema socialista em relação à “Velha sociedade”, “meio colonial, meio feudal”. Embora a doutrina marxista sirva de descrição oficial da natureza do Estado chinês, definindo a China no plano internacional, há limitações no sentido de explicar o que se manteve na transição institucional da “Velha Sociedade” para a RPC. O presente artigo argumenta que o Marxismo não dá conta dessas mudanças, por carecer de ferramentas conceituais para explicar o funcionamento do Estado imperial. Em sentido oposto, a visão institucionalista de Max Weber, reforçada pela “tese hidráulica” de Karl Wittfogel, explica cogentemente que o Estado chinês tem duas características fundamentais que se mantêm na “Nova China”, notadamente a “centralização do poder político”, fundada no patrimonialismo e o “governo burocrático” segundo práticas prebendalistas. **Palavras-chave:** “Nova China”; Marxismo; Institucionalismo weberiano; patrimonialismo; prebendalismo

**Abstract:** The PRC styles herself “New China” as a legitimizing discourse which stresses the break between its Socialist system and the “half colonial, half feudal” “Old Society”. Although the Marxian doctrine officially describes the nature of the Chinese state, it has shortcomings in terms of explaining what has remained in the transition from the “Old Society” into the PRC. This paper argues that Marxism does not account for these changes, in that it lacks conceptual tools to describe the inner workings of the Chinese polity. Max Weber’s institutional approach, developed by Karl Wittfogel’s “hydraulic thesis” does explain cogently that there are two features of the Chinese polity that remain alive in the “New China”, namely “centralization of the political power” via “patrimonialism” and “bureaucratic governance” through prebendal practices. **Keywords:** “New China”; Marxism; Weberian institutionalism; Patrimonialism; Prebendalism

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo parte do tema de como as instituições políticas tradicionais chinesas sobreviveram no tempo, permanecendo efetivas mesmo num novo tipo de ordem política que se define em contraste a essa tradição. Em respeito aos limites deste texto, contudo, limitamo-nos apenas a definir um problema de investigação e “concluir” com uma hipótese, donde as duas partes em que se divide o argumento: primeiro, debatem-se as dificuldades de se sustentar a existência de uma “Nova China” ( 新中国 ) substancialmente diferente da “Velha Sociedade” ( 旧社会 ), como ainda é o discurso oficial chinês (FENG, 2021). Segundo, analisaremos as insuficiências relativas da doutrina marxista-leninista (via síntese maoísta) da “quebra com o passado” a partir da hipótese weberiana-wittfogeliana da “continuidade fundamental”, ilustrando-as com as duas características fundamentais do Estado chinês: a centralização do poder político via Patrimonialismo e o governo burocrático via Prebendalismo.

Antes de passar à discussão do problema, é necessário deixar a advertência de que não se pode analisar a situação Chinesa do ponto de vista da experiência ocidental atual, na qual o conceito de Estado-nação é visto com cada vez maior desconfiança. Também há riscos em assumir uma atitude crítica à globalização baseada numa visão Sul-Sul, pois esta igualmente segue a premissa globalista, ainda que tente negar uma visão hegemônica de “Fim da História”. Sejam do Norte ou do Sul, as nações ocidentais são resultado de um processo histórico marcado por alteridades, descontinuidades, porosidades, de modo que qualquer tentativa de encontrar analogias com a China impede que se leve às últimas consequências a continuidade da experiência civilizacional chinesa e que se perceba o desenvolvimento do Estado-nação chinês como algo irremediavelmente autorreferencial, mesmo numa era globalizada.

## 2. O PROBLEMA DA QUEBRA HISTÓRICA

### 2.1 O CONCEITO DE “NOVA CHINA”

Segundo a narrativa histórica padrão assumida pela República Popular da China (RPC), o país foi “refundado” em 1949, tanto como resposta ao que descrevem como agressão imperialista estrangeira, como ao que sustentam ser a decadência da velha ordem. Daí o binômio do discurso oficial segundo que, antes da RPC, a China era “meio colonial, meio feudal” (半殖民地、半封建) (ZHANG, 2021). Conforme o discurso da RPC, a ordem socialista criou uma “Nova China”, respondendo aos ideais de “ciência e democracia”, na medida em que extirpou os males do que chama de “Velha sociedade”. “Nova China” não só é um qualificativo utilizado pela RPC para afirmar sua originalidade e sua superioridade histórica, também é um discurso de legitimação perante a história pregressa do país. Isso não deixa de fazer sentido, na medida em que a China pós-1949 difere em importantes aspectos do regime anterior e que essas diferenças são relativamente positivas.

Nada obstante, é interessante destacar que tal “refundação” implica uma quebra radical e súbita com o passado. A “Nova China” se encaixa numa visão historiográfica peculiar, dividida em três etapas. Além da RPC (pós-1949), há uma etapa transitória, chamada em chinês de “Jindai” (近代) – traduzida como “Era moderna” ou “recente” – e “Gudai” (古代) – a “Antiguidade”. Na China continental, “Jindai” refere-se ao período da crise do final da dinastia Qing, normalmente marcado pela eclosão da Primeira Guerra do Ópio em 1839 e “Gudai” é tudo o que veio antes, desde a dinastia lendária Xia no terceiro milênio a.C. até 1839.

Para facilitar a análise, neste texto, “Nova China” tem um sentido um pouco mais amplo, inspirado pela “Grande Revolução Chinesa”, tal como descrita por John King Fairbank (1987). Para além do período de 1949 aos nossos dias, também se inclui a etapa chamada de “Jindai”, com a crise terminal da dinastia Qing, que se debela com as Guerras do Ópio e vai até o final da Guerra Civil.

Essa primeira etapa da “Nova China” corresponde a um processo de contínua experimentação, baseado num tipo de questionamento da vida política e social quase sem precedentes em milênios de história. A exemplo do chamado “Movimento de Autofortalecimento” 自强运动 que se seguiu às Guerras do Ópio, esse processo começou com tentativas de reformas graduais dentro da ordem. Porém, ficou logo claro que as instituições da dinastia Qing, visíveis nos seus interesses constituídos, não eram capazes de sustentar o tipo de transformação sociopolítica indispensável a que a China se tornasse parte viável do sistema internacional. Temos aí a deixa para movimentos radicais em detrimento da ordem, que culminaram no longo processo de guerra civil que se estende pela primeira metade do século XX, a partir do que a China se reorganiza, modelando-se no conceito de Estado-nação (ZARROW, 2005).

### 2.2 DA “VELHA” À “NOVA” CHINA

Vale debater brevemente a influência dos fatores internos e externos para a formação da “Nova China”.

É consensual que a transformação da “Velha” à “Nova” China foi catalisada por fatores precipuamente externos. Esses fatores incluem a franca superioridade militar e tecnológica das potências ocidentais e a imensa pressão expansionista do capitalismo global, mas também há fatores imateriais, como a expansão de um sistema internacional baseado em regras derivadas da tradição europeia e todo o dinamismo intelectual europeu, um desenvolvimento local que, por razões hoje óbvias, colocou a Europa daquele período no ápice da história da humanidade (POMERANZ, 2000). Nada obstante, para a China, tanto o hard como o soft power ocidentais não foram mais do que estímulos externos. Eles não explicam o que aconteceu internamente na China. Em momento algum, as potências ocidentais se substituíram à dinastia Qing para governar a China ou mesmo tentaram conduzir alguma forma de nation-building em larga escala, decidindo como a China deveria ser gerida domesticamente (LI, 2022).

Isso não quer dizer que a China se manteve impérvia a qualquer tipo de influência ocidental, nem que ela se negou a assimilar certos aspectos da civilização ocidental conforme suas próprias necessidades e características. Na dinastia Ming, isto é, antes do conflito direto entre Europa e China, o governo chinês sabidamente já havia começado a utilizar conselheiros e assessores estrangeiros, notadamente

os missionários jesuítas. Matteo Ricci, Adam Schall, Joseph-Marie Amiot são os casos mais célebres. Essa prática continua até hoje, por exemplo quem viaja pelos grandes centros industriais da China percebe facilmente que a industrialização da RPC foi feita por meio de joint-ventures. A tecnologia de ponta atual, por exemplo redes quânticas, projetos de engenharia avançada, etc, têm muitos estrangeiros envolvidos (KWON, 2020). Muitas coisas que vemos na imprensa como sendo realizações chinesas na verdade são feitas como parcerias, tendo contributos relevantes de estrangeiros. Numa perspectiva histórica mais ampla, esse tipo de prática, que hoje é vista como corolário da “Abertura e Reforma”, é similar ao que os chineses pós-Guerra do Ópio denominavam pelo slogan de “Essência chinesa, utilidade estrangeira” 中体西用 (SPENCE, 1980).

Interessa que esses elementos adventícios são meros acessórios que se agregam à “essência chinesa”; a influência estrangeira não consegue alterar a forma de os chineses organizarem o seu Estado e sua sociedade. A perspectiva que desejamos explorar, então, é a de que a “Nova China” é a culminância de um processo de transformação institucional majoritariamente endógeno. Antes de tentarmos buscar as raízes profundas desse processo de transformação, vamos continuar a explorar o nosso problema, tentando resumir por que a Nova China permanece presa às suas instituições tradicionais, a despeito da “Grande Revolução Chinesa” com que reagiu à sua absorção num contexto global e multicultural.

De uma forma geral, a dinâmica política em todas as dinastias imperiais chinesas até às Guerras do Ópio envolve um tipo de simbiose entre duas metades: uma sedentária, normalmente relacionada à etnia Han 汉, e a outra Hu 胡 (nômade), incluindo povos hunos, túrquicos, mongóis, jurchéns, tibetanos, etc. Esses povos em certa altura dominaram a China ou parte dela, só para se verem assimilados com o passar do tempo. Essa assimilação é ditada não por superioridade cultural de uns sobre os outros, mas pela simples necessidade de que o espaço geográfico e político chinês somente podia ser governado através das instituições tradicionais. Durante quase todo o período imperial, as dinastias chinesas resultaram desses ciclos, portanto, isso está previsto na nossa visão de que se trata de uma dinâmica endógena (BARFIELD, 1989).

Um outro fator importante para esse caráter autorreferente da cultura política China é o de que, até as Guerras do Ópio, ela permaneceu insulada de conflitos de longa escala com qualquer outra “Alta Civilização” – por exemplo a Indiana, Persa, Ocidental, etc. Potencialmente, essas “Altas Civilizações” poderiam ter tido alguma influência sobre as instituições chinesas, caso tivessem intercâmbios mais profundos do que a troca de formalidades diplomáticas e o comércio de itens de luxo.

Para ilustrar melhor esse ponto, podemos dar três exemplos: Primeiro, embora os mongóis tenham se provado a principal força globalizadora na Eurásia dos séculos XIII e XIV, como comprovam os relatos de viagem de um Marco Polo ou de um Ibn-Battuta, é curioso que a China permaneceu uma realidade em si (MOTE, 2000). Segundo, a maré islâmica, que finalmente tomaria grande parte da Índia em meados do século XVI, mal molhou os pés da China (LIPMAN, 1997). Terceiro, enquanto reconhecemos que o Budismo é uma exceção parcial ao isolamento institucional chinês, ao longo de um milênio o Budismo foi totalmente aclimatado à realidade chinesa (SINEDINO, 2020).

O isolamento civilizacional chinês nos chama a atenção para o fato de que as Guerras do Ópio por si sós não foram capazes de alterar as suas instituições, porque as relações fundamentais, sejam de subordinação política, sejam de divisão do trabalho, sejam de organização jurídica continuaram a seguir padrões inteiramente endógenos durante a dinastia Qing. Logo, um observador chinês contemporâneo das Guerras do Ópio as considerava essencialmente um momento de crise imperial. Embora tal crise fosse causada não pelos bárbaros das fronteiras, como no passado, mas pelos “Bárbaros de Além-mar” 洋鬼子 era interpretada como uma crise análoga às de outras dinastias, para todos os efeitos (DENG, 1999).

### 2.3 DA “NOVA” À “VELHA” CHINA

Argumentar que a “Nova China” é a culminância de um processo de transformação institucional majoritariamente endógeno não significa negar a influência dos elementos externos. Ao longo da “Grande Revolução Chinesa”, é bem verdade que esses elementos (extra-dualidade Han/Hu) se tornam evidentes. É inegável que essa influência culminou no final de um regime imperial que durará dois milênios, alterando o aspecto das instituições chinesas. Devemos notar que, a partir das Guerras do Ópio, há eventos muito profundos, sem precedente na história imperial. Um dos mais importantes é o de que parte da população chinesa pôde sair da terra de seus ancestrais,



quando pela primeira vez se deram conta da existência de países e culturas mais avançadas do que a China. Essa migração produziu uma classe de intelectuais que, tendo recebido parte de sua educação no exterior, renovaria o discurso político chinês também formando parte de uma nova classe de atores políticos, que criaria os meios para implementar esse novo discurso.

Nada obstante, o papel dessas novas classes deve ser matizado pela pesada inércia da sociedade chinesa. Um exemplo simbólico é Mao Zedong. Como todos sabem, ele foi a figura de proa da fundação da “Nova China” e ideólogo do novo consenso que permitiu a transição para uma forma de organização mais estável. Porém, ele não era um membro daquela vanguarda intelectual, nunca teve experiências formativas no exterior, era exclusivamente um produto da realidade chinesa (SHORT, 1999).

Por mais bem intencionados e ativos que aqueles intelectuais e ativistas políticos fossem, eles eram uma classe de dimensões minúsculas e desprovida de meios para ter uma influência significativa fora dos centros urbanos. A dura realidade era a de que retornavam a um país no qual a esmagadora maioria da população, inclusive muito das novas classes dirigentes, continuava a ser e a viver como seus ancestrais há milênios (GRIEDER, 1981).

Também é verdade que, à medida que o século XX avançava em suas primeiras décadas, houve um conjunto de experimentos com outros arranjos políticos, imitados do exterior. Esses modelos faliram por três motivos: ambiente, escala e duração. Primeiro, naturalmente, não havia um ambiente propício à experimentação com outras formas de governo, dadas todas as limitações teóricas e práticas de uma civilização que carecia de experiências progressas, de primeira mão, do que significava presidencialismo, parlamentarismo, democracia representativa, etc. Os nomes podiam estar lá, mas as coisas não. Segundo, a escala desses experimentos foi muito limitada, carecendo de repercussão na sociedade chinesa como um todo. A sociedade chinesa era quase que totalmente rural, segmentada por uma miríade de dialetos e condicionada à existência de instâncias imperiais centrais, cuja ação era moderada por práticas locais. Os experimentos serviram apenas para quebrar o vínculo entre as instâncias centrais e as localidades, levando à Guerra Civil dos “Senhores da Guerra” e depois entre Guomindang e PCC. Terceiro, e talvez mais decisivo, essas experiências duraram muito pouco, concentradas no breve período de quase quinze anos do chamado Governo de Beiyang e do da República Nacionalista – até à morte de Sun Zhongshan (Sun lat Sem).

O consenso retirado pelos chineses dos fracassos desse período é o de que outros sistemas políticos não funcionam na China e que só o sistema autoritário e centralizado sob o Partido Comunista Chinês (PCC) foi capaz de responder às necessidades chinesas. A leitura mais comum é a de que o PCC é o vencedor da competição com outras inovações políticas. O PCC então se divulga como uma vanguarda política que destruiu o “feudalismo chinês”, isto é, o sistema social, político e econômico que estruturava a “Velha China”. Porém, é preciso tentar perceber de que maneira os 150 anos da “Nova China” absorveram institucionalmente os três mil da “Velha Sociedade”.

### 3. A HIPÓTESE DA CONTINUIDADE HISTÓRICA

#### 3.1 O VELHO NO NOVO

A segunda parte do presente texto explora a hipótese de que há uma continuidade fundamental no Estado chinês. Partindo do Estado chinês moderno, tentemos considerar a permanência de certas características fundamentais.

A China se define como uma república, tendo por ideologia oficial o Marxismo-Leninismo. A impressão imediata é a de que são conteúdos fundamentalmente ocidentais, diferentes do que havia antes da “Nova China”. A definição mais simples de república é aquela de que o poder político reside no povo, diretamente ou através de seus representantes. O Marxismo-Leninismo é uma ideologia que justifica a organização do partido como uma nova classe governante de vanguarda (LI, 2020), a que cabe implementar o centralismo democrático (LI; DI, 2021) através da técnica de frente unida (HE, 2022). Porém, esses conceitos são instrumentais. No caso chinês, o nexos entre a forma republicana e a ideologia marxista-leninista é o de responder à situação concreta da China em seu novo contexto internacional pós-1949. Há uma dimensão externa e uma dimensão interna para esse projeto nacional chinês.

A dimensão externa, como a define o próprio PCC, é a de luta contra o “Imperialismo”. Em outros termos, é a de restabelecer um estatuto compatível com a importância territorial, demográfica e, hoje, econômica e militar da China. Os chineses reconhecem que isso é uma resposta à situação pós-Guerras do Ópio, dirigida contra o que chamam de agressão estrangeira, de tratados desiguais, etc. Porém,

há uma camada de sentido mais profunda, mais antiga, que é a da visão compartilhada dos chineses sobre uma grandeza mítica do que a China foi ao longo de sua história. Essa visão, não é necessário demorar demais nela, vê a China como a única das “Altas Civilizações” que mantém continuidade com as suas origens.

Tal permanência da civilização chinesa está fundada numa atitude exclusiva entre sua cultura e as dos povos confinantes. Vem à mente o famoso parágrafo do capítulo “as instituições do Rei” do Registro dos Ritos 《礼记·王制》 em que se listam as características dos Países do Meio e os quatro povos bárbaros, concluindo-se que cada um tem a sua forma de ser e essas formas de ser não podem ser alteradas (ZHENG; KONG, 1999). É importante notarmos que essa mesma visão esquemática da realidade internacional se perenizou nas crônicas imperiais chinesas. No caso do Livro de Sui 《隋书》, a crônica imperial escrita num momento em que a dinastia Tang havia reunificado o império, o esquema de países do meio cercados por quatro povos bárbaros é seguido à letra (WEI, 1973). Esse é também o espírito do famoso desenho “Uma ilustração da situação de nosso tempo” 时局图, concebido por Tse Tzan Tai no esfecelamento da dinastia Qing. Com isso ilustramos a permanência desse ideal em 2,500 anos.

A dimensão interna do projeto republicano e marxista-leninista chinês é a de construir uma nação chinesa. Isso também reconhecidamente é uma resposta à crise das Guerras do Ópio, em que a população chinesa como um todo permaneceu apática à invasão estrangeira. Desde a fase heróica da revolução comunista, Mao Zedong tentou alterar essa característica do povo chinês, estabelecendo uma relação direta entre o partido e a população. Numa primeira etapa, esse projeto de reengenharia social mobilizou a população contra os resquícios das autoridades locais tradicionais. Do ponto de vista da governança tradicional, o PCC esforçava-se para eliminar esses intermediários tradicionais do poder central. Isto gerou uma influência mais permanente para o corpo político chinês. Numa segunda etapa, eventos como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural são casos extremos da redefinição do papel político do povo chinês. Nesse particular, a mobilização popular por meio do fervor revolucionário foi objeto de autocritica no contexto do partido, sendo paulatinamente substituída por um senso difuso de orgulho nacional (ISHIKAWA, 2021; PYE, 1992).

Obviamente, se tomarmos o nacionalismo chinês em seu sentido estrito, é uma inovação sem paralelos com o passado. Porém, o passado não deixa de deitar sombras na atualidade. Para enxergar essa influência, devemos distinguir o funcionamento desse nacionalismo para dentro e para fora. Para dentro, a apatia tradicional começa a retornar, por um lado como reflexo do respeito à autoridade e aceitação da ordem peculiares do confucionismo, mas também devido a contingências tais como o desânimo da juventude face à nova situação econômica, donde o fenômeno do “deitar estirado” 躺平. Essa apatia se dá ao passo em que, mesmo sob o governo do Partido, ressurgem elites locais e regionais com o boom econômico das décadas de 1990 à dos anos 2000. Esse é o grave tema da corrupção política por trás da campanha contra “Tigres e Moscas” 老虎、苍蝇一起打 (SHI, 2016) e o mais recente movimento de “varrer as gangues e purgar o mal” 扫黑除恶 (REN; LIU, 2021).

Nesse contexto, o nacionalismo atual não deixa de lembrar o sentido difuso e obrigatório de orgulho sobre todas as coisas chinesas, que pode ser visto já desde Confúcio destacar que, como chinês, prendia o seu longo cabelo e fechava o seu manto sobre o lado esquerdo (Analectos 14.17), passando pela longuíssima tradição de crítica dos bárbaros e elogio dos Han 华夷之辨. Embora a linguagem e os objetos através dos quais o nacionalismo chinês se expressa tenham uma evidente influência da Europa do séc. XIX, o orgulho atemporal de se pertencer à cultura chinesa potencializa o nacionalismo dos nossos dias, pois ambos são voltados para fora, isto é, para crítica e exclusão dos elementos estrangeiros.

### 3.2 O NOVO NO VELHO

Merece ênfase o fato de que, nesta breve discussão do problema, raramente se aprofundou a questão do que significa a China como um corpo político, descrevendo apenas o que ela é vista de fora. Mesmo que tenhamos tocado em algumas características centrais da “Nova China”, ainda tateamos em busca de um fio da meada para integrá-la ao seu passado. Mesmo o Marxismo-Leninismo sob o viés do Pensamento de Mao Zedong não parece se coadunar muito bem com a pretensão de continuidade multimilenar da China, ressaltando-se que, neste momento atual do país, consigamos entrever uma tentativa de se chegar a uma síntese entre “Nova” e “Velha China”, quando líderes comunistas fazem comentários positivos sobre o legado cultural confuciano, sobre as realizações do sistema imperial, etc (ZHANG;

ZHU, 2021). Contudo, as diferenças ideológicas são muito profundas e até inconciliáveis. Ofereçamos dois exemplos.

Primeiro, Chen Duxiu, um dos primeiros intelectuais urbanos e fundadores do PCC, notabilizou-se como um dos mais virulentos críticos de Confúcio e do seu legado institucional, tratando-o como bode expiatório do atraso que Chen reconhecia em seu país (CHEN, 1937). Ninguém pode negar que os ensinamentos de Confúcio podem justificar, como serviram para justificar, o extremo conservadorismo da vida política tradicional. Sob a doutrina de Confúcio, enrijeciam-se as distinções sociais, colocavam-se os governados numa situação de vulnerabilidade face aos detentores do poder e, não menos grave, punham-se freios à livre iniciativa econômica e mesmo criatividade e inovação. Segundo, a doutrina de Mao Zedong, que continua a ser a linha oficial sobre a cultura tradicional chinesa, admitia essa cultura, mas como algo a ser negado. No jargão utilizado por Mao em seu “Curso sobre o Materialismo Dialético”, as tradições chinesas eram contradições a serem submetidas a crítica e superadas através um movimento de luta intelectual (MAO, 1937).

Convém dizer mais algumas palavras sobre como o Comunismo chinês instrumentaliza o Marxismo, deixando pendente a questão da continuidade da civilização antiga. Destacamos que na tradição intelectual comunista, o passado é visto como o elemento passivo e negativo das transformações a serem criadas pelo socialismo, que é se afirma o elemento dinâmico da história. No Marxismo original, a teleologia histórica de Hegel é convertida num determinismo materialista, daí a ideia de revolução e quebra definitiva com o passado. Enquanto em Hegel era Estado Prussiano o fim da história, para Marx o futuro era a libertação das massas trabalhadoras e a superação do que ele entende por “Capitalismo” (MARX e ENGELS, 1848). Sabemos que Mao redefine o elemento dinâmico da histórica como as massas camponesas, a quem cabe destruir um certo “Feudalismo chinês”. Portanto, na “Nova China”, “Feudalismo” é o termo, obviamente pejorativo, que indica a experiência política do sistema imperial.

Isso é muito eficaz em termos ideológicos, mas gera uma multidão de problemas. O mais grave deles é o de que, como bem sabido, Marx concentrara-se no caso da Inglaterra e de outras regiões capitalistas mais avançadas da Europa Ocidental e América do Norte. A Rússia é tratada apenas de forma superficial e todo o “Oriente” de modo ainda mais sumário. Por fim, o Leninismo adumbrou um esquema de evolução histórica e revolução comunista específico para a Rússia e regiões onde não havia se desenvolvido um tipo de capitalismo privado e industrial, donde o debate sobre um certo “Modo de Produção Asiático”. Sendo radicalmente materialista, diferenças culturais não importavam, na medida em que eram consideradas superestrutura (BAILEY; LLOBERA, 1981 e MARX, 1964).

Essa situação nos encoraja a buscar uma ferramenta analítica melhor, atenta para as características concretas da cultura chinesa, especialmente aqueles aspectos imateriais que são tão importantes porque justificam e legitimam a situação fundamental de dominação em qualquer sociedade, em qualquer época que imaginarmos. Embora hoje em dia seja mais comum pensar a questão da ordem política numa perspectiva transnacional e mesmo global, no caso chinês, parece ser mais adequado considerar primeiro a realidade local.

### 3.3 O BREAKTHROUGH WEBERIANO

É de nosso entender que Max Weber continua a oferecer a melhor metodologia para tratarmos desse problema. Max Weber não possui os mesmos preconceitos que Marx. Como dissemos, Marx é um discípulo do historicismo hegeliano, defendendo que havia leis na história, que tendiam a realizar um conjunto de valores. Weber, em contraste, é anti-historicista, tratando de cada cultura, de cada civilização como uma realidade própria. Weber tampouco sentia interesse pela ideia de sistema, de modo que não impunha qualquer modelo à realidade. Uma terceira vantagem, aos nossos olhos, é a de que Weber recusava todo tipo de valor pré-ordenado à situação que estamos a estudar. Opressão, discriminação, injustiça, etc. são fatos da vida, que não devem suscitar aprovo, nem rejeição em qualquer estudo. Esses são os limites entre uma vida política e uma vida intelectual, que nunca devem ser violados. Por último, enquanto Marx era essencialmente um pensador racionalista que havia tentado usar a filosofia tal como existia para domesticar as ciências sociais e econômicas em sua época, Max Weber era um pensador empiricista que havia se rendido às possibilidades infinitas das ciências econômicas e sociais – renovando, assim, a filosofia.

Voltando ao tema, diferentemente de Marx, Weber estudou a China com mais cuidado. Embora não soubesse chinês, valeu-se do que havia de melhor na Sinologia alemã em sua época (RADKAU, 2005).

A maior força de Weber, contudo, é a sua impressionante erudição, traduzida numa abordagem contrastiva da China com outras civilizações. Como roteiro para a leitura weberiana da China, deve-se partir da sua História Econômica. Weber ali explica como e por que o capitalismo havia se desenvolvido na Europa. É uma abordagem institucionalista que destaca como a Europa havia divergido do resto do mundo – isto é, das outras altas civilizações (WEBER, 2011). Essa abordagem é complementada pelo ensaio que Weber escreveu sobre a ética econômica das seitas protestantes (WEBER, 1988a). Esses dois textos dão uma visão das mudanças de mentalidade do “Ocidente” no período de transição entre a “Velha” e “Nova Chinás”.

A partir daí, pode-se passar ao que Weber diz, na Economia e Sociedade, sobre o corpo político chinês (WEBER, 1976). É uma leitura muito difícil, porque há apenas notas, muito curtas, sobre o que distinguia a civilização chinesa da ocidental. A seguir, esse esboço geral das instituições chinesas – definidas em contraste com a ocidental – deve ser enriquecido com os ensaios que Weber escreveu sobre a ética econômica do Confucionismo. Há um breve capítulo sobre o Daoismo, que o posiciona, corretamente, em sua correlação dinâmica com o Confucionismo. Weber entende que ambos estão ligados num contínuo, em que Confucionismo é heterodoxia e Daoismo é heterodoxia. Isso é revelador não só sobre a vida intelectual e espiritual dos chineses, o que Weber diz abertamente, mas também sobre a orientação geral da vida política, jurídica e econômica (WEBER, 1988b).

Infelizmente, Weber faleceu antes de esmiuçar as suas ideias e tudo ficou num estado esquemático. Reinhard Bendix tem algo a acrescentar, mas fica muito aquém do que Weber poderia ter feito com mais tempo de vida (BENDIX, 1960).

Explicamos como Weber está à frente dos Marxistas em sua investigação do Estado chinês. Os Marxistas seguem dogmaticamente o esquema histórico-teleológico de Marx, forçando o conceito de “Feudalismo” apesar de tudo e de todos. Enquanto o “Feudalismo” descreve, na prática, uma parte das relações políticas e econômicas entre governo central e local ao longo da história da China, ele claramente não está de acordo com as pretensões “teocráticas” e “absolutistas” que a doutrina política clássica chinesa faz em favor de seu soberano, nem explica inteligentemente o papel da burocracia, seja político ou econômico. Weber é mais sofisticado, percebendo que o “Feudalismo” é instável por natureza e, conseqüentemente, há muitas nuances e adaptações segundo os diferentes panos de fundo culturais. No caso da China, o feudalismo existe, mas é um elemento acessório na organização imperial (WEBER, 1976).

A tônica da realidade política chinesa é o que Weber chama de “Patrimonialismo”, que explica o tipo de poder e tutela que a casa imperial exerce sobre o território chinês (WEBER, 1976). É muito interessante que, em consonância com a teoria política clássica chinesa, o esquema de Weber coloca o povo como um acessório da terra. Logo, qualquer discussão que toma o povo chinês como elemento ativo da vida política chinesa cedo ou tarde entrará em contradição. Tudo, literalmente tudo, é considerado um patrimônio pessoal e exclusivo do soberano. Isso não exclui a possibilidade de que os meios de produção sejam alienáveis e de que os trabalhadores sejam “livres” – o que é a situação real da China na maior parte da sua história imperial. Mais importa que todo e qualquer arranjo legal possa ser alterado, num caso concreto, sem qualquer possibilidade de se opor direitos contra o Estado. Esta é a natureza fundamental do Patrimonialismo chinês, que está legitimada pela distinção entre “Gong” 公 (tutela do Estado) e “Si” 私 (iniciativa privada) na filosofia política antiga e na mentalidade moderna dos chineses (HAN, 1960).

Enquanto o “Patrimonialismo” define o título que o governo possui sobre o corpo político, a dominação sobre os indivíduos é efetivamente implementada pelo enraizamento desse poder absoluto que os governantes têm em abstrato. No esquema de Weber, descreve-se o pelo fenômeno chamado de “Prebendalismo”. O “Prebendalismo” é uma faceta do “Patrimonialismo”, que descreve muito bem a forma como a burocracia se amalgama confortavelmente ao poder pessoal e absoluto do governante (WEBER, 1976). Lembramos que, sob o princípio de poder total do centro, na prática esse poder se realiza localmente. Portanto há dois níveis de análise: o do poder central, mais abstrato, cujo discurso é invariavelmente totalitário, e o do poder local, mais concreto, que define como tal discurso é implementado (PINES, 2012).

Os burocratas, isto é, os agentes do governo, são também objetos do poder patrimonial do governante. Eles são súditos como qualquer outro, isso é bem sabido. Porém, nos limites em que são agentes do governo, possuem título a recompensas pelos seus serviços prestados. Esse título é pessoal, comunicando-se à personalidade dos agentes. É um atributo pessoal e não algo racionalizado por meio da lei. Esta é a chave para entendermos o estatuto social daqueles que exercem o poder na China. “Patrimonialismo/Prebendalismo” é a

tônica das instâncias mais elevadas do poder, sendo a constante na burocracia central – tanto na “Velha”, como na “Nova China”.

Porém, há também momentos em que o poder central se dispõe a abrir mão dessas prerrogativas – sempre provisoriamente – surgindo daí os casos mais próximos do “Feudalismo” que conhecemos da história da Europa Ocidental. Cito dois exemplos mais visíveis. Primeiro, o de quando os governantes dividem parte do território com seus parentes ou sócios na ordem que criaram. Segundo, o que é mais comum e duradouro quando o governo central permite que elites locais exerçam o poder político e econômico de fato. É interessante que essas elites locais reproduzem o discurso legitimador do governo central, reconhecendo formalmente a autoridade final de quem os investiu.

### 3.4 O IMPÉRIO ETERNO

Ao resumir a sinologia de Max Weber, expomos as duas grandes características do Estado chinês: a centralização do poder, pelo “Patrimonialismo”, e o governo burocrático, via “Prebendalismo”. Weber também tem um insight genial sobre a origem desse sistema, que foi desenvolvido em profundidade pelo sinólogo Karl Wittfogel, através da chamada teoria da “Civilização hidráulica”. Esse termo soa muito familiar para quem conhece as narrativas lendárias de formação do Estado chinês (SIMA, 1959).

Weber e Wittfogel perceberam que a centralização do poder, implementada pelo governo burocrático está relacionada a uma característica peculiar da construção do Estado chinês: o Estado organiza trabalhos de imensa escala, tais como canais, diques – donde o termo hidráulico – mas também estradas, palácios, as grandes muralhas, etc. Esses trabalhos não só envolvem trabalho compulsório da população, mas presumem a organização de largas burocracias encarregadas do trabalho técnico-administrativo. Isso cria uma larga pressão para avanço do Estado como instância de planejamento e de coordenação da vida econômica da sociedade (WITTFOGEL, 1957).

A tese de Weber/Wittfogel recebeu muitas críticas, mas, de fato, a maioria delas é daquele tipo que ataca os detalhes, sem conseguir oferecer uma alternativa melhor no todo. Uma dessas críticas, porém, estimula reflexões muito fecundas. Como se adotou a perspectiva “Altas Culturas” e “Civilizações”, vale a pena citar a crítica feita a Wittfogel por um historiador muito famoso no século XX, Arnold Toynbee. Toynbee critica Wittfogel por usar a “Tese Hidráulica” indistintamente num largo espectro de diferentes culturas, deixando no ar um preconceito contra tudo o que não era ocidental (BAILEY; LLOBERA, 1981).

Essa é uma crítica injusta, pelo menos no que se refere à profundidade da experiência que Wittfogel tinha sobre a China. No seu livro “Economia e Sociedade na China” ele seguiu as pistas de Weber para descrever magistralmente o funcionamento da economia chinesa antiga, as relações de produção, o papel do Estado, destacando as peculiaridades da indústria pré-capitalista, transporte, comércio e capital no contexto chinês (WITTFOGEL, 1951). Em outra obra esclarecedora, “História da Sociedade Chinesa: a dinastia Liao”, Wittfogel revela a importância da dualidade sedentário/nômade para construção do Estado e sociedade chineses (WITTFOGEL, 1949).

Wittfogel também está correto ao dizer que o Estado chinês tradicionalmente não se via como equiparado a qualquer outro corpo político. Quando utilizamos o termo “Império” para falar da China antiga, estamos criando uma dubiedade que não existe para os chineses. Mesmo hoje em dia, os chineses não se referem ao seu passado como “Império”, mas como “Feudalismo” ou “Velha Sociedade”. Lembramos uma passagem dos “Comentários sobre a China” de Matteo Ricci, o famoso jesuíta. Ao falar sobre o sistema político chinês, Ricci lembra que seus interlocutores mostravam alguma surpresa, confidenciando que a China sempre possuía o mesmo tipo de instituições, apesar de que submetida a ciclos de fragmentação e reunificação (RICCI, 2000). A continuidade, de que os chineses se orgulham tanto, é produto da estabilidade criada pelo tipo de Estado hidráulico, associada à cultura política peculiar dos chineses.

Weber-Wittfogel identificaram não só as peculiaridades do Estado chinês, mas também uma incompatibilidade essencial, formativa, entre o Estado chinês e o Estado ocidental. Os elementos da “teoria hidráulica” estão claramente ausentes da experiência europeia, como Weber expõe num texto genial, chamado de “Relações Agrárias na Antiguidade” (WEBER, 1988c). Não podemos ignorar que Wittfogel realizou suas investigações num momento muito complexo: estávamos em plena Guerra Fria, e ele, que havia imigrado da Alemanha Nazista, via algo muito parecido na União Soviética e na própria China. Menciono este detalhe porque hoje em dia está em curso um processo de bi- ou multipolarização global, que dá nova relevância a esse debate: as realidades locais, antes vistas como periféricas e subordinadas, voltam a se afirmar como civilizações. Porém, se invertermos a crítica de Toynbee, percebemos que desta vez é o Ocidente

é que está isolado, pois há elementos “hidráulicos” em diferentes graus em todas as grandes civilizações asiáticas, o que daria azo para muitas outras reflexões, alheias ao tema do presente artigo.

#### 4 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Neste texto, definimos o problema da continuidade das instituições chinesas tradicionais e delineamos um caminho metodológico para explorá-las. Chegamos a uma conclusão geral de que o Estado chinês tem por características a centralização do poder e o governo burocrático. Explicamos como há um sistema de cima para baixo, com a autoridade máxima, gozando de prerrogativas patrimoniais, repassando-as como prebendas às instâncias administrativas. Sugerimos também que há uma certa flexibilidade na implementação desse sistema, no que se refere à articulação com os poderes locais. Feita essa descrição, poderíamos ir adiante e tentar aliar o nexos entre “Nova” e “Velha China” expondo a teoria dos chamados “Ciclos Dinásticos”, bem tratada numa obra clássica (ELVIN, 1973).

Em estudos posteriores, seria importante partir das duas características gerais para detalhar as instituições específicas, enfrentando problemas como: (1) divisão de poderes e competição entre imperador e primeiro-ministro, (2) do surgimento do chamado poder de inspeção, (3) da relação entre corte e administração, (4) do nexos entre administração central e local, e (5) o conceito de lei e costume/etiqueta. Passando à organização civil, seria imprescindível expor: (1) o sistema de registro, (2) a responsabilidade penal e ordem pública, (3) a atividade econômica, (4) a questão da tributação. A partir daí, ficaria mais evidente não só o ponto a que o moderno Estado chinês é devedor das instituições tradicionais, mas também teríamos elementos fatuais para fundamentar tendências cada vez mais evidentes na política interna e externa chinesas.

#### REFERÊNCIAS

- BAILEY, Anne B.; LLOBERA, Josep R (1981). **The Asiatic Mode of Production – Science and Politics**. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- BARFIELD, Thomas (1989). **The Perilous Frontier**. Cambridge: Blackwell.
- BENDIX, Reinhard (1960). **Max Weber – an Intellectual Portrait**. Londres: Heinemann.
- CHEN Duxiu (1937). **Confúcio e a China. 01 out. In Marxists Internet Archive**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/chinese/chenduxiu/mia-chinese-chen-19371001.htm>> Acesso em: 08/2022
- DENG Gang (1999). **The Premodern Chinese Economy**. Oxford: Routledge.
- ELVIN, Mark (1973). **The Pattern of the Chinese State**. London: Methuen.
- FAIRBANK, John K (1987). **The Great Chinese Revolution 1800-1985**. Nova Iorque: Harper and Row.
- FENG Tao (Ed.) (2021). XI Jinping. **O percurso brilhante e a prática grandiosa da legislação chinesa nos 70 anos desde a fundação da Nova China**. 28 ago. In homepage do Congresso Nacional Popular da RPC. Disponível em: <<http://www.npc.gov.cn/npc/dzlfxzgcl70nlfic/202108/1277362daa0540b69fe5467f339f1d83.shtml>>. Acesso em 08/2022.
- GRIEDER, Jerome (1981). **Intellectuals and the State in Modern China**. Nova Iorque: Free Press.
- HAN Fei (1960). **Hanzi Qianjie (Explicações sucintas sobre o livro do mestre Han)**, Pequim: Zhonghua Publishing House. cap. 19.
- HE Husheng (2022). **Uma orientação fundamental para o trabalho de frente unida numa nova era do Partido**. Guangming Daily, 04 ago, Disponível em: <[https://epaper.gmw.cn/gmrb/html/2022-08/04/nw.D110000gmrb\\_20220804\\_1-06.htm](https://epaper.gmw.cn/gmrb/html/2022-08/04/nw.D110000gmrb_20220804_1-06.htm)>. Acesso em 08/2022
- ISHIKAWA Yoshihiro (2021). **Chugoku Kyosanto, sono hyakunen (O Partido Comunista Chinês em seus cem anos)**. Tóquio: Chikuma Shob.
- KWON, Karen (2020). **China Reaches New Milestone in Space-Based Quantum Communications**. Scientific American, 25. Jun. Disponível em: <<https://www.scientificamerican.com/article/china-reaches-new-milestone-in-space-based-quantum-communications/>>. Acesso em 08/2022
- LI Huaiyin (2020). **The Making of the Modern Chinese State**. Oxford: Routledge.
- LI Lin; ZHAI Guoqiang (2021). **Democracia Popular de “Processo Integral”: a direção a ser seguida pela construção de uma**

- política democrática socialista de características chinesas.** Guangming Daily, 23 ago. Disponível em: <<http://www.npc.gov.cn/npc/c30834/202108/c9508e32cba6484da2545d921f042e73.shtml>>. Acesso em 08/2022
- LI Zhongjie (2020). **Atuar sempre como vanguarda em duas frentes.** People's Daily, 25 ago. Disponível em: <<http://dangjian.people.com.cn/n1/2020/0825/c117092-31835179.html>>. Acesso em: 08/2022.
- LIPMAN, Jonathan (1997). **Familiar Strangers.** Seattle: University of Washington Press.
- MAO Zedong (1937). **Curso sobre o Materialismo Dialético.** In Marxists Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/chinese/maozedong/1937/index.htm>>. Acesso em: 08/2022
- MARX, Karl (1964). **Pre-Capitalistic Economic Formations.** Londres: Lawrence and Wishart.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1848). **Manifest der Kommunistischen Partei.** In Marxists Internet Archive. Fev. Disponível em: <<https://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1848/manifest/index.htm>>. Acesso em: 08/2022
- PINES, Yuri (2012). **The Everlasting Empire.** Nova Jérsei: Princeton University Press.
- POMERANZ, Kenneth (2000). **The Great Divergence.** Nova Jérsei: Princeton University Press.
- PYE, Lucian (1992). **The Spirit of Chinese Politics.** Cambridge: Harvard University Press.
- RADKAU, Joachim (2005). **Max Weber – Die Leidenschaft des Denkens.** Munique: Carl Hanser.
- REN Qingjin; LIU Yizhan (2021). **A luta para varrer as gangues e purgar o mal deve ser institucionalizada: perspectivas para o futuro.** Beijing, 30 mar. Xinhua News Agency. Disponível em: <[http://www.gov.cn/xinwen/2021-03/30/content\\_5596864.htm](http://www.gov.cn/xinwen/2021-03/30/content_5596864.htm)>. Acesso em: 08/2022
- SHI Guanghui (Ed.) (2016). **Combatendo tigres e moscas a um tempo só.** 26 mai. In: portal dos membros do PCC. Disponível em: <<http://news.12371.cn/2016/05/26/ARTI1464193023435613.shtml>>. Acesso em 08/2022
- RICCI, Matteo (2000). **I Commentari della Cina.** Macerata: Quodlibet.
- SHORT, Philip (1999). **Mao – a Life.** Nova Iorque: Henry Holt.
- SIMA Qian (1959). **Shiji (Registros do Cronista).** Pequim: Zhonghua Publishing House. volume I, cap. 2.
- SINEDINO, Giorgio (2020). **Huangquan yu Sengjia (Sobre o Poder Imperial e a Comunidade Monástica Budista Chinesa).** Dissertação (Doutorado em Filosofia/Religião) – Academia de Filosofia, Renmin University of China (não publicada).
- SPENCE, Jonathan (1980). **To Change China: Western Advisers in China.** Nova Iorque: Penguin.
- VON GLAHN, Richard (2016). **The Economic History of China.** Cambridge: Cambridge University Press.
- WEBER, Max (1976). **Wirtschaft und Gesellschaft.** Tubinga: Mohr und Siebeck.
- \_\_\_\_\_ (1988a). **Die protestantische Ethik un der Geist des Kapitalismus.** In Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie I. Tubinga: Mohr und Siebeck.
- \_\_\_\_\_ (1988b). **Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen I: Konfuzianismus und Taoismus.** In Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie I. Tubinga: Mohr und Siebeck.
- \_\_\_\_\_ (1988c). **Agrarverhältnisse im Altertum.** In Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte. Tubinga: Mohr und Siebeck.
- \_\_\_\_\_ (2011). **Wirtschaftsgeschichte.** Berlin: Duncker und Humblot.
- WEI Zheng (1973). **Suishu (Livro de Sui).** Pequim: Zhonghua Publishing House. vol. 6, caps. 81 a 84.
- WITTFOGEL, Karl (1949). **History of Chinese Society: Liao.** Filadélfia: The American Philosophical Society.
- \_\_\_\_\_ (1951). **Wirtschaft und Gesellschaft Chinas.** Leipzig: C. L. Hirschfeld.
- \_\_\_\_\_ (1957). **Oriental Despotism.** New Haven: Yale University Press.
- ZARROW, Peter (2005). **China in War and Revolution.** Londres: Routledge.
- ZHANG Haipeng (2021). **Sociedade “meio colonial”, “meio feudal”: a definição do termo e sua significância.** Beijing Daily, 12. abr. Disponível em: <<http://dangshi.people.com.cn/BIG5/n1/2021/0412/c436975-32075238.html>>. Acesso em 08/2022
- ZHANG Xiaosong; ZHU Jichai (2021). **Xi Jinping fala da autoconfiança cultural do povo chinês quando de sua visita ao parque Zhu Xi.** 23 mai.. Xinhua News Agency. Disponível em: <[http://www.xinhuanet.com/politics/leaders/2021-03/23/c\\_1127243217.htm](http://www.xinhuanet.com/politics/leaders/2021-03/23/c_1127243217.htm)>. Acesso em 08/2022
- ZHENG Xuan; KONG Yingda et alii (1999). **Liji Zhengyi (Sentido correto do Registro dos Ritos). In Shisanjing Zhushu (Treze Clássicos Anotados e Glosados).** Pequim: Peking University Press. vol. 12, cap. 5, rolo 12.

## PODER E HEGEMONIA NAS ABORDAGENS TEÓRICAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DAS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE TEORIAS OCIDENTAIS E CHINESAS

### POWER AND HEGEMONY IN THEORETICAL APPROACHES TO INTERNATIONAL RELATIONS: AN ANALYSIS OF CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN WESTERN AND CHINESE THEORIES

**Amanda Ribeiro Lopes** | amanda.lopes@acad.ufsm.br | Graduanda do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pesquisadora no Grupo de Estudos em Ásia-Pacífico (GEAP/CNPq)

**Gabriela Tamiris Rosa Corrêa** | gabriela.correa@acad.ufsm.br | Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI/UFSM) e pesquisadora no Grupo de Estudos em Ásia-Pacífico (GEAP/CNPq)

**Bruno Hendler** | bruno.hendler@ufsm.br | Professor Adjunto do Curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI/UFSM) e coordenador do Grupo de Estudos em Ásia-Pacífico (GEAP/CNPq)

**Recebimento do artigo** Setembro de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

**Resumo:** O artigo discute e compara abordagens ocidentais e chinesas sobre poder e hegemonia, com o intuito de verificar se a China tem inovado na criação de um novo programa de pesquisa científica (PPC) em relação às perspectivas mainstream desta temática. O trabalho (1) investiga o desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais (RI) no Ocidente e na China, (2) descreve as premissas fundamentais dos PPCs Realista, Liberal, Marxista e Construtivista; (3) explora abordagens ocidentais e chinesas sobre poder e hegemonia; e (4) efetiva a análise comparativa. Trata-se de um trabalho exploratório, que busca, primeiramente, identificar e sistematizar abordagens sobre os conceitos de poder e hegemonia na China, para, posteriormente, interpretar as convergências e divergências com as do Ocidente. Os resultados apontam para uma perceptível semelhança entre as perspectivas, explicada, primordialmente, pelo Realismo Moral de Yan Xuetong (Realismo Clássico e Neorealismo) e pela Teoria da Relacionalidade de Qin Yaqing (Construtivismo e Teoria Crítica). Assim, parece haver um processo de adequação conceitual das Teorias de RI ocidentais por parte dos pesquisadores chineses, com a incorporação de elementos do pensamento tradicional do país. **Palavras-chave:** China; Teorias de Relações Internacionais; hegemonia; poder.

**Abstract:** The article discusses and compares Western and Chinese approaches to power and hegemony, with the aim of verifying whether China has innovated in the creation of a new scientific research program (PPC) in relation to the mainstream perspectives on this issue. The work (1) investigates the development of the discipline of International Relations (IR) in the West and China, (2) describes the fundamental premises of the Realist, Liberal, Marxist and Constructivist PPCs; (3) explores Western and Chinese approaches to power and hegemony; and (4) carry out the comparative analysis. It is an exploratory work, which seeks, heard, identified and systematized approaches on the concepts of power and hegemony in China, to subsequently interpret the convergences and divergences with the West. The results point to a perceptible similarity between the perspectives, explained primarily by Yan Xuetong's Moral Realism (Classical Realism and Neorealism) and Qin Yaqing's Theory of Relationality (Constructivism and Critical Theory). Thus, there seems to be a process of intuition of Western IR Theories by Chinese researchers, with the incorporation of elements of the country's traditional thinking. **Keywords:** China; Theories of International Relations; Hegemony; Power.

## 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de estudos chineses de Relações Internacionais (RI) tem acompanhado seus estágios de crescimento econômico e inserção no sistema capitalista, em que há, atualmente, discussões sobre a possibilidade de uma transição hegemônica com relação aos Estados Unidos (EUA). Perspectivas ocidentais sobre ascensão e queda de grandes potências e poder existem desde a formação da disciplina. Entretanto, na China, estes estudos são recentes. Este manuscrito, de cunho exploratório, discute e compara abordagens ocidentais e chinesas sobre poder e hegemonia, com o intuito de verificar se a China tem inovado na criação de um novo programa de pesquisa científica (PPC)<sup>1</sup> em relação às perspectivas mainstream desta temática. Para isso, o trabalho (1) investiga o desenvolvimento

<sup>1</sup> Um programa de pesquisa científica (PPC) compreende uma série de teorias vinculadas a certas premissas comuns. Cada programa é constituído de um núcleo duro, que abarca as premissas fundamentais; de uma heurística negativa, que proíbe os pesquisadores do programa de refutar as premissas do núcleo; e de um cinturão protetor de hipóteses, que são premissas testadas, ajustadas e substituídas quando outras são evidenciadas (LAKATOS, 1998 [1978]). A TSM, por exemplo, apresenta como núcleo duro, assim como os estruturalistas da teoria da dependência, a premissa de que a estrutura possui, intrinsecamente, uma divisão internacional do trabalho em centro e periferia. Uma das inovações dos teóricos do sistema-mundo foi a inclusão de mais um conceito nas análises: o de semiperiferia.



da disciplina de Relações Internacionais (RI) no Ocidente e na China, (2) descreve as premissas fundamentais dos PPCs Realista, Liberal, Marxista e Construtivista; (3) explora abordagens ocidentais e chinesas sobre poder e hegemonia; e (4) efetiva a análise comparativa.

Neste trabalho, são analisados os trabalhos dos autores chineses Qin Yaqing, Yan Xuetong e Zhao Tingyang, que também foram citados em pesquisas de Marcos Costa Lima et al. (2020) e Pedro Barbosa (2021). Os resultados, em geral, apontam para a escassez de teorias e conceitos inovadores na China. Isto é, a visão de Qin Yaqing (Racionalidade Relacional) se assemelha às de Alexander Wendt (Construtivismo) e de Robert Cox (Teoria Crítica); a de Yan Xuetong (Realismo Moral) às de Hans Morgenthau (Realismo Clássico) e Robert Gilpin (Neorrealismo); e a de Zhao Tingyang (Tianxia), em partes, às de Robert Gilpin (Neorrealismo) e de Immanuel Kant (Paz Perpétua). Em suma, observa-se um crescimento da produção chinesa em RI, mas muitas das premissas teóricas que sustentam o “núcleo duro” de um PCC se baseiam em noções ocidentais de poder, hierarquia, legitimidade e liderança. O diferencial das perspectivas chinesas se relaciona à incorporação de elementos tradicionais da cultura e da filosofia do país, aplicadas ao século XXI.

Para além desta introdução (1) e das considerações finais (4), o artigo se divide em duas seções. Na segunda seção (2), é explorado o desenvolvimento e a institucionalização da disciplina de RI no Ocidente e na China, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial. Na terceira (3), são analisadas as correntes teóricas de RI (realismo, liberalismo, marxismo e construtivismo) e seus pressupostos básicos. Também, são descritas as concepções sobre poder e hegemonia para teóricos ocidentais (Hans Morgenthau, Robert Gilpin, Joseph Nye, Alexander Wendt e Robert Cox) e chineses (Qin Yaqing, Yan Xuetong e Zhao Tingyang). A partir deste panorama, discute-se as similitudes e divergências entre as teorias analisadas. Por fim, na quarta seção (4), são delineadas algumas considerações finais.

## 2. O DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO OCIDENTE E NA CHINA

Embora existam indícios antigos de estudos sobre os fenômenos internacionais, comumente, a institucionalização de RI como disciplina é datada no imediato pós-primeira guerra (1919), através da cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional na Universidade de Aberystwyth, no país de Gales. A criação, na década de 1920, do Royal Institute of International Affairs (atual Chatham House), em Londres, e do Council on Foreign Relations, em Nova York, também se inserem neste contexto de materialização da área de estudos no Ocidente (VIGEVANI; THOMÁZ; LEITE, 2014). Somam-se a estes fatos a criação, nos EUA, da revista *Foreign Affairs*, uma das revistas mais importantes da área. Também, o relatório intitulado *Survey of International Affairs* (da Chatham House, 1920) serviu como guia para as principais discussões da área naquele período (SATO, 2015; MENDES, 2019).

No contexto da Primeira Guerra Mundial, a gênese das RIs como ciência ocorreu a partir da identificação das causas de grandes conflitos entre as potências europeias e de formulações para a promoção da paz, estabilidade e cooperação. Assim, o lançamento dos Quatorze Pontos de Wilson e do embrião da ONU (Liga das Nações) consagraram-se como catalisadores da construção teórica em RI, especificamente da Corrente Liberal na sua concepção Idealista Clássica. Entretanto, a maturação da construção científica na disciplina ocorreu com o lançamento da obra *Vinte Anos de Crise*, de Edward Carr (1939). No livro, o autor criticou o idealismo propagado no pós-Primeira Guerra e, então, o Realismo Clássico ascendeu, voltando a análise para como o sistema internacional realmente é: anárquico, permeado por disputas de poder e por Estados auto-interessados, egoístas, unitários e racionais, que buscam a sua sobrevivência através da autoajuda (VIOTTI; KAUPPI, 2012; SATO, 2015). Neste momento, o Realismo e o Liberalismo se consagraram como as principais correntes do pensamento em RI, com seu foco, sobretudo, na política das grandes potências.

O fim da Segunda Guerra, a emergência da Guerra Fria e a descolonização afro-asiática marcaram o término do imperialismo formal europeu e a inserção de novos atores internacionais. Estes novos Estados, em conjunto daqueles que não adentravam na dinâmica de poder militar das grandes potências, buscavam a construção de um sistema alternativo, mais seguro, com sua inserção autônoma através do desenvolvimento econômico e da maior representatividade política. Então, a assincronia existente entre as perspectivas de RI vigentes com a realidade destes países catalisou a construção de novos aparatos teóricos sob o viés decolonial (CAIXETA, 2018), inspirados no Marxismo. Ao mesmo tempo, os estudos de RI no Ocidente passaram a se voltar para as questões metodológicas, com a ascensão do Behaviorismo e do Tradicionalismo (PEREIRA; ROCHA, 2014).

Para Robert Cox (2021, [1981]), toda teoria serve para alguém e algum propósito, mesmo que se defenda a universalidade das teorias ocidentais. Hoje, os EUA são a maior potência do sistema internacional e da geração científica de RI (DECOL; SILVA, 2019) e, então, para quem e para o que servem as suas perspectivas? Não obstante, atualmente, discussões sobre o relativo enfraquecimento econômico dos EUA frente a China são recorrentes, assim como análises sobre a possibilidade de uma transição hegemônica entre os dois países. Como salienta Caixeta (2018), há uma interação entre o poder econômico-político e o saber científico e entre o capitalismo e a ciência. Portanto, a análise da formação da disciplina de RI na China frente ao seu progresso econômico é elementar para, posteriormente, verificar a geração teórica no país relativa às abordagens ocidentais.

Marcos Costa Lima et al. (2020) destacam que, com a fundação da República Popular da China (RPC), em 1949, cria-se um entendimento sobre a necessidade de estudar o lugar do país nas relações internacionais. Qin Yaqing (2010) apresenta uma divisão temporal em três fases para retratar este fenômeno. A primeira se refere aos anos 1953-1964, em que houve a criação do primeiro departamento de Relações Internacionais na Universidade de Renmin (1953) e a criação da China Foreign Affairs University (1955), uma instituição pública voltada para a formação de diplomatas. Nesta etapa inicial, os estudos se voltavam às necessidades da China recém independente, como a profissionalização da prática diplomática, e não necessariamente ao desenvolvimento de perspectivas universalizantes de RI. Li Shaojun (2020) ainda denota que foram criados centros e institutos de pesquisa (como o Centro de Estudos Indianos, na Universidade de Sichuan, e o Instituto de Estudos Internacionais da China, vinculado ao Ministério de Relações Exteriores), e foram lançadas revistas (como Estudos Internacionais, Estudos do Sudeste Asiático, e Asia and Africa Review, em 1959). Para o autor, os estudos chineses desta época abarcavam o movimento comunista internacional, a descolonização afro-asiática e a diplomacia dos países desenvolvidos, mas ainda não havia a criação de teorias básicas, metodologicamente organizadas.

O segundo estágio observado por Qin (2010) abrange o período de 1964-1979, em que houve a definição de estudos por parte de departamentos de política internacional em três universidades: Universidade de Pequim, Universidade de Renmin e Universidade de Fudan. Na primeira, buscava-se compreender os movimentos independentistas do terceiro mundo; na segunda, os movimentos comunistas globais; e na terceira, as perspectivas ocidentais de RI. Ainda hoje, existe uma diferenciação no foco de estudos destas universidades: em Pequim, há uma concentração de pesquisas sobre a Ásia e América Latina; em Renmin, sobre a Ex-URSS e o Leste Europeu; e em Fudan, sobre os EUA e a Europa Ocidental (LIMA et al., 2020). Li Shaojun (2020) salienta que, nesta segunda fase, a partir das dinâmicas da Guerra Fria, houve a criação da Teoria dos Três Mundos<sup>2</sup>, uma teoria soft de RI, relacionada ao pensamento de Mao Zedong sobre o delineamento da política externa do país (ACHARYA; BUZAN, 2010). Tem-se, assim, uma ampliação das temáticas de RI abordadas na RPC (LI, 2020; LIMA et al., 2020).

A terceira fase identificada por Qin (2010) coincidiu com as reformas de Deng Xiaoping e a inserção plena do país na economia-mundo capitalista (1980-). “A abordagem de Deng, mais positiva quanto à ordem internacional, se tornou central” (LIMA et al., 2020, p. 9-10). Para Shaojun (2020), esta fase pode ser subdividida em duas etapas: (1) uma de desenvolvimento (anos 1980) e (2) outra de maturação primária (a partir dos anos 1990). Na primeira, se expande o contato dos pesquisadores chineses com as teorias de RI ocidentais, sendo três obras o marco deste período: os artigos A Brief Introduction of Contemporary Western International Relations Theories (1981) e Basic Methods of International Relations (1982); e o livro On the International Stage: A General Introduction of Modern Western International Relations Studies (1985), de Chen Hanwen. É nesta etapa que cresce o movimento Learning through translation, como apontado por Qin Yaqing (2007), que se materializa a partir da tradução chinesa de obras como Politics Among Nations (Hans J. Morgenthau) e Theory of International Relations (Stephen Waltz). A tradução catalisou o estabelecimento da disciplina de RI na China e marcou a influência dos padrões de teorização de RI do Ocidente para alguns autores chineses (QIN, 2007).

Ainda nesta etapa também foram criadas mais instituições de pesquisa de RI (Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China, vinculado ao Ministério de Segurança), houve o lançamento de novos periódicos e a criação de programas de mestrado e doutorado em RI (nas Universidades de Pequim, Fudan e Renmin) (LI, 2020). Em 1987, ocorreu o 1º Simpósio de Teorias de Relações Internacionais (Xangai), que: “[...] marcou uma tentativa oficial, impulsionada pelo [PPC] de contestar a autoridade do pensamento então vigente”, geralmente voltado à experiência capitalista ocidental (BARBOSA, 2021, p. 4).

Na etapa inicial de maturação (a partir dos anos 1990) tem-se o prelúdio de ensaios teóricos próprios e de (re)interpretações das

<sup>2</sup> Ver: AN, Jiang. Mao Zedong's "Three Worlds" Theory: Political Considerations and Value for the Times. Social Sciences in China, v. 31, n. 1, p. 35-57, 2013.

teorias de RI ocidentais, como Qin Yaqing em sua reflexão sobre o institucionalismo neoliberal (1998) e Liu Yongtao sobre o construtivismo (1998). Nos anos 1990, os estudos de RI na China “eram em grande parte da perspectiva macroscópica. Os principais temas abordavam características da época, padrão mundial, grandes conflitos, guerra e paz” (LI, 2020, p. 15). Como exemplos de livros teóricos de RI deste período, tem-se: Teoria Básica das Relações Internacionais (1991), de Cheng Yi e Yang Hongyu; Nova Teoria das Relações Internacionais (1994), de Feng Shaolei et al.; e Introdução às Relações Internacionais Contemporâneas (1996), de Yu Zhengliang. Este período também tem sido caracterizado por debates metodológicos, em que alguns pesquisadores defendem o método marxista e outros enfatizam os positivistas (empíricos e observacionistas). Dois marcos da referida etapa são o “Simpósio Internacional sobre o Desenvolvimento da Disciplina de Relações Internacionais na China: Um Desafio Cruzado” (1991) e, mais recentemente, os debates sobre a existência ou não de uma Escola Chinesa de RI<sup>3</sup> (LI, 2020; BARBOSA, 2021).

Neste período, o conceito de soft power, criado por Joseph Nye, foi introduzido nas academias chinesas de RI, sobretudo a partir da publicação do artigo *Culture as National Power: Soft Power* (1993), de Wang Huning. Atualmente, existem três escolas de pensamento sobre o Soft Power Cultural da China, que abarcam, justamente, a importância da cultura chinesa para a sua inserção na política internacional. O conceito de soft power cultural, criado por Wang Huning, salienta que a cultura, além de servir de base para a definição de políticas nacionais, é um instrumento fundamental para influenciar outros países (WU, 2018). Dessa maneira, no entendimento de Wang Huning, a cultura milenar da China é a principal fonte do soft power chinês, devido à sua longa história, sua diversidade, suas grandes tradições, seus simbolismos e valores, e seus registros textuais (sobretudo de pensamentos filosóficos). “Esses escritos argumentam que os valores culturais tradicionais chineses [...] são a base do apelo cultural chinês [...] que poderia fornecer alternativas [...] na pós-industrialização” (LI, 2008, p. 292, tradução nossa).

Neste sentido, a teorização de Relações Internacionais na China, principalmente nos dias atuais, pode ser analisada a partir de 3 fontes de estudos: (1) tradição histórica, filosófica e cultural local; (2) teorias ocidentais de RI e sua reinterpretação; e (3) perspectivas marxistas que contribuem para o desenvolvimento de teorias de RI com características chinesas. “O caso da China é interessante porque está em clara justaposição a muitos conceitos ocidentais centrais de Teorias de RI” (ACHARYA; BUZAN, 2010, p. 226, tradução nossa). O conceito de Tianxia (que enfatiza a harmonia, a hierarquia e a ordem), por exemplo, se contrapõe à visão Westfaliana e hobbesiana do sistema internacional, assim como o sistema tributário chinês na era imperial (QIN, 2010)<sup>4</sup>. Não obstante, Acharya e Buzan (2010) salientam que, no caso de teorias asiáticas, há maior probabilidade de adaptação dos debates ocidentais às dinâmicas internas. Então, nas próximas seções, serão analisadas correntes teóricas de RI e as perspectivas ocidentais e chinesas (no que concerne aos conceitos de poder e hegemonia), para que seja possível analisar se, nas últimas, há apenas uma adequação das teorias ocidentais ou a criação de novas visões de mundo.

### 3. AS CORRENTES TEÓRICAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: REALISMO, LIBERALISMO, MARXISMO E CONSTRUTIVISMO.

O Realismo na disciplina de Relações Internacionais emergiu no período entre-guerras, a partir da obra *Vinte Anos de Crise* (Edward Carr), preocupando-se, principalmente, com questões relativas à maximização do poder e da segurança dos Estados. Ainda hoje, o Realismo é a corrente dominante nas análises de RI, principalmente nos estudos sobre as relações entre as grandes potências, como China, Rússia e Estados Unidos. Esta corrente abarca as teorias Realistas Clássicas (Edward Carr e Hans Morgenthau), as Estruturais (Kenneth Waltz, Susan Strange e John Mearsheimer), as Hegemônicas (Abramo Organski e Robert Gilpin) e as Neoclássicas (Randall Schweller e Stephen Brooks). Possui como inspirações os escritos de Sun Tzu (séc. VI-V a.C), Tucídides (séc. V a.c), Nicolau Maquiavel (sécs. XV-XIV) e Thomas Hobbes (sécs. XVI-XVII) (VIOTTI; KAUPPI, 2012).

Os pressupostos básicos do Realismo são os seguintes: (1) a natureza humana é egoísta; (2) o sistema internacional é anárquico; (3) por ser anárquico, o sistema é naturalmente competitivo e conflituoso; (4) os Estados, que são unitários e racionais, são os principais atores deste sistema, principalmente as grandes potências; (5) através da autoajuda (e, em casos específicos, de alianças), os Estados buscam maximizar o seu poder relativo (militar) para aumentar a sua segurança (VIOTTI; KAUPPI, 2012; ANTUNES; CAMISÃO, 2017). Para

<sup>3</sup> Devido à extensão, esta discussão não está no escopo do artigo. Para saber mais, ver: BARBOSA, Pedro H. B. O pensamento chinês e a teoria de Relações Internacionais: uma Escola Chinesa de RI? *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-22, 2021.

<sup>4</sup> No tocante à tradição histórica, filosófica e cultural há toda uma literatura que aborda os traços de diplomacia, guerra, comércio de longa distância e simbolismos que compunham uma espécie de sistema internacional da Ásia Oriental centrado na China. O auge deste sistema teria ocorrido entre os séculos X e XV com as dinastias Song (do Norte e do Sul), Yuan e começo dos Ming. Para aprofundamento, ler: Hendler, 2018; Kang, 2010; Zhang, 2009; Zhou, 2011; Shu, 2011; Lee, 2017.

o Realismo, o sistema internacional tem um caráter hobbesiano e incerto, em que prevalece um jogo de soma-zero entre os Estados. De forma geral, dentro desta corrente, o poder é definido pela capacidade relativa de projetar os recursos militares. Então, uma vitória militar precede uma transição hegemônica.

A segunda corrente teórica de RI é a Liberal, que emergiu no pós-Primeira Guerra a partir de sua vertente Idealista, mas que ganhou força somente no pós-Segunda Guerra com a criação de instituições internacionais sob a hegemonia norte-americana. As pesquisas de cunho liberal frequentemente se referem à capacidade de governança das organizações internacionais (e no seu papel de incorporação sistêmica de potências ascendentes rivais ao status quo, como a China), do aprofundamento da interdependência econômica entre os atores e da democracia como um instrumento capaz de evitar guerras. Esta corrente abarca as teorias Funcionalistas (David Mitrany, Karl Deutsch e Ernst B. Haas), da Interdependência (Robert Keohane e Joseph Nye), do Institucionalismo Neoliberal (Joseph Nye, Robert Keohane, Lisa Martin e John Ikenberry) e da Paz Democrática (Michael Doyle). Dentre as inspirações teóricas, destacam-se os escritos de John Locke (sécs. XVII-XVIII), Jeremy Bentham (sécs. XVIII-XIX) e Immanuel Kant (sécs. XVIII-XIX) (CASTRO, 2012).

Os pressupostos básicos do Liberalismo são os seguintes: (1) a natureza humana não é, necessariamente, egoísta; (2) o sistema internacional é anárquico; (3) apesar de ser anárquico, o sistema é cooperativo; (4) os Estados são racionais e, através da cooperação, buscam minimizar os riscos e maximizar os ganhos (absolutos); (5) os Estados não são atores unitários, pois resultam da interação com a sociedade; (6) existem outros atores sistêmicos para além dos Estados, como as organizações internacionais, as empresas transnacionais e as ONGs; (7) juntamente com os grupos domésticos, estes atores moldam as preferências dos Estados; (8) o livre-comércio, a interdependência econômica e a democracia promovem estabilidade (VIOTTI; KAUPPI, 2012). Para o Liberalismo, o sistema internacional tem um caráter lockeano e pacífico, em que permeia um jogo de soma positiva entre os Estados, que buscam materializar os seus interesses primordiais através da cooperação. Na corrente Liberal, o poder é concebido a partir da interdependência assimétrica entre os Estados, em que as capacidades militares, econômicas e políticas são utilizadas para moldar as relações de interdependência em distintas áreas de interesse nacional e internacional e em distintos centros de decisão, como nas organizações internacionais.

A terceira corrente teórica de RI é a Marxista, que desde os anos 1970 tem conquistado mais espaço nas análises da disciplina, sobretudo no que tange ao posicionamento dos países na hierarquia global, o papel das classes nacionais e transnacionais e a centralidade das assimetrias econômicas na manutenção do status quo. As perspectivas derivadas da corrente marxista prezam pela análise histórica do capitalismo e de suas dinâmicas para a diferenciação sistêmica entre os atores centrais e periféricos, como fez Rui Mauro Marini, em 1973, em seu estudo sobre a integração dependente dos Estados latino-americanos neste sistema (MARINI, 2017). Esta corrente abarca as teorias do Estruturalismo Latino-americano (Raul Prebisch, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Rui Mauro Marini e André Gunder-Frank), a Teoria do Sistema-mundo (Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Beverly Silver) e a Teoria Crítica (Robert Cox, Timothy J. Sinclair, Fred Halliday), que também é pós-positivista. Dentre as inspirações teóricas, destacam-se os escritos de Karl Marx (séc. XIX), Rosa Luxemburgo (sécs. XIX-XX), Antonio Gramsci (sécs. XIX-XX), John A. Hobson (sécs. XIX-XX), Vladimir Lenin (sécs. XIX-XX) e Leon Trótski (sécs. XIX-XX) (VIOTTI; KAUPPI, 2012).

Os pressupostos básicos da corrente Marxista são os seguintes: (1) as relações entre Estados ocorrem no sistema global capitalista, que é desigual; (2) este sistema e seus determinantes, como a divisão internacional do trabalho (DIT), devem ser a unidade de análise; (3) existem mecanismos estruturais que impedem o desenvolvimento igualitário dos países; (4) a desigualdade econômica histórica entre os Estados impacta no seu desenvolvimento cultural, político, social, ideológico e educacional contemporâneo; (5) para além dos Estados, as classes domésticas e transnacionais atuam no sistema; (6) a natureza do sistema é conflitiva, devido às lutas de classe (VIGEVANI et al, 2011). Neste sentido, o poder define-se a partir do controle dos meios de produção das classes econômico-financeiras dominantes que localizam-se nos países que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo. O Estado hegemônico é, assim, o motor da acumulação sistêmica destas classes. Para manter o controle econômico, o hegemona promove sua ideologia dominante e projeta suas capacidades militares.

Alexander Wendt, através do artigo *Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics* (1992), fundou a abordagem Construtivista de RI, que é uma perspectiva social. Para o autor, agente e estrutura/instituição são co-constituídos, isto é, não há antecedência ontológica de nenhum deles, pois a influência é mútua. Assim, os interesses nacionais, a anarquia, a autoajuda e a política

de poder são construções sociais, e não características exógenas dadas pelo sistema interestatal (crítica ao racionalismo). “As pessoas [e os Estados] agem relativamente aos objetos, incluindo outros atores, com base no significado que os objetos têm para elas” (WENDT, 2013, p. 429), por isso, a anarquia e a distribuição de poder são insuficientes para explicar as relações de amizade e inimizade entre Estados, devendo-se considerar os entendimentos, as expectativas, as identidades e os interesses individuais e coletivos. “O poder militar dos Estados Unidos tem um significado diferente para o Canadá e para Cuba, a despeito de suas posições ‘estruturais’ semelhantes” (WENDT, 2013, p. 429). Compreendidas as origens teóricas e os principais pressupostos das correntes tradicionais de Relações Internacionais, passemos agora ao entendimento sobre o conceito de poder para autores ocidentais de RI.

### 3.1. ASCENSÃO E QUEDA DE GRANDES POTÊNCIAS E PODER: PERSPECTIVAS OCIDENTAIS

Dentro da corrente Realista, destaca-se Hans Morgenthau, um dos pioneiros do realismo clássico na disciplina de RI. Em sua obra *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* (1948), buscou estudar as dinâmicas que moldam as relações entre as nações e os delineamentos da política externa norte-americana no pós-Segunda Guerra. Para ele, (1) a política é governada por leis objetivas que refletem a natureza humana racional (busca pela sobrevivência); (2) os interesses estatais decorrem do poder; (3) a ideia dos interesses definidos como poder é universalmente aceita, mas seu significado não é fixo; (4) os princípios morais universais são guias da política externa [promovendo legitimidade às ações dos Estados], mas são subordinados aos interesses nacionais; (5) os princípios morais particulares não se identificam, necessariamente, com os universais, e não precisam ser aplicados universalmente; e (6) a política internacional é autônoma e não subordinada (MORGENTHAU, 2003).

O autor salienta que as ações de política externa são determinadas pela distribuição do poder no sistema internacional. Para ele, o poder é composto por recursos (1) tangíveis (mensuráveis) e (2) intangíveis. Nos primeiros tem-se: geografia, recursos naturais, tamanho populacional, capacidade industrial, tecnologia, forças armadas, armamentos, renda, etc. Nos segundos, encontram-se elementos ideológicos, psicossociais, morais, intelectuais, diplomáticos e culturais. Sua concepção de poder abarca uma dimensão material e outra simbólica, sendo caracterizado como uma relação social de influência. “Uma simples mudança de governo naquele país pode alterar posições internacionais assentadas nos planos político, estratégico, econômico, ambiental, etc.” (MORGENTHAU, 2003, p. XXXI). Então, a hegemonia se refere à capacidade de assegurar uma ordem política e securitária estável, por meio de uma liderança moral. Esta ordem não necessita se materializar em instituições internacionais (BIAO, 2017), como prezam os Institucionalistas Neoliberais.

Outra perspectiva dentro da corrente Realista é a Teoria da Estabilidade Hegemônica, de Robert Gilpin, que através de uma análise eclética, incorpora elementos da Economia Política Internacional (EPI) e da corrente Liberal de RI, dada a evolução dos debates na disciplina. Não obstante, por ser um autor realista, Gilpin considera que a sobrevivência e a segurança são os principais interesses, sobretudo das grandes potências, por isso, elas devem estar atentas às mudanças na distribuição das capacidades sistêmicas. Para ele, as organizações internacionais e regionais servem de instrumento aos interesses dos Estados e dificilmente possuem autonomia, ao passo que a hegemonia (e não o equilíbrio de poder) torna o sistema mais estável (GILPIN, 2001). O autor estabelece que o poder subdivide-se em dois: (1) poder material e (2) prestígio. O poder material refere-se aos recursos materiais do hegemona, como a superioridade econômica, militar e tecnológica. O prestígio diz respeito à credibilidade, alcançada através da promoção do internacionalismo neoliberal (por meio de instituições e bens públicos globais) e da construção de valores comuns. Assim sendo, uma transição hegemônica ocorre quando emerge uma potência insatisfeita com o status quo e/ou quando o hegemon perde sua capacidade de governança. Esta transição pode, ou não, ocorrer através de uma guerra (GILPIN, 1981).

Quanto à corrente Liberal de RI, Joseph Nye é um dos seus principais expoentes. Nos anos 1990, por meio da obra *Bound to lead: the changing nature of American power*, o autor criou o conceito de soft power. À época, através da compreensão dos fenômenos internacionais emergentes (como a globalização, a crescente interdependência econômica, a emergência de novos atores e de novos temas na agenda mundial, a governança norte-americana por meio de organizações internacionais, etc.), Nye chegara à conclusão de que os custos da utilização de recursos militares eram crescentes (NYE, 1990). Para o autor, o poder se materializa no smart power, que se refere à combinação entre o hard power (poder duro) e o soft power (poder brando). O poder duro trata-se dos instrumentos tangíveis, como os econômicos, militares e tecnológicos. O poder brando diz respeito aos recursos intangíveis, como a atração cultural e ideológica,

a diplomacia e o controle do conhecimento. Ambos componentes do smart power podem ser utilizados para coagir ou persuadir (criar consenso) (NYE, 2011). O hard power, por exemplo, pode ser materializado por meio de sanções econômicas (coerção) ou de ajuda financeira (persuasão). O soft power pode ser utilizado de forma negativa, através de discursos em organizações internacionais contra ações dos demais Estados (como tem feito os EUA em relação à Rússia após a invasão na Ucrânia), ou de forma positiva, através da provisão de bens públicos globais (como praticado pela China por meio da diplomacia das máscaras na pandemia de Covid-19). Destarte, a cooperação por meio de instituições internacionais caracteriza-se como um instrumento efetivo na materialização do poder, pois permite moldar a interdependência assimétrica.

Na corrente Marxista de RI, um dos autores centrais é Robert Cox, criador da Teoria Crítica. Em 1981, por meio do artigo Forças Sociais, Estados e Ordens Mundiais: Além das Teorias de Relações Internacionais (2021), Cox propôs o método das estruturas históricas para a análise da relação entre as forças produtivas, a formação dos Estados e a criação de ordens mundiais. Essas estruturas abarcam as relações entre Estados e constroem suas ações, pois são moldadas a partir de três forças que conformam as hegemonias e os criadores de ordens: capacidades materiais, ideias e instituições. “As capacidades materiais são potenciais produtivos e destrutivos” (COX, 2021, p. 22), como os recursos econômico-financeiros, militares, tecnológicos e naturais. Já as ideias se referem às noções comuns compartilhadas sobre determinados temas (como a noção de que regimes democráticos geralmente não entram em guerra) e aos pensamentos divergentes sobre as relações de poder e a ordem vigentes. As divergências permitem pensar cenários alternativos, enquanto as convergências apoiam a manutenção do status quo. As instituições emergem a partir da inter-relação entre capacidades materiais e ideias, ao mesmo tempo em que as reforçam. Então, “a hegemonia mundial pode ser descrita como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política”. Assim, a ascensão e queda de grandes potências ocorre a partir do encaixe e desencaixe das três forças que compõem o poder hegemônico (COX; SINCLAIR, 1996, p. 137).

No Construtivismo, Alexander Wendt não define claramente o que é poder. Em sua percepção, ele é concebido a partir de interações, ideias e contexto cultural no qual os Estados se inserem, e não somente a partir de forças materiais. A distribuição de poder importa na medida em que há uma definição clara dos interesses nacionais, que são concebidos a partir de ideias. Neste sentido, as concepções materialistas (militares e econômicas) funcionam a depender do contexto, da interação e da natureza da anarquia: hobbesiana, lockiana ou kantiana. “É o ‘outro generalizado’ que decide se os Estados Unidos é um ator hegemônico, e não os Estados Unidos sozinhos” (WENDT, 1999, p. 177, tradução nossa). A materialidade é importante porque influencia no comportamento e nas possibilidades dos atores. Mas, no construtivismo, ideias, identidades e processos ideacionais (que surgem a partir de interações) são elementares para a percepção do outro e para o incremento (ou não) das forças materiais relativas.

A partir deste panorama sobre as quatro correntes teóricas de RI selecionadas e os autores ocidentais que as compõem, discute-se perspectivas chinesas no campo de estudos para verificar se há o desenvolvimento de um programa de pesquisa científica autônomo ou apenas uma adaptação das visões ocidentais abarcadas anteriormente no que concerne aos conceitos de poder e hegemonia. Busca-se verificar, também, se os autores chineses em análise se encaixam nos pressupostos da corrente realista, liberal, marxista e/ou construtivista.

## 3.2. ASCENSÃO E QUEDA DAS GRANDES POTÊNCIAS E PODER HEGEMÔNICO: PERSPECTIVAS CHINESAS

### 3.2.1. A ABORDAGEM RELACIONAL DE QIN YAQING

Qin Yaqing é um dos principais expoentes de RI na China e, como Robert Cox, acredita que as teorias são parciais, pois são criadas a partir de uma visão de mundo e de um contexto específico (QIN, 2018). O autor enfatiza que ainda não há uma teoria de Relações Internacionais propriamente chinesa, devido a fatores como: (1) a escassez de consciência sobre a característica internacional do país, (2) a dominância das teorias ocidentais, e (3) a ausência de um núcleo duro teórico (QIN, 2010). Não obstante, Qin é o grande idealizador do Movimento Escola Chinesa, que busca recorrer à trajetória histórica do país na construção teórica autônoma.

No livro *A Relational Theory of World Politics* (2018), Qin desenvolve a Teoria da Racionalidade Relacional e o conceito de Relacionalidade. O autor salienta que as sociedades podem ser divididas em dois tipos: (1) individualista e (2) relacional. A primeira é

característica dos países ocidentais, que são mais orientados aos indivíduos. A segunda é característica dos orientais, que se desenvolvem a partir de relações (como a sociedade confuciana chinesa e vietnamita, em que há uma relação hierárquica entre pai e filho, chefe e empregado, etc.). “Nessas sociedades orientais, o governo opera muito mais em termos relacionais do que através de regras e instituições formais” (MONTENEGRO, 2015, p. 239). Essa distinção advém do conceito imperial de Tiānxià ( 天下 ) ou “Tudo Sob o Céu”, em que o mundo não é definido e limitado claramente por fronteiras (como um sistema interestatal/internacional aos moldes ocidentais), mas sim, a partir de tudo que se encontra sob o céu e sobre a terra, sendo a China o Império do Meio ( 中国 ) (QIN, 2010).

De acordo com Reyes Herrera (2018), o legado filosófico de Tiānxià ( 天下 ) se relaciona a uma “visão particular de ‘um mundo’, autossuficiente, em que haveria “uma falta de consciência de internacionalidade porque não [existiria] dicotomia entre o ‘centro’ e os ‘outros’ (QIN, 2007 apud REYES HERRERA, 2018, p. 102, tradução nossa). Então, na visão de Qin Yaqing (2012), o sistema mundial Tiānxià, pensado a partir da história e da cultura chinesa, remete à uma família ampliada mundialmente, em que as bases confucianas para os laços familiares, caracterizados por hierarquia, obrigações recíprocas, harmonia e ajuda mútua, possibilitariam um sistema de nações mais harmonioso e cooperativo, em que a paz universal seria imperante. Neste sistema, não há discriminação e todos têm o direito de participar igualmente da agenda mundial, pois há a prevalência dos interesses de longo prazo do mundo inteiro e não apenas dos interesses individuais dos Estados. Portanto, o autor considera que tal sistema mundial é mais adequado para gerar ordem no século XXI, ao invés de um sistema internacional baseado nas capacidades coercitivas (QIN, 2012).

Portanto, neste tipo de sistema internacional, as interações ocorrem a partir de como os atores se veem (de valores e cálculo comportamental racional), ao mesmo tempo em que seus interesses e suas identidades são moldados a partir das relações com outros Estados (QIN, 2018). Então, para ele, as interações entre Estados levam a complementaridade e harmonia (Tiānxià), e não ao binarismo excludente e conflitivo (realismo). O estado de natureza se define pela Grande Harmonia e não pela anarquia hobbesiana (BARBOSA, 2021). Desta maneira, a partir de Reyes Herrera (2018), entende-se que a abordagem conceitual da China é baseada em uma perspectiva dialética, de harmonização. “A Relacionalidade enfatiza a conexão de todas as coisas do universo e na complexidade das relações entre vários atores nele, e a relação de relações é aquela que ocorre entre yin e yang, ou o que chamamos de meta-relação” (QIN, 2013, p. 9 apud REYES HERRERA, 2018, p. 104, tradução nossa).

Especificamente sobre o poder, Qin Yaqing (2021) salienta que este é composto por três itens: (1) poder material, referente ao que é tangível, como o poder econômico, militar e tecnológico; (2) poder institucional, que se refere à capacidade de criar e operar instituições internacionais universalmente aplicáveis; e (3) poder de legitimidade, que diz respeito à criação de mecanismos de consenso para a aceitação do hegêmona. “Os três poderes constituem as condições necessárias, suficientes e permissivas para a hegemonia, e a ordem hegemônica é a construção dos três poderes em uma trindade” (QIN, 2021, tradução nossa). Para ele, desde a crise de 2008, os EUA vêm perdendo força nas três bases necessárias do poder, enquanto a pandemia de Covid-19 marca o fim concreto da hegemonia norte-americana, da era dos hegemonismos e das ordens hegemônicas. O espraiamento do poder e a formação de uma ordem multipolar torna de difícil concretude a concentração dos três poderes em apenas um ou dois Estados centrais. Assim, o autor discorda da visão ocidental Realista sobre uma nova Guerra Fria sino-americana (QIN, 2021).

Deste modo, percebe-se que a Racionalidade Relacional de Qin se aproxima da abordagem Construtivista de Alexander Wendt, pois é parte de uma perspectiva social. No Construtivismo e na Relacionalidade, há co-constituição entre agente e estrutura. Então, a anarquia, os interesses e as identidades não são estáticos e não dependem exclusivamente do cálculo racional (como defendem os Realistas), alterando-se a partir de interações, ideias e valores compartilhados em determinado contexto. A abordagem de Qin se assemelha à de Wendt, ao incorporar a cultura como uma variável importante das relações internacionais, para além das instituições (Institucionalismo Neoliberal) e da distribuição de capacidades (Neorealismo) (QIN, 2018). Ao mesmo tempo, em sua visão sobre as mudanças e a harmonização de interesses a partir de relações, Qin remete sua perspectiva à corrente Liberal, que salienta a existência de um sistema cooperativo que gera benefícios mútuos mediante interdependência. Assim, a anarquia não é, necessariamente, hobbesiana. Verifica-se, também, que a visão de poder de Qin converge com a de Robert Cox, ao considerar e definir de forma semelhante três condições necessárias e suficientes para a hegemonia: (1) poder material (capacidades materiais); (2) poder de legitimidade (ideias); e (3) poder institucional (instituições).

Ao analisar a perspectiva de Qin, verifica-se uma adaptação eclética das teorias ocidentais. Para Barbosa (2021), uma de suas

principais contribuições tem sido buscar, na herança política, filosófica e cultural chinesa, explicações para os fenômenos internacionais, questionando a racionalidade advogada na academia ocidental. Entretanto, a teoria de Qin não se caracteriza como um novo paradigma científico na disciplina de RI. Além disso, no que se refere ao Movimento Escola Chinesa, encabeçado pelo autor, este ainda encontra dificuldades, uma vez que “pensar em uma Escola Chinesa unificada torna-se improvável visto a diversidade de pensamentos dentro do próprio país, dificultando a influência direta destas na comunidade acadêmica” (JIANGLI; BUZAN, 2016 apud LIMA et al.2020, p. 12). Isto pode ser explicado não somente pela diversidade de pensamentos existentes na China, mas sobretudo, nos termos de Lakatos (1998, [1978]), pelo fato de não haver premissas comuns que unam tais teorias em torno de um PPC unificado e distinto dos ocidentais. A busca pela construção do Movimento Escola Chinesa pode se caracterizar como um dos caminhos para tal PPC, mas este ainda não apresenta uma estruturação lakatosiana suficiente.

### 3.2.2. O REALISMO MORAL DE YAN XUETONG

Yan Xuetong também é um grande expoente de RI que, em seus trabalhos, recorre à filosofia, à cultura e aos pensamentos clássicos chineses no desenvolvimento de sua teoria do Realismo Moral (BARBOSA, 2021). Na obra *Leadership and the Rise of Great Powers* (2019), o autor salienta que os atributos de um hegemona são as ações morais, o poder e a autoridade, que constituem a tríade essencial para a perpetuação do status quo. Para Yan, a conformação de hegemonias produz estabilidade sistêmica, então, seus estudos se voltam à compreensão e explicação de como potências ascendem e não porque potências dominantes declinam. Neste sentido, as mudanças na distribuição de capacidades ajudam a explicar as alterações nas estratégias de grandes potências, mas não ajudam a explicar como essas disparidades no equilíbrio de poder passam a ocorrer. Em suas obras, Yan busca preencher esta lacuna (YAN, 2019).

A contribuição mais importante do realismo moral para a teoria do realismo é que o realismo moral trata a liderança das potências dirigentes como uma variável independente e atribui a mudança na configuração internacional ou equilíbrio de poder aos diferentes níveis de capacidade de reforma das várias lideranças. Isso nos ajuda a entender por que uma determinada potência em ascensão, mas não outras, pode atingir seu objetivo e por que um hegemon declina simultaneamente (YAN, 2020, p. 3, tradução nossa).

Para o autor, a eficiência da liderança política de um Estado em ascensão é um componente vital que determina as mudanças na distribuição de capacidades sistêmicas a seu favor, pois permite a projeção de seus recursos materiais e de sua influência ao redor do globo (através de reformas institucionais). Isto é, um Estado em ascensão obtém sucesso quando a sua “liderança política adota uma política externa de acordo com códigos morais universais” (YAN, 2019, p. 24, tradução nossa). Ao mesmo tempo, o enfraquecimento da liderança de uma potência dominante ocorre devido à prática de ações imorais (ou seja, daquelas que vão contra os padrões aceitos universalmente), como ocorreu com os EUA após a invasão ao Iraque (2003) sem a aprovação da ONU. Desta maneira, Yan (2019) atribui importância à moralidade, pois “o exercício da hegemonia não depende somente de poder material, mas também de um agir moral” (BARBOSA, 2021, p. 13).

Outrossim, em seus escritos, Yan Xuetong também preocupa-se em abordar a filosofia antiga chinesa como vital na compreensão da ascensão da China moderna. Segundo o mesmo, há uma sobreposição entre as escolas de pensamento chinês com as atuais escolas modernas de Relações Internacionais. Disso, tem-se que tal sobreposição apresenta “semelhanças entre confucionismo e idealismo, taoísmo e construtivismo e legalismo e realismo” (YAN, 2010). Para criar uma sociedade estável, existem diferenças nas abordagens da China moderna e da China antiga, visto que, enquanto a maior parte dos primeiros focam em condições econômicas, os últimos enfatizavam a liderança. Existem três categorias de liderança: (1) liderança humana, que se relaciona à moralidade na materialização do poder; (2) liderança hegemônica, que enfatiza o poder material e a credibilidade; e (3) tirania, que se trata do controle através do uso da força material. Yan ainda recorre ao filósofo Xunzi ao salientar que “aquele que usa o Estado para estabelecer a justiça será um rei sábio; aquele que estabelece confiança será um hegemon; e aquele que estabelecer um registro de conveniência e oportunismo perecerá” (YAN, 2019, p. 22, tradução nossa).

Deste modo, o tipo de liderança exercido afeta a distribuição de capacidades materiais à nível sistêmico (YAN, 2010). Para Yan (2019), este sistema internacional é composto por três componentes: atores internacionais, configuração entre atores e normas internacionais. Então, como um realista, o autor reconhece a existência de Estados com interesses nacionais e a natureza anárquica de tal sistema, mas estabelece que este, suas normas e seus paradigmas tecnológicos mudam de tempos em tempos. Portanto, há uma



necessidade dos formuladores de política externa dos Estados em definir seus interesses nacionais e quais abordagens serão utilizadas para alcançá-los a partir do conhecimento sobre o sistema internacional vigente. Por exemplo, antes da 1ª Guerra Mundial, as potências europeias disputavam a hegemonia através da conquista colonial de territórios não europeus; na Segunda Guerra, a estratégia passou a ser a anexação dos vizinhos; na Guerra Fria, EUA e URSS competiam a partir de guerras proxies em países subdesenvolvidos; e, atualmente, os EUA e a China empregam estratégias não violentas para competir, como a guerra comercial. Assim sendo, “uma vez consolidada, a liderança pode estabelecer novas normas internacionais que lhe permitam mudar a ordem normativa e até todo o sistema internacional” (YAN, 2019, p. 65, tradução nossa). Essas mudanças ocorrem apenas por meio das interações do Estado líder com os demais membros do sistema internacional (YAN, 2019).

Assim, em sua concepção (2019), a liderança internacional decorre de três componentes: (1) poder; (2) autoridade; e (3) moralidade. O poder (*quanli* 权力) se refere aos direitos e/ou deveres coercitivos legítimos, sendo composto por recursos tangíveis, como militares, econômicos, financeiros e tecnológicos. A autoridade (*quanwei* 权威) diz respeito ao prestígio e a confiança popular, conquistados a partir de recursos intangíveis, como liderança, influência e legitimidade internacional. A moralidade afeta diretamente a autoridade dos Estados, visto que ações morais aumentam a sua legitimidade e, conseqüentemente, a sua influência. Por outro lado, afeta indiretamente o poder, pois, primeiro, impacta na autoridade e, depois, resulta em mudanças nas capacidades materiais.

Assim, o poder (capacidades abrangentes, em sua concepção) abrange recursos materiais e imateriais, se materializando em quatro domínios: cultural (C), econômico (E), militar (M) e político (P). O político (P) é um elemento multiplicador dos demais [CC = (C+E+M) \* P], pois influencia na distribuição das capacidades materiais sistêmicas. Na visão do autor, na disputa sino-americana atual, a China possui vantagem como potência em ascensão, tendo em vista a sua cultura milenar baseada na moralidade, na virtude e na ética, ou seja, na liderança humanista (YAN, 2013). Ao dar ênfase ao papel da moralidade de um líder político estatal, a análise de Xuetong (2019) estabelece que:

[...] Às vezes, quando o governo de um Estado em ascensão tem um senso de responsabilidade maior do que o Estado dominante, essa disparidade se manifesta na implementação de mais reformas [pelo primeiro] do que no segundo, o que gradualmente reduzirá a disparidade de capacidade entre eles. Se a situação durar várias décadas, a capacidade abrangente do Estado em ascensão alcançará ou até superará a do Estado dominante. O Estado em ascensão se tornará assim o novo Estado dominante (YAN, 2019, p. 193; tradução nossa).

Portanto, percebe-se que, assim como Gilpin (1981), Xuetong atribui ao hegemom o papel de estabilizador sistêmico. Entretanto, diferentemente do primeiro, o autor chinês não caracteriza a liderança a partir de uma ideologia dominante e messiânica, mas sim, de preceitos moralmente e universalmente aceitos. Sua perspectiva faz parte da corrente Realista por salientar a centralidade do Estado, a existência da anarquia internacional (apesar da ordem hierárquica), a necessidade dos Estados em concretizar os seus interesses e, principalmente, a constante busca pelo poder e pela posição hegemônica no sistema internacional (como argumenta Mearsheimer) (QIN, 2018). Sua teoria se assemelha também ao Realismo Clássico de Morgenthau (2003), que coloca a moralidade (universal e particular) como um dos princípios básicos da ação internacional.

No entanto, para o autor ocidental, os princípios morais são subordinados aos interesses nacionais e à busca pelo poder, enquanto para Xuetong, estes compõem o exercício e a manutenção do poder. O chinês ainda concorda com a perspectiva de Morgenthau de que a moralidade particular de um Estado não deve ser exportada pela força, mas sim, por mecanismos de atração e pelo exemplo (YAN, 2016). Seu pensamento converge com o Realismo Clássico de Morgenthau ao considerar a liderança a partir da perspectiva do estadista, ou seja, do tomador de decisões de política externa. Desta maneira, o pensamento de Xuetong retoma a tradição chinesa e expande a noção de moralidade no Realismo, para que sua perspectiva possa ser universalmente aplicada, mas, de acordo com Barbosa (2021), ainda não há consenso se esta se caracteriza como um novo paradigma de RI.

### 3.2.3. ZHAO TINGYANG E A TEORIA DE “TUDO SOB O CÉU”

Zhao Tingyang, em *Redefining a Philosophy for World Governance* (2019), explicita a sua teoria de “Tudo Sob o Céu” (Tiānxià 天下), que remonta o sistema Tiānxià da dinastia Zhou (século XI a.C.-256 d.C.), em que a China buscou unificar as sociedades asiáticas por meio de um sistema cooperativo e não baseado do uso da força, capaz de mitigar os conflitos étnicos (BARBOSA, 2021). À sua época, o Rei Zhou

não conseguia exercer o domínio territorial pretendido, uma vez que havia cerca de 1000 estados tribais, ao passo que o seu território era comparativamente menor. Ao não angariar sucesso no seu domínio pelo uso da força, o rei desenvolveu o Sistema Tianxia, um sistema “mundial” partilhado. Este era caracterizado por: (1) oferecer benefícios de adesão maiores do que aqueles de não-adesão para os estados; (2) garantir uma interdependência de interesses e benefícios mútuos entre seus participantes, a fim de gerar uma segurança universal e uma paz contínua; e (3) possibilitar o desenvolvimento de interesses públicos e de benefícios públicos para todos os participantes (ZHAO, 2019, p. 2-7).

Ademais, o sistema apresentava uma estrutura hierárquica tripartite, composta por: um Estado Suserano/Central (distrito em que o governante sistêmico era visto como o filho do céu e o centro do mundo, possuindo poderes para supervisionar e administrar); Estados Vassallos (que pagavam tributos ao Suserano); e Unidades Políticas Terciárias (que abrigavam subordinados que possuíam terras próprias dentro dos estados vassallos) (ZHAO, 2019). Para Zhao Tingyang, Tianxia foi um sistema mundial porque suas instituições serviam, à época, ao mundo inteiro (asiático), ao mesmo tempo em que não se considerava a existência de “estrangeiros”. Este sistema se opõe claramente à ordem Westfaliana criada pelo Ocidente (QIN, 2018). Nesta concepção, a unidade de análise é a própria estrutura (mundo) e não os Estados individuais (sistema interestatal).

A Dinastia Zhou foi a mais longa da história chinesa (800 anos), devido à prática do Sistema Tiānxià. Entretanto, Tingyang elenca que, embora a alta durabilidade, a Dinastia permaneceu cerca de 400 anos em guerra, em virtude dos conflitos travados pelos estados vassallos para angariar domínio. “A principal razão para isso foi que o estado suserano perdeu sua superioridade econômica e militar [...] e, como resultado, gradualmente perdeu sua credibilidade” (ZHAO, 2019, p. 16, tradução nossa). Neste ponto, apesar de não utilizar propriamente o conceito de “hegemonia”, a perspectiva assemelha-se com a Teoria da Estabilidade Hegemônica de Gilpin (1981), ao salientar que quando há um aumento nos custos de governança do Estado dominante e uma redução nos custos de se contrapor a este por parte dos ascendentes, o primeiro entra em processo de queda.

Por remeter à história antiga da China, Zhao (2009) sustenta que a prática do Tiānxià é de difícil aplicação universal e atemporal. Entretanto, o autor estabelece que algumas características deste sistema podem ser úteis: (1) ele é monárquico e possui certos elementos aristocráticos; (2) é composto por um governo central e subestados; (3) o governo central é responsável pela criação e manutenção de instituições, leis e normas mundiais, pela arbitragem e pelo controle de recursos compartilhados (como rios), sempre mantendo o bem-estar e a justiça comuns; (4) os subestados são independentes econômica e culturalmente, mas são obrigados a fazer contribuições ao governo central para a manutenção do bem comum; (5) há um equilíbrio institucionalmente estabelecido entre o governo central e os subestados, no que se refere ao controle de território, a força militar e a pujança econômica, para evitar a opressão do governo central; e (6) as pessoas são livres para migrar para qualquer subestado, pois não há nacionalismo. “Na filosofia chinesa, o mundo é mais considerado como um corpo político do que um objeto científico” (ZHAO, 2009, p. 11, tradução nossa). Por isso, em sua concepção, ainda não há uma verdadeira história mundial, visto sua marca europeia.

Uma história real do mundo deve começar com uma ordem mundial que narra uma vida compartilhada da humanidade. A ordem mundial não é aquela em que uma hegemonia ou grandes potências aliadas governam o mundo, mas uma que se baseia em interesses comuns universais de nações soberanas; não aquela em que um determinado país estabelece as regras do jogo para o mundo inteiro, mas aquela em que uma constituição global estabeleça as regras do jogo para todas as nações. O sistema Tianxia durante a Dinastia Zhou foi um experimento que testou o conceito de política mundial, bem como uma promessa para a verdadeira história mundial. Até agora, o mundo não se tornou Tianxia (ZHAO, 2019, p. 44, tradução nossa).

Zhao não tem uma perspectiva específica sobre o poder ou a hegemonia, pois sua visão remonta a um mundo harmônico e inclusivo distinto do sistema Westfaliano. De forma geral, sua visão sobre o processo de ascensão e queda de Estados é de que o mundo anárquico, como existe hoje, é injusto e caracterizado pelo caos, pois não há um governo mundial e nem uma visão de mundo universalmente aceitos para fazer com que o sistema seja um corpo político coerente (e não apenas geograficamente coerente). Este poderia ser alcançado por uma ordem mundial guiada pelo Tianxia e seus quatro elementos-chave: (1) a internalização do mundo, que se refere à não-exclusão e à inclusão de todos os atores no centro decisório mundial; (2) a racionalidade relacional, que prioriza não os interesses individuais, mas sim os interesses coletivos e a coexistência pacífica a partir das relações; (3) a melhoria confucionista, que se refere à busca de estratégias voltadas à melhoria de toda a sociedade mundial e não apenas de alguns indivíduos ou atores internacionais; e (4) o universalismo compatível, que se ancora na existência de relações simétricas racionais, independentemente dos

valores de cada sociedade. “Qualquer valor que não possa ser definido por relações simétricas representa apenas preferências pessoais ou valores específicos de um determinado grupo” (ZHAO, 2019, p. 59, tradução nossa).

Desta forma, no que concerne ao projeto de um mundo harmônico, cooperativo e pacífico, sua visão se assemelha ao liberalismo kantiano. Entretanto, diverge ontologicamente deste por considerar a existência de um governo mundial (imperial, monárquico e aristocrático) e defender a coexistência (não-exclusão) como condição necessária, ao passo que Kant defende o individualismo e a criação de uma associação mundial composta por Estados republicanos (Westfalianos). Em suma, a perspectiva de Zhao recorre diretamente à história chinesa e ainda levanta muitas dúvidas acadêmicas sobre a sua viabilidade, portanto, ainda não é considerada uma teoria científica (BARBOSA, 2021).

A tabela abaixo sintetiza o argumento desta subseção, em que as perspectivas chinesas analisadas não constituem um novo programa de pesquisa científica no sentido lakatosiano.

**Quadro 1. Síntese analítica**

Autor chinês	Abordagem	Semelhanças	Comentário
<b>Qin Yaqing</b>	(1) Racionalidade Relacional;  (2) Poder: (a) poder material; (b) poder de legitimidade; (c) poder institucional;	(1) Construtivismo (Alexander Wendt); Liberalismo (harmonia de interesses);  (2) Poder (Robert Cox): (a) capacidades materiais; (b) ideias; (c) instituições;	Adaptação eclética de perspectivas ocidentais, com incorporação de elementos políticos, filosóficos e culturais da China e com crítica à racionalidade advogada pelo Ocidente; não criou um novo paradigma dentro das RIs;
<b>Yan Xuetong</b>	(1) Realismo Moral;  (2) Poder: (a) capacidades materiais; (b) autoridade;	(1) Realismo Clássico (Hans Morgenthau);  (2) Poder (Robert Gilpin): (a) poder material; (b) prestígio;	Expande a noção de moralidade no realismo, mas ainda não há consenso se este se caracteriza como um novo paradigma de RI;
<b>Zhao Tingyang</b>	(1) Sistema Tianxia (Estado central, subestados);  (2) Perda de capacidades do Estado central enfraquece a sua capacidade de governança sistêmica;	(2) Paz Perpétua (Immanuel Kant), composta por Estados republicanos;  (2) Transição hegemônica ocorre quando emerge uma potência insatisfeita com o status quo e/ou quando o hegemon perde sua capacidade de governança (Robert Gilpin);	Recorre diretamente à história chinesa e ainda levanta muitas dúvidas acadêmicas sobre a sua viabilidade, portanto, ainda não é considerada uma teoria científica;

Fonte: elaboração dos autores.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina de RI e as suas teorias são historicamente ocidentalizadas. Apenas recentemente elas têm sido discutidas nos países orientais. Na China, isto passa a ocorrer em meados dos anos 1950, com a criação do Departamento de RI na Universidade de Renmin, sobretudo a partir de estudos marxistas e revolucionários voltados às necessidades chinesas na época, como a profissionalização da diplomacia. A partir dos anos 1970, com a inserção no capitalismo e o reconhecimento internacional do país, as teorias ocidentais de RI foram introduzidas na China, ao mesmo tempo em que se realizavam estudos voltados ao movimento terceiro-mundista e à mobilização comunista mundial. A partir dos anos 1990 e sobretudo nos anos 2000, tem-se a maturação da disciplina, em que ocorre publicação de livros, criação de teorias, realização de simpósios e discussões acerca de uma Escola de RI Chinesa.

No trabalho, verificamos que as abordagens dos autores chineses têm sido criadas a partir de dois eixos: (1) tradição histórica, filosófica e cultural local; e (2) reinterpretação de teorias ocidentais de RI. A abordagem da relacionalidade de Qin Yaqing possui semelhanças com a perspectiva construtivista de Alexander Wendt, ao mesmo tempo em que sua conceituação de poder converge com a concepção da teoria crítica coxiana. Por seu turno, o realismo moral de Yan Xuetong remonta os preceitos básicos do realismo clássico de Morgenthau.

Entretanto, diferencia-se deste ao considerar a moralidade como parte constituinte do exercício e da manutenção do poder, e não como subordinada aos interesses nacionais e à busca pelo poder. Sua concepção sobre o papel estabilizador do hegêmona se assemelha à de Gilpin, mas diferencia-se no instrumento de manutenção da hegemonia (ideologia dominante versus princípios morais universais). Por fim, a abordagem Tianxia de Zhao Tingyang caracteriza-se como a mais distinta, por se tratar de um projeto de ordem harmônica oposta à Westfaliana ocidental e semelhante à da China imperial. Este projeto idealista se assemelha ao kantiano na busca de paz e harmonia, mas difere por prever a criação de um governo mundial e o fim do sistema de Estados soberanos como conhecemos hoje.

Desta forma, de acordo com Qin Yaqing (2010) e Barbosa (2021) ainda não há uma teoria de Relações Internacionais propriamente chinesa. O desenvolvimento da disciplina, como salientado anteriormente, é predominantemente ocidental, e demorou para ser desenvolvido na China. Além disso, os contatos acadêmicos com o Ocidente e a introdução de teorias ocidentais no país (a partir das reformas dos anos 1970-80), contribuíram para que, neste momento, houvesse apenas traduções e adaptações destes estudos para a China. Não houve, assim, a criação de um novo programa de pesquisa no país que permitisse uma diferenciação do que tem sido feito no Ocidente. “O estudo de esquemas realistas, liberais e construtivistas seguem populares na academia local e são usados como ponto de partida para se explicar a realidade atual” (BARBOSA, 2021, p. 12). Soma-se a isto a barreira linguística para o acesso a revistas mundialmente conhecidas na área. Ressalta-se, entretanto, que a ascensão do país como potência mundial no século XXI tem instigado os pesquisadores na criação de teorias com características chinesas. Isto é, de abordagens que conservem os aspectos históricos, filosóficos e culturais do país, mas que ajudem a explicar fenômenos da política internacional, através de metodologias e conceitos rigorosos.

## REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (2010). **Non-Western International Relations Theory**, New York: Routledge.
- ANTUNES, Sandrina; CAMISÃO, Isabel. Realism. In MCGLINCHEY, Stephen; WALTERS, Rosie; SCHEINPFLUG, Christian (2017). **International Relations Theory**. Bristol: E-International Relations Publishing.
- BARBOSA, Pedro H. B. (2021). **O pensamento chinês e a teoria de Relações Internacionais: uma Escola Chinesa de RI?** Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-22.
- BIAO, Zhang (2017). **Hans Morgenthau, Realist Theory of International Leadership, and the Future of Global Order**. Chin. Polit. Sci. Rev., v. 2, p. 512-530.
- CAIXETA, Maria B. (2018). **Por uma teoria latino-americana das Relações Internacionais: contribuições dos Estudos de Área**. In: Anais do 4º Seminário da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Disponível em: <<https://www.seminario2018.abri.org.br/arquivo/downloadCaixeta>>. Acesso em: 04/08/2022
- CASTRO, Tales (2012). **Teorias das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- COX, Robert W. (2021). **Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de Relações Internacionais**. OIKOS, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 10-37. Tradução de Caio Contijo.
- COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy (1996). **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press.
- DECOL, Jocieli; SILVA, Igor C. (2019). **O processo de teorização em Relações Internacionais no Brasil: uma análise a partir das produções em PUC-RJ e UFRGS**. Monções, v. 8, n. 15, p. 308-335.
- GILPIN, Robert (2001). **Global political economy: understanding the international economic order**. Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_. (1981). **War & Change in World Politics**. Cambridge University Press.
- HENDLER, Bruno (2018). **O Sistema Sinocêntrico Revisitado. A sobreposição de temporalidades da ascensão da China no século XXI e sua projeção sobre o Sudeste Asiático**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, PEPI-UFRJ.
- KANG, David C. (2010). **East Asia before the West: five centuries of trade and tribute**. Nova York: Columbia University Press.
- LAKATOS, Imre (1998). **História da Ciência e suas Reconstruções Racionais. Trad. de Emília Picado Tavares Marinho Mendes**. Lisboa: Edições 70, p. 11-20.
- LEE, Ji-Young (2017). **China's hegemony: four hundred years of East Asian Domination**. Nova York: Columbia University Press.
- LI, Mingjiang (2008). **China Debates Soft Power. The Chinese journal of international politics**, v. 2, n. 2, p. 287-308.
- LI, Shaojun (2020). **International Politics Studies in China**. In: ZHANG, Yuyan (org.). Study on International Politics in Contemporary China.

- LIMA, Marcos Costa; ALBUQUERQUE, Tatiane Sousa de; BARBOSA, Victor; NASCIMENTO, Danillo Rafael Batista do (2020). **As Universidades Chinesas e as Relações Internacionais**. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 5, n. 3, p. 5-24, dez.
- MARINI, Rui M. (2017). **Dialética da Dependência. Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325–356.
- MENDES, Pedro E. (2019). **O nascimento das Relações Internacionais como Ciência Social: uma análise comparada do mundo Angloamericano e da Europa Continental**. Austral, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 21-53.
- MONTENEGRO, Renan H. (2015). **Debates Teóricos no campo das Relações Internacionais na China**. Mural Internacional, v. 6, n. 2, p. 230-244, jul-dez.
- MORGENTHAU, Hans J. (2003). **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Editora Universidade de Brasília (IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais). 1152 p.
- NYE, Joseph (2011). **The Future of Power**. PublicAffairs. 235 p.
- \_\_\_\_\_. (1990). **Bound to lead: the changing nature of American power**. 1 ed. New York: Basic Books. 302 p.
- PEREIRA, Demetrius C.; ROCHA, Rafael A. (2014). **Debates teóricos em Relações Internacionais: origem, evolução e perspectiva do “embate” Neo-Neo**. Monções, v. 3, n. 6, p. 313-328.
- QIN, Yaqing (2021). **Mudanças na ordem mundial: da hegemonia ao multilateralismo inclusivo**. Cankao Xiaoxi. Disponível em: <<http://m.cankaoxiaoxi.com/zhiku/20210323/2438236.shtml?fr=mb>>. Acesso em: 30/05/22.
- \_\_\_\_\_. (2018). **A Multiverse of Knowledge: Cultures and IR Theories**. The Chinese Journal of International Politics, p. 415-434.
- \_\_\_\_\_. (2012). **Culture and global thought: Chinese international theory in the making**. Revista CIDOB d’Afers Internacionals, n.100, p. 67-89.
- \_\_\_\_\_. (2010). **Why Is There No Chinese International Relations Theory?** In ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (eds). Non Western International Relations Theory, New York: Routledge, p. 26–50.
- \_\_\_\_\_. (2007). **Why is there no Chinese international relations theory?** International Relations of the Asia-Pacific, v. 7, n. 3, p. 313-340.
- REYES HERRERA, Milton Alfredo (2018). **A projeção política da República Popular da China: o caso da América do Sul, 2002-2015**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: UFRJ.
- SATO, Eiiti (2015). **Os cursos de Relações Internacionais e as perspectivas profissionais no Brasil**. Centro Universitário Jorge Amado. Disponível em: <[http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivos/ensino\\_rel\\_2015.pdf](http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivos/ensino_rel_2015.pdf)>. Acesso em: 01/08/2022
- SHU, Min (2011). **Balancing in a Hierarchical System: Pre-Colonial Southeast Asia and the Tribute System**. Waseda Global Forum, no. 8, pp. 1-30.
- VIGEVANI, Tullo; MARTINS, Aline Regina Alves; MIKLOS, Manoela; RODRIGUES, Priscila (2011). **A contribuição marxista para o estudo das Relações Internacionais**. Lua Nova, São Paulo, v. 83, p. 111-143.
- VIGEVANI, Tullo; THOMÁZ, Laís F.; LEITE, Lucas B (2014). **As Relações Internacionais no Brasil: notas sobre o início de sua institucionalização**. Inter Relações, Faculdade Santa Marcelina, ano 14, n. 40.
- VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. (2012). **International Relations Theory. 5ª ed**. Pearson Education. 479 p.
- WENDT, Alexander (2013). **A anarquia é o que os Estados fazem dela: a construção social da política de poder**. Monções, v. 2. n. 3, p. 420-473.
- \_\_\_\_\_. (1999). **Social Theory of International Politics**. Cambridge Studies In International Relations, nº 67.
- WU, You (2018). The rise of China with cultural soft power in the age of globalization. Journal of Literature and Art Studies, v. 8, n. 5, p. 763-778.
- YAN, Xuetong (2020). **IR Moral Realism’s Epistemology**. India Quarterly, p. 1-5.
- \_\_\_\_\_. (2019). **Leadership and the Rise of Great Powers**. Princeton University Press. 294 p.
- \_\_\_\_\_. (2016). **Political Leadership and Power Redistribution**. The Chinese Journal of International Politics, p. 1-26.
- \_\_\_\_\_. (2013). **La competición entre China y Estados Unidos por el liderazgo mundial**. In YAQING, Qin; XUETONG, Yan. Pensamiento Chino y Relaciones Internacionales: dos miradas. Documentos CIDOB.
- \_\_\_\_\_. (2010). **Are China’s Ancient Philosophers Relevant to China’s Modern Rise?** Wilson Center. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/event/are-chinas-ancient-philosophers-relevant-to-chinas-modern-rise>>. Acesso em: 25/11/22
- ZHANG, Feng (2009). **Rethinking the ‘Tribute System’: broadening the conceptual horizon of Historical East Asian Politics**. Chinese Journal of International Politics, Vol. 2, pp. 545–574.

- ZHAO, Tingyang (2019). **Redefining A Philosophy for World Governance**. Tradução de Liqing Tao. Singapore: Palgrave Macmillan.
- \_\_\_\_\_ (2009). **A Political World Philosophy in terms of All-under-heaven (Tian-xia)**. Diogenes, v. 221, p. 5-18.
- ZHAO, H. (2017). **Chinese and global security firms see big opportunities in Belt and Road Initiative**. CGTN, April 24. Disponível em: <[news.cgtn.com/news/3d41444f35557a4d/share\\_p.html](https://news.cgtn.com/news/3d41444f35557a4d/share_p.html)>. Acesso em: 14/09/22
- ZHANG, J. (2015). **China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'?** Global Change, Peace & Security, v. 27, n. 1.
- ZHENG, Y. (2018). **First China-Africa Defense & Security Forum concludes**. CGTN, July 10. Disponível em: <[news.cgtn.com/news/3d3d514f31457a4e78457a6333566d54/share\\_p.html](https://news.cgtn.com/news/3d3d514f31457a4e78457a6333566d54/share_p.html)>. Acesso em: 14/09/22

## A SEGURANÇA ENERGÉTICA CHINESA E O PAPEL DA AMÉRICA DO SUL

### CHINESE ENERGY SECURITY AND THE ROLE OF SOUTH AMERICA

**Jacqueline A. Haffner** | jacqueline.haffner@ufrgs.br | Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

**André Valente Maia** | andrevmaia@gmail.com | Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

**Recebimento do artigo** Julho de 2022 **Aceite** Outubro de 2022

**Resumo:** O petróleo é um recurso natural fundamental para a sociedade atual e muitos países precisam buscar esse recurso em fontes externas. O objetivo deste artigo é analisar a segurança energética chinesa e a importância da América do Sul para este país, já que a China é um importante comprador e investidor no setor petrolífero da região. Para tal, realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica. A pergunta de pesquisa é: É a América do Sul importante na atração do investimento chinês no setor petrolífero? Evidenciamos a inserção da região na política de diversificação de fornecedores e o potencial energético em longo prazo da China. **Palavras-chave:** China; América do Sul; segurança energética; petróleo.

**Abstract:** Oil is a fundamental natural resource for today's society and many countries need to seek this resource from external sources. The purpose of this article is to analyze Chinese energy security and the importance of South America for this country, since China is an important buyer and investor in the region's oil sector. To this end, we carried out a documentary and bibliographic research. The research question is: Is South America important in attracting Chinese investment in the oil sector? We highlight the region's insertion in the policy of supplier diversification and China's long-term energy potential. **Keywords:** China; South America; energy security; oil.

## 1. INTRODUÇÃO

A energia é vital para a preservação da vida. O mundo, tal qual nós conhecemos hoje, exige a manutenção do fornecimento de energia, seja oriunda do sol, dos oceanos ou da terra. Diferentemente de outras formas de vida, os seres humanos incluíram em sua matriz energética fontes de energia não renováveis e o desenvolvimento tecnológico foi possibilitando e exigindo quantidades cada vez maiores de recursos. Entretanto, o modelo de sociedade na qual estamos inseridos hoje depende de fontes energéticas pouco diversificadas. Dentre as fontes energéticas primárias destacam-se a participação do petróleo, do carvão e do gás natural, os quais corresponderam a aproximadamente 80% do consumo energético mundial no ano de 2018, mantendo o padrão de várias décadas. O petróleo que chegou a representar 50% do consumo global de energia no final dos anos 1980 teve sua participação reduzida para aproximadamente 35% em 2018. Em contrapartida, o gás natural vem ampliando a sua participação. De qualquer forma, a posição ocupada por estas três fontes energéticas, em uma escala de maior para o menor consumo, se manteve as mesmas nos últimos 40 anos, sendo o petróleo, o carvão e o gás natural os mais utilizados (BP, 2019).

A composição da matriz energética de cada país se dá conforme os recursos disponíveis sejam em seu território ou através do mercado internacional. Este é o caso da China, que em 2018 teve o carvão (58%), o petróleo (20%) e a hidroeletricidade (8%) como as principais fontes de energia (BP, 2019).

Sendo assim, a partir de 2011, a China passou a ocupar a primeira posição no ranking mundial de consumo de energia (EIA, 2015). Embora o petróleo não seja a maior fonte de energia para a China, o país é o segundo maior consumidor mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (BP, 2019). A questão do petróleo desperta considerável atenção na política energética chinesa, uma vez que 69% do consumo em 2018 dependeu das importações (IEA, 2018), tornando o país o maior importador mundial de petróleo desde 2017 (EIA, 2018).

Diante da importância do petróleo e a dependência nas importações, este trabalho busca analisar a segurança energética chinesa e a relevância da América do Sul para este país. Para tal, procederemos a uma análise de fontes secundárias qualitativas quanto à segurança energética chinesa e de dados quantitativos referentes ao acesso ao petróleo da América do Sul pela China. Em um primeiro momento, discutiremos o conceito de segurança energética e as diversas abordagens na literatura existente para em seguida analisarmos a questão energética na China, buscando evidenciar a estratégia utilizada a fim de garantir o suprimento dos recursos necessários. Neste sentido, vale a pena enfatizar que o objetivo da China com a América do Sul é de comprar petróleo cru, destacando que o país tem investido internamente, por meio de suas estatais, na expansão da infraestrutura para produzir derivados de petróleo. Observa-se que o país asiático se encontra numa posição de elevada dependência do óleo cru. Por fim, a América do Sul será analisada sob a luz da estratégia chinesa para a região. O argumento defendido é que a América do Sul faz parte da estratégia chinesa de diversificar seus fornecedores de energia, ao mesmo tempo em que apresenta potenciais capacidades para a ampliação da produção e espaço para a participação chinesa.

## 2. SEGURANÇA ENERGÉTICA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

O desenvolvimento social e econômico mantém relação direta com o desenvolvimento das fontes energéticas, principalmente após o advento da sociedade moderna. A busca por estratégias para garantir o acesso aos recursos e manter o seu fornecimento abarcam questões que envolvem temas econômicos, políticos, securitários e geoestratégicos (TASCA, 2018) capazes de alterar a dinâmica entre os diversos atores no cenário mundial. Se há trinta anos os principais consumidores e importadores de petróleo eram os países com economias avançadas e desenvolvidas, recentemente os países com economias em desenvolvimento passaram a exercer um papel de destaque no cenário energético global. Devido a isso, os conceitos de segurança energética foram gestados a partir da experiência desses países desenvolvidos, não considerando a experiência dos demais (WEI, 2019).

A partir disso, é possível traçar as condições históricas nas quais energia e segurança passaram a compor uma questão específica, tendo o petróleo desempenhado forte influência na construção conceitual. Assim, a importação de petróleo foi associada à segurança energética dos países. Segundo Bridge (2015), o uso moderno do termo energia é uma invenção do século XIX que teve como objetivo possibilitar que os diferentes tipos de materiais utilizados pudessem ser medidos a partir de suas capacidades de geração de calor e energia. Isso fez com que a energia fosse desmaterializada de sua forma material, fazendo com que vento, água, biomassa, combustíveis fósseis, dentre outros, fossem todos enquadrados como energia. Da mesma forma, as formulações de segurança são igualmente abstratas, deixando escapar as particularidades das formas e causalidades.

De acordo com a teoria da securitização, um problema político torna-se um problema de segurança se um agente consegue defini-lo como uma ameaça ou uma prioridade que justifique um tratamento especial ou uma intervenção por meios extraordinários (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998). No caso da energia, securitização se refere a um processo social no qual questões sobre energia são enquadradas como questões de segurança. Essa interpretação se baseia na concepção construtivista da Escola de Copenhague de Relações Internacionais, no qual o “ato de fala” eleva o objeto de segurança acima da política cotidiana (BUZAN; WÆVER, 2009).

A aglutinação da energia com segurança vai produzir um conceito que na visão de Bridge (2015) carece de especificação, possibilitando uma ampla variação de ações e licenciamento de tecnologias que vão desde parques eólicos à energia nuclear, interferindo em questões sociais como acesso público, direitos de passagem, entre outros. A segurança energética como discurso é um significante vazio, ou seja, um conceito consideravelmente mais concreto que o objeto ao qual se refere. Devido a elasticidade do conceito, permite a existência de variadas conotações, as quais se encaixam em contextos sociais diversos e atendam a objetivos específicos daquele momento (PAIVA; CASTRO; LIMA, 2017).

A inserção do petróleo em questões de segurança pode ser notada a partir da substituição do carvão pelo petróleo como fonte energética da marinha britânica no início do século XX (YERGIN, 1991). Entretanto, na década de 1970, o impacto político provocado pelos choques do petróleo fez com que a segurança energética reemergisse no cenário político, devido à evidência da fragilidade do comércio mundial do produto. Isso aconteceu porque, no pós-guerra, o petróleo se generalizou como a principal fonte energética global. Essa reemergência e proliferação da segurança energética no cenário internacional foram motivadas, de acordo com Bridge (2015), por quatro



pontos: a liberalização do mercado energético, a mudança no centro geoeconômico e geopolítico em escala mundial, o declínio na produção em alguns países e aumento da dependência de importações e do petróleo e, por fim, pela expansão dos termos de segurança após o fim da Guerra Fria.

Mesmo que tenha havido uma proliferação das questões relacionadas à segurança energética no cenário internacional, a discussão sobre o assunto permanece restrita a um espaço determinado. No estudo de Grundmann, Scott e Wang (2013), foi evidenciada a importância do tema em espaços específicos e em mídias de grande circulação, demonstrando que esta ainda é uma preocupação restrita a determinados grupos. Mesmo restrito a um espaço determinado, não há um consenso sobre a definição de segurança energética. Sovacool (2011) utilizou-se de uma expressão atribuída a Aristóteles para dizer que quem controla a definição, controla o debate, demonstrando a disputa existente entre os diversos conceitos sobre o tema. No mesmo trabalho Sovacool (2011) elencou 45 definições diferentes, das quais algumas priorizaram a segurança no fornecimento e acessibilidade e outras enfatizaram a disponibilidade, a eficiência energética, o comércio, a qualidade ambiental e a administração social e política. Na mesma direção, Ang, Choong e Ng (2015) identificaram na literatura 83 definições para o tema, dentre estas se destacaram a questão da disponibilidade, considerada em quase todas as definições, e questões relacionadas ao meio ambiente, governança e eficiência energética, as quais emergiram no debate mais recentemente.

Dentre a variedade de definições utilizadas para segurança energética Lu et al. (2014, p.4) afirmam que a mais utilizada é a desenvolvida pela International Energy Agency (IEA), a qual define: “segurança energética é a disponibilidade física ininterrupta de recursos a um preço acessível, respeitando as questões ambientais”. Mesmo que muitas pesquisas sejam focadas em aspectos mais específicos como a segurança no fornecimento, disponibilidade e preço, outras buscam uma maior abrangência para incorporar questões ligadas à capacidade de refinamento, impactos econômicos e sociais (ANG; CHOONG; NG, 2015).

Na medida em que as reservas de petróleo são fontes finitas, o controle destas constitui um fator de desequilíbrio entre os países e, ao mesmo tempo, podem funcionar como motivadores para muitos conflitos internacionais, mesmo que de forma velada. Essa perspectiva geopolítica conforma-se com uma busca pelo acesso dos recursos, uma corrida pelo que resta (KLARE, 2012). Entretanto, é preciso observar que as práticas e estudos sobre segurança energética não se restringem a uma lógica exclusiva à guerra. Ciuta (2010) propõe que a energia é uma questão de segurança por ser tanto a causa quanto o instrumento para a guerra, o que o autor chama de lógica da guerra. Para além da guerra, a energia também é considerada uma necessidade vital para o funcionamento das sociedades, Estados, exércitos e economias, ou seja, todos precisam de energia, a qual é chamada de lógica da subsistência (CIUTA, 2010).

A literatura sobre segurança energética pode ser dividida em dois conjuntos, segundo Xu Yi-Chong (2006). O primeiro conjunto está focado na energia, não só em garantir o suprimento adequado via fornecedores e/ou fontes confiáveis a um preço estável, mas também garantir toda a cadeia energética do país, assegurando o abastecimento dos consumidores finais. O segundo conjunto tem como foco a segurança, centrado no Estado, cuja preocupação é manter o fornecimento e compensar sua vulnerabilidade em questões externas, uma vez que depende das importações para atender o seu consumo, o que pode levar a disputas internacionais no processo de acesso e obtenção do produto.

A diversidade de definições adotadas para a segurança energética foi sendo gestadas a partir das experiências históricas, principalmente dos países importadores de petróleo (BRIDGE, 2015). Também é necessário considerar as mudanças sociais, o avanço da tecnologia, a ampliação de uma consciência sobre sustentabilidade e mudanças climáticas na reformulação dos conceitos (ANG; CHOONG; NG, 2015). Essa dinamicidade do conceito tem a capacidade de ampliar suas bases de aplicação, ao mesmo tempo em que permite a inclusão de novos temas, como foi o caso das questões ambientais, também justifica determinadas ações e políticas com base na segurança energética (ANG; CHOONG; NG, 2015; SOVACCOOL, 2011).

A compreensão do desenvolvimento histórico do conceito nos auxilia a ingressarmos no próximo tópico com um olhar mais atento sobre o significado do ingresso da China no mercado internacional, principalmente do setor energético, uma vez que a grande necessidade por energia para manter o desenvolvimento econômico alterou a relação entre os atores nessa “corrida pelo que resta”. Para atender aos objetivos propostos neste trabalho, optamos por considerar apenas um dos elementos da segurança energética discutidos anteriormente, qual seja, a centralidade do Estado em garantir o acesso e o fornecimento de petróleo necessário ao país.

### 3. A QUESTÃO ENERGÉTICA NA CHINA

O consumo mundial de petróleo tem crescido constantemente. Entre os anos de 1990 e 2010 a taxa média foi de 1,3% ao ano, enquanto a demanda chinesa cresceu 5,7% (W. WU, 2015). Em 2018, o crescimento global foi de 1,5% e a China e os Estados Unidos foram os países que mais contribuíram para este crescimento, sendo que o gigante asiático representou 49% do crescimento e os Estados Unidos 36% (BP, 2019). Nos primeiros quatro meses de 2019, o consumo mundial teve um crescimento de 1,1%, enquanto o consumo da China cresceu 3% e dos Estados Unidos 1,4% (WORLD BANK GROUP, 2019).

Dados de 2018 indicam que as reservas petrolíferas chinesas correspondem a 1,5% do total mundial, o que coloca o país na 13ª posição dentre os países com as maiores reservas de petróleo (BP, 2019). Com relação a produção mundial, neste mesmo ano, a China foi responsável por 4,2%, ocupando a 7ª posição (BP, 2019). A China manteve a autossuficiência em petróleo até o início dos anos 1990, quando passou a depender das importações do produto, alterando o seu status de autossuficiente e exportador. Identifica-se, neste sentido, que à medida que a dependência da China em óleo cru cresceu, o país investiu na ampliação da sua capacidade de refino para que essa dependência não se transformasse em dependência de derivados. No caso do gás natural, as importações superaram a produção do país no ano de 2007 e, o carvão, principal produto da matriz energética chinesa, em 2009 (K. WU, 2014).

Quando analisamos os dados relativos às reservas energéticas chinesas, percebemos que o país tem considerável participação no total mundial, possuindo a maior reserva de energia hídrica e a terceira maior em carvão. Entretanto, cabe destacar que a reserva energética per capita é muito inferior à média mundial, principalmente para o petróleo (WEI, 2019), e o consumo energético per capita, comparado aos países desenvolvidos, é ainda menor (SONG; ZHANG; SUN, 2019).

Embora a China faça parte dos 10 maiores produtores mundiais de petróleo, sua capacidade de produção deixou de ser capaz de suprir a demanda, por isso passou a depender de importações a partir de 1993. O crescimento econômico chinês passou a exigir um volume crescente de energia, fazendo com que o país se tornasse o maior consumidor de energia em 2011 (EIA, 2015), em 2013 passou a ser o maior importador líquido de petróleo (importações menos exportações) (EIA, 2014) e, em 2017, tornou-se o maior importador bruto em termos quantitativos (EIA, 2018). Apesar de o petróleo representar 20% da composição energética em 2018, 69% foi oriundo de importações, o que significa uma grande dependência de fontes externas (IEA, 2018). Fica evidenciada a escassez deste recurso energético, demonstrando que o crescimento econômico chinês representa um marco importante no setor energético mundial.

A importância da energia, em particular o petróleo, e a garantia de seu fornecimento é compreendida como uma responsabilidade do Estado e das empresas estatais chinesas. Com isso, a segurança ou insegurança energética depende das ações tomadas por estes órgãos (BRIDGE, 2015). Isso faz com que o petróleo seja visto, pelos líderes chineses, como um produto demasiado importante para deixar que o mercado regule a sua disponibilidade e preço. A sua importância, tanto para o desenvolvimento econômico como também para questões militares, o torna um produto vital para o funcionamento do Estado e, com isso, o petróleo passa a ser uma questão de segurança nacional (NYMAN, 2014; WEI, 2019; ZIEGLER, 2006), uma vez que está vinculado às principais bases de segurança nacional de um país, ou seja, econômicas e políticas (WEI, 2019).

A distribuição geográfica dos recursos petrolíferos em diversos países e em diferentes continentes ultrapassa as relações comerciais. A atuação do Estado através dos diversos canais disponíveis para ampliar a aproximação entre países visa possibilitar um relacionamento favorável para o fornecimento estável de petróleo, da mesma forma contribui para o acesso das fontes petrolíferas quando disponíveis. Assim, a diplomacia passa a ser uma das ferramentas utilizadas pela China na ampliação do acesso aos recursos petrolíferos (KLARE, 2016), possibilitando a ampliação de sua participação na maioria das regiões exportadoras de petróleo e gás (DUARTE, 2014), sendo que a participação das empresas estatais do país teve participação decisiva neste processo. O aumento da dependência nas importações e o risco associado ao suprimento energético refletem na segurança nacional, na formulação de estratégias políticas e diplomáticas em âmbito internacional, influenciando a sua política externa (WEI, 2019; ZIEGLER, 2006).

Segundo o estudo de Lee (2019), a formulação da política externa chinesa é influenciada pela questão energética. Este autor analisou a relação da política externa chinesa com países produtores de petróleo através de três instrumentos: parceria estratégica, ajuda

externa e visitas dos líderes chineses. O resultado apresentado demonstrou que países dotados de recursos naturais, especialmente petróleo, têm maior probabilidade de estabelecer parcerias estratégicas, principalmente parcerias estratégicas abrangentes com Beijing, ao mesmo tempo em que o número de visitas realizadas pelas lideranças chinesas ocorreu em maior quantidade. Para o caso da ajuda externa, este instrumento é mais utilizado em países africanos, porém guarda forte relação com os países produtores de petróleo (LEE, 2019). Na execução dessa diplomacia energética, o governo central, o Ministério das Relações Exteriores e as empresas são os principais atores (WEI, 2019). Na prática, foi uma integração entre os objetivos da segurança energética com a política externa e os esforços diplomáticos que possibilitaram uma ampliação nas relações bilaterais e nos acordos petrolíferos com países ricos em petróleo (TAYLOR, 2014).

A diplomacia energética consistiu em uma estratégia do governo chinês para enfrentar os desafios diante do fim da autossuficiência, no início dos anos 1990. Segundo Taylor (2014), o primeiro desafio foi a incapacidade de manter o suprimento apenas com a produção interna e, com isso, passar a depender das importações em um momento em que a modernização do país estava em andamento. O segundo desafio ocorreu durante a primeira década dos anos 2000, quando o preço do petróleo aumentou aproximadamente 500%, dos US\$ 30 em 2003 atingindo US\$ 147 em julho de 2008, momento em que a indústria pesada passava por uma reestruturação.

A ampliação da lacuna entre produção e consumo teve como consequência o aumento na dependência do mercado externo. Da mesma forma, a participação da China no mercado energético passou a influenciar o valor do produto no mercado mundial. Isto se deve a grande necessidade que tem de comprar energia e, ao mesmo tempo, porque se tornou também um comercializador de petróleo. Neste sentido, a manutenção estável dos preços, garantir um fornecimento externo estável, desenvolver a produção doméstica e o conhecimento científico, a diversificação das importações, melhorar as condições dos oleodutos transnacionais, passaram a compor a estratégia chinesa de segurança energética (MUYZENBERG; ISSOVA; JUMATAI, 2018; NUNES, 2018; ZHENG, 2017).

A diversificação passou a obter maior enfoque a partir da guerra do Iraque em 2003 devido a instabilidade da região e o domínio geoestratégico dos Estados Unidos. Essa região era responsável pelo maior percentual das importações de petróleo chinês, ultrapassando os 50%, segundo dados do COMTRADE (UN, 2019). Diversificar geograficamente as fontes de petróleo externo era uma questão de segurança energética (TAYLOR, 2014). Entretanto, tal estratégia consistia na ampliação dos fornecedores de petróleo, mas também ampliar a participação das empresas estatais petrolíferas chinesas na extração e produção no exterior. Esse movimento das petrolíferas chinesas em busca de recursos em outros países começou no início dos anos 1990, assim que o país deixou de ser autossuficiente em petróleo. Com o aumento no preço do petróleo, essa diretriz se intensificou a partir dos anos 2000, quando os investimentos se expandiram, buscando incluir um grande número de países (MOURA, 2018).

Desta forma, a presença chinesa começou a ser percebida em diversos setores e em diferentes países. A busca por oportunidades de investimentos no setor petrolífero no exterior despertou a atenção de muitos atores do cenário mundial. O ingresso tardio da China no mercado energético mundial e sua necessidade energética fez com que emergisse uma preocupação com relação a sua grande demanda, levando alguns a argumentar que isso ameaçaria a disponibilidade de petróleo para outros países (W. WU, 2015). A presença das petrolíferas chinesas na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo no exterior contribuiu para a ampliação de uma tendência de politização das questões energéticas interferindo nas atividades chinesas no exterior e a participação da China no mercado energético para este setor, como foi o caso do boicote nas tentativas de compra de petrolíferas na Rússia e nos Estados Unidos (WEI, 2019). Essa politização resultou na construção de uma ameaça externa representada pela China. Segundo Trombetta (2018) essa percepção é reforçada pelas práticas das petrolíferas chinesas diante de seu poder, posição de monopólio e os privilégios financeiros que possuem no país. Por outro lado, vários países com poucos recursos viram na internacionalização chinesa uma oportunidade para desenvolver novas fronteiras petrolíferas.

Embora a ameaça chinesa seja intuída por outros países, o uso da força militar ou qualquer outra ferramenta coercitiva para apoderar-se do petróleo ou controlar rotas de transporte está ausente da política chinesa até o momento. A sua estratégia de diversificação e estabilidade no fluxo e preços não são fontes de conflito (CHÁVEZ; LEE, 2019). Por outro lado, o fato da China ser o maior importador de petróleo e possuir grande dependência no mercado internacional, como também a busca por acesso direto a recursos, pode desencadear conflitos. Assim como o conflito é uma das possibilidades, o inverso também é possível, ou seja, a vulnerabilidade energética chinesa pode levar a um ambiente de cooperação com os países rivais que também dependem das importações de petróleo através de organizações multilaterais e fóruns (ZIEGLER, 2006).

Este é o argumento defendido por Zhang, Ji e Fan (2013). Segundo os autores, a segurança no transporte, o fornecimento efetivo e um mercado estável são elementos de interesse comum entre consumidores e produtores de petróleo. Com isso, a China deveria fortalecer as relações de cooperação com produtores de petróleo e, ao mesmo tempo, estabelecer um diálogo com outros países importadores para que juntos possam encontrar soluções para a escassez do produto e evitar conflitos.

Após o período de reformas e abertura realizadas no final dos anos 1970, a China buscou ampliar sua inserção no mercado mundial. Para Ziegler (2006), as evidências sugerem que a demanda energética chinesa acelerou a proeminência do país internacionalmente, ao mesmo tempo em que buscou reforçar os aspectos cooperativos da política externa do país. Neste sentido, o governo chinês passou a incentivar suas petrolíferas a buscarem no exterior recursos petrolíferos, porém essas estatais careciam de experiência e tecnologia, e contaram com o apoio financeiro e político do Estado chinês (TAYLOR, 2014). Embora o petróleo fosse o principal objetivo na internacionalização das petrolíferas, tecnologia e experiência eram de extrema importância para que o processo de internacionalização continuasse avançando, já que a indústria de petróleo tem um grande diferencial tecnológico a depender das áreas exploradas. A estratégia adotada foi buscar parcerias com petrolíferas de outros países, especialmente nos países em desenvolvimento (ZHANG, 2015). Observava-se um relativo atraso das operadoras chinesas, mas as empresas tinham um acúmulo importante de know-how no desenvolvimento da produção de petróleo na China, bem como tinham um parque de refino consideravelmente amplo. Assim, a política externa de cooperação chinesa se coaduna com a necessidade de sanar as lacunas existentes na segurança energética. Os desafios técnicos foram um incentivo para a associação na exploração e produção, da mesma forma que o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento exigiu maior consumo energético, sendo necessário o estabelecimento de uma estratégia de cooperação e parceria, gerando o aumento da interdependência de países e regiões na segurança energética, uma vez que a política de autossuficiência se mostrou incapaz de atender a demanda interna (WEI, 2019).

Percebe-se que a participação das petrolíferas chinesas na segurança energética é relativizada por alguns autores. A capacidade de produção externa ainda é pequena quando comparada com a necessidade energética chinesa, além do que parte considerável das reservas petrolíferas mundiais está localizada em países que não permitem a participação de capitais externos (MOURA, 2018). Isso significa que dificilmente as petrolíferas do país terão capacidade de fornecer todo o petróleo necessário. Outro ponto a ser observado é que apenas uma pequena parcela da produção externa é enviada para a China, enquanto a maior parte é comercializada no mercado internacional, isso demonstra que a estratégia chinesa não é apenas assegurar os recursos petrolíferos, mas também ampliar a sua participação no mercado, buscando exercer um papel de influência na produção e no preço (HOGENBOOM, 2014). Neste ponto, é importante mencionar que a estratégia está mais focada em diversificar as importações junto às empresas estrangeiras e apostar no desenvolvimento interno do parque de refino, realizado pelas estatais, para não replicar a dependência no mercado de combustíveis.

Embora a prática atual seja a comercialização do petróleo no mercado mundial, em um momento de crise, possibilitaria direcionar essa produção diretamente para seu território (TAYLOR, 2014). Tal alternativa, apesar de possível, desconsidera outros elementos da segurança internacional, principalmente o transporte, visto que em um momento de crise ou agravamento das tensões, a posse dos recursos não garante que os mesmos cheguem até o país, devido a fragilidade das rotas comerciais em um momento de disputas internacionais. Com isso, as petrolíferas chinesas, segundo Shaofeng (2011), tiveram algum progresso na busca externa por petróleo, contribuindo na ampliação das reservas disponíveis. Porém, não houve uma significativa contribuição para a segurança energética chinesa.

Da mesma forma que elencamos o papel das petrolíferas na segurança energética chinesa, precisamos pontuar o papel do Estado chinês no desenvolvimento das petrolíferas. O incentivo chinês na expansão de suas petrolíferas contribuiu para torná-las competitivas como atores comerciais (ZHANG, 2015), possibilitando ampliar a credibilidade destas empresas para aproveitar futuras oportunidades de investimentos. Apesar dos esforços e do trabalho conjunto entre governo e petrolíferas, o sistema energético chinês vem enfrentando problemas na racionalização das relações entre as diversas autoridades e na centralização do controle e gerenciamento energético (WEI, 2019). Para Howell (2009), a China, assim como muitos outros países importadores de petróleo, não possui uma estratégia de segurança energética abrangente. A ausência de um Ministério de Energia com capacidade de gerenciamento e decisão central faz com que muitas vezes as políticas centrais deem lugar a competições entre grupos de interesse com retóricas exageradas e iniciativas a níveis locais. Embora tenha sido criada a Administração Nacional de Energia em 2008 e a Comissão Nacional de Energia da China em 2010, o controle do setor energético ainda é descentralizado e disperso, muitas vezes provocando uma sobreposição e redundância de funções, gerando

confusão e ineficiência (WEI, 2019).

A estratégia de expandir as reservas externas de petróleo e gás e ampliar a competitividade das petrolíferas faz parte da política do governo chinês para elevar sua segurança energética. Duas ações se destacam: as aquisições e os empréstimos por petróleo (ZHANG, 2015). Como elucidado anteriormente, a maior parte da produção além-mar das petrolíferas chinesas são comercializadas no mercado internacional. Isso demonstra que a participação chinesa no setor contribuiu para a expansão e diversificação no sistema de fornecimento energético global (ZHANG, 2015), uma vez que muitos dos investimentos chineses se deram em regiões que não havia interesse das empresas ocidentais (HOGENBOOM, 2014).

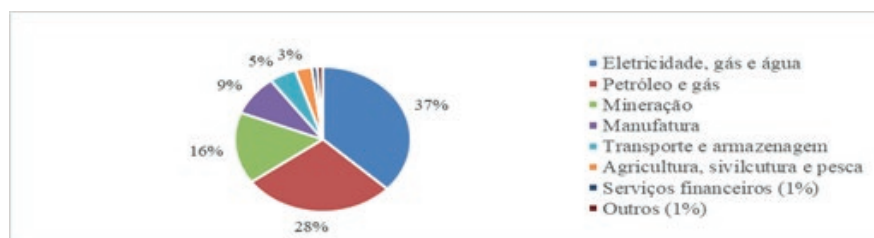
Desta forma, a dependência nas importações fez com que o governo chinês buscasse diversificar seus fornecedores, o que pode ser comprovado através da análise da origem das importações de petróleo, se em 1993 eram 24 fornecedores, em 2018 foram 46. Em termos de quantidade, também houve uma melhor distribuição, se os três principais fornecedores representaram 62% das importações em 1993, chegando a 76% em 1994, estes representaram 38% em 2018 (UN, 2019). Ao longo deste período, a estratégia de diversificação foi se ampliando, incluindo novos fornecedores, dentre eles os países da América do Sul, os quais analisaremos a seguir.

## 4. A AMÉRICA DO SUL NA SEGURANÇA ENERGÉTICA CHINESA

Durante a realização do primeiro Fórum China-CELAC, realizado no início de 2015 em Beijing, foi discutido o Plano de Cooperação Sino-Latino-Americano e Caribenho 2015-2019 que estabeleceu as principais áreas para cooperação, dentre elas energia e recursos, comércio e investimento, desenvolvimento em infraestrutura, financeiro, indústria, agricultura, ciência e tecnologia, política e segurança, além da interação entre os povos (CHAI; YUE, 2019). No ano anterior, durante a visita do presidente chinês Xi Jinping a quatro países latino-americanos, Brasil, Argentina, Venezuela e Cuba, o então presidente propôs uma estrutura de cooperação chamada “1 + 3 + 6” estabelecendo “um plano”, que seria o Plano de Cooperação Sino-Latino-Americano e Caribenho, onde haveria três ferramentas de cooperação: comércio, investimentos e finanças em seis áreas prioritárias: energia e recursos, construção de infraestrutura, agricultura, indústria, inovação científica e tecnologia e tecnologias da informação (CHINA, 2014).

No entanto, a presença chinesa na região sul-americana não é uma realidade iniciada a partir da realização do primeiro Fórum China-CELAC em 2015. As relações comerciais e os investimentos no setor energético remontam à década de 1990, quando a China National Petroleum Corporation (CNPC) assinou o seu primeiro contrato no exterior, estabelecendo-se no Peru em 1993, no Bloco 7 do Campo Petrolífero de Talara e em junho de 1997 venceu uma licitação para exploração do campo petrolífero de Intercampo e East Caracoles na Venezuela (CNPC, 2009). O que ocorreu a partir da virada do século foi uma crescente aproximação da China com os países da região, principalmente aqueles dotados com recursos naturais. Isso pode ser evidenciado pelo expressivo aumento nas relações comerciais e nos investimentos, principalmente focados em recursos naturais (NUNES, 2018). O gráfico 1 apresenta os investimentos da China na A.L entre 2005-2020, pode-se observar que o maior investimento é no setor eletricidade é o segundo no de energia:

Gráfico 1  
Distribuição setorial das aquisições chinesas na América Latina (2005-2020 em %)



Fonte: Cepal (2021).

Observa-se que a estratégia chinesa de diversificação dos seus fornecedores de petróleo fez com o seu relacionamento energético fosse ampliado para países fora da região do Oriente Médio, isso incluiu os países dotados de petróleo na América do Sul (como apresentado no gráfico 1). Nas últimas décadas, a região foi inserida na estratégia chinesa de obter acesso aos recursos petrolíferos disponíveis. Segundo Sutter (2012), a América Latina foi uma das regiões do terceiro mundo que não despertou considerável atenção dos chineses, pelo menos até o início do século XXI (LIANG, 2019). Cabe destacar que o interesse chinês não está focado na região como um todo, há um direcionamento de sua estratégia para países específicos, dotados de recursos naturais como: Brasil, Argentina, Venezuela, Peru e Equador (LIANG, 2019).

Quadro 1 - Cinco maiores países no acumulado (2005-2018)

	IED Total	IED em Energia	IED em Petróleo	Exportações em valor	Reservas
1.	Brasil	Brasil	Brasil	Venezuela	Venezuela
2.	Peru	Venezuela	Argentina	Brasil	Brasil
3.	Argentina	Argentina	Venezuela	Colômbia	Equador
4.	Venezuela	Equador	Peru	Argentina	Guiana
5.	Equador	Peru	Equador	Equador	Argentina

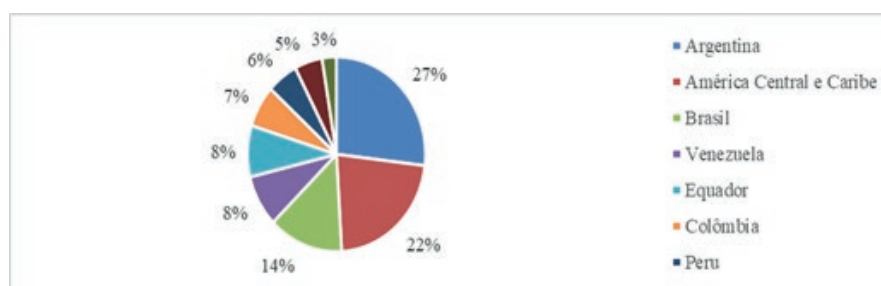
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados em ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY (2020); AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020); EIA (2018); BP (2019); COMTRADE (2019) e ExxonMobil (2018).

A partir da análise dos dados relativos ao IED total, IED no setor energético e petrolífero, exportações de petróleo para a China e reservas petrolíferas, Argentina, Brasil, Equador e Venezuela estão dentre os cinco principais países em todas as categorias (Quadro 1).

Para atingir os objetivos de estabelecer e aprofundar relações econômicas e energéticas, a China utilizou-se de diferentes recursos, através de uma abordagem multifacetada, fez uso de investimentos, empréstimos, novas linhas comerciais e acordos políticos. Este engajamento frequentemente recebe apoio financeiro e diplomático do país (VASQUEZ, 2019). O estabelecimento de parcerias estratégicas constituiu uma das ferramentas utilizadas para aprofundar as relações com os países sul-americanos citados anteriormente, os quais têm parcerias estratégicas estabelecidas com a China. Neste sentido, no gráfico 2, podemos observar dados sobre os projetos em infraestrutura por parte da China na região:

Gráfico 2

Projetos de infraestrutura: empresas chinesas na América Latina (2005-2020 em %).



Fonte: Red ALC-China (2021).

Entre 2005 e 2020, foram mais de US\$ 94 bilhões distribuídos em 138 projetos na América Latina, dos quais cerca de metade (US\$ 44 bilhões) se caracterizam como pertencentes ao setor de energia (hidrelétricas, usinas eólicas e solares, redes de transmissão, gasodutos, oleodutos etc.). A Argentina constitui mercado para cerca de 27% desses projetos, representando um montante de US\$ 25,2 bilhões.

Desta forma, as relações com a região têm provocado implicações estratégicas, gerando debate no campo acadêmico e político. Por um lado, há a suspeita de que os interesses chineses na região ameaçam o comércio e os fluxos de investimentos no petróleo, dominado pelos interesses estadunidenses, podendo afetar a segurança energética dos Estados Unidos. Por outro lado, há quem considere essas preocupações exageradas, visto que a participação chinesa na região é demasiado limitada (HONGBO, 2014). Os Estados Unidos historicamente foram importadores do petróleo da região, porém, as descobertas de reservas de xisto e o avanço tecnológico que permitiu a sua extração fizeram com que as importações fossem gradativamente reduzidas. O aumento da produção dos Estados Unidos simultaneamente ao crescimento da demanda chinesa alterou o cenário petrolífero da América do Sul, levando os países da região a buscar na China um novo parceiro comercial (VASQUEZ, 2018). Observa-se, desta forma, que a China buscou as oportunidades para gradualmente se posicionar como um mercado alternativo para a região, diversificando as relações econômicas e políticas da América do Sul (HONGBO, 2014). A crise financeira de 2007-2008 e a queda no preço do petróleo disponibilizaram alguns ativos petrolíferos, dos quais as petrolíferas chinesas aproveitaram a oportunidade de inserção e intensificaram os investimentos no setor (KOCH-WESER, 2015).

Nota-se que a mudança no setor petrolífero dos Estados Unidos reduziu o comércio de petróleo com os países produtores na América do Sul que viram na China uma alternativa para escoar a sua produção. A fabricação de petróleo na América do Sul, que era de aproximadamente 366 milhões de toneladas em 2008, chegou a atingir 386 milhões em 2015, mas foi reduzida para 325 milhões em 2018 (BP, 2019). A maior alteração está relacionada às reservas que, impulsionado por novas descobertas principalmente na Venezuela, que hoje possui a maior reserva do mundo, fizeram com que as reservas saltassem de aproximadamente 93 bilhões de barris em 1998 para 324 bilhões em 2018. Isso faz com que a região possua em torno de 19% das reservas petrolíferas do planeta, enquanto é responsável por apenas 7% da produção mundial (BP, 2019). Os dados demonstram que existe um enorme potencial produtivo na região.

Por meio de suas petrolíferas, o governo chinês tem buscado assegurar esses recursos, seja aproveitando as oportunidades e parcerias para o investimento externo direto, seja através dos empréstimos por petróleo ou do comércio internacional. Os investimentos no setor petrolífero no período 2005-2018 corresponderam a 23% do total realizado pela China nos países da América do Sul (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION, 2019).

Como a disponibilidade de ativos petrolíferos não é uma constante e nem é a intenção de alguns países, a necessidade de atrair capitais ao país permanece. A estratégia utilizada pela China passou a ser o fornecimento de empréstimos em troca de petróleo. Até 2015, a China já havia assinado contratos deste tipo com nove países, sendo quatro sul americanos, Bolívia, Brasil, Equador e Venezuela, os quais representaram 45% do valor total (W. WU, 2015). Dados de 2014-2015 demonstram que os empréstimos por petróleo já haviam assegurado 668 mil barris de petróleo por dia nos países da América do Sul que, adicionados a produção das petrolíferas chinesas, atingiu um montante aproximado de 1 milhão de barris por dia, o que representa em torno de 11% da produção da região (ROCHA, 2016). Se todo esse petróleo fosse enviado diretamente para a China, representaria 20% das importações realizadas em 2014 (ROCHA; BIELSCHOWSKY, 2019). Na prática, o petróleo de posse dos chineses não é enviado diretamente para a China, mas sim comercializado em nível local. Dos dados apresentados anteriormente, 586 mil barris por dia não tiveram a China como destino, mas foram comercializados no mercado internacional (ROCHA, 2016). As possíveis razões estão relacionadas à falta de capacidade das refinarias chinesas em processar o petróleo oriundo da região, a segurança e o custo do transporte de longa distância. Além disso, a venda local do petróleo permite gerar receita para adquirir o produto em mercados mais próximos da China, mais adequado para a capacidade de suas refinarias (KOCH-WESER, 2015).

Constata-se que a China tem ocupado uma posição de destaque para o destino das exportações da América do Sul, geralmente a região é colocada como um exportador vital de commodities para a China, entretanto isso se refere mais a produtos agrícolas e ao minério do que energia (KOCH-WESER, 2015). A principal região exportadora de petróleo para a China continua sendo o Oriente Médio, porém desde o início dos anos 2000 a participação da região vem diminuindo, mas continua ocupando considerável importância, representando 44% das importações chinesas em 2018 (UN, 2019). Enquanto a participação do Oriente Médio apresentou um declínio, a América do Sul percorreu o caminho inverso. Até o início dos anos 2000, as exportações de petróleo da região sul-americana para a China eram pontuais e esporádicas. A partir de 2003, a participação da região passou a ser constante e crescente. Em 2003, o petróleo enviado para a China representava 0,92% das importações chinesas. Já em 2018, esse percentual passou para 13,42% (UN, 2019). Embora a importância da América do Sul nas importações de petróleo chinesa venha aumentando, a China passou a ocupar uma posição de maior destaque para os países da região, visto que é o principal, ou um dos seus principais, parceiros comerciais, inclusive para o petróleo. Em relação ao comércio

energético, isso faz da América do Sul mais dependente da China do que a China da América do Sul.

Embora a América do Sul não seja um dos maiores fornecedores de petróleo da China, a região possui relevância estratégica quanto ao transporte, propriedade, diversificação de fornecedores e espaço para ampliar a produção. Segundo Koch-Weser (2015), a região se posiciona como uma rota alternativa, pois o Oceano Pacífico permite desviar os principais pontos de estrangulamento, o Estreito de Hormuz e o Estreito de Malaca, por onde passa o petróleo oriundo do Oriente Médio e da África. Esses pontos de estrangulamentos são uma fonte de preocupação, visto que podem facilmente serem interrompidos em situações adversas do sistema internacional. As aquisições e investimentos no setor petrolífero da região representaram a maior parte do capital investido pelos chineses no setor energético mundial. A liberalização do setor durante os anos 1990 abriu o setor para negócios e o manteve nas décadas seguintes, o que difere de outras regiões em que há restrições no ingresso de empresas estrangeiras (PALACIOS, 2008). A busca pela diversificação de fornecedores objetiva reduzir a dependência de um único país ou região. Neste ponto, a estratégia de diversificação chinesa se coaduna com os interesses dos países da América do Sul em buscar alternativas para o comércio de petróleo frente a redução das importações do produto pelos Estados Unidos, devido às descobertas e exploração das reservas de xisto. A região apresenta uma desproporcionalidade em relação a suas reservas e a participação na produção mundial de petróleo. Isso amplia as perspectivas e possibilidades de participação nesse processo de desenvolvimento do setor, garantindo o acesso às fontes petrolíferas.

## 5. CONCLUSÃO

A importância do petróleo vai além de sua utilização como combustível, ele é matéria prima fundamental no desenvolvimento de tantos outros produtos. Por tratar-se de um recurso finito, desperta a atenção e é uma questão central na política de muitos países, tanto para os que carecem de tal recurso, como para aqueles que têm o petróleo como importante fonte de receita. Dessa forma, podemos pensar o petróleo como um dos combustíveis necessários para a economia e importante para a geopolítica mundial.

Como um dos elementos que compõem a matriz energética mundial, o petróleo é um dos elementos da segurança energética do mundo e dos diferentes países que dependem desta matéria-prima. Neste sentido, a literatura sobre segurança energética pode ser dividida em dois conjuntos, segundo Xu Yi-Chong (2006). O primeiro, focado na energia e o segundo, na segurança, cuja centralidade é o Estado.

No foco deste trabalho buscamos discutir este tema tendo como país central a China. O crescimento econômico vivenciado nas últimas décadas por este país desencadeou uma crescente demanda por recursos energéticos, dentre eles o petróleo. Diante da incapacidade de as reservas internas abastecerem a sua demanda, o governo chinês precisou buscar no exterior o petróleo necessário para o suprimento de suas necessidades.

Evidenciamos uma estratégia chinesa que vem buscando diversificar os seus fornecedores de petróleo a fim de reduzir a dependência em uma quantidade pequena de fornecedores. Em 2018, o país que ocupou a maior participação nas importações de petróleo da China foi a Rússia, com 15,48% (UN, 2019). Na medida em que há uma diminuição dos percentuais importados de cada país, há uma ampliação no número de países. Isso inseriu a América do Sul na lista de fornecedores de petróleo da China. Lentamente, a presença chinesa foi ampliando-se até tornar-se um dos principais destinos do petróleo da região, embora esta represente, ainda, um pequeno percentual no total das importações chinesas.

Ainda que o volume de petróleo sul-americano exportado diretamente para a China venha aumentando ao longo das últimas décadas, este pode ser facilmente compensado com um pequeno aumento nas importações de outros fornecedores. Sob este ponto de análise, pode-se inferir que a importância da América do Sul para a segurança energética chinesa não possui acentuada relevância. Entretanto, quando analisamos os dados sobre petróleo que os chineses têm acesso, percebemos uma ampliação na importância do petróleo sul-americano para a China. Ainda que o petróleo da região não seja enviado diretamente para a China, isso não descarta a importância do mesmo para a segurança energética chinesa. Portanto, cabe destacar que a evolução do relacionamento energético chinês com os países da região apresenta oportunidades de ampliação, tanto em investimentos no setor, quanto no comércio. Há uma capacidade



de ampliação no setor, o que pode ser evidenciado através da relação entre as reservas e a produção de petróleo na região. O futuro desse relacionamento vai depender das condições políticas e econômicas adotadas em cada um dos países da América do Sul com a China e das influências geopolíticas no cenário internacional.

## REFERÊNCIAS

- AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2019). **China global investment tracker**. Washington. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: 30/05/2022
- ANG, B. W.; CHOONG, W. L.; NG, T. S. (2015). **Energy security: definitions, dimensions and indexes**. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, Amsterdam, v.42, p. 1077–1093, Feb. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.rser.2014.10.064>>. Acesso em: 30/05/2022
- ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. Atlas of Economic Complexity (2020). Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/explore>. Acesso em: 02/11/2020.
- BP (2019). **BP statistical review of world energy 2019. 68th ed.** London. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-full-report.pdf>>. Acesso em: 30/05/2022
- BRIDGE, G. (2015). **Energy (in)security: world-making in an age of scarcity**. *Journal*, London, v. 181, n. 4, p. 328–339. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/geoj.12114>>. Acesso em: 30/05/2022
- BUZAN, B.; WÆVER, O. (2009). **Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitisation theory**. *Review of International Studies*, Cambridge, v.35, n.2, p. 253–276. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0260210509008511>>. Acesso em: 30/05/2022
- BUZAN, B.; WÆVER, O.; DE WILDE, J. (1998). **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner.
- CEPAL. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, 2021.
- CHAI, Y.; YUE, Y. (2019). **Sino-Latin American economic and trade relations**. Singapore: Springer. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/978-981-13-3405-4>>. Acesso em: 30/05/2022
- CHÁVEZ, N.; LEE, P. C. (2019). **Lo que el poder se llevó: la geoconomía de los recursos energéticos entre China y América Latina**. *Estado & Comunes: revista de políticas y problemas públicos*, [s.l.], v. 2, n. 9, p. 211–227. Disponível em: <[https://doi.org/10.37228/estado\\_comunes.v2.n9.2019.126](https://doi.org/10.37228/estado_comunes.v2.n9.2019.126)>. Acesso em: 30/05/2022
- CHINA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2014). **Xi Jinping attends China-Latin America and the Caribbean summit and delivers keynote speech, comprehensively expounding China's policies and propositions toward Latin America, announcing establishment of China-Latin America comprehensive cooperative partn.** Beijing. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/topics\\_665678/xjzxcxjzgjldrdlchwdwbxagtwnrlgbjxgswbcxzlldrhw/t1176650.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/xjzxcxjzgjldrdlchwdwbxagtwnrlgbjxgswbcxzlldrhw/t1176650.shtml)>. Acesso em: 30/05/2022
- COMTRADE, UN. **United Nations Commodity Trade Statistics Database**. (2019). Disponível em: <<https://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em: 03/12/2019
- CIUT, F. (2010). **Conceptual notes on energy security: total or banal security?** *Security Dialogue*, Oslo, v. 41, n. 2, p. 123–144. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0967010610361596>>. Acesso em: 30/05/2022
- CNPC (2009). **Major events: 1991-2001**. [S.l.]. Disponível em: <<http://www.cnpc.com.cn/en/majorevents/201405/c28a26afebbe4f7cad740a0d6ed29fe8.shtml>>. Acesso em: 30/05/2022
- DUARTE, P. A. B. (2014). **China's energy (in)security: an assessment**. *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 139–147. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rmi.2014.9404>. Acesso em: 30/05/2022
- EIA (2014). **China is now the world's largest net importer of petroleum and other liquid fuels**. Washington. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=15531>>. Acesso em: 30/05/2022
- EIA (2015). **China international energy data and analysis**. Washington. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=CHN#:~:targetText=China became the largest global consumer behind the United States>>. Acesso em: 30/05/2022
- EIA (2018). **China surpassed the United States as the world's largest crude oil importer in 2017**. Washington. Disponível em:

- <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=34812>. Acesso em: 30/05/2022.
- EXXONMOBIL. **2018 financial and operating review (2018)**. Disponível em: <<https://corporate.exxonmobil.com/-/media/global/files/annual-report/2018-financial-and-operating-review.pdf>>. Acesso em: 04/10/2019
- GRUNDMANN, R.; SCOTT, M.; WANG, J. (2013). **Energy security in the news: North/South perspectives**. Environmental Politics, London, v. 22, n. 4, p. 571–592. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09644016.2013.806626>>. Acesso em: 30/05/2022
- HOGENBOOM, B. (2014). **Latin America and China's transnationalizing oil industry: a political economy assessment of new relations. Perspectives on Global Development and Technology**, Leiden, v. 13, n. 5–6, p. 626–647. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/15691497-12341321>. Acesso em: 30/05/2022
- HONGBO, S. (2014). **A model for energy cooperation between China and Latin America. Problemas del Desarrollo**, México, v. 45, n. 176, p. 9–30. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0301-7036\(14\)70848-X](https://doi.org/10.1016/S0301-7036(14)70848-X)>. Acesso em: 30/05/2022
- HOWELL, S. (2009). Jia You!: Chinese energy security strategy. In: LUFT, G.;
- KORIN, A. (Ed.). **Energy security challenges for the 21st century: a reference handbook**. Santa Barbara: Praeger Security International. p. 191–218. Disponível em: <<http://phavi.umcs.pl/at/attachments/2015/1103/124625-j-gal-luft-anne-korin-energy-security-challenges-for-the-21st-century-a-reference-handbook-2009-2-.pdf>>. Acesso em: 30/05/2022
- IEA (2018). **World energy outlook 2018**. Paris: OECD. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/weo-2018-en>. Acesso em: 30/05/2022.
- KLARE, M. (2012). **The race for what's left: the global scramble for the world's last resources**. New York: Metropolitan Books.
- KLARE, M. (2016). **No blood for oil? Hydrocarbon abundance and international security**. In: VAN DE GRAAF, T. et al.(Ed.). The Palgrave handbook of the international political economy of energy. London: Palgrave Macmillan. p. 419–440. Disponível em: <<https://doi.org/10.1057/978-1-137-55631-8>>. Acesso em: 30/05/2022
- KOCH-WESER, I. (2015). **Chinese energy engagement with Latin America: a review of recent findings**. The Dialogue, [s.l.]. Inter-American dialogue: China and Latin America. Jan. 2015. Disponível em: <<https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2019/07/ChinaLatinAmericaEnergy.pdf>>. Acesso em: 30/05/2022
- LEE, C. (2019). **China's energy diplomacy: does Chinese foreign policy favor oil-producing countries?** Foreign Policy Analysis, Oxford, v. 15, n. 4, p. 570–588. Oct. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/fpa/orz011>>. Acesso em: 30/05/2022
- LIANG, W. (2019). **Pulling the region into its orbit? China's economic statecraft in Latin America**. Journal of Chinese Political Science, [s.l.], v. 24, n. 3, p. 433–449. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11366-018-09603-w>. Acesso em: 30/05/2022
- LU, W. et al. (2014). **Assessment of energy security in China based on ecological network analysis: a perspective from the security of crude oil supply**. Energy Policy, Amsterdam, v. 74, p. 406–413. Nov. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.enpol.2014.08.037>>. Acesso em: 30/05/2022
- MOURA, R. S. de. (2018). **Las reformas económicas de China y la geopolítica del petróleo: un análisis de política exterior a la luz de la cuestión energética**. Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 27–58. Disponível em: <<https://doi.org/10.21530/ci.v13n3.2018.819>>. Acesso em: 30/05/2022
- MUYZENBERG, ; ISSOVA, L.; JUMATAI, G. (2018). **The problem of energy security in the PRC foreign policy. International Relations and International Law Journal**, [s.l.], v. 82, n. 2, p. 118–124. Disponível em: <<https://bulletin-ir-law.kaznu.kz/index.php/1-mo/article/view/791>>. Acesso em: 30/05/2022
- NUNES, T. A. (2018). **A relevância estratégica da Venezuela a partir da perspectiva da segurança energética da China**. Revista Intellector, Pelotas, v. 15, n. 30, p. 134–147. Disponível em: <<https://www.revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/289>>. Acesso em: 30/05/2022
- NYMAN, J. (2014). **'Red storm ahead': securitisation of energy in US–China relations**. Millennium: journal of international studies, London, v. 43, n. 1, p. 43–65. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0305829814525495>>. Acesso em: 30/05/2022
- PAIVA, I.; CASTRO, N. J. de; LIMA, A. (2017). **Aspectos teóricos e analíticos da segurança energética e os desafios do setor elétrico brasileiro**. Rio de Janeiro: GESEL- Grupo de Estudos do Setor Elétrico UFRJ. (Texto de Discussão do Setor Elétrico, n. 71). Disponível em: <[http://gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/publications/26\\_tdse\\_71.pdf](http://gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/publications/26_tdse_71.pdf)>. Acesso em: 30/05/2022
- PALACIOS, L. (2008). Latin America as China's energy supplier. In: ROETT, R.; PAZ, G. (Ed.). **China's expansion into the western hemisphere: implications for Latin America and the United States**. Washington: Brookings Institution Press.
- Red ALC-China. (2021). Database of Monitor of Chinese infrastructure in Latin America and the Caribbean 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3MOHfLB/>> Acesso em: 30/05/2022
- ROCHA, F. F. da (2016). **Acesso chinês a recursos naturais na América Latina**. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa

- de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/disserta%C3%A7%C3%B5es/2016/Felipe%20Freitas%20da%20Rocha%20.pdf>>. Acesso em: 30/05/2022
- ROCHA, F. F. da; BIELSCHOWSKY, R. (2019). **La búsqueda de China de recursos naturales en América Latina**. Revista CEPAL, Santiago de Chile, v. 2018, n. 126, p. 9–29. Fev. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.18356/42d98ae6-es>>. Acesso em: 30/05/2022
- SHAOFENG, C. (2011). **Has China's foreign energy quest enhanced its energy security?** China Quarterly, Cambridge, v. 207, p. 600–625. Sept. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0305741011000671>>. Acesso em: 30/05/2022
- SONG, Y.; ZHANG, M.; SUN, R. (2019). **Using a new aggregated indicator to evaluate China's energy security**. Energy Policy, Amsterdam, v.132, p. 167–174. May 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2019.05.036>. Acesso em: 30/05/2022
- SOVACOOOL, B. (2011). **The Routledge handbook of energy security**. London: Routledge.
- SUTTER, R. G. (2012). **Chinese foreign relations: power and policy since the Cold War**. 3th ed. Lanham: Rowman & Littlefield.
- TASCA, T. G. (2018). **Do interesse nacional à estratégia de segurança energética: um diálogo epistemológico**. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 63–83. Disponível em: <<https://doi.org/10.26792/rbed.v5n1.2018.75082>>. Acesso em: 30/05/2022
- TAYLOR, M. (2014). **The Chinese State, oil and energy security**. London: Palgrave Macmillan. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9781137350558>. Acesso em: 30/05/2022.
- TROMBETTA, M. J. (2018). **Fueling threats: securitization and the challenges of Chinese energy policy**. Asian Perspective, Baltimore, v. 42, n. 2, p. 183–206. Apr./Jun 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/apr.2018.0008>>. Acesso em: 30/05/2022
- UN (2019). **United Nations commodity trade statistics database**. New York. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em: 30/05/2022
- VASQUEZ, P. I. (2018). **China, oil, and Latin America: myth vs. reality**. Washington: Atlantic Council. Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2018/03/china-oil-latam-final.pdf>>. Acesso em: 30/05/2022
- VASQUEZ, P. I. (2019). **China's oil and gas footprint in Latin America and Africa**. International Development Policy, Geneva, v. 11, n. 1, p. 1–22. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/poldev.3174>. Acesso em: 30/05/2022.
- WEI, Y. (2019). **Issues decisive for China's rise or fall: an international law perspective**. Singapore: Springer. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-981-13-3699-7>. Acesso em: 30/05/2022
- WORLD BANK GROUP (2019). **Commodity markets outlook**. Washington. Apr. 2019. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/992831556034429620/pdf/Commodity-Markets-Outlook-April-2019.pdf>. Acesso em: 30/05/2022.
- WU, K. (Oct. 2014). China's energy security: oil and gas. Energy Policy, Amsterdam, v.73, p. 4–11, Oct. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2014.05.040>. Acesso em: 30/05/2022.
- WU, W. (2015). **China and Latin America's energy future: the case of oil**. In: BAGLEY, B. M.; KASSAB, H. S.; MOULIOUKOVA, D. (Ed.). The impact of emerging economies on global energy and the environment: challenges ahead. Washington: Lexington Books. p. 55–78.
- XU, Y.-C. (2006). **China's energy security**. Australian Journal of International Affairs, [s.l.], v. 60, n. 2, p. 265–286. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10357710600696175>>. Acesso em: 30/05/2022
- YERGIN, D. (1991). **The prize: the epic quest for oil, money, & power**. New York: Simon & Schuster.
- ZHANG, H. Y.; JI, Q.; FAN, Y. (2013). **An evaluation framework for oil import security based on the supply chain with a case study focused on China**. Energy Economics, Amsterdam, v. 38, p. 87–95, July 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.eneco.2013.03.014>>. Acesso em: 30/05/2022
- ZHANG, J. (2015). **China's oil industry, international investment and developing countries**. In: FREEMAN, C. P. (Ed.). Handbook on China and developing countries. Cheltenham: Edward Elgar. p. 287–317. Disponível em: <<https://doi.org/10.4337/9781782544210>>. Acesso em: 30/05/2022
- ZHENG, Y. (2017). **Evaluating China's oil security and overseas oil investment**. American Journal of Industrial and Business Management, [s.l.], v. 7, n. 8, p. 959–972, Aug. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4236/ajibm.2017.78069>>. Acesso em: 30/05/2022
- ZIEGLER, C. E. (2006). **The energy factor in China's foreign policy**. Journal of Chinese Political Science, Singapore, v. 11, n. 1, p. 213–244. Disponível em: <[https://doi.org/10.1142/9789814656306\\_0008](https://doi.org/10.1142/9789814656306_0008)>. Acesso em: 30/05/2022

## PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-ARGENTINA NO SÉCULO XXI: COOPERAÇÃO BILATERAL E DESDOBRAMENTOS PARA A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA (2003-2014)

### BRAZIL-ARGENTINE STRATEGIC PARTNERSHIP IN THE 21ST CENTURY: BILATERAL COOPERATION AND DEVELOPMENTS FOR SOUTH AMERICAN INTEGRATION (2003-2014)

**Jéssica Maria Grassi** | jessicamgrassi@hotmail.com | Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora substituta na Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

**Lucas Kerr Oliveira** | lucas.oliveira@unila.edu.br | Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

**Recebimento do artigo** Agosto de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

**Resumo:** O artigo analisa a atuação conjunta de Brasil e Argentina, durante os governos Lula-Dilma e os governos Kirchneristas, para impulsionar a integração na América do Sul. Defende-se que a parceria estratégica argentino-brasileira foi o núcleo da integração sul-americana no período analisado, da mesma forma em que a integração regional foi fundamental para o fortalecimento da parceria bilateral. Entretanto, estas (a parceria e a integração) vêm sendo paulatinamente enfraquecidas nos últimos anos com as mudanças de governo nos dois países. O trabalho parte de uma revisão bibliográfica sobre o tema, assim como dos documentos oficiais do período proposto para analisar a agenda integracionista na parceria estratégica bilateral. **Palavras-chave:** Parceria Estratégica; Brasil-Argentina; América do Sul; Integração Regional.

**Abstract:** This paper investigates the Brazil and Argentina partnership during the Lula-Dilma and Kirchnerist governments to promote integration in South America. It is argued that the Argentine-Brazilian strategic partnership was the core of South American integration in the analyzed period, in the same way that regional integration was fundamental for the strengthening of the bilateral partnership. However, these (partnership and integration) have been gradually weakened in recent years with the changes in government in both countries. The research began with a bibliographic review on the subject and from official documents from this period to analyze the integrationist agenda in the bilateral strategic partnership. **Keywords:** Strategic Partnership; Brazil-Argentina; South America; Regional Integration.

## INTRODUÇÃO

Este artigo explora a atuação conjunta de Brasil e Argentina para impulsionar a integração na América do Sul durante os governos Lula-Dilma, no Brasil, e os governos Kirchneristas, na Argentina. Sob uma perspectiva histórica, pode-se afirmar que as tentativas de construção de processos integracionistas na América Latina não são recentes, a despeito das peculiaridades de cada período, pode-se afirmar que se desenvolvem desde os processos de independência dos países, na forma de movimentos unionistas e propostas pan-federalistas regionais ou continentais.

No século XX, na América do Sul, um efetivo processo integracionista foi possível a partir da aproximação e consolidação da parceria estratégica entre Argentina e Brasil. Os dois Estados buscaram superar séculos de rivalidades, desconfianças e disputas geopolíticas nas quais estavam engajados até os anos 1970. Assim, especialmente a partir do Tratado Tripartite Itaipu-Corpus (1979) - que solucionou a principal contenda regional pelo controle dos recursos hídricos do Rio Paraná - e da Guerra das Malvinas (1982) - na qual o Brasil apoiou a causa argentina -, iniciaram uma série de processos de cooperação em diversas áreas, da nuclear à econômica. Foi a partir desse processo, que se criou o Mercosul, em 1991, ainda hoje um dos mais importantes mecanismos de integração na região.

Em agosto de 2000, por iniciativa brasileira, se reuniram em Brasília os doze Chefes de Estado da América do Sul para a I Reunião dos Presidentes Sul-Americanos. Naquela ocasião, acordaram pelo aprofundamento da integração regional, agregando outras áreas para

além da econômico-comercial, como o campo da infraestrutura, ao reconhecer os limites da integração comercial sem uma base logística. Com isso, criaram a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)<sup>1</sup>, formalizada em seguida, na II Reunião dos Presidentes Sul-Americanos, em 2002 (COUTO, 2006; PADULA, 2010; COSTA, 2011; JAEGER, 2014; KERR OLIVEIRA, 2014; KERR OLIVEIRA; MARQUES 2015).

A partir dos governos dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), no Brasil, e Néstor Kirchner (2003-2007), na Argentina, - e após um período crítico para as relações bilaterais e regionais no final dos anos 1990 - observou-se o aprofundamento das relações entre os dois vizinhos, que passaram a encontrar-se mais regularmente e estreitar as conversações. Nesse sentido, o tema da integração regional foi amplamente discutido entre os dois presidentes, demonstrando a disposição destes em trabalharem conjuntamente para consolidar e avançar com os processos integracionistas sul-americanos.

Assim, pode-se considerar que, nos anos 2000, observou-se na América do Sul o aprofundamento do integracionismo, com o revigoramento do Mercosul, a criação da IIRSA e da Unasul e de mecanismos de cooperação e integração em áreas que até então não faziam parte das agendas integracionistas multilaterais na região, como segurança e defesa, infraestrutura, energia, saúde, educação, desenvolvimento social. A partir destas considerações, o artigo busca analisar a agenda da integração regional na parceria estratégica entre Brasil e Argentina, mais especificamente durante os governos Lula-Dilma e Néstor-Cristina Kirchner.

Para o desenvolvimento desta análise, parte-se do pressuposto de que a parceria estratégica entre os dois países foi, neste período, o principal motor impulsionador da integração sul-americana, no sentido de que os dois países trabalharam conjuntamente para impulsionar e aprofundar a integração sul-americana. Da mesma forma, o fortalecimento da integração regional serviu para robustecer a parceria bilateral. Entretanto, com as mudanças de governos – e das suas agendas políticas - em ambos os países, especialmente a partir de 2015-2016, essa parceria foi sendo enfraquecida, notando-se relativo afastamento entre os dois países, os quais reduziram o esforço político-diplomático em prol da integração regional.

Destaca-se que não se pretende fazer aqui uma extensa análise acerca da participação conjunta desses países no que diz respeito a todos os processos integracionistas, devido à amplitude do tema e das inúmeras variáveis que precisariam ser consideradas para desenvolver um estudo realmente aprofundado. Desenvolve-se uma pesquisa panorâmica no âmbito da questão proposta, com o intuito também de contribuir com as futuras agendas de pesquisa na área. A análise do tema dar-se-á por meio dos acordos e declarações oficiais bilaterais, utilizando-se de documentos disponíveis nos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países, do período entre 2003 e 2014<sup>2</sup>, que mencionavam de forma proeminente questões relativas à integração regional. Ademais, o artigo será sustentado por revisão de literatura especializada, recuperando os principais estudos sobre o assunto.

Diante disso, busca-se analisar as intenções de ambos os países, as visões comuns, as prioridades definidas, o diálogo construído e o trabalho conjunto para o fortalecimento da integração regional. Pretende-se compreender também o papel da integração na agenda na parceria estratégica intensificada pelos países no período. Diante disso, para organizar a exposição do estudo, quatro seções são apresentadas a seguir. Na primeira, analisa-se a parceria estratégica aprofundada no decorrer dos governos Lula e Néstor Kirchner; na segunda, as relações entre os dois países durante o segundo mandato do governo Lula que coincidiu com a presidência de Cristina Fernández de Kirchner na Argentina; após, as relações durante o governo de Dilma Rousseff e Cristina Kirchner. Por fim, serão feitas algumas considerações sobre as dificuldades enfrentadas no que diz respeito às relações bilaterais e a integração regional nos últimos anos (especificamente a partir de 2015-2016).

<sup>1</sup> Posteriormente, em 2009, incorporada ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) no âmbito da Unasul, os projetos da IIRSA passaram a contar com maior influência político-estratégica dos Estados sul-americanos, podendo mesmo ser considerada, uma das mais importantes iniciativas para impulsionar a integração regional das últimas décadas (COUTO, 2006; PADULA, 2010; COSTA, 2011; JAEGER, 2014; KERR OLIVEIRA, 2014; KERR OLIVEIRA; MARQUES, 2015).

<sup>2</sup> Ressalta-se que se optou por delimitar o período para a análise dos documentos oficiais entre 2003 e 2014, para envolver os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2006; 2007-2010) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), assim como os períodos em que Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011; 2012-2015) permaneceram na Presidência Argentina. No entanto, no período de realização desta pesquisa, não foram encontrados nos sites oficiais dos Ministérios de Relações Exteriores de ambos os países documentos dos anos de 2010, 2012 e 2014.

## REVIGORAMENTO DAS RELAÇÕES BILATERAIS: A PARCERIA ESTRATÉGICA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL DURANTE AS PRESIDÊNCIAS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E NÉSTOR KIRCHNER (2003-2006)

Com a ascensão simultânea de governos mais progressistas<sup>3</sup> tanto no Brasil como na Argentina, observou-se maior autonomia de ambos os países nas suas relações com os Estados Unidos, a busca pelo fortalecimento da integração sul-americana com um viés além do econômico-comercial e a retomada de uma forte aproximação entre Brasil e Argentina (VISENTINI, 2008, 2010; COUTINHO, 2012; OLIVEIRA, 2012). Logo, com os presidentes Néstor Kirchner (2003-2007) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi possível recuperar a parceria estratégica estabelecida nos anos 1980 com José Sarney (1985-1990) e Raúl Alfonsín (1983-1989) (SARAIVA, 2012; GRASSI, 2019a, 2019b).

Importa mencionar que o termo ‘parceria estratégica’ tem sido utilizado de forma pouco precisa nos últimos anos. Como aponta Lessa (2009, p. 100), o termo passou a ser “um rótulo, com que se brinda nas visitas de Estado e sob o qual se firmam convenções internacionais”, utilizado, frequentemente, como um mero recurso diplomático. Fato é que todas as parcerias não podem ser estratégicas. Assim, nesse artigo, parceria estratégica pode ser compreendida como:

[...] relações bilaterais prioritárias de longo prazo, estabelecidas com os principais parceiros regionais ou globais. Esta pode possuir uma agenda de trabalho abrangente, podendo passar por um amplo espectro de meios (político-institucionais, diplomáticos, econômico-comerciais, militares, tecnológicos, sociais e/ou culturais). Ademais, costumam se destacar por fatores históricos, geopolíticos, geográficos e/ou identitários, pela sua profundidade e especificidade. Nessa perspectiva, salienta-se que a consolidação de uma parceria estratégica depende também do reconhecimento do outro como parceiro essencial, de um sentimento recíproco de amizade e confiança, [...] de interesses e/ou desafios compartilhados, do revigoramento do diálogo e da busca por pontos de acordo sempre que possível. (GRASSI, 2019b, p. 634-635).

Quando se trata das relações estabelecidas entre Brasil e Argentina, estas alcançaram o status de uma parceria estratégica desde os anos 1980, o qual se mantém desde então (LAFER, 1997; ESCUDÉ, 1999; ALMEIDA, 2004; JAGUARIBE, 2004; RAPOPORT; MADRID, 2011; SARAIVA, 2013; DIAS, 2017; GRASSI, 2019b). Nos anos 2000 ocorreu o revigoramento das relações bilaterais, com o relançamento da parceria estratégica, e a integração regional recebeu um tom de prioridade por ambos os governos, que intensificaram os trabalhos conjuntos no âmbito do Mercosul (CEPIK; JORNADA; BORBA, 2012).

Cabe destacar que nesse período, no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores passa por uma reorganização interna, quando se cria a Subsecretaria-Geral para América do Sul (SGAS), a qual passou a reunir o Departamento de América do Sul (DAS I e II), Departamento de Integração, Departamento de Negociações Internacionais e Departamento de México, América Central e Caribe. Essa criação demonstra a prioridade dada pela diplomacia brasileira à região (MARIANO; MENEZES, 2021).

Com relação ao Mercosul, os parceiros identificavam que o bloco deveria se caracterizar pela visão multidimensional. Desse modo, enfatizavam sua intenção de impulsionar a união aduaneira, fomentar a competitividade e movimentar-se no sentido da diminuição das assimetrias entre os países, da promoção de investimentos e da coordenação macroeconômica, mas considerando também as áreas sociais e produtivas do bloco (GRANATO, 2012).

Em outubro de 2003, foi firmado o Consenso de Buenos Aires, no qual, além de reiterarem sua disposição de buscar acordos equilibrados para incrementar as ligações do Mercosul e convergirem em continuar as negociações da ALCA por meio do bloco, os países entenderam que:

*A integração regional constitui uma opção estratégica para fortalecer a inserção de nossos países no mundo, aumentando a sua capacidade de negociação. Uma maior autonomia de decisão nos permitirá enfrentar de maneira mais eficaz os movimentos desestabilizadores do capital financeiro especulativo, bem como os interesses contrapostos dos blocos mais desenvolvidos, amplificando nossa voz nos diversos foros e organismos multilaterais. Nesse sentido, destacamos que a integração sul-americana deve ser promovida no interesse de todos, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento no qual se associem o crescimento, a justiça social e a dignidade dos cidadãos. (BRASIL; ARGENTINA, 2003, p. 3, grifo nosso).*

<sup>3</sup> Baseados na ideia de progresso e do resgate do papel estatal com indutor do crescimento socioeconômico, busca-se o desenvolvimento econômico, político, científico, tecnológico, mas também o social. Ademais, pretende-se desenvolver uma política externa mais autônoma frente às potências mundiais. Contrário ao conservadorismo.

<sup>4</sup> As relações com os Estados Unidos não entraram em um período de total afastamento, mas se observa maior autonomia de ambos os países com relação à potência (VISENTINI, 2008; COUTINHO, 2012; OLIVEIRA, 2012). No entanto, deve-se levar em conta que após o 11 de setembro, com a Guerra ao Terror, a América Latina passou a ter papel marginal na agenda internacional dos EUA (PAGLIARI, 2006).

Observa-se desde as primeiras declarações conjuntas desse período o compromisso com a integração regional e a visão compartilhada de que um coeso bloco geopolítico sul-americano garantiria a melhor inserção e ingerência dos países no sistema internacional. Essa perspectiva é reforçada pelo então Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina, Rafael Bielsa:

Em um mundo em que se acentuaram a incerteza, os riscos e as assimetrias, mover-nos com seriedade dentro das margens de autodeterminação existentes requer o fortalecimento da cooperação, da solidariedade e da harmonização de posições com países com os quais compartilhamos interesses, valores e visões. Em um espaço global interdependente, a capacidade de atuar de maneira concertada – de trabalhar em comum – numa lógica de soma positiva, é um recurso de poder que devemos ser capazes de aproveitar e maximizar. (BIELSA, 2004, p. 6).

Com relação ao Mercosul, ambos os países coincidiram na importância do bloco não se restringir apenas às questões comerciais, mas se constituir como “um espaço catalisador de valores, tradições e futuros compartilhado, sendo necessário seu fortalecimento, o aperfeiçoamento de suas instituições, a promoção da participação da sociedade civil e a incorporação de novos países” (CORTES; CREUS, 2009, p. 129, tradução nossa). Os vizinhos se propuseram a fortalecer o bloco, se comprometeram em sustentar a democracia, combater a pobreza, a desigualdade, o desemprego e o analfabetismo (RAPOPORT, 2017).

Em março de 2004 foi assinada a Ata de Copacabana durante a visita do presidente argentino ao Brasil. Nela, Lula e Kirchner estabeleceram o dia 30 de novembro como o Dia da Amizade Argentino-Brasileira, em comemoração ao encontro de Alfonsín e Sarney em 1985. Nessa ocasião também trataram de temas como o estreitamento dos vínculos bilaterais, o estabelecimento de consulados conjuntos e o avanço de obras de infraestrutura (CORTES; CREUS, 2009). Esse documento demonstrou a importância da relação estratégica entre os dois países, com a proposição de estreitar os vínculos bilaterais e melhorar o diálogo e a cooperação em diversas áreas de interesse mútuo (TABORDA; ROLANDO; FLORO, 2010)

Além disso, nesse encontro, os dois países assinalaram a determinação para a conclusão do Acordo de Associação Birregional com a União Europeia e manifestaram a satisfação pelo avanço das negociações para o acordo comercial entre o Mercosul e a Índia. Também coincidiram que, durante aquele ano, Brasil e Argentina iriam impulsionar o Mercosul, de modo que o bloco pudesse dar:

[...] passos significativos nas áreas comercial, econômica e política, conforme o Programa de Trabalho aprovado na Cúpula de Montevidéu, em dezembro de 2003. Nesse sentido, deverão ser finalizados prontamente os anexos ao Acordo de Livre Comércio com a Comunidade Andina de Nações (CAN), firmado naquela ocasião. A partir do *aprofundamento das relações entre o Mercosul e a CAN, se buscará a construção de uma Comunidade Sul-Americana de Nações*. (BRASIL; ARGENTINA, 2004, p. 2, grifo nosso).

A assinatura dos documentos mencionados (Consenso de Buenos Aires e da Ata de Copacabana) demonstra a importância da parceria estratégica e do desenvolvimento do Mercosul para ambos os países. Ademais, a criação do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), em 2005, e do Parlamento do Mercosul, em 2006, são provas da convergência política entre Argentina e Brasil, e são também considerados marcos para a integração regional no Cone Sul (CEPIK; PERGHER SILVA, 2012).

Ainda em 2004, a partir de proposta da diplomacia brasileira - e com o apoio argentino, como visualizado na Ata de Copacabana -, os doze Chefes de Estado da América do Sul, reunidos em Cuzco, na III Reunião de Presidentes Sul-Americanos, aprovaram a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA/CSN<sup>5</sup>). A CASA tinha por objetivo criar um espaço de cooperação e integração unindo o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN), agregando como temas prioritários de sua agenda: o diálogo político, a integração física, o meio-ambiente, a integração energética, os mecanismos financeiros sul-americanos, as assimetrias, a promoção da coesão social, da inclusão social e da justiça social (PAGLIARI, 2009; GRANATO, 2015). Mais tarde, em 2008, a CASA foi substituída pela União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Encorajando a criação da CASA, o Brasil tinha um objetivo estratégico em que buscava tornar a América do Sul uma potência mundial política e econômica. Apesar de não desistir do projeto individual de se tornar uma potência mundial, o país passou a compreender que esse objetivo só seria alcançado a partir da parceria estratégica com a Argentina e, em uma segunda etapa, com a integração sul-americana (BANDEIRA, 2006). Nessa perspectiva, tanto para o Brasil quanto para a Argentina era importante que o Mercosul e a CASA se

<sup>5</sup> No Brasil, costuma-se utilizar a sigla CASA, no entanto, nos demais países sul-americanos, também se utiliza a sigla CSN para a Comunidade Sul-Americana de Nações.

consolidassem “como um sistema econômico e político unificado, em um sistema mundial fortemente competitivo e violento em que os Estados Unidos tratavam de concentrar e congelar o poder mundial” (BANDEIRA, 2006, p. 295).

Apesar do aparente apoio argentino quanto à proposta da CASA, de acordo com Cortes e Creus (2009), inicialmente, a Argentina criticou o que considerou uma estratégia brasileira de liderança regional, bem como condenou o protagonismo atribuído à organização em detrimento do Mercosul. Ademais, criticou o fato de o Brasil não haver dado à Argentina, sua parceira estratégica, um tratamento diferenciado nas discussões e proposições acerca da nova estruturação regional (CORTES; CREUS, 2009).

Ao celebrarem o aniversário de 20 anos da Declaração de Iguazu, em 30 de novembro de 2005, Brasil e Argentina firmaram o Compromisso de Puerto Iguazú, o qual ressalta que:

*A aliança entre Argentina e Brasil é a chave para o êxito do projeto comum de integração, dentro do qual se destaca a importância do aprofundamento do Mercosul, da consolidação do Mercado Comum e da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações. (BRASIL; ARGENTINA, 2005, p. 1, grifo nosso).*

Os chanceleres Celso Amorim e Rafael Bielsa também ressaltaram a importância histórica do dia 30 de novembro de 1985 como um marco do processo de aproximação e amizade entre os dois vizinhos sul-americanos. Ademais, destacaram que o Mercosul materializa o sentido dos acordos de 1985, constituindo “um projeto audacioso e efetivo, orientado para o desenvolvimento de nossas economias e para o fortalecimento da capacidade dos dois Estados de conduzir um processo de melhoria da qualidade de vida de nossos povos” sendo um “fator de estabilidade democrática no âmbito regional” que “irradia poderosa força de atração a toda a América do Sul” (AMORIM; BIELSA, 2005, s. p.).

No ano seguinte, Argentina e Brasil assinaram um acordo que previa restringir as importações se um país se considerasse afetado pelas exportações do outro. Buscavam, com isso, solucionar as controvérsias e evitar sua politização. Esse foi o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), firmado em 2006 no âmbito do Mercosul - Paraguai e Uruguai decidiram não aderir. O MAC representou uma importante convergência entre os dois principais membros do bloco, no entanto, não evitou uma série de divergências de difícil solução neste âmbito (CORTES; CREUS, 2009; RAPOPORT; MADRID, 2011). Além disso, Argentina e Brasil estabeleceram um mecanismo de coordenação e consulta periódica, de modo a manter reuniões presidenciais e reuniões ministeriais a cada seis meses e reuniões de vice-chanceleres a cada três meses (CORTES; CREUS, 2009).

Alguns fatores devem ser mencionados ao se analisar a forte convergência e o aprofundamento das relações bilaterais, bem como o fortalecimento da integração na América do Sul nos primeiros anos do século XXI. Nessa perspectiva, salienta-se a situação econômica favorável para os países da região, os quais contavam com um considerável crescimento do PIB, que proporcionou maior força aos interesses regionais e aos vínculos entre a Argentina e o Brasil (RAPOPORT, 2011).

Ainda assim, as divergências entre os dois países se fizeram presentes, uma vez que interesses individuais fizeram nascer ou renascer alguns conflitos pontuais, tencionando em alguns momentos a relação bilateral. Apesar dos desentendimentos, “a coincidência entre os líderes políticos da região foi um fator de peso que marcaria a primeira década do século” (RAPOPORT, 2017, p. 195, tradução nossa).

A partir do apresentado, a próxima seção dará ênfase ao período em que coincidem os governos de Cristina Fernández de Kirchner, na Argentina, e de Lula da Silva, no Brasil, ou seja, entre os anos 2007 e 2010.

### **UMA INTENSA PARCERIA EM PROL DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: A PRESIDÊNCIA DE CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER NA ARGENTINA E O GOVERNO LULÁ NO BRASIL (2007-2010)**

Do mesmo modo que o governo anterior, o Governo de Cristina Fernández de Kirchner teve entre seus objetivos a manutenção da autonomia frente aos Estados Unidos e o fortalecimento da integração e da unidade regional, apoiando o aprofundamento da dimensão



política da integração no subcontinente, principalmente no que diz respeito ao Mercosul, mas também na Unasul, reforçando as relações estratégicas com o Brasil (LEÃO, 2020).

Em dezembro de 2007, os Ministros das Relações Exteriores dos dois países assinaram o documento de criação do Mecanismo de Cooperação e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina, formado por quatro subcomissões: 1) a Subcomissão de Economia, Produção, Ciência e Tecnologia; 2) a Subcomissão de Energia, Transporte e Infraestrutura; 3) a Subcomissão de Defesa e Segurança; e 4) a Subcomissão de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Cultural e Circulação de pessoas (FRACALLOSSI MORAES, 2010; MILANI, 2015).

Com esse Mecanismo, pretendia-se uma melhor delimitação e o acompanhamento das relações entre os dois países, identificando as questões estratégicas e prioritárias “para alcançar o desenvolvimento sustentado das capacidades culturais, econômicas, sociais, científicas e tecnológicas dos dois países” (BRASIL; ARGENTINA, 2007, p. 1, tradução nossa).

Outro avanço nos marcos do Mercosul foi a criação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local, decisão argentino-brasileira sobre a possibilidade de se utilizar as moedas nacionais, o Peso e o Real, nas transações comerciais entre ambos os países. O sistema contempla a todos os países membros, mas apenas Brasil e Argentina aderiram (RAPOPORT; MADRID, 2011; CORTES; CREUS, 2009).

A presidenta Cristina Fernández considerou a eliminação do dólar para as operações comerciais entre ambos os países como um símbolo cultural. Pela sua parte, Lula classificou o convênio como o passo inicial do que denominou

uma futura integração monetária regional. (CORTES; CREUS, 2009, p. 133, tradução nossa, grifo dos autores).

Já em fevereiro de 2008, quando da visita do Presidente Lula à Argentina, os presidentes frisaram, na Declaração Conjunta à Imprensa, a renovação de seu compromisso com o fortalecimento do Mercosul e ressaltaram a importância do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral. Apontaram ser este último “um marco significativo no aprofundamento da associação estratégica que une o Brasil e a Argentina, que se manifesta no sustentado e intenso progresso da relação e na vocação de dinamizar o processo de integração bilateral e regional” (BRASIL; ARGENTINA, 2008b, p. 2).

Meses depois, em setembro de 2008, a Presidente Cristina Fernández de Kirchner veio ao Brasil como convidada de honra para as comemorações do Dia da Pátria, o que novamente evidencia a relação de amizade mantida pelos presidentes e a significância da relação bilateral. Nessa ocasião, os presidentes se reuniram, no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina, ressaltando a importância de sua “associação estratégica” e sua disposição de dar continuidade às negociações extrarregionais do Mercosul e aprofundar as negociações Sul-Sul (BRASIL; ARGENTINA, 2008a).

Também reiteraram o compromisso com o aprofundamento do Mercosul, considerado o “principal âmbito de integração regional para ambos os países do ponto de vista político, social e econômico-comercial” (BRASIL; ARGENTINA, 2008a, p. 1). Ressaltaram, ainda, a importância da formulação do Tratado Constitutivo da Unasul, reiterando seu compromisso com a integração sul-americana, visando intensificar o diálogo político e os laços econômicos e comerciais entre os países, destacando projetos de integração da infraestrutura regional (BRASIL; ARGENTINA, 2008a).

Além disso, entre os diversos assuntos tratados no encontro, os presidentes: demarcaram a importância de eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), sendo este considerado um passo fundamental para a consolidação da união aduaneira; saudaram a implementação do Focem, situando-o como um importante instrumento “para a correção das assimetrias entre os Estados membros do bloco”; e reiteraram o compromisso em instrumentalizar um sistema de apoio às pequenas e médias empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva como um passo no estabelecimento do Fundo Mercosul (BRASIL; ARGENTINA, 2008a, p. 1).

Apesar dos desentendimentos com relação à criação da CASA, a Unasul foi formada em 2008, com visível coordenação brasileira-argentina. Cristina Fernández - diferentemente do ocorrido na reunião de formação da CASA - foi à Reunião dos Presidentes Sul-Americanos e apoiou abertamente a iniciativa (CORTES; CREUS, 2009). Inclusive, Néstor Kirchner aceitou ser o primeiro Secretário Geral da organização,

atuando ativamente até seu falecimento, em 2010 (MILANI, 2015).

A Unasul deve ser compreendida como um dos “elementos do novo projeto político da integração concebido pelos presidentes do Brasil e da Argentina, e cujas premissas essenciais foram explicitadas no Consenso de Buenos Aires” (GRANATO, 2015, p. 186). Com a Unasul, a América do Sul ganhou sentido político, demarcando uma unidade sul-americana e configurando a ruptura do caráter exclusivamente econômico-comercial da integração regional (SIMÕES, 2019), bem como concretizou o subcontinente como uma região geopolítica (COSTA, 2009).

Ressalta-se que a América do Sul representa uma população superior a 370 milhões de habitantes (destes, 40 milhões de argentinos e 192 milhões de brasileiros que constituem juntos um mercado de 232 milhões de habitantes). Uma área de mais de 17 milhões de quilômetros quadrados, conta com grande variedade de recursos naturais, como petróleo, minerais, grandes reservas de gás e quase 30% da água doce do mundo; além de 8 milhões de quilômetros de bosques, a maior fronteira agrícola do mundo, o maior volume de biodiversidade e uma liderança na produção e exportação de alimentos (RAPOPORT; MADRID, 2011). Nessa perspectiva, reforça-se o potencial da região em projetar-se como um espaço econômico e geopolítico de grande peso no cenário internacional (RAPOPORT; MADRID, 2011, 2012; GRASSI, 2019b), objetivo demarcado de maneira direta e indireta nas constantes visitas, conversações e declarações dos presidentes brasileiro e argentino no período.

Ao destacar a temática, o ex-chanceler argentino, Jorge Taiana apontou:

A Unasul é uma hipótese distinta, mas responde a mesma pergunta: Como fazemos para organizar-nos em bloco em um mundo onde se não está em um bloco perde? E a resposta da Unasul é uma resposta distinta a da ALCA, que diz vamos atrás dos grandes e vamos na fila, vamos grudados como os ciclistas atrás do caminhão. O que diz Unasul é: entre nós, entre os que somos mais ou menos iguais, podemos em uma região, sobretudo América do Sul, armar algo entre nós. Esta é a proposta da Unasul (RAPOPORT, 2017, p. 193, tradução nossa).

Ainda em 2008, o Brasil propôs a criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Com o apoio dos outros onze países sul-americanos, em 2009 oficializou-se a criação deste Conselho no âmbito da Unasul. A proposta do Conselho de Defesa foi amplamente apoiada pela Argentina. Inclusive, funcionários ligados ao setor de defesa de Argentina e Brasil mantiveram reuniões conjuntas visando “coordenar posições e *construir um pensamento estratégico comum*” (CORTES; CREUS, 2009, p. 137, tradução nossa, grifo nosso). Além disso, a Argentina concedeu grau de prioridade ao Conselho, engajando-se, inclusive, na criação do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED) da Unasul, com sede em Buenos Aires (MILANI, 2015). Além do CEED, mais tarde foi inaugurada a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), em Quito.

Em abril de 2009, a convite de Cristina Fernández de Kirchner, Lula visitou a Argentina, ocasião em que os dois presidentes avaliaram o estado de implementação do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina, abordaram as variadas temáticas da agenda bilateral, ressaltando a importância da parceria estratégica entre os dois países, a qual vem obtendo “resultados concretos e tangíveis, assim como benefícios mútuos nas diversas áreas que compõem as relações bilaterais” (BRASIL; ARGENTINA, 2009a, p. 4-5).

Nesse encontro entre os diversos assuntos tratados, os países “manifestaram seu apoio ao sistema multilateral de comércio e a rodada Doha, a fim de alcançar uma maior integração dos países em desenvolvimento na economia internacional” (BRASIL; ARGENTINA, 2009a, p. 1). Igualmente, “concordaram que o aumento da demanda por energia para permitir o desenvolvimento de nossos países torna urgentes os esforços bilaterais e regionais de integração dos sistemas energéticos” (BRASIL; ARGENTINA, 2009a, p. 3).

Com relação à Unasul, Brasil e Argentina reconheceram a importância da consolidação da organização, salientando que a mesma “deve se transformar em um fator de unidade e de cooperação na América do Sul, criando sinergias positivas em áreas como o desenvolvimento da infraestrutura física regional, a potencialização de políticas sociais na região e a cooperação em matéria de defesa” (BRASIL; ARGENTINA, 2009a, p. 4). Já sobre o Mercosul, ressaltado em todos os documentos analisados, atenta-se novamente para seu papel central como ferramenta para o desenvolvimento econômico e social dos Estados membros. Na ocasião, os dois países afirmaram

coincidir

[...] que a *consolidação do Mercosul* como principal âmbito de integração política, social, econômica e comercial da região é um *elemento chave para enfrentar a atual crise econômica internacional*. Nesse sentido, ressaltaram a importância de coordenar ações no plano regional no marco da Política Comercial Comum e de aprofundar a integração comercial. [...] Reiteraram seu compromisso com o aprofundamento do Mercosul em sua dimensão política e social, em particular mediante a ativação do Instituto Social do Mercosul e da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul. Nesse sentido, reafirmaram sua disposição em impulsionar os trabalhos relativos ao Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul, assim como em adotar programas e medidas específicas no âmbito social que atenuem os efeitos da atual conjuntura de crise financeira internacional na região (BRASIL; ARGENTINA, 2009a, p. 4, grifo nosso).

Em novembro de 2009, durante encontro realizado no Brasil, os presidentes “reiteraram a importância da consolidação da Unasul, que deve transformar-se em fator de unidade e de cooperação na América do Sul” (BRASIL; ARGENTINA, 2009b, p. 4). Na Declaração Conjunta, também apontaram questões relacionadas à integração física sul-americana, no âmbito do Cosiplan, e à cooperação e integração latino-americana e caribenha no âmbito da Cúpula da América Latina e o Caribe (CALC). Na ocasião, declararam:

[...] o interesse de ambos os países em acelerar a execução dos projetos prioritários para a integração física sul-americana, em especial nas áreas de infraestrutura, transportes e telecomunicações que integrem os países, atendendo a critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável e preservando o equilíbrio dos ecossistemas. [...] Renovaram o compromisso de avançar em direção da plena incorporação do âmbito de trabalho da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no marco do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da Unasul. [...] Decidiram seguir estudando a proposta de avançar na direção de uma instância regional para a América Latina e o Caribe como espaço político de expressão da unidade regional com base na experiência de concertação política no âmbito do Grupo do Rio e nos temas que estão sendo propostos na Agenda de Integração, Desenvolvimento e Cooperação promovida no âmbito da CALC (BRASIL; ARGENTINA, 2009b, p. 4).

Cortes e Creus (2009, p. 123, tradução nossa) afirmam que “durante o primeiro ano da gestão de Cristina Fernández e o segundo mandato de Lula, as relações entre Argentina e Brasil pareceram ser cordiais, com uma intensidade, denominada pelo governo argentino como inédita” Além disso, observa-se que a integração regional foi firmada como agenda prioritária na parceria estratégica bilateral, ambos se dedicaram a ampliar e consolidar a integração com ênfase na América do Sul. Apesar de proporem a iniciativa de ampliação dessa agenda para toda a América Latina, o projeto sul-americano permanece como ângulo central dos vizinhos. Com isso, após observar este período, a próxima seção abordará, de modo breve, o diálogo conjunto durante o governo de Dilma Rousseff e o governo de Cristina Fernández de Kirchner.

## **MANUTENÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA E O AVANÇO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: AS RELAÇÕES DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO ROUSSEFF E O GOVERNO DE FERNÁNDEZ DE KIRCHNER (2011-2014)**

No governo Dilma Rousseff, buscou-se dar seguimento à agenda mantida pelo presidente anterior, com a defesa da integração regional e a manutenção da prioridade conferida à América do Sul e à Argentina. Apesar disso, esse período foi marcado por crises internas, pela menor atuação internacional e menor ativismo regional da presidente e limitações na condução da política externa, muito disso devido à conjuntura interna e externa, mas também pelo próprio perfil da governante<sup>6</sup> (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020; SIMÕES, 2019).

Em janeiro de 2011, o chanceler argentino, Héctor Timerman, que veio ao Brasil para a posse da Presidente Dilma Rousseff, se reuniu com o Ministro de Relações Exteriores brasileiro, Antonio de Aguiar Patriota, ocasião em que exaltaram o excelente momento que atravessava as relações bilaterais, reafirmaram que a parceria estratégica entre os dois países é uma política de Estado e que essa sólida relação tem sido fator essencial para a consolidação do Mercosul e para o surgimento de novas iniciativas integracionistas como a Unasul (MREyC, 2011).

No final de janeiro desse mesmo ano, a presidente brasileira foi a Buenos Aires, em sua primeira viagem presidencial, onde se reuniu com a homóloga argentina, Cristina Fernández, tendo uma intensa agenda de conversação, tratando de diversos temas de cooperação e integração bilaterais e regionais. Nessa ocasião, as presidentes demonstraram seguir as conversações que vinham ocorrendo nos governos antecedentes, reiteraram o compromisso com a parceria estratégica e reforçaram a importância da mesma como eixo

<sup>6</sup> Houve a diminuição das viagens internacionais e corte de orçamentos. Ademais, foi um período de recuperação dos países centrais após a crise e, por isso, a menor abertura para a atuação dos países emergentes, o que foi agravado com a paralisação da Rodada Doha, da OMC. Também foram observadas divergências no âmbito do Mercosul, com a entrada da Venezuela e a suspensão do Paraguai (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020).

constitutivo da integração regional (GRANATO, 2012).

As presidentes ainda ressaltaram a importância da colaboração bilateral em diversas áreas visando alcançar resultados benéficos para ambos os países e para o Mercosul como um todo, assim como destacaram “a importância do aprofundamento do Mercosul como principal âmbito de integração política, social, econômica e comercial da região, e a constituição da Unasul como fator de unidade e de cooperação na América do Sul” (BRASIL; ARGENTINA, 2011a, p. 1).

Outros pontos específicos, no âmbito mercosulino, destacados pelas presidentes foram:

[...] a importância de outorgar uma ampla difusão e plena vigência ao Selo Mercosul Cultural com vistas a facilitar a circulação de bens que formam parte de projetos culturais e fortalecer, assim, a integração cultural no Mercosul. [...] a necessidade de fortalecer os mecanismos de cooperação na formação de professores de português e espanhol. Nesse sentido, determinaram aos respectivos Ministros de Educação promover a consolidação de um programa de formação através de parcerias universitárias e financiamento de bolsas de estudo que permitam a estudantes de graduação em letras de um país cursar, com reconhecimento recíproco dos estudos, créditos semestrais ou créditos de verão em instituições universitárias do outro país. [...] Determinaram que as respectivas autoridades educacionais ampliem a promoção de mobilidade acadêmica de estudantes e professores universitários de graduação e pós-graduação, por meio de programas de intercâmbio. (BRASIL; ARGENTINA, 2011a, p. 5).

No mesmo dia, 31 de janeiro de 2011, as presidentes também assinaram o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Promoção Comercial Conjunta. Nesse documento, além de demonstrarem a convergência em diversos temas da agenda bilateral, ambas ressaltaram que, na busca por aprofundar a integração brasileiro-argentina, levava-se em consideração também os demais países do Mercosul, visando estimular o fortalecimento do bloco regional. Destacaram, ademais, que tal Memorando viria a facilitar a execução das decisões dos Coordenadores Nacionais da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul (BRASIL; ARGENTINA, 2011b).

Nesse momento, observou-se um claro empenho dos países da América do Sul – especialmente de Argentina e Brasil – em desenvolver políticas no Conselho de Defesa da Unasul para a proteção dos recursos naturais, entendendo-os como assunto estratégico para a integração sul-americana, já que para a defesa desses recursos eram necessárias ações conjunta (CEPIK; PERGHER SILVA, 2012).

Em abril de 2013, os Ministros de Defesa Arturo Puricelli, da Argentina, e Celso Amorim, do Brasil, firmaram a Declaração do Rio de Janeiro, na qual, entre os diversos temas abordados, “sublinharam a importância estratégica de projetos que, assim como a Unasul, contribuem para uma crescente integração, complementação e fortalecimento das capacidades produtivas dos países”. Ademais, ressaltaram “seu empenho em promover a realização, na América do Sul, de seminários e feiras que possam estimular a integração regional na área de ciência, tecnologia e produção de defesa” (BRASIL; ARGENTINA 2013b, p. 2, tradução nossa).

Em novembro do mesmo ano, os Ministros de Defesa Augustín Rossi e Celso Amorim mantiveram reunião de trabalho, ocasião em que “expressaram seu compromisso com o fortalecimento da identidade sul-americana de defesa, no marco do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)”, além de celebrarem a proposta de criação da Escola Sul-Americana de Defesa, (ESUDE), realizada em reunião na cidade de Buenos Aires, em outubro de 2013 (BRASIL; ARGENTINA, 2013a, p. 1, tradução nossa). Nesse sentido, destacaram a característica descentralizadora da Escola, a qual permitiria que todos os países membros da Unasul ofertassem cursos, promoveria o intercâmbio entre especialistas e profissionais da região e estimularia ainda mais o diálogo e a cooperação entre os Estados (BRASIL; ARGENTINA, 2013a). Desse modo, as relações Brasil-Argentina permanecem como o eixo sustentador da integração sul-americana e, principalmente, do Mercosul, sendo o êxito ou o fracasso do bloco diretamente associado à evolução dessas relações bilaterais (RAPOPORT; MADRID, 2011 e 2012). O eixo bilateral foi fundamental como “base política do reordenamento do Mercosul” e a partir do esforço conjunto o bloco passou a agregar as dimensões política e societal, que não estavam previstas no Tratado de Assunção (SARAIVA, 2012, p. 137).

A parceria entre os dois países já foi posta como o “elemento chave para uma maior governabilidade sul-americana a qual se constrói sob os alicerces da cooperação e confiança mútua, e que se materializa na estabilidade política” (CEPIK; PERGHER SILVA, 2012, p. 21). A parceria estratégica revigorada desde a ascensão de Néstor Kirchner e Lula, mesmo com as heterogeneidades e divergências que ainda persistem entre os dois países, pauta-se nessa leitura de governabilidade regional (CEPIK; PERGHER SILVA, 2012).

Nesse sentido, cabe destacar que apesar das dificuldades enfrentadas e do longo caminho para o avanço nos diversos eixos dessa parceria estratégica e da integração na região, Brasil e Argentina possuem um papel decisivo de liderança no projeto integracionista sul-americano. Para Gullo (2006, p. 155, grifo nosso):

*A aliança argentino-brasileira é o único caminho real da unificação da América do Sul. Os dois países são o núcleo básico aglutinador. Como foram a França e a Alemanha para a Europa. A unificação da América Latina só pode começar com a unidade da América do Sul, e a unidade da América do Sul só pode ser estruturada a partir da unidade argentino-brasileira. Sem a aliança estratégica entre a Argentina e o Brasil não há unidade sul-americana possível porque, imediatamente, se configurariam blocos rivais. Grupos de países mais propensos a apoiar a Argentina e outros o Brasil. O império faria o resto: "Divide e reinarás".*

Apesar disso, percebe-se que o esforço conjunto para assegurar a formação de um bloco de poder regional autônomo, possibilitou o alargamento da integração regional, bem como, ao mesmo tempo, garantiu o estreitamento dos laços bilaterais, mas não foi suficiente para evitar que as mudanças de governo e as crises políticas internas abalasses a parceria estratégica e danificassem drasticamente o projeto integracionista em curso. Sendo assim, a seção final deste artigo traça brevemente alguns dos retrocessos ocorridos nos últimos, demonstrando como tais mudanças na agenda dos vizinhos impactaram a integração na América do Sul.

## **AS RELAÇÕES BILATERAIS E A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA NO PERÍODO POSTERIOR AOS GOVERNOS PROGRESSISTAS**

Apesar dos inúmeros avanços demonstrados tanto na parceria bilateral quanto para a integração regional, nos últimos anos – desde a Presidência de Michel Temer e Jair Bolsonaro, no Brasil – as relações com a Argentina passaram por um período de esfriamento e a integração regional foi sendo relativamente paralisada. Considera-se o período após 2016 como um dos momentos de maiores dificuldades e crise da integração regional.

A presidência de Mauricio Macri (2015-2019), na Argentina, foi caracterizada pela retomada da agenda neoliberal e o estreitamento das relações com os Estados Unidos, assim como foi marcada pela crise econômica e social. Observou-se que o eixo econômico se tornou prioridade para os países em termos de cooperação e integração regional, defendendo o regionalismo aberto. A ascensão de Michel Temer (2016-2018) no Brasil possibilitou relações mais próximas entre os dois Estados diante da proximidade de suas agendas político-econômicas, os quais defenderam a ênfase de políticas comerciais no Mercosul. Da mesma forma, por exemplo, nesse período ambos os países se voltaram à Organização dos Estados Americanos (OEA) para a resolução dos conflitos regionais, em detrimento da Unasul, como foi observado durante a crise venezuelana, mantendo o alinhamento à política externa de Donald Trump (LEÃO, 2020).

Durante o governo Temer, houve alterações significativas na condução do projeto posto em prática pelos governos anteriores, tanto em nível doméstico quanto regional. Ademais, esse período foi marcado por fortes turbulências econômicas e políticas, retração da política externa brasileira e crise democrática (SEABRA et al, 2017; ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020), uma vez que as ações foram tomadas por um governo interino, que ascendeu ao poder por meio de um impeachment questionável, no mínimo, e sem a legitimidade das eleições, portanto.

Diante da agenda neoliberal na América do Sul, a implementação de políticas econômicas ortodoxas, as divergências e conflitos entre os países, o afastamento da agenda regional e a aproximação com os Estados Unidos, a falta de interesse político para a integração regional e a conjuntura internacional desfavorável (SEABRA et al, 2017; JAEGER, 2019; LEÃO, 2020), a Unasul passou por uma grave crise interna, principalmente após janeiro de 2017, quando o então secretário geral, Ernesto Samper, deixou o cargo. Os países membros não chegaram a um consenso para indicar um substituto e a Secretaria Geral da organização ficou vaga desde então (SANAHUJA; COMINI, 2018; JAEGER, 2019; BIDARRA; GRASSI; KERR OLIVEIRA, 2020; LEÃO, 2020). Ademais, ressalta-se o posicionamento crítico de Samper diante do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o que não foi bem-visto pelos partidos da oposição:

*A crítica não foi bem recebida no Brasil, assim como sua assinatura em um manifesto de defesa da candidatura do ex-presidente Lula às eleições gerais de 2018. Em sua crítica, Samper advertiu que o processo contra a presidente viria a representar uma ruptura e deixava o Brasil exposto à aplicação da cláusula democrática da UNASUL (SIMÕES, 2019, p. 10).*

A situação da Unasul frente a crise da Venezuela também agravou a situação entre os países membros. Com tudo isso, o diálogo entre os membros foi seriamente afetado e, em abril de 2018, Argentina, Colômbia, Chile, Brasil, Paraguai e Peru anunciaram a suspensão de suas atividades por tempo indeterminado (SANAHUJA; COMINI, 2018; ZARPELON, 2018; JAEGER, 2019; SIMÕES, 2019; BIDARRA; GRASSI; KERR OLIVEIRA, 2020). Após, em agosto de 2018, a Colômbia anunciou que sairia da Unasul e, em seguida, outros países como Equador, Peru, Paraguai, Brasil, Argentina e Chile.

Após o colapso da Unasul, os países iniciaram a criação do Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul) - em substituição à Unasul -, um espaço que não se constitui como um bloco de integração, visto que não dispõe de uma estrutura concreta, sede e nem possui um processo efetivo de coordenação entre os Estados (BRICEÑO-RUIZ, 2020; SILVA; GRASSI, 2022). Nesse contexto, observou-se a ruptura de um projeto de integração multidimensional e da proposta da América do Sul como uma região geopolítica autônoma, coesa e influente. Ampliou-se, assim, a vulnerabilidade da região diante das pressões e ingerências das grandes potências e das crises políticas, econômicas e sanitárias que a região viria a enfrentar logo a seguir (ARAÚJO; NEVES, 2021; SILVA; GRASSI, 2022).

Visivelmente, neste período buscou-se romper com o legado dos governos progressistas para a região durante os anos de fortalecimento da Unasul. Diante desse novo contexto de ascensão do conservadorismo, surge uma ideia de “desideologização” do projeto integracionista (SIMÕES, 2019).

A grande questão parece ser a troca de blocos regionais em detrimento da mudança de governo nos países. Na retórica, essa perspectiva se liga a um discurso recente acerca da flexibilização dos organismos internacionais. Na prática, quer dizer que novos governos chegam ao poder e apontam que as dinâmicas regionais estabelecidas em outros governos são engessadas e enviesadas. Logo, existe a necessidade de se criar outro bloco e conseqüentemente inicia-se um processo de overlapping de regionalismos. (SIMÕES, 2019, p. 13).

De forma mais acentuada, as relações Brasil-Argentina e a agenda bilateral para a integração passam por um período ainda mais nebuloso com a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência do Brasil. Antes mesmo de tomar posse, o novo Governo já demonstrava discurso contrário a integração sul-americana, anunciava-se que a Argentina e o Mercosul não seriam prioridade – classificando, inclusive, o bloco como restritivo e ideológico - assim como se demonstrava que a prioridade brasileira seria a aproximação com os Estados Unidos (AVEDAÑO, 2018; BULLA, 2018; CARMO, 2018; FERNANDES, 2018; GOSMAN, 2018; ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020).

Após a posse, durante visita de Macri ao Brasil, Bolsonaro declarou a necessidade de aperfeiçoar o Mercosul, propor nova agenda de trabalho e torná-lo mais “enxuto”<sup>7</sup>, acrescentando que o Brasil “preza muito pela relação de amizade e cooperação” com a Argentina, e que a mesma deve ser fortalecida (MAZUI, 2019; LANDIM, 2019). Ainda, ressalta-se que Bolsonaro rompeu com uma tradição dos últimos presidentes brasileiros, na qual a primeira visita presidencial tinha como destino a Argentina (GOSMAN, 2018; FIGUEIREDO, 2018).

Diante da vitória do candidato da esquerda, Alberto Fernandez (2019-), nas últimas eleições argentinas, Bolsonaro afirmou que não congratularia o novo presidente e que acreditava que a Argentina havia escolhido mal. Declarou também que o Brasil não pretende sair do Mercosul, mas cogitou a possibilidade de afastar a Argentina do bloco caso esta venha a ferir alguma cláusula do acordo. Por outro lado, nesse período, Fernandez deixava claro sua posição de amizade em relação ao ex-presidente Lula, rival político de Bolsonaro (PINTO, 2019; BRICEÑO-RUIZ, 2020; SILVA; GRASSI, 2022).

Em 2021, durante a reunião comemorativa dos 30 anos de criação do Mercosul, também ficou visível as amplas divergências e a debilitada relação entre os governos e Brasil e Argentina. Como exemplo, cita-se o fato de a Argentina ter sido ignorada pelo Brasil na ocasião e o desconforto gerado ao Brasil pela proposta argentina de criação de um observatório de qualidade democrática e um voltado ao meio ambiente. Cabe também apontar as divergências quanto às propostas de flexibilizações e reduções da TEC, as quais são apoiadas por Brasil e repudiadas pela Argentina (ARAÚJO; NEVES, 2021; SILVA; GRASSI, 2022) – tais propostas, inclusive, são contrárias às iniciativas para a consolidação da união aduaneira, enfatizadas em declarações conjuntas de governos precedentes, conforme observado anteriormente.

Com posições políticas extremamente opostas, as relações bilaterais, historicamente marcadas pela diplomacia presidencial,

<sup>7</sup> Ou seja, mais focado nos aspectos comerciais e menos politizado (LANDIM, 2019).

passaram por diversos constrangimentos, o que, conseqüentemente, travou as conversações no âmbito do Mercosul e enfraqueceu o bloco. Percebeu-se, portanto, as conturbadas relações estabelecidas entre os vizinhos e, ao mesmo tempo, o esvaziamento do projeto de integração regional autônomo, com o desmantelamento de projetos de integração e a busca por estabelecer uma agenda neoliberal na região (ARAÚJO; NEVES, 2021; SIMONOFF, 2021; SILVA; GRASSI, 2022).

Nessa perspectiva, ocorreu uma brutal reversão da política externa brasileira das últimas décadas, com um alinhamento automático aos Estados Unidos, a entrega da soberania nacional, o isolamento internacional, assim como o esvaziamento da América do Sul como prioridade do país. Inclusive, o termo “América do Sul” não apareceu nenhuma vez no plano de governo de Bolsonaro (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020). Com isso, as relações bilaterais nesse período têm sido qualificadas como em seu pior momento em décadas (SIMONOFF, 2021).

Contudo, como bem expõe Amorim (2009, p. 21), deve-se considerar que “fortalecer a América do Sul é indispensável [também] para a integração da América Latina e Caribe. Até porque, é necessário criar um pólo magnético alternativo que possa também ser um polo de atração, econômico, cultural, empresarial, etc”, e é isso que buscou-se fazer no período analisado nesta pesquisa.

Na perspectiva de Cepik (2008), o processo de integração sul-americano poderia vir a ser um dos polos de poder mais dinâmicos do século XXI, mas, para isso, precisaria resolver duas dificuldades centrais que dificultam o avanço da integração no subcontinente:

Por um lado, a incorporação de uma dimensão de segurança comum na agenda da integração, essencial em um contexto internacional de fortes pressões assimétricas e transformação das bases do poder militar com repercussão direta nas balanças regionais. Por outro lado, o desafio da integração passa pela criação de uma identidade cultural e cívica comum, o que numa região tão marcada por desigualdades sociais só pode ser realizado por meio de uma abordagem radicalmente multinacional e socialmente inclusiva. (CEPIK, 2008, p. 4).

Por fim, Jaguaribe (2005, p. 50) ressaltava que no sistema multipolar, “uma América do Sul integrada e satisfatoriamente desenvolvida, seria um dos grandes interlocutores internacionais”. Desse modo, cabe à Argentina e ao Brasil, assim como todos os países sul-americanos, escolherem seu destino, pois, como já dizia Juan Domingo Perón: “O século XXI nos encontrará unidos ou dominados”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se compreender que a integração regional, além de ser um eixo essencial para a parceria estratégica Brasil-Argentina - uma vez que os dois países têm, historicamente, impulsionado mecanismos integracionistas na América do Sul -, pode ser considerada também um eixo estruturador das relações bilaterais, já que o estreitamento das relações regionais e aprofundamento dos mecanismos de integração no subcontinente impulsionaram o fortalecimento de mecanismos bilaterais de cooperação.

A preocupação compartilhada pelos dois países no que diz respeito ao aprofundamento da coordenação política, dos laços cooperativos e da integração no subcontinente fez-se frequentemente presente nos encontros, reuniões e diálogos presidenciais e ministeriais do período compreendido pelos governos de Lula-Dilma e Néstor-Cristina Kirchner, levando ao fortalecimento dos próprios laços bilaterais, no intento de elevar a posição internacional da América do Sul. Observa-se um destacado papel dos dois países no que diz respeito ao desenvolvimento do Mercosul e da Unasul e os mecanismos de cooperação e integração dos blocos – principalmente do Mercosul - permearam a cooperação bilateral em temas econômicos-comerciais, culturais, políticos e sociais, como nas áreas de ciência, tecnologia e educação.

Assim, resumidamente, nesse período, além das questões comerciais, o Mercosul avançou na parte social e na resolução de assimetrias, com a criação do Focem, nas questões relativas à movimentação de pessoas, bem como na parte política, principalmente com a instalação do Parlamento do Mercosul. A IIRSA também obteve avanços significativos, com as obras de infraestrutura interligando a América do Sul de norte a sul e do Atlântico ao Pacífico. Quanto à Unasul, essa foi um grande passo na integração sul-americana, envolvendo temas que vão desde defesa, infraestrutura, energia, ciência e tecnologia, crime organizado e tráfico de drogas até questões de

saúde, educação, cultura e desenvolvimento socioeconômico (AMORIM, 2009).

Desse modo, como visualizado neste artigo, durante os governos Lula da Silva e Néstor Kirchner o relacionamento bilateral foi aprofundado e a integração regional, com destaque ao Mercosul, foi posta como prioritária para ambos os países, os quais buscaram trabalhar coordenadamente em temas da agenda regional, além de buscar desfazer e evitar possíveis desconfiâncias e conquistar maiores níveis de autonomia regional. Durante os governos de Dilma e Cristina procurou-se manter o relacionamento do modo como vinha sendo manejado pelos presidentes anteriores, embora não tenha sido tão intenso como nos governos anteriores.

Contudo, nos últimos anos, com a onda neoliberal e o movimento conservador nos países sul-americanos, observou-se tentativas de romper com o legado dos governos progressistas e um processo intencional de esvaziamento dos processos da integração com o desmantelamento da Unasul e a retomada da ideia de Mercosul comercial. Ressalta-se também que, na América do Sul, há a problemática de não haver políticas de Estado consolidadas, o que faz com que as políticas para a região fiquem reféns da política partidária de cada governo.

Ademais, com a ascensão do governo Bolsonaro no Brasil, e principalmente após o retorno de um partido progressista Kirchnerista na Argentina, as relações entre os dois países passam por momentos de grandes divergências e possíveis enfrentamentos e, por consequência, os diálogos e trabalhos conjuntos em prol da integração regional se tornaram ínfimos, podendo deteriorar largamente os avanços obtidos pela parceria estratégica nas últimas décadas. Tendo isso em vista, pode-se afirmar, inclusive, que alguns obstáculos históricos entre os países ainda não foram completamente resolvidos, o que torna possível esses retrocessos na parceria estratégica bilateral.

Por fim, cabe questionar os caminhos que tomará o projeto integracionista para a região com o retorno da convergência política entre os dois países e o consequente estreitamento da parceria estratégica bilateral a partir da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais brasileiras em outubro de 2022. Caberá compreender sobre quais bases será construída uma possível nova onda do regionalismo, que estruturas poderão ser resgatas e aprofundadas e quais serão substituídas.

Importa ressaltar, por fim, que se Brasil e Argentina aspiram aumentar suas margens de autonomia, melhorar seus níveis de desenvolvimento econômico e social e garantir melhor posicionamento em nível internacional, devem agir conjuntamente e regionalmente, pois isolados não os alcançarão satisfatoriamente. Sozinhos não serão capazes de lograr papéis de sujeitos efetivos na política internacional. Portanto, a parceria estratégica bilateral e a integração regional são os melhores caminhos que ambos os países possuem.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marianna; MEDEIROS, Josué (2020). **A crise da democracia no Brasil: do lulismo ao bolsonarismo**. In: LIMA, Maria Regina Soares et al (Org.). América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional. Rio de Janeiro: Multifoco. p. 52-69.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de (2004). **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Revista Brasileira de Política Internacional. v. 74, n.1, jan./jun., p. 162- 184.
- AMORIM, Celso (2009). **A integração sul-americana**. Revista DEP - Diplomacia, Estratégia e Política. Projeto Raul Prebisch, n. 10, out./dez. p. 5-26.
- AMORIM, Celso; BIELSA, Rafael (2005). **O dia 30 de novembro e a amizade Brasil e Argentina**. Folha de São Paulo, 30 de novembro de 2005. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3011200503.htm>>. Acesso em: 07/07/2021
- ARAÚJO, Flavia Loss de; NEVES, Bárbara Carvalho (2021). **Regionalismo, crise venezuelana e a pandemia do COVID-19: o impacto da fragmentação regional no cenário atual (2013-2020). Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v. 12 n. 58, p. 19-37, abr./jun.
- AVEDAÑO, Tom (2018). **Estados Unidos, um aliado acima de todos para o Brasil de Bolsonaro**. El País. Internacional. São Paulo, 30 de novembro de 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/29/internacional/1543517200\\_635889.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/29/internacional/1543517200_635889.html)>. Acesso em: 07/07/2021



- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2006). **O Brasil e a América do Sul**. In. OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antonio Carlos (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. v.1. São Paulo: Saraiva.
- BIDARRA, Beatriz Soares; GRASSI, Jéssica Maria; KERR OLIVEIRA, Lucas (2020). **A crise da Unasul pelas agências internacionais de notícias: a veiculação do colapso da integração regional Sul-americana pela mídia**. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 207-238.
- BIELSA, Rafael (2004). **A política externa da Argentina no quadro da integração regional**. *Revista DEP - Diplomacia, Estratégia e Política*. Projeto Raul Prebisch, Brasília, 1(1), out./dez., p. 5-21.
- BRASIL; ARGENTINA (2013a). **Declaración Conjunta de los Ministros de Defensa de la República Federativa del Brasil y de la República Argentina**. Brasília, 21 de novembro de 2013(a). Disponível em: <[https://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/mes11/borrador\\_castellano\\_final.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/mes11/borrador_castellano_final.pdf)>. Acesso em: 07/07/2021
- \_\_\_\_\_. (2013b). **Declaración de Rio de Janeiro de los Ministros de Defensa de Argentina e Brasil**. Rio de Janeiro, 3 de abril de 2013(b). Disponível em: <[https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado\\_ficha.php?id=kp2lm5M=>](https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_ficha.php?id=kp2lm5M=>)>. Acesso em: 07/07/2021
- \_\_\_\_\_. (2011a). **Declaración Conjunta. Visita oficial da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, à Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner**. Buenos Aires, 31 de janeiro de 2011(a). Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/declaracao-conjunta-visita-oficial-da-presidenta-da-republica-federativa-do-brasil-dilma-rousseff-a-presidenta-da-republica-argentina-cristina-fernandez-de-kirchner>>. Acesso em: 07/07/2021
- \_\_\_\_\_. (2011b). **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a promoção comercial conjunta**. Buenos Aires, 31 de janeiro de 2011(b). Disponível em: <<http://daimre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/memorando-de-entendimentoentre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-argentinapara-a-promocao-comercial-conjunta>>. Acesso em: 07/07/2021
- \_\_\_\_\_. (2009a). **Declaración Conjunta. Visita de Trabalho à República Argentina do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva**. Cidade de Buenos Aires, 23 de abril de 2009(a). Disponível em: <[https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado\\_ficha.php?id=mqGkmw==>](https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_ficha.php?id=mqGkmw==>)>
- \_\_\_\_\_. (2009b). **Declaración Conjunta. Visita de Trabalho à República Federativa do Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner**. Brasília, 18 de novembro de 2009(b). Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6561>>. Acesso em: 07/07/2021
- \_\_\_\_\_. (2008a). **Declaración Conjunta. Visita de Estado ao Brasil da Presidente da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner**. Brasília, 8 de setembro de 2008(a). Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b\\_208](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_208)>. Acesso em: 07/07/2021
- \_\_\_\_\_. (2008b). **Declaración Conjunta. Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Buenos Aires, 22 de fevereiro de 2008(b). Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b\\_28](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_28)>. Acesso em: 07/07/2021
- \_\_\_\_\_. (2007). **Constitución del Mecanismo de Cooperación y Coordinación Bilateral Argentina-Brasil**. Montevideo, 18 de dezembro de 2007. Disponível em: <[https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado\\_ficha.php?id=mp6mng==>](https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_ficha.php?id=mp6mng==>)>. Acesso em: 07/07/2021
- \_\_\_\_\_. (2005). **Compromiso de Puerto Iguazú. Desenvolvimento, Justiça e Integração**. Puerto Iguazú, 30 de novembro de 2005. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_202](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_202)>. Acesso em: 07/07/2021
- \_\_\_\_\_. (2004). **Ata de Copacabana. Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade**. Rio de Janeiro, 16 de março de 2004. Disponível em: <[http://www.contexto.org/pdfs/actas\\_copacabana.pdf](http://www.contexto.org/pdfs/actas_copacabana.pdf)>. Acesso em: 07/07/2021
- \_\_\_\_\_. (2003). **Consenso de Buenos Aires**. Buenos Aires, 16 de outubro de 2003. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b\\_92/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_92/at_download/arquivo)>. Acesso em: 07/07/2021
- BRICEÑO-RUIZ, José (2020). **Da crise da pós-hegemonia ao impacto da Covid-19: o impasse do regionalismo latino-americano**. *Revista Cadernos de Campo*. Araraquara, n. 29, jul./dez. p. 21-39.
- BULLA, Beatriz (2018). **Assessor de Trump fala em “oportunidade histórica” para o relacionamento com o Brasil**. *Estadão*. São Paulo, 27 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,assessor-de-trump-fala-em-oportunidade-historica-para-relacionamento-com-brasil,70002624235>>. Acesso em: 07/07/2021
- CARMO, Márcia (2018). **Bolsonaro presidente: declarações de Paulo Guedes sobre Mercosul surpreendem membros do bloco**. *BBC Brasil*. Buenos Aires, 30 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46026331>>. Acesso em: 07/07/2021

- CEPIK, Marco (2008). **América do Sul: economia & política da integração regional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- CEPIK, Marco; JORNADA, Helena; BORDA, Pedro (2012). **Argentina: segurança, política e Relações Bilaterais com o Brasil**. In: DATHEIN, Ricardo (org.). *Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil*. v. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 141-152.
- CEPIK, Marco; PERGHER SILVA, Natasha (2012). **A política da integração regional da Argentina na Era Kirchner. Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v. 3, n. 9-10, dez./mar. p. 15-30.
- CORTES, Maria Julieta; CREUS, Nicolas (2009). **Argentina-Brasil: intensidad variable en una relación estratégica inevitable**. In: LECHINI, Gladys; KLAGSBRUNN, Victor; GONÇALVES, Williams (Org.). **Argentina y Brasil: venciendo preconceptos: las variadas aristas de una concepción estratégica**. Rio de Janeiro: Revan. p. 117-139
- COUTINHO, Carolina Rigotti (2012). **Relações triangulares e em eixo: uma análise das relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos entre 1990 e 2010**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- COUTO, Leandro Freitas (2020). **A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana – IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul**. Oikos, v. 5, n. 1. p. 1-18.
- COSTA, Darc Antonio da Luz (Org.) (2011). **América do Sul: integração e infraestrutura**. Rio de Janeiro: CapaxDei.
- COSTA, Wanderley Messias da (2009). **O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração**. Confins. São Paulo, n.7, out. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/confins/6107>>. Acesso em: 07/07/2021
- DIAS, Otávio (2017). **Brasil e Argentina: Devem os dois países atuar juntos num mundo em fragmentação?** Fundação FHC. 25/04/2018. Apontamentos do jornalista Otávio Dias sobre o seminário realizado na Fundação FHC com a participação de Hussein Kalout e Celso Lafer. Disponível em: <<http://fundacaofhc.org.br/debates/brasil-e-argentina-devem-os-dois-paises-atuar-juntos-num-mundo-em-fragmentacao>>. Acesso em: 07/07/2021
- ESCODÉ, Carlos (1999). **Argentina y sus alianzas estratégicas**. p. 75-88. In: ROJAS ARAVENA, Francisco (Ed.). *Argentina, Brasil y Chile: integración y seguridad*. Caracas, Venezuela: Editora Nueva Sociedad.
- FERNANDES, Talita (2018). **Após vitória nas urnas, Paulo Guedes reforça medidas econômicas defendidas na campanha**. Folha de São Paulo, 28 de outubro de 2018. Disponível em: <[https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/paulo-guedes-chama-mercosul-de-ideologico-e-diz-que-bloco-nao-sera-prioridade.shtml?utm\\_so...](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/paulo-guedes-chama-mercosul-de-ideologico-e-diz-que-bloco-nao-sera-prioridade.shtml?utm_so...)>. Acesso em: 07/07/2021
- FIGUEIREDO, Janaina (2018). **Anúncio de viagem de Bolsonaro ao Chile demonstra mudança na política externa**. O Globo, 29 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/anuncio-de-viagem-de-bolsonaro-ao-chile-demonstra-mudanca-na-politica-externa-23196994>>. Acesso em: 07/07/2021
- GOSMAN, Eleonora (2018). **Bolsonaro ignora Argentina em sua primeira viagem como presidente eleito**. Clarín. Buenos Aires, 31 de outubro de 2018. Disponível em: <[https://www.clarin.com/clarin-em-portugues/brasil/bolsonaro-ignora-argentina-em-sua-primeira-viagem-presidente-eleito\\_0\\_JhTI-3HJc.html](https://www.clarin.com/clarin-em-portugues/brasil/bolsonaro-ignora-argentina-em-sua-primeira-viagem-presidente-eleito_0_JhTI-3HJc.html)>. Acesso em: 07/07/2021
- GRANATO, Leonardo (2015). **Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul**. Curitiba: Appris.
- \_\_\_\_\_. (2012). **As Relações Bilaterais Argentino-brasileiras no Quadro da Integração Regional: de um Quadro de Rivalidade ao Despertar de uma Efetiva Cooperação**. Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, ago./dez. p. 69-95.
- GRASSI, Jéssica Maria (2019a). **Geopolítica de Brasil e Argentina: percepções sobre a América do Sul e as relações bilaterais**. *Revista Neiba – Cadernos Brasil-Argentina*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-25.
- \_\_\_\_\_. (2019b). **Parceria estratégica nas Relações Internacionais: aportes teóricos e o caso do Brasil**. *Brazilian Journal of International Relations*. Marília, v. 8, n. 3, set./dez. p. 616-650.
- GULLO, Marcelo (2006). **Argentina-Brasil: a grande oportunidade**. Rio de Janeiro: MauadX.
- HONÓRIO, Karen Santos (2013). **O significado da iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo.
- JAEGER, Bruna Coelho (2019). **Crise e Colapso da Unasul: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora**. *Conjuntura Austral*. Porto Alegre, v. 10, n. 49, jan./mar. p. 5-12.
- \_\_\_\_\_. (2014). **A integração infraestrutural sul-americana: impactos sobre a estratégia e a geopolítica regional**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- JAGUARIBE, Hélio (2005). **Aliança argentino-brasileira**. Revista DEP: Diplomacia, Estratégia e Política. Projeto Raul Prebisch, Brasília, v. 1, n. 2, jan./mar.
- \_\_\_\_\_. (2004). **Argentina-Brasil: una alianza necesaria**. Revista Aportes para el Debate. Disponível em: <<https://www.asociacionag.org.ar/pdfaportes/22/01.pdf>>. Acesso em: 07/07/2021
- KERR OLIVEIRA, Lucas (2014). **A questão das fronteiras diante dos desafios das transformações tecnológicas e da formação de blocos regionais**. In: HAHN, Maria da Graça; MARTINS, José Miguel Quedi; KERR OLIVEIRA, Lucas (Orgs.). Casas de União: Políticas Públicas e Regiões de Fronteira. Porto Alegre: ISAPE. p. 81-114.
- KERR OLIVEIRA, Lucas; MARQUES, Teresa Cristina Schneider (2015). **A Infraestrutura da Integração Regional e a Integração Brasil-Uruguai**. In: MALLMANN, Maria Izabel; MARQUES, Teresa Cristina Schneider (Org.). Fronteiras e relações Brasil-Uruguai. Porto Alegre: Ed. PUC-RS. p. 109-126
- LAFER, Celso (1997). Relações Brasil-Argentina: alcance e significado de uma parceria estratégica. Contexto Internacional. v. 19, n. 2, jul./dez., p. 249-265.
- LANDIM, Raquel (2019). **O que pode mudar no Mercosul no governo Bolsonaro?** Folha de São Paulo, 20 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/01/o-que-pode-mudar-no-mercosul-no-governo-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 07/07/2021
- LEÃO, André Pimentel Ferreira (2020). **A política externa e a conjuntura econômica da Argentina (2003-2018): entre o distanciamento e o retorno do neoliberalismo**. In: LIMA, Maria Regina Soares et al (Org.). América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional. Rio de Janeiro: Multifoco. p. 16-32.
- LESSA, Antônio Carlos (2009). **No canteiro das ideias: uma reflexão sobre o conceito de parceria estratégica na ação internacional do Brasil à luz das suas relações com a União Europeia**. In: REZENDE MARTINS, Estevão C.; GOMES SARAIVA, Miriam [org.]. Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020. P. 97- 105. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- MAZUI, Guilherme (2019). **Ao lado de Macri, Bolsonaro diz que quer aperfeiçoar Mercosul e fortalecer relação com a Argentina**. G1, 16 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/16/ao-lado-de-macri-bolsonaro-diz-que-quer-aperfeicoar-mercosul-e-fortalecer-relacao-com-a-argentina.ghtml>>. Acesso em: 07/07/2021
- MARIANO, Karina L. Pasquariello; MENEZES, Roberto Goulart (2021). **Três décadas de Mercosul: institucionalidade, capacidade estatal e baixa intensidade da integração**. Lua Nova, São Paulo, n. 112, p. 147-179.
- MILANI, Livia Peres (2015). **A cooperação regional desde uma perspectiva argentina: mudanças de concepção e reações frente a projetos brasileiros**. Boletim de Economia e Política Internacional (IPEA). Brasília, n. 21, set./dez. p. 45-58.
- MREyC (2011). **Brasil – Argentina: Timerman se reunió con Patriota en la primera reunión bilateral**. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. Comunicados. Buenos Aires, 2 de janeiro de 2011. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/comunicados/argentina-brasil-timerman-se-reunion-con-patriota-en-la-primera-reunion>>. Acesso em: 07/07/2021
- PADULA, Raphael (2010). **Integração regional de infraestrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PAGLIARI, Graciela de Conti (2009). **Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília.
- \_\_\_\_\_. (2006). **Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 79, n. 1, p. 26-42.
- PINTO, Ana Estela de Souza (2019). **Bolsonaro lamenta eleição de Fernández e diz que não vai cumprimentar argentino**. Folha de São Paulo. Abu Dhabi, 28 de outubro de 2019. Mundo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/bolsonaro-lamenta-eleicao-de-fernandez-e-diz-que-nao-vai-cumprimentar-argentino.shtml>>. Acesso em: 07/07/2021
- OLIVEIRA, Ana Carolina Vieira (2012). **Brasil e Argentina sob Lula e Kirchner(s): percepções de política externa e efeito sobre o Mercosul (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RAPOPORT, Mario (2017). **Política internacional argentina: desde la formación nacional hasta nuestros días. Buenos Aires: Capital Intelectual**.
- RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo (2012). **¿Una alianza estratégica entre Argentina y Brasil?** Iberoamericana, Foro de Debate, v. 12, n. 46, p. 175-181.
- \_\_\_\_\_. (2011). **Argentina-Brasil: de rivales a aliados**. Buenos Aires: Capital Intelectual.

- SANAHUJA, José Antonio; COMINI, Nicolás (2018). **Los gobiernos de la nueva derecha y la estrategia de la silla vacía en UNASUR.** Open Democracy. 07 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/jos-antonio-sanahuja-nicol-s-comini/los-gobiernos-de-la-nueva-derecha-y-la-estrategia>>. Acesso em: 07/07/2021
- SARAIVA, Miriam Gomes (2012). **Encontros e Desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira.** Belo Horizonte: Fino Traço.
- SEABRA, Pedro; RODRIGUEZ, Júlio C.; GARCIA DA SILVA, Luiz Eduardo; FONSECA, Carmen (2017). **O impacto da crise na Política Externa do Brasil.** Iberoamericana, v. 17, n. 66, p. 207-229.
- SILVA, Ana Karolina Morais da; GRASSI, Jéssica Maria (2022). **Impactos da disputa geopolítica entre as grandes potências no Sul Global: desestabilização e (des)integração sul-americana.** Conjuntura Austral, v. 13, n. 61, p. 33-46.
- SIMÕES, Renata Moraes (2019). **A modificação da postura brasileira na Unasul: da criação à formalização da saída do bloco (2008-2019).** Revista NEIBA - Cadernos Argentina-Brasil. Rio de Janeiro, v. 8, p. 01-08.
- SIMONOFF, Alejandro (2021). **Mercosur como Política Exterior Argentina y sus Desafíos Actuales.** Lua Nova, São Paulo, n. 112, p. 123-146.
- TABORDA, Ana; ROLANDO, Lis; FLORO, Matilde (2010). **Argentina y el MERCOSUR: Alianzas estratégicas con Brasil y Venezuela (2003 - 2009).** V Congreso de Relaciones Internacionales. La Plata, Argentina.
- VISENTINI, Paulo Fagundes (2008). **Relações internacionais do Brasil: de Vargas à Lula.** São Paulo: Rio de Janeiro.
- ZARPELON, Janiffer Tammy Gusso (2018). **A política externa brasileira no Governo Temer: continuidade ou ruptura. 4º Seminário da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI),** Foz do Iguaçu, 27 e 28 de setembro.

OIKOS  $\sigma$



instituto de economia

PEPI – Pós-graduação em  
Economia Política Internacional